



Coordenação
Béata Cieszyńska e José Eduardo Franco

HOLODOMOR

A DESCONHECIDA TRAGÉDIA UCRANIANA (1932-1933)

Prefácio de Guilherme d'Oliveira Martins



Editado e com Introdução de
Béata Cieszyńska
José Eduardo Franco

HOLODOMOR

A DESCONHECIDA TRAGÉDIA UCRANIANA (1932-1933)

Com a colaboração especial de
Ana Carina Prokopyshyn e Luís de Matos Ribeiro

Prefácio de
Guilherme d'Oliveira Martins

FICHA TÉCNICA

Título:

Holodomor. A Desconhecida Tragédia Ucrainiana (1932-1933)

Coordenação:

Béata Cieszyńska
José Eduardo Franco

Série:

Biblioteca Ibero-Eslava

Linha:

Ciência para a Sociedade

Revisão:

Ana Prokopyshyn, Luís de Matos Ribeiro, Mariana Gomes da Costa e Joana Marcos

Coordenação editorial:

Rui Grácio

Design gráfico:

Grácio Editor

1ª Edição: Junho de 2013

ISBN: 978-989-8377-39-5

Depósito legal:

© CompaRes e Grácio Editor

Avenida Emídio Navarro, 93, 2.º, Sala E

3000-151 COIMBRA

Telef.: 239 091 658

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: www.ruigracio.com

Reservados todos os direitos

Índice

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Índice de Ilustrações</i>	8

PREFÁCIO

<i>Memória e Dignidade</i>	11
Guilherme d'Oliveira Martins	

ABERTURA

<i>Introdução: HOLODOMOR – A Desconhecida Tragédia Ucrâniana</i>	17
José Eduardo Franco e Béata Cieszyńska	

<i>Resolução n.º 1723 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa</i>	27
---	----

I PARTE APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS

<i>A trajectória económica da U.R.S.S. e a Grande Fome na Ucrânia</i>	33
António Ramos dos Santos	

<i>A Grande Fome na Ucrânia (1932-1933)</i>	41
Carlos Gaspar	

<i>Espectros da História – Os outros 6 milhões</i> <i>Holodomor – O holocausto ucraniano</i>	47
José Luís Andrade	

<i>Holodomor: O Império da Fome</i>	51
Luís de Matos Ribeiro	

<i>Holodomor, Relações Internacionais e Interesse Nacional</i>	109
Rui Miguel Ribeiro	

<i>Holodomor – A Morte Sem Voz</i>	115
Henrique Vaz Duarte	

<i>Holodomor – História e Justiça</i>	121
António Rosa Mendes	

II PARTE APRECIACÕES JURÍDICAS

<i>O Holodomor como Genocídio. Uma Avaliação Jurídica</i>	125
Volodymyr Vassylenko	

III PARTE IMPRESSÕES DA IMPRENSA

i. Meios de Comunicação Portugueses	
<i>A grande fome</i>	163
Luciano Amaral	
<i>Holodomor</i>	165
Nuno Rogeiro	
ii. Comunidade Ucraniana em Portugal	
<i>Os ucranianos pedem o reconhecimento da “Grande Fome” (Golodomor)</i> ..	167
Mariya Dets	
<i>A Comunidade Ucraniana em Portugal e o Holodomor. Um Dever de Memória</i> ...	171
Pavlo Sadokha	
<i>O Golodomor no contexto da Quinzena Histórica e Cultural da Ucrânia na Universidade de Lisboa em 2009</i>	178
Rostyslav Tronenko	

IV PARTE VISÕES ARTÍSTICAS

<i>“O cativo constrói” – A ideia de redenção na literatura do Gulag</i>	183
Rui Bebianco	
<i>Holodomor – Paisagem desertificada – Exposição «Et in Arcadia Ego»</i> ...	191
Manuel Valente Alves	
<i>Holodomor - Famine with Children</i>	197
Tiago Pimentel	
<i>Holodomor</i>	198
Henrique Vaz Duarte	
<i>Ilustração do texto de Nuno Rogeiro</i>	199
Francisco Providência	

V PARTE DECLARAÇÕES

<i>Introdução e Apresentação</i>	203
Luis de Matos Ribeiro e Ana Prokopyshyn	
<i>Listagem de Documentos</i>	206
1. Organizações Internacionais	206
2. Parlamentos Nacionais	206
3. Dirigentes Políticos e Religiosos	207
4. Assembleias Regionais, Estaduais e Municipais	207
5. Comunidade Académica	207
6. Cerimónias que assinalam o Aniversário do Holodomor	207

AGRADECIMENTOS

Os coordenadores do presente livro gostariam de expressar a sua gratidão às várias pessoas e instituições que apoiaram esta iniciativa de aproximar o leitor português à desconhecida problemática em torno do *Holodomor* e das suas linhas de leitura.

Entre as instituições destacamos o apoio à edição oferecido pelo Congresso Mundial dos Ucranianos.

Gostaríamos igualmente de mencionar aqui a reconhecida colaboração e divulgação do tópico por parte da Embaixada da Ucrânia em Portugal e da Associação dos Ucranianos em Portugal «Spilka».

Destinamos também uma palavra de especial agradecimento à Reitoria da Universidade de Lisboa, sobretudo por aceitar ser palco da Exposição Mundial sobre o *Holodomor* e acolher a realização do Colóquio dedicado ao *Holodomor* no quadro da *Quinzena Histórica e Cultural da Ucrânia* na UL em 2009.

Agradecemos a José Miguel Reis Pereira, dono do quadro que figura na capa, da autoria de Henrique Vaz Duarte, por nos ter amavelmente disponibilizado as fotografias desta peça de arte.

Por fim ficamos gratos aos nossos colaboradores Ana Carina Prokopyshyn e Luís de Matos Ribeiro, que se empenharam em contribuir na pesquisa, recolha e melhoramento dos vários materiais do livro.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1

Manuel Valente Alves, *Et in Arcadia Ego*196

Ilustração 2

Manuel Valente Alves, “1932-1933:
Genocídio pela fome na Ucrânia”196

Ilustração 3

Tiago Pimentel: *Holodomor (Famine with Children)*.....197

Ilustração 4

Henrique Vaz Duarte: *Holodomor*198

Ilustração 5

Francisco Providência:
Ilustração do texto de Nuno Rogeiro (incluído na III PARTE).....199

PREFÁCIO

MEMÓRIA E DIGNIDADE

Guilherme d'Oliveira Martins

A memória histórica obriga à análise crítica dos acontecimentos sem os iludir e ao reconhecimento das suas consequências ao longo do tempo. *Holodomor – A Desconhecida Tragédia Ucrainiana (1932-1933)* é um conjunto de testemunhos de diversas ordens (históricas, jurídicas, de imprensa e artísticas) sobre um momento que merece ser recordado na Europa contemporânea – em nome de um novo espírito, segundo o qual, muito mais do que qualquer ressentimento, o que importa é tirar lições em nome de uma “cultura de paz”, de reconhecimento, de respeito e de cooperação. Há, assim, que partir da aceitação da gravidade dos acontecimentos e das situações por eles geradas para chegar a uma atitude nova que vise a consagração do espírito do Conselho da Europa. Com efeito, como espaço de encontro dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana, o continente europeu é hoje chamado a construir um domínio de diálogo, de entendimento, de paz, de desenvolvimento e de diversidade cultural. Eis por que razão uma obra como esta deve contribuir não só para a tomada de consciência de que a memória, quando encarada de modo positivo e saudável, não deve gerar qualquer reacção de exacerbamento e de desforço, mas também para garantir a obrigaçao de diálogo considerada prioritária pela comunidade internacional.

Desenvolver o direito e a política dos direitos humanos no plano europeu é essencial, a fim de assegurar a total e eficaz protecção da dignidade humana e a prevenção das violações nas nossas sociedades em constante evolução. É o Conselho da Europa que alerta neste sentido, como instituição pioneira neste domínio – no qual foi possível avançar positivamente como em nenhum outro espaço geográfico do mundo, em especial com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Quando lemos os testemunhos, os relatos e as considerações que constituem esta obra, compreendemos que o conhecimento dos terríveis acontecimentos que aqui constituem o pano de fundo nos permite considerar que a paz e a democracia só poderão ser construídas seriamente no continente europeu se o primado da lei, a legitimidade democrática e os valores da justiça e do respeito mútuo se tornarem realidades assumidas por todos os cidadãos europeus como património cívico comum. Toda a história da humanidade tem claros e escuros, que não

devem ser iludidos ou subalternizados. No caso em apreço nesta obra, temos de compreender que, com o fim da guerra fria, com a abertura dos horizontes europeus de respeito mútuo e com o alargamento do Conselho da Europa passou a haver responsabilidades em que todos estão investidos. É tempo, pois, de deixar claro que uma cidadania democrática moderna e legítima precisa da memória considerada numa dupla acepção: (a) como capacidade de recordar criticamente os momentos mais dramáticos de desrespeito dos direitos fundamentais e das autonomias; e (b) como capacidade de fazer do respeito mútuo uma regra que evite o regresso à violência, à cegueira e à desconsideração das diferenças. A memória crítica obriga sempre a lembrar o que se passou e a saber esquecer, sem que o esquecimento se torne amnésia. A sociedade sem memória suicida-se, do mesmo modo que se houver excessos de memória a sociedade se torna inimiga do equilíbrio, da paz e do reconhecimento mútuo. A ausência de memória torna-se indiferença e incapacidade crítica, enquanto a memória equilibrada – que não esquece, mas sabe lembrar as raízes de conhecimento e da compreensão – pode gerar uma cultura de paz duradoura, como foi defendida e proposta pela UNESCO, em especial durante a direcção geral de Federico Mayor.

A Ucrânia tem raízes históricas muito antigas que merecem ser lembradas e respeitadas numa lógica aberta, de cooperação e de paz. Daí que a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa tenha homenageado “a memória” de todos aqueles que pereceram “numa catástrofe humana sem precedentes”, congratulando-se “com os esforços destinados a revelar a verdade histórica e a aumentar o conhecimento público sobre este acontecimento trágico do passado. Esses esforços devem procurar unir os povos e não dividi-los”. Esta é a mensagem fundamental que tem de ser deixada aos cidadãos europeus, uma vez que a coesão, a complementaridade, bem como o respeito mútuo, devem ser postos em prática na acção política nos dias de hoje.

Num tempo em que a noção de património comum europeu, assente na diversidade, ganha cada vez mais sentido, não em abstracto, mas em concreto, devemos fazer da solidariedade entre povos e da compreensão mútua um modo de lançar pontes sólidas de diálogo, de compreensão e de entreajuda. Leiam-se, pois, serenamente, os textos aqui apresentados. Com eles podemos saber como chegámos aos dias de hoje. Se, como lembra o Dr. Carlos Gaspar, “a grande fome” de 1932-33 foi, sobretudo, a forma de impor o regime comunista à “nação camponesa” com a destruição das estruturas sociais tradicionais dos campos, a liquidação física de milhões de agricultores, e uma aceleração brutal dos processos de urbanização – “trinta milhões de camponeses partiram para as cidades nos anos trinta”,

o certo é que, “em 1921, a conquista da Rússia pelos bolcheviques não tinha passado para fora das portas das cidades”, verificando que apenas em 1933, “com a colectivização rural, o resto do país foi ocupado”. Deste modo, é correcto o que Hegel nos disse: “a única coisa que não aprendemos são as lições da História”. A memória procura, pois, quando é considerada com equilíbrio, assegurar que a “cultura de paz” se torne mais sólida e efectiva, transformando o conhecimento em compreensão e a violência em capacidade de troca de experiências e de busca de entendimentos duráveis. As análises constantes na presente obra são suficientemente ilustrativas, não carecem de muitos comentários explicativos, falam por si. E se damos especial ênfase às acções e posições do Conselho da Europa é porque consideramos essencial construir pontes para o futuro, capazes de aprofundar os elos positivos entre os povos e os cidadãos europeus, todos eles vítimas, todos eles agentes de múltiplos conflitos e incompreensões. Em suma, uma cultura de paz tem de se basear na verdade histórica e na exigência de procurar destruir as barreiras da violência e da incompreensão.

ABERTURA

INTRODUÇÃO: *HOLODOMOR* – A DESCONHECIDA TRAGÉDIA UCRANIANA

José Eduardo Franco e Béata Cieszyńska

(CLEPUL/CompaRes)

A história dos povos é marcada por relações de dominação e subjugação, de império e de sujeição. Neste processo histórico, quantas experiências de massacres por contar em nome da violência de uns sobre os outros, em nome de afirmação de um poder ou de uma ideologia de domínio? Abundam aqui os casos dos homens sem escrúpulos que assumem os destinos soberanos das nações e dos estados, e que fazem do poder um ídolo a quem servem e em nome do qual se dão a extremos de desumanidade. Estes são os algozes dos povos mártires da história. O século XX, o século da ciência, da razão e do progresso, que proclamou mundialmente os direitos humanos e a democracia como caminhos da construção de uma sociedade global mais justa e fraterna, conheceu os mais extensivos e hediondos casos de massacres, alguns deles genocídarios, de que há memória (Bruneteau 2008).

O mais mediatizado e, por isso, bem marcado na memória do mundo de hoje foi sem dúvida o holocausto dos Judeus sob o poder nazi de Hitler durante a II Guerra Mundial (1939-1945). No campo de concentração de Auschwitz e noutros tantos pereceram milhões de descendentes do povo de Israel. Mais numerosos e mais devastadores do género humano conhecem-se hoje muitos outros casos, que se multiplicaram e continuam a multiplicar-se em muitos pontos do globo. De facto, tanto em nome de Deus como em nome de ideologias, muitos idólatras do poder realizaram diversas atrocidades ao longo da história. Poucas ou nenhuma instituições ou ideologias ficaram imunes a esta tentação recorrente do culto do poder pelo poder, cujo extremo excessivo tem por base o desejo de soberania universal, não olhando a meios para atingir a construção de um império global. De Júlio César a Napoleão, de Hitler a Estaline, os casos multiplicam-se e engrossam a história terrível do martírio. Os dois últimos ditadores são culpados de dilúvios de sangue nas terras entre Berlim e Moscovo, o que com grande precisão demonstrou o recente livro de Timothy Snyder *Terra sangrenta* (Snyder 2012).

Entre os mais comoventes actos de terror e perseguição do século XX situa-se a *Grande Fome* na União Soviética, designada por *Holodomor* ou *Golodomor* (com

o significado de “morte pela fome” ou “holocausto da fome”), e a qual foi artificialmente provocada nos anos 1932 e 1933 pelo regime estalinista. Terá sido um dos períodos que mais marcaram a história, identidade e memória colectiva dos povos da União Soviética, sobretudo dos que possuíam grandes e férteis terrenos agrícolas, entre os quais destaca-se o caso ucraniano.

A abastada terra Ucrânia, em termos agrícolas, cantada desde o tempo dos gregos como um celeiro da Europa, foi severamente castigada pelo regime soviético, que impediu os camponeses de acederem aos bens alimentares, muitos destes por eles próprios produzidos. A polícia secreta soviética fechou as fronteiras e barrou o acesso de milhões de camponeses de todas as idades aos alimentos básicos. À luz de um plano criminoso, o governo estalinista desencadeou um processo de extinção das elites políticas e intelectuais críticas de Moscovo, bem como da grande massa da população produtiva da Ucrânia, em nome da total sujeição da vontade desta nação e do seu território ao poder imperialista soviético. As elites intelectuais foram silenciadas pela prisão, pelo exílio e pela morte; a Igreja Ortodoxa foi proibida, dezenas de bispos e padres foram perseguidos e mortos, as igrejas esventradas de toda a simbologia religiosa, os fiéis impedidos de manifestar a sua fé e, saliente-se, grande parte das famílias agrícolas foi massacrada por uma fome prolongada e silenciosa, montada artificialmente, enquanto os víveres de cereais apodreciam nos silos (Conquest 1986).

Deste massacre orquestrado por Estaline resultaram milhões de mortos, executados por motivos religiosos e ideológicos, como bem documentado por Andreia Riccardi, no seu livro *O Século do Martírio* (Riccardi 2003).

Os acontecimentos trágicos nos quais se centra este livro que o leitor português recebe agora em suas mãos permaneceram durante um longo período vinculados na memória escondida de milhões de habitantes ucranianos, cujo país era na sua maior parte rural, o que levou a que quase todas as famílias ucranianas fossem de algum modo marcadas com esta tragédia: a “*Grande Fome*” dos anos 32 e 33. Esta memória estende-se também fora do país, presente entre as comunidades dos emigrantes ucranianos na Europa e em ambas as Américas (Popovych 2005). Deste modo, a referida tragédia sublinha-se também nos programas ideológicos dos vários movimentos nacionalistas ucranianos, inspirando, desde aquela altura, uma directa associação da expressão livre e de reconhecimento do *Holodomor* às condições de olhar a Ucrânia como um país livre. Foi sobretudo no quadro da diáspora ucraniana que, no contexto do *Holodomor*, apareceu o termo “holocausto ucraniano”, anunciado, entre outros títulos, no conhecido livro de Myron Dolot, *Execution by Hunger. The Hidden Holocaust* (Dolot 1985). No país, este termo entrou em ampla circulação apenas desde o ano 1995. Oficialmente, a Ucrânia começou a divulgar e a investigar os acontecimentos desde

1989, em vésperas da sua independência (alcançada em 1991), sendo esta atitude alvo de uma forte negação, primeiramente da parte da União Soviética, depois da parte da Federação Russa (o país considerado herdeiro da União).

Como objecto da história, o *Holodomor* não será facilmente documentado, tendo em conta a carência de registos, com frequência simplesmente “riscados” dos arquivos soviéticos. Contudo, há um factor decisivo para a evocação do *Holodomor*, o qual reside nos sobreviventes, verdadeiras testemunhas dos povos que vivenciaram esta tragédia, que muitas vezes se tentou arrancar das páginas da história. A variedade de interpretações históricas e culturais do *Holodomor* inspira reacções. Uma delas diz respeito aos reconhecimentos nacionais e internacionais, que compõem já uma longa e crescente lista de entidades oficiais. Neste campo, pode-se descrever uma clara polarização em relação ao reconhecimento dos acontecimentos deste período: uma perspectiva junta o povo ucraniano às outras vítimas da loucura estalinista da região, colocando-o no contexto dos outros povos e comunidades perseguidos nessa altura com os mesmos objectivos político-sociais (colectivização agrícola na Rússia – região do rio Volga – no Cazaquistão, Bielorrússia e na República da Moldávia, excluindo desse modo um elemento nacional. Nesta linha, também os outros países cujos cidadãos residiam nas terras ucranianas e sofreram o *Holodomor* reconheceram estes crimes como crimes contra as suas nações (verifique-se, por exemplo, o caso polaco em Bednarek 2009).

No ano de 2003, por ocasião do 70.º aniversário da “*Grande Fome*”, no decurso da 58.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi aprovada uma Declaração Conjunta na qual a “*Grande Fome*” foi reconhecida como uma tragédia nacional do povo ucraniano, e pela primeira vez, foi introduzida no léxico político internacional a palavra *Holodomor*. No quadro europeu, foi emitida uma proclamação do Conselho da Europa (que o leitor encontrará na abertura do presente livro): Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Resolução n.º 1723: «Homenagem às vítimas da “*Grande Fome*” (*Holodomor*) na antiga URSS» (28 de Abril de 2010). A resolução reconhece que “Milhões de pessoas inocentes da Bielorrússia, do Cazaquistão, da Moldávia, da Rússia e da Ucrânia, que faziam parte da União Soviética, perderam as suas vidas em resultado da fome em massa deliberadamente provocada pelos actos e políticas cruéis do regime soviético” (Art.4) e “Condena veementemente as políticas cruéis aplicadas pelo regime estalinista, resultando na morte de milhões de pessoas inocentes, como um crime contra a humanidade” (Art.11). O acto apela ainda para que todos os países envolvidos abram os arquivos e exerçam todos os esforços possíveis para que a documentação restante possa aparecer à luz do dia e ser analisada pelos historiadores dos países envolvidos e, os de fora, desvendando e dando a perceber todo

este horrível processo. Ao mesmo tempo, a Resolução apela para que se evite qualquer possibilidade de influência política nos resultados destas pesquisas abrangentes, cujo único objectivo é descrever e testemunhar o *Holodomor*, permitindo a condenação destes actos, para que nunca mais se repitam. A resolução, no sentido de reconhecer uma experiência traumatizante dos povos em causa, apela também a todas as vítimas que, para além das evocações nacionais, se reúnam para, em conjunto, assinalar a tragédia por todos sofrida.

A resolução emitiu ainda uma forte condenação da inumana perseguição exercida, invocando a solidariedade por parte de todos os países para com os povos e países afectados, seguindo o caso ucraniano de marcar um dia especial de memória às vítimas.

O Conselho da Europa trata o *Holodomor* como um crime contra a humanidade, evitando a palavra “genocídio”, aceitando, contudo, a aplicação do termo noutros países, começando pela Ucrânia: “Na Ucrânia, que foi a mais atingida, o campesinato foi particularmente afectado pela “*Grande Fome*”, tendo milhões de agricultores e membros das suas famílias morrido de fome em consequência da “colectivização” forçada, da interdição de abandonarem as áreas afectadas, e da requisição de cereais e outros alimentos. Estes acontecimentos trágicos são designados por *Holodomor* (fome politicamente causada) e reconhecidos pela legislação ucraniana como um acto de genocídio contra os ucranianos” (Art.5).

Desta forma, a posição adversa ao uso do termo “crime contra a humanidade” aposta no seu componente nacional dos trágicos acontecimentos dos anos 32 e 33 na Ucrânia e reconhece o *Holodomor* como um genocídio focado nos ucranianos, um povo visto pelo regime estalinista como uma nação qualificada para ser extinta (Kul’čickij 2008).

Apesar de os dois anteriores presidentes ucranianos cuidarem desta memória trágica, nomeadamente Leonid Kravchuk e Leonid Kuchma, terá sido principalmente o mandato de Viktor Iuschenko (2004-2010) que marcou o período de colocação das questões do *Holodomor* no centro da política ucraniana, destacando-se, assim, dos seus predecessores. A sua problemática foi proclamada como essencial para a memória histórica do país, quase como *conditio sine qua non* da “catarse nacional”. No ano 2006, o Parlamento da Ucrânia aprovou uma resolução, declarando ilegal a negação do *Holodomor*. Na altura, também o uso do termo “genocídio” passou a cumprir fortes papéis políticos, sobretudo através das comemorações do ano 2008, quer na Ucrânia, quer fora do país, e tornou-se “politicamente correcto”. Na parte reservada a *Apreciações Jurídicas* do presente livro, o leitor português recebe uma proposta teórica desta problemática, promovida pelo Instituto Ucraniano da Memória Nacional: “O *Holodomor* como Genocí-

dio. Uma Avaliação Jurídica”, por Volodymyr Vassylenko, membro deste mesmo Instituto (<http://www.memory.gov.ua/>).

Os eventos do ano 2008, dedicados ao 75.º aniversário do *Holodomor* na Ucrânia e entre os emigrantes ucranianos decorriam sob o lema: “A Ucrânia Lembra-se, O Mundo Reconhece”. O programa reuniu o país e a diáspora em torno do *Holodomor*, com grande investimento e uma abrangente actividade. O momento central dos eventos foi assinalado com a abertura do *Memorial das Vítimas do Holodomor* em Kiev, momento em que o Presidente destacou a importância do reconhecimento desta tragédia e as suas várias implicações nacionais, internacionais, sociais, culturais, científicas e políticas.

Neste contexto, cumpre-nos mencionar alguns riscos que corre a sensível matéria do *Holodomor* no processo do seu reconhecimento, sobretudo quando a sua campanha é levada com certa agressividade (Olszanski 2008). Um destes riscos prende-se com o facto de, por vezes, associarem indevidamente as diversas manifestações sobre o *Holodomor* a uma acção de componente anti-russa por parte da atitude política da Ucrânia (Sysin 2005) e as suas interpretações são evidenciadas, por exemplo, nos comentários de alguns leitores russos a artigos de José Milhazes sobre o assunto no seu *blog* “Da Rússia” (veja-se: <http://www.darussia.blogspot.com/>), quando o tribunal ucraniano indicou concretamente os responsáveis pelo *Holodomor*, entre outros Estaline, Kaganovich, Postyshev e Kossior. Um outro exemplo dos riscos relacionados com tão vigorosa campanha do *Holodomor* ocorre no programa das evocações dos 75 anos do *Holodomor*. Ao longo do ano 2008, decorreram vários concursos plásticos que acabaram por promover uma actividade onde os alunos do 5.º ano representavam actos do canibalismo causado pelo *Holodomor*, um facto histórico deveras revoltante e difícil de esquecer e superar. Em ambos os acontecimentos acima mencionados, registaram-se casos de atitudes marcadas com alguma agressividade, o que traz o perigo de agravar e actualizar o trauma nacional, em vez de o tornar num verdadeiro acto de catarse, e assim, de algum modo ultrapassá-lo...

A campanha “A Ucrânia Lembra-se – O Mundo Reconhece” cumpriu o seu papel e trouxe grandes frutos de agnição sobre o *Holodomor*, bem como o seu reconhecimento no mundo inteiro. A problemática do *Holodomor*, tão complexa e vivente, tem tido crescente projecção por todo o mundo. A comunidade ucraniana, muito produtiva e empreendedora em Portugal, faz hoje em dia sobressair a evocação do seu povo mártir e tenta justamente impedir o apagamento da memória destes acontecimentos trágicos. Desde o ano 2008, organizações eslavas e ucranianas, juntamente com a Embaixada da Ucrânia em Portugal, quiseram homenagear a memória deste holocausto pouco conhecido em Portugal. O evento

de maior referência foi a “Quinzena Histórica e Cultural da Ucrânia”, organizada na Universidade de Lisboa em Abril de 2009.

Nesta linha, duas instituições do mundo académico em Portugal, a Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos – CompaRes e o CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, começaram a fomentar o interesse pelos trágicos acontecimentos dos anos 1932 e 33 na Ucrânia, com vista a uma homenagem justa a estes milhões de mortes esquecidas, marcando assim uma página na história, escrita sob um entrecruzar de disciplinas e abordagens. Por este motivo, neste livro o exercício da função dos historiadores, jornalistas e artistas tem como objectivo recordar e, de uma forma vital, denunciar e precaver. Como indicado no seu título, *Holodomor – A Desconhecida Tragédia Ucrâniana (1932-33)*, este livro pretende proporcionar ao leitor português uma visão muito abrangente e interdisciplinar dos actos de reconhecimento, da análise histórica e sociológica do *Holodomor*, mas também do complexo processo da sua entrada na consciência comum, através da ampla difusão jornalística, artística e cultural. O livro apresenta o seu material interdisciplinar em cinco partes: *Aproximações Históricas*, *Apreciações Jurídicas* (como acima mencionado, com o texto “O *Holodomor* como Genocídio. Uma Avaliação Jurídica”, de Volodymyr Vassylenko, do Instituto Ucrâniano da Memória Nacional), *Impressões da Imprensa*, *Visões Artísticas* e por fim *Declarações*.

A parte intitulada *Aproximações Históricas* contém sete artigos com várias e exaustivas abordagens do tema, as suas condições e determinações históricas: “A trajectória económica da U.R.S.S. e a *Grande Fome* na Ucrânia”, de autoria de António Ramos dos Santos (Universidade de Lisboa); “A *Grande Fome* na Ucrânia (1932-1933)”, por Carlos Gaspar (Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa); “Espectros da História – Os outros 6 milhões. *Holodomor* – O holocausto ucraniano”, por José Luís Andrade (Sociedade Histórica da Independência de Portugal). O artigo seguinte, preparado por Luís de Matos Ribeiro (CompaRes/CLEPUL) é intitulado: “*Holodomor*: O Império da Fome”; seguindo-se o estudo “*Holodomor*, Relações Internacionais e Interesse Nacional”, por Rui Miguel Ribeiro (Universidade Fernando Pessoa) e o artigo “*Holodomor* – A morte sem voz”, de Henrique Vaz Duarte, cujo autor, conforme referiremos mais adiante, nos oferece também uma contribuição no campo das artes visuais. Esta parte conclui com o texto “*Holodomor* – História e Justiça”, por António Rosa Mendes (Universidade do Algarve). A segunda parte deste livro é dedicada a uma análise jurídica sobre o tema, a qual é desenvolvida por Volodymyr Vassylenko (Instituto Ucrâniano da Memória Nacional) no artigo “O *Holodomor* como Genocídio. Uma Avaliação Jurídica”.

A parte seguinte do livro, intitulada *Impressões da Imprensa*, apresenta-se em duas vertentes. A primeira subsecção dedica-se à revisão de várias intervenções sobre o assunto nos meios de comunicação portugueses, sejam estes jornais ou revistas: “A grande fome” – artigo de Luciano Amaral (Universidade Nova de Lisboa) e “*Holodomor*”, por Nuno Rogeiro (Associação Portuguesa de Ciência Política – Instituto de Ciências Sociais). A segunda subsecção desta parte reúne aproximações à actividade da comunidade ucraniana em Portugal relativamente ao *Holodomor*, incluindo as iniciativas da Embaixada da Ucrânia em Lisboa, dedicada à memória e reconhecimento do *Holodomor* na cultura portuguesa. Nesta secção os leitores encontrarão os textos: “Os ucranianos pedem o reconhecimento da “*Grande Fome*” (*Golodomor*), por Mariya Dets (Ex-Presidente da Associação dos Ucranianos em Portugal “Spilka”); “A Comunidade Ucraniana em Portugal e o *Holodomor*. Um Dever de Memória” de Pavlo Sadokha (Presidente da Associação dos Ucranianos em Portugal “Spilka”) e uma reflexão de Rostyslav Tronenko, Ex-Embaixador da Ucrânia em Portugal, tratando o assunto do *Holodomor* no contexto da actividade ucraniana em Portugal. Neste lugar, cumpre aos editores do presente livro sobre o *Holodomor* lamentar a falta de expressão do problema por parte dos historiadores e jornalistas russos, existindo uma possibilidade de diálogo mais alargado não realizada. Infelizmente, não tivemos sucesso no nosso pedido à Embaixada da Rússia para a colaboração na aquisição dos respectivos textos.

A parte seguinte do livro coloca a problemática do *Holodomor* no contexto da linguagem estética. Em vista de possíveis limitações de conhecimento das descrições de um mundo ideologicamente tão distante do leitor português, a secção *Visões Artísticas* abre com o artigo de Rui Bebiano (Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Sociais). No contexto do *Gulag* (cuja função repressiva adquiriu particular relevância durante a colectivização agrícola e a fome), apresenta-se um estudo de leitura de obras produzidas no regime responsável pela tragédia do *Holodomor*, uma abordagem literária dos relatos, quer por parte da literatura de ficção, quer pelas literaturas inspiradas em factos, reunidos aqui em “*O cativo constrói* – A ideia de redenção na literatura do *Gulag*”. Seguem-se as conceptualizações plásticas elaboradas por artistas portugueses – Manuel Valente Alves, Tiago Pimentel, Henrique Vaz Duarte e Francisco Providência – em honra e memória das vítimas do *Holodomor*. Alguns destes trabalhos figuram igualmente na ilustração da capa do presente livro.

Finalmente, na parte que se intitula *Declarações*, o leitor português disporá de uma excepcional ocasião de verificar a alargada lista de actos emitidos em referência ao *Holodomor* por diversas instituições. Nesta lista, completada por Luís de Matos Ribeiro (CompaRes/CLEPUL) e introduzida pelo mesmo, em coo-

peração com Ana Prokopyshyn (CompaRes/CLEPUL), o leitor encontrará uma fonte de referências dos actos por entidades várias. Seguimos aqui a ordem proposta, dentro da qual as referências se encontram por ordem cronológica, nomeadamente: Organizações Internacionais, Parlamentos Nacionais, Dirigentes Políticos e Religiosos, Assembleias Regionais, Estaduais e Municipais, Comunidade Académica e Comemorações do 75.º Aniversário do *Holodomor* (2008). Os respectivos textos dos actos referidos encontram-se na página do CLEPUL5, o Grupo de Investigação para a Interculturalidade Ibero-Eslava (cf. www.clepul.eu). A natureza desta secção evidencia a necessidade de desenvolvimento deste tópico, tão actual. Assim, espera-se que a lista dos respectivos actos disponível na página do CLEPUL5 seja continuamente completada e actualizada à medida que surjam novas declarações. Desde já convidamos todos os leitores a participar com contribuições neste sentido, através do seguinte electrónico do CLEPUL5: clepul05@gmail.com.

Com todas as partes do livro *Holodomor – A Desconhecida Tragédia Ucrariana (1932-33)*, acima apresentadas, os editores esperam contribuir para que o leitor português tenha conhecimento dos trágicos acontecimentos causados no período referido pelo regime estalinista nas suas terras rurais, dando aqui especial foco ao caso da Ucrânia – o segundo maior país da Europa em termos geográficos – procurando fazer justiça à memória de milhões de pessoas deste país, que foram esmagadas pela ambição de domínio imperial externo. É um esforço justo que importa ser apoiado, mas que deve estar sempre ao serviço da humanização e da reconciliação e nunca ao serviço de quaisquer conflitos.

A tão sensível problemática do *Holodomor* que se aborda neste livro afecta o seu próprio conteúdo, fazendo com que, interligados a análises históricas, jurídicas e literárias, o leitor encontre vários testemunhos mais pessoais, comovidos e inspirados na evocação desta tragédia.

A controvérsia sobre o tópico acentua-se, também, com algumas posições adversas quanto à nomenclatura do crime premeditado e calculado que foi o *Holodomor*. Em 26 de Abril de 2010, o actual presidente ucraniano, Viktor Ianukovich, referiu perante a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que o *Holodomor* havia sido uma tragédia comum que atingiu não só ucranianos como outros povos soviéticos, negando o *Holodomor* como um acto de genocídio contra um só povo, apontando que o *Holodomor* se deu também na Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão. Em resposta às declarações de Ianukovitch, a comunidade ucraniana e os especialistas sobre o tema, do Instituto de Memória Nacional e de outras instituições académicas, alegam que, desta forma, Ianukovich viola directamente a lei ucraniana que define o *Holodomor* como genocídio contra o povo ucraniano, ignorando, igualmente, a decisão de 13 de Janeiro de 2010 do Tribunal

de Recurso de Kiev, que reconheceu os líderes do regime totalitário bolchevique como os culpados de genocídio contra o grupo nacional ucraniano em 1932-1933. Os mesmos alegam ainda, com base em diversas fontes demográficas, que o *Holodomor* ocorrido fora da Ucrânia incidu em zonas habitadas maioritariamente por ucranianos.¹

Não obstante essa controvérsia, foram dados recentemente alguns passos simbólicos de sentido reconciliatório. No contexto das comemorações de 2011, e num gesto sem precedentes, o presidente Ianukovich fez-se acompanhar dos seus anteriores homólogos (Kravchuk, Kuchma e Iuschenko) durante as cerimónias oficiais realizadas no memorial da «Vela da Memória», em Kiev.

Espera-se que este livro, preparado no âmbito das instituições CompaRes e CLEPUL5, cujos horizontes científicos abrangem os universos culturais Ibero-Eslavos, contribua para um crescente debate científico sobre o *Holodomor* – ainda dificultado face à lacuna de material documental – levando a novas interpretações e aplicado a novas metodologias e disciplinas.

Finalmente, os editores e autores aqui representados gostariam de expressar o seu apoio à comunidade ucraniana, sobretudo em Portugal, no reconhecimento deste campo da memória histórica do seu povo, o que efectivamente abrirá os possíveis caminhos de ultrapassagem do tão ainda sentido trauma nacional.

BIBLIOGRAFIA

- BEDNAREK, Jerzy *et al.* (ed.), *Holodomor: the Great Famine in Ukraine 1932-1933. Poland and Ukraine in the 1930's-1940's: unknown documents from the Archives of the Secret Services*, transl. Dariusz Serówka; The Institute of National Remembrance – Commission of the Prosecution of Crimes against the Polish Nation, Warsaw ; Kiev: Instytut Pamięci Narodowej - Komisja Ścigania Zbrodni przeciwko Narodowi Polskiemu, 2009.
- BRUNETEAU, Bernard, *O Século dos Genocídios: Violências, massacres e processos genocidários da Arménia ao Ruanda*, Lisboa: Piaget, 2008.
- CONQUEST, Robert, *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror-Famine*. New York, NY: Oxford University Press, 1986.
- DOLOT, Myron, *Execution by Hunger. The Hidden Holocaust* New York: W.W Norton & Company, 1985.
- KUL'ČICKIJ, Stanislav, «The *Holodomor* of 1932-1933: The Scholarly Verdict», in *The Day Weekly Digest* 25, 2 de Setembro de 2008. Disponível online em: http://ncua.inform-decisions.com/eng/files/kulchysky_9-08.pdf [18 de Fevereiro de 2009].
- KUL'ČICKIJ, Stanislav (cop. 2008), *Holodomor: Wielki Głód na Ukrainie w latach 1932-1933 jako ludobójstwo, problem świadomości*, Transl. Bogusław Salej, Wrocław: Kolegium Eu-

¹ Cf.: Yuri Shapoval, Stanislav Kul'čickij e Roman Serbyn, por exemplo.

- ropy Wschodniej im. Jana Nowaka-Jeziorańskiego, Tit. original: *Holodomor 1932-1933 gg. ák henocyd : trudnoši usvidomlenná*, 2007.
- MILHAZES, José, «Da Rússia (Blogspot)». Disponível *online* em: <http://darussia.blogspot.com/2008/11/Holodomor-presidente-iusch-enko-apela.html>;
<http://darussia.blogspot.com/2009/11/visao-judaica-do-Holodomor-ucraniano.html>;
<http://darussia.blogspot.com/2006/11/ucrania-assinala-dia-das-vtimas-da.html> [Setembro de 2011].
- OLSZANSKI, Tadeusz A., «“Ukraine Remembers - the World acknowledges”: The *Holodomor* in Ukraine’s historical policy», in *CES-Commentary* 16. Disponível *online* em: http://osw.waw.pl/files/commentary_16.pdf [8 de Dezembro de 2008].
- POPOVYCH, Orest, «Scholars from U.S., Canada and Ukraine examine Ukrainian Famine-Genocide of 1932-1933», in *The Ukrainian Weekly* LXI (18), 2003.
- RICCARDI, Andrea, *O Século do Martírio*, Prefácio D. José da Cruz Policarpo. Lisboa: Quetzal Editores, 2003.
- SERBYN, Roman, «The Ukrainian Famine of 1932-1933 as Genocide in the Light of the UN Convention of 1948», in *The Ukrainian Quarterly* 62 (2), 2006, pp. 181-204. Disponível *online* em: <http://www.archives.gov.ua/Sections/Famine/Serbyn-2006.php#sn-20> [14 de Janeiro de 2008].
- SHAPOVAL, Yurii, «The Significance of Newly Discovered Archival Documents for Understanding the Causes and Consequences of the Famine-Genocide of 1932-1933 in Ukraine», in Taras Hunczak & Roman Serbyn (eds.), *Famine in Ukraine 1932-1933: Genocide by Other Means*. New York: Shevchenko Scientific Society, 2007, pp. 84-97. Disponível *online* em: <http://www.faminegenocide.com/resources/page01.htm> [15 de Outubro de 2008].
- SNYDER, Timothy, *Terra Sangrenta. A Europa entre Hitler e Estaline*. Trad. de Rita Guerra. Bertrand Editora. 624 págs. Versão revista de uma nota publicada na *LER* de Janeiro de 2012. Lisboa 2012
- SYSIN, Frank, «The Famine of 1932-33 in the Discussion of Russian-Ukrainian Relations», in *The Harriman Review* 15 (2-3), 1 de Maio de 2005. Disponível *online* em: <http://www.harrimaninstitute.org/MEDIA/01321.pdf> [Janeiro de 2011].

RESOLUÇÃO N.º 1723 DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA



Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
Resolução n.º 1723: «Homenagem às vítimas da *Grande Fome*
(*Holodomor*) na antiga URSS» (28 de Abril de 2010)

1. A Assembleia Parlamentar relembra a Resolução n.º 1481 (2006) sobre a necessidade de condenação internacional dos crimes dos regimes comunistas totalitários, na qual se condenam vigorosamente as graves violações dos direitos humanos cometidos pelos regimes comunistas totalitários e se manifesta compaixão e compreensão pelas vítimas destes crimes, reconhecendo o seu sofrimento. Nela é igualmente declarado que a consciência histórica constitui um dos pré-requisitos para evitar que semelhantes crimes ocorram no futuro.
2. Na antiga União Soviética, o regime totalitário estalinista cometeu terríveis violações dos direitos humanos, que privaram milhões de pessoas do seu direito à vida.
3. A fome em massa das regiões cerealíferas, que começou no final dos anos 1920 e atingiu o apogeu em 1932-1933, representa uma das páginas mais trágicas na história dos povos da antiga União Soviética.
4. Milhões de pessoas inocentes da Bielorrússia, do Cazaquistão, da Moldávia, da Rússia e da Ucrânia, que faziam parte da União Soviética, perderam

as suas vidas em resultado da fome em massa deliberadamente provocada pelos actos e políticas cruéis do regime soviético.

5. Na Ucrânia, que foi a mais atingida, o campesinato foi particularmente afectado pela *Grande Fome*, tendo milhões de agricultores e membros das suas famílias morrido de fome, em consequência da “colectivização” forçada, da interdição de abandonarem as áreas afectadas, e da requisição de cereais e outros alimentos. Estes acontecimentos trágicos são designados por *Holodomor* (fome politicamente causada) e reconhecidos pela legislação ucraniana como um acto de genocídio contra os ucranianos.
6. Também no Cazaquistão, milhões de pessoas foram vítimas da fome em massa, calculando-se que a percentagem de mortes em relação ao conjunto da população será a maior de entre todos os povos da antiga URSS. Tradicionalmente nómadas e criadores de gado, os cazaques foram obrigados a sedentarizar-se e foram espoliados dos seus animais. A *Grande Fome* é recordada como a maior tragédia do povo cazaque.
7. Nos territórios cerealíferos da Rússia (o Médio e Baixo Volga, o Norte do Cáucaso, a Região Central das Terras Negras, os Urais Meridionais, a Sibéria Ocidental e outras regiões), a fome desencadeada pela “colectivização” e pela expropriação dos agricultores individuais tirou a vida a milhões de pessoas nas áreas rurais e urbanas. Em números absolutos, estima-se que a população da Rússia pagou o preço mais elevado, em termos de mortalidade, em resultado da política agrícola soviética.
8. Centenas de milhares de camponeses morreram, também, na Bielorrússia e na República da Moldávia.
9. Embora estes acontecimentos possam apresentar especificidades em várias regiões, o seu resultado foi idêntico: milhões de vidas humanas foram impiedosamente sacrificadas para o cumprimento das políticas e dos objectivos do regime estalinista.
10. A Assembleia homenageia a memória de todos aqueles que pereceram nesta catástrofe humana sem precedentes, e reconhece-os como vítimas de um crime brutal do regime soviético contra o seu próprio povo.
11. Condena veementemente as políticas cruéis aplicadas pelo regime estalinista, resultando na morte de milhões de pessoas inocentes, como um

crime contra a humanidade. Rejeita, de forma categórica, qualquer tentativa de justificar essas políticas criminosas, independentemente da sua fundamentação, e recorda que o direito à vida é inalienável.

12. Congratula-se com os esforços destinados a revelar a verdade histórica e a aumentar o conhecimento público sobre este acontecimento trágico do passado. Estes esforços devem procurar unir os povos e não dividi-los.
13. A Assembleia congratula-se com o importante trabalho já efectuado na Bielorrússia, no Cazaquistão, na República da Moldávia, na Rússia e, especialmente na Ucrânia, com vista a facilitar o acesso aos arquivos, e apela às autoridades competentes desses países para abrirem todos os arquivos e facilitarem o seu acesso a todos os investigadores, incluindo os de países estrangeiros.
14. Apela, igualmente, a outros Estados-membros do Conselho da Europa para que abram e tornem acessíveis os seus arquivos nacionais.
15. A Assembleia exorta os historiadores dos países da antiga União Soviética, que foram atingidos pela *Grande Fome*, bem como os de outros países, a desenvolver, com independência, projectos comuns de investigação, com vista a apurar, de forma total, isenta e despolitizada, a verdade sobre esta tragédia humana, e a torná-la pública.
16. Exorta os responsáveis políticos de todos os Estados-Membros do Conselho da Europa a abster-se de quaisquer tentativas de influenciar os historiadores e de prejudicar o resultado da investigação científica independente.
17. Congratula-se com a decisão das autoridades ucranianas em instituir um dia nacional em memória das vítimas da *Grande Fome (Holodomor)* na Ucrânia, e exorta as autoridades dos outros países igualmente afectados a que façam o mesmo em relação às suas próprias vítimas.
18. Apela ainda às autoridades de todos esses países para que organizem, de forma conjunta, actividades destinadas a homenagear as vítimas da *Grande Fome*, independentemente da sua nacionalidade.

I PARTE
APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS

A TRAJECTÓRIA ECONÓMICA DA U.R.S.S. E A *GRANDE FOME* NA UCRÂNIA

António Ramos dos Santos

(Universidade de Lisboa)

O presente texto trata das premissas económicas no interior da União Soviética que deram azo ao *Holodomor*, nome atribuído à fome-genocídio, que assolou o território da República Socialista Soviética da Ucrânia durante os anos de 1932-1933.

A situação da Fome na U.R.S.S.

A industrialização soviética teve lugar na Ucrânia a partir dos finais dos anos 1920, e levou a produção industrial do país a quadruplicar nos anos 1930. Todo o processo impôs um elevado custo ao campesinato, fulcral de um ponto de vista demográfico ao país. Para atender à necessidade de maiores suprimentos de alimentos e para financiar a industrialização, Estaline estabeleceu um programa de colectivização da agricultura através do qual o Estado combinava as terras e rebanhos dos camponeses em fazendas colectivas. O processo era garantido pela actuação dos militares e da polícia secreta, e a resistência conduzia à prisão e à deportação. Os camponeses viam-se obrigados a lidar com os devastadores efeitos da colectivização da produção agrícola e com as exigências de amplas quotas de produção. Tendo em vista que os integrantes das fazendas colectivas não estavam autorizados a receber cereais até completarem as suas quotas de produção, as quais eram completamente impossíveis, o que se sucedeu, como consequência, foi o princípio de uma fome generalizada. Este processo, conhecido como *Holodomor*, conduziu milhões de pessoas a morrer de fome.

Simultaneamente, os soviéticos acusavam a elite política e cultural ucraniana de nacionalismo, na altura em que as políticas das nacionalidades foram revertidas, no início dos anos 1930. Duas expurgações resultaram na eliminação de quatro- quintos da elite cultural da Ucrânia. A Ucrânia era, nos anos 20 e 30 do século passado, vista pelas autoridades soviéticas como uma república com fortes tradi-

ções nacionais e com potencial económico e humano. Logo, um, eventual perigo para a construção do centralizado Estado Soviético.

As normas da entrega do pão foram definidas segundo o sistema de *kolkhozes* em Abril de 1930. De acordo com esta lei, atribuía-se um imposto agrário único para o ano de 1930-31 e para toda a Ucrânia foram definidas normas de imposto sobre os agricultores, muito superior ao das restantes repúblicas soviéticas. Com a confiscação das reservas de alimentação por incumprimento do plano de aprovisionamento dos agricultores, a fome transformou-se num fenómeno de grandes proporções. Todavia, com base em instruções orais, foi também confiscado tudo o que era comestível e, nos finais de 1933, até as frutas frescas foram confiscadas.

No Outono de 1932 e no Inverno de 1933, funcionavam por ordem do Kremlin os denominados «bloqueios alimentares» das fronteiras da Ucrânia, organizados pelas tropas internas e pela polícia. Estas impediam a saída dos agricultores e proibiam os particulares de trazer alimentos da Rússia e da Bielorrússia para a Ucrânia.

Com a implementação dos chamados «quadros negros» foi elaborada a lista das aldeias que, de acordo com o respectivo Despacho do Comité Central e do Comité dos Comissários do Povo, sabotavam o aprovisionamento dos cereais.

Na Primavera de 1932, o Kremlin exigia que não se falasse acerca da fome. Foi como se uma parede de silêncio tivesse sido erigida diante do aparelho de Estado e do próprio partido. A propaganda oficial da U.R.S.S. deixava em silêncio as informações sobre a fome do início dos anos 30. A estatística oficial utilizava com frequência a noção de registo incompleto de mortalidade.

Mas se a situação na Ucrânia atingiu os limites do sustentável, na União Soviética, a fome de 1932-1933 teve também uma natureza sócio-económica, pois foi condicionada pela aceleração dos tempos da industrialização, com a destruição da agricultura mais abastada e a expropriação sem limites da colheita de cereais aos agricultores e quintas individuais.

Em Maio de 1932, os planos de aprovisionamento do pão foram reduzidos para algumas regiões dos Urais, do Médio Volga e Cazaquistão, não sendo, contudo, aplicados à Ucrânia e ao Norte do Cáucaso. Nas restantes regiões da U.R.S.S. não se procedeu a tal confiscação dos alimentos não cerealíferos. Aliás, durante a fome na U.R.S.S. nos anos 1932-33 houve um aumento rápido da exportação dos cereais para o estrangeiro, com o aumento do fornecimento das provisões para a ajuda aos trabalhadores do Ocidente sem a contraparte das autoridades soviéticas face à crise interna.

A forma do aprovisionamento do pão na região do Volga e noutros territórios da U.R.S.S. onde se sentia a falta de alimentos foi diferente, sem que estas tenham sido cercadas pelo exército.

A fome na região do Volga, como a fome pós-guerra na U.R.S.S. num sentido geral, sempre foi admitida na União Soviética, mas a população adulta da Ucrânia, cuja maioria passou pela «*Grande Fome*», era inclusivamente aprisionada por falar nela.

A situação económica na U.R.S.S.

A Rússia não experimentou a crise mundial de 1929, embora a sua economia atravessasse nessa altura circunstâncias mais difíceis que as dos países ocidentais.

Desde 1917 que os dirigentes desejavam a estatificação da economia - num período que se prolonga até 1921 - com o denominado comunismo de guerra e a colectivização integral. Sucessivos decretos desde Novembro de 1917 implantaram a confiscação da terra e o controlo operário sobre a produção e distribuição das riquezas industriais, e a nacionalização de algumas empresas (bancos e transportes) cuja direcção se entregou, como a de toda a economia, a um Conselho Superior de Economia.

Uma mudança tão brusca, sem ter antes criado as engrenagens e infra-estruturas correspondentes, e que, por outro lado, ia de encontro à resistência de amplos sectores sociais, não falando na falta de ajuda externa, com quem tinham cortado relações políticas e económicas, em breve se revelou um fracasso. A primeira falha verificou-se na agricultura.

A nacionalização da terra e a sua distribuição aos camponeses, realizada pelos comités agrários e do partido, foi pretexto para grandes alterações, descontentamentos, e até vinganças pessoais. Por isso, uma nova lei, em Abril de 1918, reservou a terra para quem a cultivasse directamente e declarou que a sua repartição se realizaria de acordo com o número de membros de que constava cada família.

A falta de estímulo e de interesse, visto que os preços oferecidos pelo Estado à colheita eram muito baixos, fizeram restringir grandemente a produção de cereais e gado. No Verão de 1918 a fome fez-se sentir duramente em Petrogrado, Moscovo e noutras grandes cidades industriais. O partido criou então comités de camponeses, encarregados de olhar pela distribuição e entrega das colheitas, mas fracassaram nos seus intentos. A produção de cereais tinha descido: em 1920 mal chegava aos 50% da de 1913. Mas devemos salientar que os resultados foram mais desastrosos na produção industrial.

Durante o ano de 1921 a situação económica e social era muito difícil, tanto no campo como na cidade, e surgiram sabotagens e insurreições, como a dos marinheiros de Cronstadt. No 10.º Congresso do Partido Comunista, a 15 de Março de 1921, Lenine anunciou a Nova Política Económica (N.E.P.), baseada no resta-

belecimento provisório de uma economia privada. Uma série de decretos deram uma maior flexibilidade à fiscalização governamental das colheitas, permitindo aos camponeses reter uma parte delas e vendê-las livremente, entregando o resto como imposto em géneros. Os camponeses incrementaram a superfície semeada e os investimentos até ao ponto de apenas em três anos a produção agrícola ter triplicado.

Todavia persistia uma disparidade: o incremento das produções industrial e agrícola. A indústria, em 1923, trabalhava a um terço da sua capacidade e a sua produção não chegava a 35% da de 1913. Tal facto levou o Estado a controlar os preços respectivos, o que se traduziu numa posição dos camponeses, que achavam que os preços atribuídos aos seus produtos não eram remunerados em proporção do alto custo dos preços industriais; também os operários da cidade se queixavam de que os seus salários não lhes permitiam adquirir os alimentos necessários que, além disso, escasseavam no mercado.

Após a morte de Lenine em 1924 a N.E.P. tinha chegado a um ponto morto, que começava a pôr em perigo os fundamentos sociais e políticos do regime.

O 15.º Congresso do Partido, dirigido por Estaline em Dezembro de 1927, decretou o regresso ao caminho do socialismo integral e a planificação centralizada da economia. Sob a rígida ditadura de Estaline, em 1928 iniciou-se a planificação da economia, que devia converter a Rússia, país predominantemente agrícola, numa nação com uma indústria poderosa e uma agricultura moderna.

A sua realização dependia de um centralismo rígido por parte do Estado, que teria de procurar a harmonia perfeita entre as forças produtivas, em benefício da sociedade comunista. As planificações encomendadas a uma equipa do Estado (*Gosplan*) foram quinquenais, e nelas previam-se determinados objectivos, investimentos de capital, etc.

O primeiro destes planos quinquenais (1928-1933), apresentado em Dezembro de 1927, no 15.º Congresso Nacional do Partido, previa uma triplicação da produção de bens de equipamento e o aumento de 36% da produção agrícola. A sua realização foi incompleta e desigual. Faltavam capitais e técnicos, apesar dos 20000 estrangeiros convidados, e dada a manifesta resistência, sobretudo no campo.

No sector agrícola, as previsões fracassaram pela resistência quase geral à colectivização. Não obstante o uso de todos os meios, incluindo os julgamentos e a deportação, muitas terras ficaram abandonadas, sem cultivo, a produção de cereais foi inferior à média de 1925-1929 e o gado, falho de cuidados e de alimentos, reduziu-se a 50% em relação ao ano de 1916.

Assim, se a Rússia não experimentou a crise mundial de 1929-1932, sofria uma miséria ainda maior que a dos países ocidentais.

O segundo plano (1933-1937), que insistia na formação do sector industrial básico, preocupou-se com a assimilação da técnica ocidental e com a formação de

peritos. Desde 1934, a Rússia dispunha de um número quase suficiente de especialistas, formados já em escolas soviéticas, e no fim do plano, em 1938, quase 80% dos directores de fábricas tinham cursos superiores. Para aumentar a produtividade recorreu-se à «emulação socialista», abandonando, de momento, a fórmula comunista de «a cada um segundo as suas necessidades». Um dos aspectos mais originais desta «emulação socialista» foi o *stakhanovismo*. O nome provém do de um operário das minas de carvão do Donetz, Alexis Stakhanov, que conseguia rendimentos superiores em 200 e até 300% dos dos seus companheiros.

Na realidade foi um movimento provocado pelo Partido, cujos primeiros ensaios se verificaram na fábrica de Makeiveko, onde a produção era débil, e para a elevar, concederam-se prémios aos operários que superavam a média. A partir de 1935, o *stakhanovismo*, impulsionado pela propaganda oficial, teve um grande acolhimento, e aos operários destacados, à parte dos prémios e distinções honoríficas, eram atribuídos substanciais aumentos de salário. O Estado beneficiou disto, pois desde 1937, o dia de trabalho normal tinha-se convertido de sete em oito horas. Como se pode ver, o *stakhanovismo* não era mais que um sistema capitalista de trabalho a prémio, que a propaganda oficial soviética converteu em fórmula de emulação nacional.

O segundo plano conseguiu a duplicação da produção industrial conjunta, ainda que de acordo com os investimentos, a indústria ligeira e de bens de consumo não tenha conseguido percentagens similares de incremento. A produção agrícola também pôde elevar-se consideravelmente, embora continuasse baixa.

O terceiro plano quinquenal, que começou em 1938, era ambicioso, aplicando os maiores investimentos a algumas indústrias, como a química, em que a Rússia estava muito atrasada. Foi interrompido em 1940, perante a entrada da Rússia no conflito mundial.

No momento da participação da U.R.S.S. na guerra, esta tinha atingido um alto nível de industrialização e de progresso material. Mas permaneciam desequilíbrios estruturais na economia soviética, tanto na produção industrial como na produção agrícola. Todavia, o avanço económico soviético foi conseguido à custa da subordinação dos interesses humanos e do nível de vida ao ritmo da produção.

A colectivização da terra processou-se paralelamente à industrialização, dentro da planificação soviética. A colectivização da agricultura era a única maneira de obrigar os camponeses à entrega de maior quantidade de produtos. Estaline considerava, inclusivamente, que os camponeses deviam entregar o excedente da sua colheita a preço inferior ao custo de produção e contribuir assim para o desenvolvimento da industrialização, condição necessária para a implementação da sociedade comunista.

As explorações agrárias eram de dois tipos: a cooperativa particular ou *kolkhoz* e a do Estado ou *sovkhos*. Durante algum tempo, na época de Estaline, chegou

a considerar-se o *sovkhoz* como a mais perfeita forma de organização socialista da agricultura e facilitou-se a passagem do *kolkhoz* à empresa agrícola estatificada. Estendeu-se especialmente por terras da Crimeia, Cáucaso, Urais Meridionais e Sibéria Ocidental, mas os resultados esperados não se conseguiram.

Foi neste contexto mais geral que tiveram lugar os acontecimentos na Ucrânia, onde Estaline aplicou as suas teses acerca da questão nacional e da colectivização do campesinato.

O processo de colectivização acelerada da agricultura teve consequências trágicas para milhões de pessoas. Incluindo através das operações de deportação que visavam fornecer recursos humanos necessários à colonização e exploração das riquezas naturais existentes em territórios desabitados no Cazaquistão e na Sibéria. No total, calcula-se que 2,8 milhões de pessoas foram deportadas, entre os quais 300000 ucranianos, no contexto da campanha de *deskulakização* entre 1930 e 1932. Cerca de 400000 camponeses foram enviados para uma rede de campos de trabalho forçado geridos pela polícia política, na época a O.G.P.U., dirigida por Vyacheslav Menzhinsky.

Neste contexto, a Ucrânia viu chegar as denominadas *comissões extraordinárias*, por ordem de Estaline, em 1932, sob a direcção de Vyacheslav Molotov e Lazar Kaganovitch, apoiados pelo próprio Genrikh Yagoda chefe da O.G.P.U., e que visavam *acelerar as colectas*. Estaline aplicou os princípios da “questão nacional” e assistiu-se a uma escalada de medidas repressivas. Estava, assim, consumado o início do caminho do extermínio do campesinato ucraniano.

Conclusão

O crescimento da U.R.S.S. foi realizado à custa de políticas severas que tiveram uma grande repercussão na vida da população. A denominada questão nacional e o peso dos camponeses na sociedade, que se pretendia industrializada a qualquer custo, agravou as condições de vida, em particular nalgumas regiões como a Ucrânia. A Política do Kremlin conseguiu dominar por completo o desenvolvimento dos acontecimentos na década de 30 do passado século, mesmo que isso tenha significado um genocídio calculado em grande escala.

BIBLIOGRAFIA

- CONQUEST, Robert, *Harvest of Sorrow: Soviet Collectivisation and the Terror-Famine*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1986.
- DREYFUS, Michel Groppo, and Bruno Ingerflon (dir.) *O Século dos Comunismos*, Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- KENEZ, Peter, *História da União Soviética*, Lisboa: Edições 70, 2007.
- NOVE, Alec, *An Economic History of the USSR, 1917-1991*, 3ª ed., Nova Iorque: Penguin, 1992.
- VOLIN, L., *A Century of Russian Agriculture: from Alexander II to Khrushchev*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986.

Outras Fontes:

- «História da Ucrânia» – Disponível *online* em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Ucr%C3%A2nia [22 de Fevereiro de 2009].
- «*Holodomor*» – Disponível *online* em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Holodomor> [22 de Fevereiro de 2009].

A GRANDE FOME NA UCRÂNIA (1932-1933)

Carlos Gaspar

(Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa)

A repressão brutal dos camponeses na União Soviética, entre 1930 e 1933, que se concentrou na Ucrânia e na bacia do Volga e provocou a terrível fome de 1932-1933 – as estimativas mais moderadas indicam seis milhões de mortos – foi o primeiro programa totalitário de extermínio em massa do século XX e continua a ser o mais ignorado¹.

Trata-se bem de um programa, parte integrante do I Plano Quinquenal, que previa a aceleração da “construção do socialismo” em três frentes – a frente industrial, a frente camponesa e a frente cultural, cujo objectivo era ultrapassar o atraso crónico da Rússia e transformar a União Soviética numa economia avançada. Trata-se também de um programa ideológico, como é próprio das estratégias dos regimes totalitários. Estaline defendia, com razão, que o marxismo previa a intensificação da “luta de classes” à medida que se avançava na “construção do socialismo”. (Essa posição era criticada por Nikolai Bukharin, que, sem razão, considerava essa tese anti-marxista).

Para Estaline e para o seu partido comunista, a guerra era, literalmente, “a continuação da política por outros meios”. Nesse sentido, a “construção do socialismo num só país” era o equivalente a uma guerra civil – uma guerra entre as classes sociais e a execução dos objectivos do Plano Quinquenal. Era o equivalente a uma operação militar de grande envergadura, que previa a definição de um inimigo, a mobilização de forças de combate e uma estratégia operacional.

O momento decisivo foi a viragem no regime bolchevique russo, em 1929, quando Estaline conseguiu eliminar, em etapas sucessivas, a oposição de esquerda (Trotsky) e a oposição de direita (Bukharin, Rykov) e impor ao partido comunista uma direcção política inteiramente composta por estalinistas – Molotov, Kirov, Kalinin, Kaganovich e Mikoyan.

A sua estratégia de consolidação do poder era a realização do Plano Quinquenal – a “construção do socialismo” depois do período da N.E.P. (Nova Política

¹Apesar do clássico de Robert Conquest, *Harvest of Sorrow. Soviet Collectivization and the Terror Famine*. London: Oxford University Press, 1988.

Económica) e do compromisso com a economia capitalista de mercado, nomeadamente, nos campos.

O Plano Quinquenal previa a estatização da indústria, a colectivização da agricultura e a soviétização da cultura – uma “revolução cultural”, nos seus próprios termos, mais tarde retomada pela catástrofe maoísta da “Grande Revolução Cultural Proletária”. O programa estalinista era uma “revolução de cima para baixo”, imposta pelo partido para transformar, radical e aceleradamente, a economia, a sociedade e a cultura da Rússia e das outras nações integradas no império soviético.

Esse programa foi apresentado como a “Segunda Revolução”² – a “Primeira Revolução”, de Outubro de 1917, tinha imposto o regime bolchevique – a direcção estalinista ia construir o socialismo com o “salto em frente” imposto pela “Segunda Revolução”.

A frente camponesa foi declarada aberta em finais de 1929, o ano da grande ruptura. Em Dezembro, Estaline anunciou o princípio da colectivização: “Temos agora a oportunidade para lançar uma ofensiva determinada contra os *kulaks*, para quebrar a sua resistência, para os eliminar como classe e para substituir as suas explorações por *kolkhozes* e *sovkhoses*.”³ Em Janeiro de 1930, o Politburo aprovou uma resolução em que decidiu, *expressis verbis*, a “liquidação dos *kulaks* como classe”. Acto contínuo e de surpresa; as brigadas da “Cheka” (cujo nome neste período era O.G.P.U.), do *Komsomol*, do Partido Comunista – ou os célebres “vinte e cinco mil” – começaram a atacar as aldeias e as vilas rurais, nomeadamente na Ucrânia, para separar os camponeses ricos (*kulaks*) dos camponeses médios (*seredniak*) e pobres (*beredniak*), expropriar as propriedades e os meios de produção privados, fechar as igrejas e forçar as pessoas a integrar as comunas agrícolas⁴. Os *kulaks* – uma definição que passou rapidamente a incluir todos os camponeses que se opunham à colectivização – foram deportados para campos de concentração, sobretudo no Norte, (foi o princípio do *Gulag* como sistema concentracionário) ou deixados ao abandono, muitas vezes para morrer.

A estratégia da surpresa não teve os resultados previstos⁵. Os camponeses resistiram e responderam à colectivização, que significava a destruição do seu modo de vida tradicional, com a destruição massiva das colheitas e do gado. Por outro

² Martin Malia, *The Soviet Tragedy. A History of Socialism in Russia (1917-1991)*, New York: The Free Press, 1994, p. 196.

³ A citação é reproduzida na íntegra por Robert Service, de *Stalin. A Biography*, p. 267. Londres: Macmillan, 2004, p. 266.

⁴ Sobre a “reclassificação” da sociedade soviética, ver Sheila Fitzpatrick (1993), “Ascribing class; the construction of social identity in Soviet Russia”. *Journal of Modern History* 65 (4): pp. 745-770.

⁵ Martin Malia (1994:196-199).

lado, não havia planos para organizar os *kolkhozes*, nem meios de mecanização da produção agrícola, essenciais para o sucesso da colectivização, que se supunha acelerar a industrialização da agricultura.

Estaline recuou. Numa primeira fase, a colectivização foi imposta apenas num quarto das explorações agrícolas. Mas preparou, imediatamente, uma segunda ofensiva, melhor organizada, logo para o ano seguinte, em 1931. A expropriação prevista era menos brutal – os camponeses podiam ficar com as suas casas e com uma parte da terra para a exploração privada – e mais completa, incluindo já mais de metade das explorações rurais. Houve uma melhor organização, quer dos *kolkhozes*, quer das estações de tractores, que passaram a servir várias comunas rurais e eram um instrumento crucial de controlo do partido sobre a produção.

Porém, a resistência continuou, e a própria sobrevivência política interna da direcção estalinista estava posta em causa. A ofensiva final, em 1932, foi implacável. As brigadas comunistas irão acelerar a colectivização e expropriar as reservas de cereais dos camponeses, cuja exportação era essencial para obter os créditos externos que financiavam a modernização industrial. Tratava-se, literalmente, de eliminar os *kulaks* como classe – os *kulaks* e toda e qualquer resistência camponesa ao regime bolchevique⁶. A expropriação dos cereais e dos meios de produção provocou a terrível fome de 1932-1933 – entre seis e onze milhões de mortos⁷, um dos maiores massacres de civis do século XX.

A repressão contra os camponeses concentrou-se, em boa parte, na Ucrânia, que era o “celeiro” do império soviético. A independência da Ucrânia e a sua separação da Rússia, no fim da Grande Guerra, tinham revelado a força do nacionalismo ucraniano, que representava uma ameaça ao regime comunista e à unidade imperial. De resto, o próprio partido comunista ucraniano e as elites culturais ucranianas, suspeitos, por definição, de “desvios nacionalistas”, vão ser submetidos a depurações sucessivas durante os anos trinta.

Mas a “grande fome” de 1932-1933 foi, sobretudo, a forma de impor o regime comunista à “nação camponesa”, com a destruição das estruturas sociais tradicionais nos campos, a liquidação física de milhões de agricultores, e uma aceleração brutal dos processos de urbanização – trinta milhões de camponeses partiram para as cidades nos anos trinta. Em 1921, a conquista da Rússia pelos bolcheviques não tinha passado para fora das portas das cidades, mas, em 1933, com a colectivização rural, o resto do país foi ocupado.

⁶ Sobre a natureza social do extermínio dos camponeses soviéticos, ver Eric Weitz, *A Century of Genocide*, Princeton: Princeton University Press, 2003, pp. 64-68.

⁷ Martin Malia (1994:199). Ver também Robert Conquest *The Great Terror: a Reassessment*, Londres: Pimlico, 1990, p. 20.

A “grande fome” foi também o princípio do “grande terror” – o segundo massacre totalitário, com a depuração massiva dos comunistas, que completou o domínio de Estaline sobre o partido comunista russo.

A transição da “grande fome” para o “grande terror” continua a ser mal conhecida e pouco estudada. Em 1934, completado o Plano Quinquenal – a catástrofe humanitária correspondeu, na frente industrial, a um sucesso impressionante da estratégia de modernização acelerada da União Soviética – reuniu-se o 12.º Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética, que se apresentou a si próprio como o “Congresso dos Vencedores”. Os “Vencedores” estavam divididos entre si. Enquanto persistiu a resistência camponesa, os comunistas mantiveram fileiras cerradas. Porém, quando o partido prevaleceu, a facção estalinista cindiu-se para dar lugar a uma linha que defendia o fim da violência e do terror, a reconciliação social e a “reabilitação” das facções da oposição interna no partido bolchevique. (O próprio Estaline confessou, mais tarde, a Churchill que a colectivização tinha sido uma provação tão dura como a II Guerra Mundial⁸). Sergei Kirov seria o representante dessa linha mais moderada. Na *Carta de um Velho Bolchévik*, que relata uma conversa entre Boris Nikolaevsky, um velho menchevique emigrado, e Nikolai Bukharin, em Paris, em 1936, pouco antes de o dirigente comunista russo, acusado de espionagem, ser executado em Moscovo, Bukharin dizia que, para Kirov, “o período de destruição, necessário para extirpar os pequenos proprietários (*kulaks*) nas aldeias, tinha acabado; a posição económica dos colectivos (*kolkhozes*) estava consolidada; nessa base, com a continuação da melhoria da situação económica, as massas iam reconciliar-se com o governo e o número de ‘inimigos internos’ ia diminuir. A tarefa do partido era reunir as forças necessárias para sustentar a nova fase de desenvolvimento económico e alargar a base do poder soviético.” O velho bolchevique dizia ainda que Kirov “defendia a reconciliação com os elementos do partido que tinham passado à Oposição no período do I Plano Quinquenal, mas que podiam cooperar numa nova base, agora que a fase destrutiva tinha terminado.”⁹

Mas a fase destrutiva não tinha terminado. O assassinato de Kirov, em 1934, depois do seu triunfo no “Congresso dos Vencedores”, onde teve mais votos do

⁸ Martin Malia (1994:220).

⁹ *Letter of an Old Bolshevik*, p.19. New York: Rand School Press. (A versão de Boris Nikolaevsky foi, mais tarde, contestada pela viúva de Bukharin, que o acompanhou na viagem a Paris, mas a sua posição foi recebida com reservas, como resulta do último livro de Oleg Khevniuk, em que este historiador defende Boris Nikolaevsky. Cf. V. Anna Larina (1990), *Boukharine, ma passion*. Paris: Gallimard; Oleg Khlevniuk (2009), *Master of the House. Stalin and his Inner Circle*. New Haven: Yale University Press.)

que Estaline na votação dos membros do novo Politburo, vai marcar o início do “Grande Terror” e da aniquilação do velho partido comunista.

Essa sequência de massacres não é específica da União Soviética e repetiu-se no caso da consolidação do partido maoísta na República Popular da China.

Em 1958, Mao Tsetung impôs ao Partido Comunista da China o “Grande Salto em Frente” e a aceleração da colectização rural com a criação das “Comunas Populares”. O processo de colectivização, a repressão contra os proprietários camponeses e a desorganização da produção, provocaram uma fome terrível, cuja extensão ainda não é conhecida – entre vinte e quarenta milhões de mortos. Tal como a “grande fome” de 1932-1933, esse novo massacre de camponeses, organizado pelos comunistas, foi igualmente ocultado e continua a ser largamente ignorado. A divisão interna do partido chinês, perante a catástrofe, manifestada pela oposição do Marechal Peng Dehuai na Conferência de Lushan, em 1959, vai provocar, primeiro, um breve recuo e, depois, a contra-ofensiva implacável dos maoístas, que ficou conhecida como a “Grande Revolução Cultural Proletária”, a versão chinesa do terror estalinista, com a destruição do velho partido comunista, que serviu para consolidar o poder de Mao.

No princípio do século XXI, a tragédia totalitária passou a ser uma vaga memória.

O memorial do *Gulag*, na praça Dzerzhisky, em Moscovo, é ignorado: nenhum dirigente de nenhuma democracia vai prestar homenagem aos mortos e desaparecidos do *Gulag* quando visita a Rússia. Em Pequim, na praça Tian’anmen, estão o mausoléu e o retrato de Mao Tsetung, o fundador da República Popular da China. Não existe, em lado nenhum, um lugar onde se possa honrar a memória das suas vítimas, entre as quais se incluem os responsáveis pelo fim do terror comunista e pela liberalização económica chinesa, a começar por Deng Xiaoping, o sucessor de Mao. Os mártires da colectivação agrária, na Ucrânia ou no Gansu, perderam-se na História.

Hegel ensinou-nos que a única coisa que nunca aprendemos são as lições da História. Mas nem ele imaginou que os despotismos modernos, como os regimes totalitários do século XX, conseguissem esconder tão bem os seus crimes.

BIBLIOGRAFIA

- CONQUEST, Robert, *Harvest of Sorrow. Soviet Collectivization and the Terror Famine*. Londres : Oxford University Press, 1988.
- CONQUEST, Robert, *The Great Terror: a Reassessment*. Londres: Pimlico, 1990.

- FITZPATRICK, Sheila, "Ascribing class; the construction of social identity in Soviet Russia".
Journal of Modern History 65 (4), 1993.
- KHLEVNIUK, Oleg, Master of the House. Stalin and his Inner Circle. New Haven : Yale University Press, 2009.
- LARINA, V. Anna, Boukharine, ma passion. Paris : Gallimard, 1990.
- MALIA, Martin, The Soviet Tragedy. A History of Socialism in Russia (1917-1991). Nova York: The Free Press, 1994.
- SERVICE, Robert, Stalin. A Biography. Londres : Macmillan, 2004.
- WEITZ, Eric, A Century of Genocide. Princeton : Princeton University Press, 2003.

ESPECTROS DA HISTÓRIA – OS OUTROS 6 MILHÕES. *HOLODOMOR – O HOLOCAUSTO UCRANIANO*

José Luís Andrade

(Sociedade Histórica da Independência de Portugal)

Em todo o mundo, milhares de ucranianos reúnem-se no quarto sábado do mês de Novembro para lembrarem as vítimas do genocídio ordenado por Estaline em 1932-33. Decidido a resolver a *questão* ucraniana cuja identidade nacional acreditava estar fortemente enraizada nas massas camponesas, Estaline mandou elaborar um programa radical de colectivização forçada da terra, ao mesmo tempo que elevava em 44% as quotas obrigatórias de exportação de trigo nas terras consideradas como o *Celeiro* do Império Russo.

Cada aldeia era obrigada a fornecer ao Estado uma determinada quantidade de cereais; a lei da colectivização impunha que nenhum trigo fosse dado aos membros de uma unidade colectiva sem que as metas impostas por Moscovo fossem atingidas. Como esse valor ultrapassava geralmente a produção efectiva, a comunidade não conseguia assumir a sua quota-parte e era colocada numa lista negra. Em consequência de tal facto, a O.G.P.U.¹ e o N.K.V.D.² realizaram operações massivas contra os camponeses ucranianos, a fim de lhes confiscarem teoricamente algum cereal escondido – na prática, todos os géneros alimentícios. (O facto de até as próprias sementes para o cultivo do ano seguinte serem confiscadas diz bem da verdadeira intenção das autoridades comunistas).

Ao mesmo tempo, implementavam um sistema de passaportes interno que impedia os rurais de se movimentarem à procura de comida. A morte pela fome era uma consequência inevitável.

Reconhecido pelas autoridades das Nações Unidas como *uma das maiores atrocidades do nosso tempo*, o genocídio ucraniano só emergiu verdadeiramente à

¹ *Obèdinennoe Gosudarstvennoe Politicheskoe Upravlenie*. Sucessora da CheKa, depois da criação da URSS em 1922, a O.G.P.U. (G.P.U. entre 23.01.22 e 31.01.24) passou a depender do governo central em 34, depois de um longo processo de reorganização empreendido por Dzerzhinsky. Passou a ter um papel de controlo fundamental nos sectores económicos.

² *Narodny Komissariat Vnutrennikh Del*, ou seja o departamento ministerial para os assuntos internos, estava em 1932-33 colocado ao nível das Repúblicas, isto é, no caso vertente, havia um ucraniano.

luz do dia quando o país assumiu a sua independência no turbilhão provocado pela queda do Império Soviético. Assombrosos e horrendos relatos de coetâneos do massacre foram então recolhidos e divulgados.

Yaroslav Lukov, da BBC, contou como sempre mantivera uma atitude céptica em relação às histórias que a avó lhe começara a contar, apenas no fim dos anos 80, sobre crianças e bebés terem sido comidos (alguns, inclusive, ainda em vida). Pensava que os relatos de canibalismo desenfreado eram demasiado chocantes para poderem corresponder à verdade, até que se viu confrontado com documentação inequívoca sobre o assunto. No desespero da fome, bebés e crianças desapareciam sem rasto, mortos e comidos pelos progenitores ou vizinhos. Treloucados, pela fome, matavam ou aproveitavam-se da prostração moribunda de vizinhos para de seguida os comer. Casos houve em que se estabeleceu mesmo um comércio de carne humana, conhecido e tolerado pelas autoridades comunistas, como demonstram alguns documentos.

Viktor Yushchenko, Presidente da Ucrânia, mandou desclassificar e tratar mais de trinta mil documentos, na posse do KGB, sobre a *Grande Fome* de 1932-33. Neles se prova de forma inequívoca que o *Holodomor* foi deliberadamente ordenado por Estaline, sob a supervisão directa do seu braço-direito, Postyshev. Note-se que os *kulaks*, proprietários e rendeiros apontados como inimigos da classe campesina, há muito (nos anos 20) que haviam sido deportados para a tundra siberiana, pelo que agora os afectados eram inquestionavelmente os camponeses.

Yurij Luhovy, o produtor e editor canadiano do documentário *Harvest of Despair* (Colheita do Desespero), que relata o *Holodomor* com base em depoimentos de quem o viveu em primeira mão, interrogava-se, aquando do lançamento do filme em 1984, como era possível que sobreviventes do genocídio, a viverem então no Canadá e nos E.U.A, 50 anos depois, ainda hesitassem em falar, com medo de represálias. Com efeito, tinham consciência de que longo era o braço do poder soviético e múltiplas as hidras da sua cumplicidade. Porque se é verdade que desde o genocídio do biénio 32-33 muitas foram as vozes que denunciaram o ocorrido, outras houve que o branquearam e o desvalorizaram.

Apesar de perfeitamente cientes da dimensão do massacre, Louis Fischer do *The New Republic* e Walter Duranty do *The New York Times* empenharam-se em servir Moscovo com mais do que a verdade. Este último foi mesmo recipiente do Prémio Pulitzer em 1932, tendo essa atribuição sido alvo, recentemente, de um malogrado pedido de revogação, com um baixo-assinado subscrito por milhares de pessoas. Mas esses focos, na sua maioria manejados por Moscovo, não conseguiram ofuscar os relatos feitos por outros colegas, como Malcom Muggeridge do *Manchester Guardian*, ou William Henry Chamberlain do *Christian Science Monitor*, ou Eugene Lyons da *United Press*, ou Harry Lang do *Jewish Daily*. Igual-

mente vários próceres comunistas, como Nikita Khrushchev ou o arrependido Victor Kravchenko que, tal como Lev Kopelev, participou enquanto jovem militante comunista no massacre dos camponeses ucranianos, denunciaram a seu tempo os factos vividos no *Holodomor*, que levou à morte, por fome provocada, mais de seis milhões de ucranianos.

Mas como já acontecera com o massacre das elites polacas em Katyn, a seu tempo calado pelo *gentleman* Churchill, só agora, mas mesmo assim muito a descompasso, surgem relatos sobre o que se passou no sangrento lodaçal soviético. Geralmente trazidos a lume por antigos comunistas (será uma questão de credibilidade *aggiornata?*), os horrores sofridos pelos súbditos do socialismo científico ainda não conseguiram ganhar o *momentum* necessário para suprir as lacunas, as mentiras e as inverdades propaladas pela dominante historiografia apologética, persistentemente inebriada no obsessivo *anti-fascismo*. Deveras impressionante é o relato que Nicolas Werth nos traça do *Gulag*, na *Ilha dos Canibais* (agora já em edição portuguesa); mas detalhes e estórias à parte, nada que os que sempre denunciaram o comunismo quer nas suas evidências reais quer na sua aceção político-filosófica não soubessem ou não antevissessem.

Quanto aos seis milhões e aos Holocaustos, enfim, todos nós temos consciência de que nos matraqueiam com a afirmação de que *todos os seres humanos são iguais*, mas sabemos que, na realidade, *há sempre uns que são sempre mais iguais que outros*, não é verdade?

HOLODOMOR: O IMPÉRIO DA FOME

Luís de Matos Ribeiro

(CompaRes – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos/CLEPUL - Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FLUL)

Introdução

Respondendo ao apelo lançado em 1988 por um casal de jornalistas ucranianos (Volodymyr Maniak e Lydia Kovalenko), Maria Chtyfuruk decidiu revelar, pela primeira vez, a seguinte memória de infância:

«Dez, quinze pessoas morriam todos os dias. Levavam-nas numa carroça e atiravam-nas para uma vala e, no dia seguinte, recomeçava-se. As pessoas adormeciam e depois partiam... [...] Aquele que não quisesse aderir ao *kolkhoz* era imediatamente chamado de *kulak*. Tu possuis uma parelha de cavalos, uma carroça, uma vaca? Então, vão-te *deskulauizar*. O meu pai entregou ao *kolkhoz* os seus cavalos e a sua vaca. Depois, morreu de fome... Levaram tudo sem deixar nada em troca; deixaram as pessoas a morrer de fome. Destruíram as casas. Deportaram as pessoas para o Grande Norte ou a Sibéria; elas nunca mais voltaram. Só Deus sabe o que lhes aconteceu»¹.

À semelhança de outros 6000 testemunhos recolhidos, destinados a um livro-memorial publicado em 1991², as suas palavras evocam a maior tragédia em tempo de paz na Europa do século XX – o *Holodomor*³ ou a *Grande Fome* da Ucrânia – paradoxalmente ainda ausente da nossa memória colectiva⁴.

¹ Citado por Sokoloff (2000: 107).

² I. B. Kovalenko & B. A. Maniak (eds.), *Holod 33: Narodna Knyha-Memorial (Fome 1933: O Livro Memorial do Povo)*. Kyiv: Radianskyi Pysmennyk, 1991. Cf. Marples (2007: 70).

³ O termo *Holodomor* resulta da conjugação das palavras *holod* (fome) e *moryty* (matar através de privações, esfaimar), significando “matar pela fome”. A palavra terá sido utilizada pela primeira vez pelo escritor Oleksiy Musiyenko, em 1988. Cf. Graziosi (2005: 454, nota 3).

⁴ Iguualmente pouco conhecida, a fome na China resultante do «Grande Salto em Frente» (1958-1961) tem sido analisada comparativamente com o *Holodomor* e as fomes soviéticas. Ver por exemplo: Thomas P. Bernstein, «Stalinism, Famine, and Chinese Peasants: Grain Procurements during the Great Leap Forward», *Theory and Society* 13 (3), 1984, pp. 339-377; Jasper Becker, *Hungry Ghosts. Mao's Secret Famine*. New York: Henry Holt and Company, 1996, p. 352; Steven Bela Várdy & Agnes Huszár Várdy, «Cannibalism in Stalin's Russia and Mao's China», *East*

O trabalho pioneiro de investigadores como Robert Conquest e James Mace⁵ e, posteriormente, a revolução arquivística e historiográfica subsequente à abertura dos arquivos soviéticos no final dos anos 80 do século passado⁶, tornou possível, no presente, a confirmação da natureza política e, por conseguinte, artificial, da fome que devastou extensas áreas da União Soviética e, em especial, a sua utilização enquanto instrumento punitivo da nacionalidade ucraniana.

O presente artigo, baseado em tais avanços historiográficos, pretende analisar sinteticamente os aspectos mais significativos deste episódio sombrio da história europeia. Assim, serão abordadas as transformações sócio-económicas desencadeadas no final dos anos 1920, decorrentes do triunfo de Estaline e dos seus partidários na luta pelo poder, o processo de decisão política, a sequência dos acontecimentos e o nível de responsabilidade do poder central. Por outro lado, será apresentada uma interpretação global deste crime de massas e uma reconstituição do longo e difícil processo de revelação e de reconhecimento.

Deste modo, espera-se contribuir para a divulgação em Portugal de um evento marcante no passado e na memória de um povo que a história recente tornou próximo do nosso.

European Quarterly 46 (2), 2007, pp. 223-238; Dennis Yang, «China's Agricultural Crisis and Famine of 1959-1961: A Survey and Comparison to Soviet Famines», *Comparative Economic Studies* 50, 2008, pp. 1-29; Lucien Bianco, «Mao et son modèle», *Vingtième siècle* 1 (101), 2009, pp. 81-93. Sobre o principal crime de massas do regime maoísta, que terá provocado entre 15 a 40 milhões de vítimas, ver Frank Dikotter, *Mao's Great Famine: The History of China's Most Devastating Catastrophe, 1958-1962*. London: Bloomsbury, 2010.

⁵ Robert Conquest, *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror-Famine*. Edmonton: University of Alberta Press, 1986; James Mace et al. (eds.), *Famine in the Soviet Ukraine 1932-1933: a memorial exhibition*, Widener Library, Harvard University. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986; *Ibid.*, «The Man-Made Famine of 1933 in Soviet Ukraine», in Roman Serbyn & Bohdan Krawchenko (eds.), *Famine in Ukraine 1932-1933*. Edmonton: University of Alberta Press, 1986, pp. 78-112. Sobre a biografia de James Mace, ver Federico Argenti, «James Mace. Oklahoma, 18 febbraio, 1952-Kyiv, 3 maggio, 2004», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*. Roma: Viella, 2004, pp. 449-453.

⁶ Andrea Graziosi, «The New Soviet Archival Sources. Hypotheses for a critical assessment», *Cahiers du monde russe: Russie, Empire russe, Union soviétique, États indépendants* 40 (1-2), Janeiro-Junho, 1999, pp. 13-64; Hennadii Boriak, «The Publication of Sources on the History of 1932-1933 Famine-Genocide: History, Current State and Prospects», *Harvard Ukrainian Studies* 25 (3-4), 2001, pp. 167-186; Brigitte Studer, «L'histoire du stalinisme: renouvellement conceptuel et nouvelles pistes de recherches», *Matériaux pour l'histoire de notre temps. Historiens et usages publics du passé: Allemagne, Italie, Russie* 68, 2002, pp. 62-64; Hennadii Boriak, «Holodomor Archives and Sources: The State of the Art», *The Harriman Review* 16 (2), 8 de Novembro, 2008, pp. 21-35; Michael Ellman, «Political economy of Stalinism in the light of archival revolution», *Journal of Institutional Economics* 4 (1), 2008, pp. 99-125; Iryna Matias, «Archives in Russia on the Famine in Ukraine», *The Harriman Review* 16 (2), 8 de Novembro, 2008, pp. 36-45.

Colectivização e Deskulaquização

Uma década após a Revolução de Outubro, a situação económica da União Soviética e, em particular, da agricultura, enfrentava um grave impasse. Se bem que a produção agrícola tivesse recuperado para níveis de produtividade similares aos anteriores a 1917, em consequência das medidas liberalizantes aplicadas no âmbito da N.E.P.⁷, a insuficiente quantidade de cereais disponível no mercado continuava a não permitir exportações suficientes para o financiamento do vasto e ambicioso programa estatal de industrialização acelerada de um país ainda essencialmente agrário. Por outro lado, a relutância do campesinato em vender a sua produção a baixo preço ao Estado colocava permanentemente em causa o abastecimento regular das cidades.

Para ultrapassar este impasse, o regime estalinista decide, em Novembro de 1929, empreender a colectivização acelerada e total da agricultura, ou seja, a apropriação estatal das terras, das colheitas, do gado e das alfaias, mediante a implantação das designadas «fortalezas do socialismo»: as explorações agrícolas colectivas de estatuto cooperativo (*kolkhozes*), as explorações agrícolas estatais (*sovkhoses*) e as estações de máquinas e tractores (*Mashinno-Traktornaya Stantsiya* ou M.T.S.). No âmbito do Primeiro Plano Quinquenal⁸, o Estado passará a estabelecer planos de colecta para a produção agro-pecuária, visando garantir, de modo regular e quase gratuito, o abastecimento das cidades e das forças armadas e a exportação para o mercado externo. Outro dos desideratos desta “segunda revolução” consiste na imposição de um controlo político-administrativo mais efectivo sobre uma categoria social que representava, àquela época, mais de 80% da população soviética⁹.

Para milhões de camponeses, as consequências destas medidas revelam-se trágicas¹⁰. Teoricamente baseada no princípio da adesão voluntária, a colectivização será, porém, em muitos casos, implementada de forma caótica e arbitrária,

⁷ Designa-se por Nova Política Económica (*Novaya Ekonomicheskaya Politika* ou N.E.P.) o conjunto de medidas económicas implementadas pelo poder bolchevique, entre 1921 e 1928, para superar a gravíssima crise decorrente da guerra civil. Esta política implicou um retrocesso relativamente aos ideais socialistas, permitindo a existência de pequenas empresas privadas nos sectores agrícola e industrial, a liberdade de comércio interno e o investimento de capitais estrangeiros. Sobre a N.E.P., ver Sheila Fitzpatrick, *Russia in the Era of NEP: Explorations in Soviet Society and Culture*. Bloomington, IND: Indiana University Press, 1991.

⁸ O Plano Quinquenal é um instrumento governamental de planificação económica que estabelece objectivos de produção num horizonte de cinco anos. No caso soviético, o Primeiro Plano Quinquenal (1928-1932) visava a transformação económica do país, através da colectivização agrícola e da industrialização acelerada. Cf. Hiroaki Kuromiya, *Stalin's Industrial Revolution: Politics and Workers, 1928-1931*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

⁹ Werth (2005: 78).

¹⁰ Werth (1998: 173-186).

com recurso aos mais variados abusos e violências¹¹, suscitando a oposição maciça do campesinato e o recuo tático do poder comunista, forçado a suspendê-la temporariamente entre a Primavera e o Outono de 1930¹².

Os escassos funcionários e membros das células rurais do Partido Comunista, encarregados da execução, no terreno, da política de colectivização, verão as suas fileiras reforçadas com o acréscimo de, aproximadamente 200000 operários e «activistas» provenientes dos centros urbanos, organizados para esse efeito em «brigadas»¹³.

Importa sublinhar que na União Soviética continuava a existir uma profunda fractura entre o mundo dominante das cidades e o mundo dominado das aldeias, pelo que a colectivização é interpretada como acto de guerra cometido pelo Estado contra o modo de vida e a cultura camponesa tradicionais¹⁴, reeditando a espiral de violência e de fome que caracterizara o período da Guerra Civil e do Comunismo de Guerra (1918-1921)¹⁵.

É desencadeada, em simultâneo, uma campanha de *deskulakuização*, tendo por objectivo a «liquidação dos *kulaks* enquanto classe»¹⁶, ou seja, a erradicação

¹¹ Fitzpatrick (1999: 48-79).

¹² Werth (1998: 176); Snyder (2011: 62).

¹³ Figes (2010: 113).

¹⁴ Figes (2010: 112). Ver também Andrea Graziosi, *The Great Soviet Peasant War: Bolsheviks and Peasants, 1918-1933*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997; Lynne Viola, *Peasant Rebels Under Stalin. Collectivization and the Culture of Peasant Resistance*. New York, NY: Oxford University Press, 1999; Mark B. Tauger, «Soviet Peasants and Collectivization, 1930-39: Resistance and Adaptation», in Stephen K. Wegren (ed.), *Rural Adaptation in Russia*. New York, NY: Routledge, 2005, pp. 65-94.

¹⁵ Designa-se por Comunismo de Guerra o conjunto de medidas políticas e económicas aplicadas pelos bolcheviques no contexto da Guerra Civil, entre 1918 e 1921, destacando-se o endurecimento da repressão contra a oposição política, a nacionalização da maior parte da indústria, banca e comércio, a expropriação das grandes propriedades e a requisição da produção agrícola. Cf. Martin Malia, *The Soviet Tragedy: A History of Socialism in Russia, 1917-1991*. New York, NY: Free Press, 1994, pp. 109-138; Orlando Figes, *A People's Tragedy: The Russian Revolution 1917-24: Russian Revolution, 1891-1924*. Harmondsworth: Penguin Books, 1998, pp. 589-649. Sobre a fome do período da Guerra Civil e do Comunismo de Guerra, que causou aproximadamente 5 milhões de mortos, ver Kazuo Nakai, «Soviet Agricultural Policies in the Ukraine and the 1921-1922 Famine», *Harvard Ukrainian Studies* 6 (1), Março, 1982, pp. 43-61; Roman Serbyn, «The first man-made famine in Soviet Ukraine 1921-1923», *The Ukrainian Weekly* LVI (45), 6 de Novembro, 1988, pp. 5-12; Serguei Adamets, *Guerre civile et famine en Russie: le pouvoir bolchevique et la population face à la catastrophe démographique (1917-1923)*. Paris: Institut d'Etudes Slaves, 2003; Andrea Graziosi, *Stalinism, Collectivization and the Great Famine*. Cambridge, MA: Ukrainian Studies Fund, 2009, pp. 33-34.

¹⁶ A expressão russa *kulak* ou *culaque* (“punho”) – em ucraniano, *kurkul* – era utilizada para designar pejorativamente um camponês considerado rico. No entanto, o critério estabelecido pelo decreto de 21 de Maio de 1929 para definir um *kulak* era pouco rigoroso e susceptível de interpretações abusivas: a contratação de um operário agrícola durante uma parte do ano, ou a posse

dos camponeses considerados hostis à colectivização socialista da agricultura, acusados de sabotarem as colectas estatais, de acumularem a produção ou de se recusarem a vendê-la¹⁷.

Num contexto de violência institucionalizada, a arbitrariedade é promovida à condição de virtude revolucionária, como ilustra o discurso do dirigente ucraniano Mendel Khataievych, perante uma assembleia de activistas do Partido:

«Têm de assumir o vosso dever com um rigoroso sentido de responsabilidade partidária, sem queixas nem lamentos, sem liberaisismos podres. Deitem a vossa compreensão burguesa pela janela fora, e comportem-se como bolcheviques dignos do camarada Estaline. Verguem os agentes dos *kulaks* onde quer que eles pretendam levantar a cabeça. Isto é uma guerra – são eles ou nós. Os últimos vestígios decadentes de agricultura capitalista têm de ser eliminados, custe o que custar»¹⁸.

Através da deportação (a título definitivo) para regiões inóspitas, como o Cazaquistão e a Sibéria¹⁹, neutralizam-se os elementos economicamente mais dinâmicos e politicamente susceptíveis de criar maior perigo. As operações de deportação fornecem também recursos humanos necessários à colonização e exploração das vastas riquezas naturais existentes naqueles territórios²⁰.

No cômputo total, esta enorme operação de engenharia social afectará perto de 2,8 milhões de pessoas: 2400000 – dos quais 300000 ucranianos – no contexto da campanha de *deskulaquização* de 1930-1931, e 340000, em consequência da repressão da resistência oposta às requisições efectuadas pelos organismos estatais de colecta, entre 1932 e 1933²¹.

Estigmatizados «como vermes, como piolhos que tinham de ser destruídos»²², os deportados são, em muitos casos, obrigados a sobreviver em condições de extrema precariedade e abandonados em territórios inóspitos, nos quais en-

de uma máquina agrícola mais sofisticada do que a simples charrua, de dois cavalos e de três ou quatro vacas era suficiente para rotular um camponês de *kulak*. Normalmente, o termo era utilizado para designar qualquer camponês que manifestasse alguma forma de hostilidade contra o Estado. Cf. Werth (2003); Figes (2010: 15).

¹⁷ Figes (2010: 113); Snyder (2011: 54). Sobre o imaginário conspirativo no contexto da *deskulaquização*, ver Vanessa Voisin, *Le mythe du complot en U.R.S.S. (1928-1933). Pouvoir, peur et société*. Paris: Manuscrit Université, 2004.

¹⁸ Citado por Figes (2003: 113).

¹⁹ Werth (1998: 174-175); Rayfield (2003: 229-238).

²⁰ Werth (1998: 179).

²¹ Ellman (2002: 1159); Werth (2003); R.W. Davies & S.G. Wheatcroft (2004: 490).

²² Bruneteau (2008: 108-109); Figes (2010: 119).

frentavam todo o tipo de adversidades. Eis o exemplo dos 25000 deportados na região russa de Kotlas, segundo o relato de uma testemunha ocular:

«Dentro de barracos cada um dos quais alberga 250 pessoas, a escuridão é quase total, com pequenas janelas aqui e ali, que apenas deixam entrar luz ns tarimbas mais baixas. Os habitantes cozinham no exterior, sobre fogueiras. A latrina é uma zona protegida por uma cerca. Quanto à água, existe um rio perto, mas ainda está gelado. Os residentes fecham o poço (“Vão-nos infectar-nos; os vossos filhos estão a morrer”) e vendem a água em garrafas»²³.

Calculam-se em 500000 os camponeses (incluindo muitas crianças) que perecem, vítimas do frio, da fome e do trabalho extenuante, entre 1930 e 1934²⁴. Os sobreviventes, instalados em «povoados especiais» geridos pela polícia política (a O.G.P.U.²⁵), laboram como «colonos de trabalho» nas empresas de exploração dos recursos naturais (exploração florestal, carvão, minerais não ferrosos, metalurgia, agricultura e artesanato) ou nos estaleiros das obras públicas (construção e manutenção de estradas e vias férreas), sendo sujeitos a toda a espécie de privações e de abusos²⁶.

Por sua vez, 30000 camponeses são punidos com a pena capital²⁷ e cerca de 400000 são enviados para os campos de trabalho forçado (os *Gulags*²⁸), tendo os sobreviventes constituído, mais tarde, um dos alvos preferenciais do «Grande Terror» de 1937-1938²⁹.

²³ Citado por Figes (2010: 128).

²⁴ Werth (2007: 239); Graziosi (2009: 43); Naimark (2010: 60).

²⁵ Entre 1923 e 1934, a polícia política teve a designação de *Ob'edinennoe Gosudarstvennoye Politicheskoye Upravlenie* (Direcção Política Estatal Unificada) ou abreviadamente O.G.P.U. Sobre a polícia política soviética, ver Andrea Graziosi *et al.* (eds.), «La police politique en Union Soviétique, 1918-1953», *Cahiers du monde russe: Russie, Empire russe, Union soviétique, États indépendants* 42 (2-4), Abril-Dezembro, 2001.

²⁶ Werth (1998: 184-186); Naimark (2010: 59-60); Snyder (2011: 56). Sobre as deportações dos *kulaks*, ver Lynne Viola, *The Unknown Gulag: The Lost World of Stalin's Special Settlements*. New York, UK: Oxford University Press, 2007.

²⁷ Werth (2003).

²⁸ *Gulag* é um acrónimo de *Glavnoye Upravlyeniye Ispravitye 'Ino-Trudovih Lagyeryey i koloniy* (Administração Geral dos Campos de Trabalho Correctivo e Colónias) e que designa o sistema concentracionário soviético. Calcula-se que cerca de 18 milhões de pessoas passaram pelos campos, entre 1929 e 1953. Ver por exemplo Anne Applebaum, *Gulag: Uma História*, trad. port. Porto: Livraria Civilização, 2005.

²⁹ Período de dezasseis meses (Agosto de 1937 a Novembro de 1938) em que mais de 1,5 milhões de pessoas são presas, das quais 800000 fuziladas e as restantes condenadas a 10 anos de trabalhos forçados no *Gulag*. Ver Robert Conquest, *The Great Terror: A Reassessment*. New York, NY: Oxford University Press, 1991; Nicolas Werth, *L'Ivrogne et la Marchande de Fleurs-Autopsie d'un Meurtre de Masse, 1937-1938*. Paris: Tallandier, 2009.

Em consequência de vários factores – como a recusa em aderir aos *kolkhozes* e aos *sovkhozes*; a oposição à política anti-religiosa das autoridades (encerramento das igrejas, confiscação dos sinos, vandalismo anti-religioso dos activistas das Juventudes Comunistas, o Komsomol); a solidariedade com os *kulaks* e outros «elementos anti-soviéticos» vítimas de repressão; a resistência à confiscação de uma crescente percentagem da produção agro-pecuária, através de «desvios» e roubos da colheita «colectiva», numa conjuntura económica cada vez mais degradada – a resposta camponesa assume expressões de desespero e violência em numerosas manifestações, revoltas e distúrbios por todo o país³⁰. Suprimidas com maior ou menor dificuldade pelas forças de segurança e, em particular, pela O.G.P.U., as sublevações camponesas (mais de 14000 casos registados) mobilizam cerca de três milhões de pessoas³¹, com particular incidência nas regiões dos rios Don e Volga, no Cáucaso do Norte, Cazaquistão e, sobretudo, na Ucrânia. De facto, é nesta região, conhecida como o “celeiro da Rússia”, que a resistência à colectivização é mais generalizada e violenta, traduzindo-se em mais de 4000 distúrbios, envolvendo 1,2 milhões de camponeses.

Informa o dirigente da O.G.P.U. ucraniana, Vsevolod Balytsky, a 16 de Março de 1930:

«Ontem, cheguei ao distrito de Tulchyn. Todo o distrito está mergulhado em distúrbios e revoltas [...]. As autoridades soviéticas e os activistas foram completamente escorraçados de 50 aldeias [...]. Na maioria das aldeias do distrito, as herdades colectivas foram extintas [...]. Ocorreram sublevações armadas em algumas aldeias. Escavaram-se trincheiras em seu redor, onde [homens] armados controlam as entradas. Em certas aldeias, as pessoas cantam “A Ucrânia ainda não morreu”.»

Deparou-se com resistência armada no decurso de operações nas aldeias de Horyachivka e Vilshanka, do distrito de Myastkovsky, tendo o tiroteio demorado três horas.

«Na aldeia de Balanivka, distrito de Bershadsky [...], 500 homens fugiram para a floresta, armados de forquilhas e machados. Todo o distrito se encontra dividido em sectores operacionais. Foram colocadas, em cada sector, unidades armadas de comunistas e cavalaria da [O]GPU. Deram-se ordens para que as sublevações sejam resolutamente esmagadas»³².

³⁰ Fitzpatrick (1999: 62-68); Werth (2005: 83); Naimark (2010: 57-58); Snyder (2011: 59).

³¹ Viola (1996: 132-180); Werth (2005: 79).

³² Citado por Verstiuk *et al.* (2008: 11).

O início da fome

A partir de 1931, e com o conhecimento das autoridades, surgem os primeiros e ainda reduzidos focos de fome no Cazaquistão e nas principais áreas cerealíferas³³. Na sequência das más colheitas registadas na Sibéria Ocidental e no Cazaquistão, milhares de *kolkhozes* da Ucrânia, do Cáucaso do Norte e da região do rio Don, são objecto de requisições acrescidas. Deste modo, os órgãos estatais de colecta, apesar de uma colheita bastante medíocre (69 milhões de toneladas), logram obter perto de 23 milhões de toneladas. A Ucrânia é obrigada a contribuir com 42% da sua produção cerealífera, agravando a desorganização do ciclo produtivo iniciada com a colectivização forçada e a *deskulacização*³⁴.

Nesta fase inicial, a fome é o resultado imprevisto e não programado da política estatal de destruição das estruturas sociais e produtivas da economia de mercado³⁵, concorrendo, para o seu surgimento, a convergência dos seguintes factores:

- A grave desorganização do ciclo produtivo agrícola, em resultado da colectivização e da *deskulacização*;
- A destruição pelo próprio campesinato de grande parte do seu património, como gesto de resistência à colectivização forçada. Entre 1929 e 1930, o abate do gado reduziu em 30% o número de cabeças; no período de 1928-1933, reduziu-se para metade³⁶;

³³ Conquest (1986: 189-198). Sobre a fome no Cazaquistão, ver também Niccolò Pianciola, «Famine in the Steppe. The collectivization of agriculture and the Kazak herdsmen, 1928-34», *Cahiers du monde russe et soviétique* 45 (1-2), Janeiro-Junho, 2004, pp. 137-192; Simon Ertz, «The Kazakh Catastrophe and Stalin's Order of Priorities, 1929-1933: Evidence from the Soviet Secret Archives», *Stanford's Student Journal of Russian, East European, and Eurasian Studies* 1, 2005, pp. 1-14; Isabelle Ohayon, *La sédentarisation des Kazakhs dans l'URSS de Staline. Collectivisation et changement social, 1928-1945*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2006, pp. 227-276; Niccolò Pianciola, *Stalinismo di frontiera. Colonizzazione agricola, sterminio dei nomadi e costruzione statale in Asia centrale (1905-1936)*. Roma: Viella, 2009. Sobre a fome na Rússia (regiões do rios Don e Volga, Grande Norte, Urais e Sibéria Ocidental), ver D' Ann R. Penner, «Stalin and the Italka of 1932-1933 in the Don region», *Cahiers du monde russe: Russie, Empire russe, Union soviétique, États indépendants* 39 (1), Janeiro-Junho, 1998, pp. 27-67; Lynne Viola, «La famine de 1932-1933 en Union Soviétique», *Vingtième Siècle. Revue d'histoire* 88, Outubro-Dezembro, 2005, pp. 5-22; Viktor Kondrashin (org.), «Famine in the USSR, 1929-1934: New Documentary Evidence», Federal Archival Agency of the Russian Federation, 2009.

³⁴ Werth (2003).

³⁵ Graziosi (2005: 460-461).

³⁶ Davies & Wheatcroft (2004: 451).

- A ineficácia e miséria quotidiana dos *kolkhozes*, instituídos num contexto de violência e de caos generalizados³⁷;
- As vagas de requisição sucessivas e brutais, estimuladas pelas dificuldades do processo de industrialização acelerada, pelo crescimento urbano desregrado e pelo agravamento da dívida externa;
- A resistência dos camponeses expropriados dos seus bens face ao que consideram tratar-se de uma «segunda servidão»³⁸ – qualificada pelo crítico da política estalinista, Nikolai Bukharin, de «exploração militar-feudal»³⁹ – com significativas perdas de produtividade, quer resultantes da sua rejeição do modelo colectivista, quer provocadas pela subnutrição;
- As condições meteorológicas adversas, como as que afectam as colheitas de 1932⁴⁰, devendo-se, no entanto, relativizar a sua importância no desencadeamento da tragédia. Apesar de ser bastante menos intensa e generalizada do que a fome de 1921-22, em termos de seca e de regiões afectadas, a fome de 1932-1933 provocou três a quatro vezes mais vítimas; além disso, nos anos de colheita inferior à de 1932, como o de 1945, não houve uma fome generalizada na U.R.S.S.⁴¹

Na Primavera de 1932, assiste-se, em diversas regiões, ao agravamento da situação alimentar, particularmente na Ucrânia e no Cazaquistão. No entanto, o governo central, animado pelo êxito das requisições, fixa para o ano de 1932 um plano de colecta com o valor de 29,5 milhões de toneladas, dos quais 7 milhões deverão ser obtidos exclusivamente na Ucrânia⁴². Deste modo, torna-se inevitável a eclosão de novo conflito entre as autoridades locais - obrigadas a cumprir a todo o custo o plano de colecta, e os camponeses - determinados a conservar uma parte das reservas alimentares indispensáveis à sua sobrevivência⁴³.

A importância que o regime comunista atribui ao cumprimento dos planos de colecta é eloquentemente sublinhada por um dos mais destacados membros do Politburo (o órgão dirigente do Partido Comunista da U.R.S.S.), Sergei Kirov,

³⁷ Kondrashin (2004: 56).

³⁸ Fitzpatrick (1999: 128-151).

³⁹ Werth (1995: 78).

⁴⁰ Davies & Wheatcroft (2004: *passim*). Ver também Mark B. Tauger, «The 1932 Harvest and the Famine of 1933», *Slavic Review* 50 (1), 1991, pp. 70-89; *Ibid.*, «Natural Disaster and Human Actions in the Soviet Famine of 1931-1933», *The Carl Beck Papers* 1506, Junho, 2001; Stephen G. Wheatcroft, «Towards Explaining the Soviet Famine of 1931-1933: Political and Natural Factors in Perspective», *Food and Foodways* 12 (2-3), 2004, pp. 104-136.

⁴¹ Graziosi (2005: 465).

⁴² Werth (2003).

⁴³ Werth (1995: 80).

que a qualifica de «pedra de toque da nossa força ou da nossa fraqueza, da força ou da fraqueza dos nossos inimigos»⁴⁴.

No início, Estaline manifesta a sua insatisfação com o ritmo lento da campanha de requisições na Ucrânia, responsabilizando os dirigentes locais pela situação, e imputando-lhes uma atitude de laxismo e de falta de firmeza perante aquilo que considera serem actos de sabotagem e de terrorismo⁴⁵.

Em 7 de Agosto de 1932 entra em vigor uma nova disposição legal (conhecida por «lei das cinco espigas») que pune com dez anos de campo de trabalho forçado, ou com a pena capital, o «roubo e delapidação da propriedade social»⁴⁶. Visa-se, desta maneira, impedir que as populações famintas desviem para proveito próprio a produção alimentar.

Durante o mês de Agosto, as autoridades centrais são informadas da eventualidade de uma «situação alimentar crítica» no próximo Inverno. Vyacheslav Molotov informa o Politburo de que existe «uma real ameaça de fome mesmo nos distritos onde a colheita tinha sido excelente», no entanto, propõe o cumprimento integral do plano de colecta⁴⁷.

Em Novembro, Mendel Khataievych procura sensibilizar o Kremlin para a necessidade urgente de aliviar a pressão sobre o campesinato:

«A fim de que no futuro a produção possa aumentar em conformidade com as necessidades do Estado proletário, devemos tomar em consideração as necessidades mínimas dos *kolkhozes* e dos *kolkhozianos*, sem o que não haverá ninguém para semear e assegurar a produção»⁴⁸.

Na sua resposta⁴⁹, Molotov declara, em tom categórico:

«A sua posição é profundamente incorrecta, não bolchevique. Nós, bolcheviques, não podemos colocar as necessidades do Estado – necessidades definidas precisamente pelas resoluções do Partido – nem em décimo nem mesmo em segundo lugar»⁵⁰.

As brigadas que procedem à requisição das colheitas levam a cabo expedições punitivas nas principais regiões cerealíferas, acompanhadas do habitual cortejo

⁴⁴ Werth2 (2007: 121).

⁴⁵ Graziosi (2005: 462).

⁴⁶ Sokoloff (2000: 38); Kondrashin (2004: 57-58).

⁴⁷ Werth (1998: 191).

⁴⁸ Citado por Werth (1995: 82).

⁴⁹ Snyder (2011: 70-71).

⁵⁰ Citado por Werth (1998: 192).

de abusos, violência física e detenções de camponeses dos *kolkhozes*⁵¹. Na “caça” ao cereal, as habitações e os celeiros são devassados, sondam-se as paredes, o chão da casa ou o poço, à procura de qualquer vestígio de alimentos. Nos campos são erigidas numerosas torres de vigia para impedir que os camponeses se apropriem dos alimentos.

Apesar de uma ligeira diminuição nos objectivos dos planos de colecta⁵² e de uma repressão extremamente dura (mais de 100000 pessoas condenadas nos primeiros meses de aplicação da lei), em Outubro desse ano, só se colectara 39% da quantidade de cereais exigida à Ucrânia⁵³.

Testemunhando as dificuldades sentidas pelo regime comunista no confronto que o opõe ao campesinato, o vice-cônsul de Itália na cidade norte-caucasiana de Novorossiysk, Leone Sircana, declara:

«O aparelho soviético excessivamente armado e poderoso encontra-se de facto na impossibilidade de alcançar a solução e a vitória numa ou em várias batalhas campais; o inimigo não está concentrado, está disperso, e provoca a exaustão numa série infinda de minúsculas operações: aqui, um campo não está mondado, ali, alguns quintais de trigo estão escondidos; sem contar com um tractor que não funciona, um segundo deliberadamente avariado, um terceiro em passeio em vez de trabalhar [...] E verificar em seguida que um entreposto foi roubado, que os livros de contabilidade, pequenos ou grandes, são mal escriturados ou falsificados, que os directores dos *kholkoz*es, por medo ou malevolência, não declaram a verdade nos seus relatórios [...] E assim por diante, até ao infinito, e sempre de novo neste imenso território! [...] É preciso procurar o inimigo, casa por casa, aldeia por aldeia. É como transportar água numa selha furada!»⁵⁴.

O *Holodomor* – O extermínio do campesinato ucraniano

A decisão de Estaline de utilizar a fome, provocando artificialmente o seu alastramento, para «dar uma lição» aos camponeses ucranianos⁵⁵, é tomada num contexto especialmente delicado para o ditador. No decurso do Verão e Outono de 1932 conjugam-se diversos problemas que irão agravar a sua paranóia e insegurança: a agudização da crise provocada pela execução do Primeiro Plano Quin-

⁵² Davies & Wheatcroft (2004: 183-185); Shapoval (2007: 86).

⁵³ Werth (1995: 81).

⁵⁴ Citado por Graziosi (1989: 51).

⁵⁵ Ellman (2005: 835).

quenal⁵⁶, o receio de uma invasão polaca, não obstante a recente assinatura de um pacto de não-agressão com o governo de Varsóvia⁵⁷, o suicídio da sua esposa Nadezhda Alliluyeva⁵⁸ e a descoberta de um grupo oposicionista no interior do Partido, conhecido por «Plataforma de Ryutin»⁵⁹.

Numa carta de 11 de Agosto de 1932, endereçada a um dos seus mais próximos colaboradores, Lazar Kaganovych, Estaline concebe uma nova interpretação da situação na Ucrânia:

«A coisa mais importante agora é a Ucrânia. A situação actual na Ucrânia é terrivelmente má. É má no Partido. Dizem que em duas regiões da Ucrânia (Kiev e Dnieprepetrovsk), cerca de cinquenta comissões distritais têm falado contra o plano de colecta, declarando-o irrealista. As coisas não estão melhores noutras comissões distritais. A que é que isto parece? Já não é um partido, é um parlamento, uma caricatura de parlamento. Em vez de liderar, Kosior tem manobrado entre as directivas do Comité Central do Partido e os pedidos das comissões distritais. Agora está apertado a um canto. As coisas estão más com os soviets. Chubar não é um líder. A situação da O.G.P.U. não é boa. Redens não está à altura de dirigir a luta contra a contra-revolução numa república tão grande e especial como a Ucrânia. Se não tomarmos imediatamente medidas para endireitar a situação na Ucrânia, podemos perder a Ucrânia. Lembre-se de que Pilsudski nunca dorme, as suas capacidades de espionagem são muito maiores do que Redens e Kosior imaginam. Lembre-se também de que no Partido Comunista da Ucrânia (500.000 membros, ah ah!) encontramos não poucos (não, não poucos!) elementos putrefactos, “petliuristas” conscientes e inconscientes, bem como agentes directos de Pilsudski. Assim que as coisas piorarem, estes elementos não perderão tempo a abrir uma frente dentro (e fora) do Partido, contra o Partido. O pior de tudo é que os líderes ucranianos são indiferentes a estes perigos. [...] A Ucrânia deve ser transformada o mais rapidamente possível numa verdadeira fortaleza da U.R.S.S., numa república verdadeiramente exemplar. Não poupe esforços. Sem estas medidas (reforço económico e político da Ucrânia, primeiramente nos distritos fronteiriços, etc...), corremos o risco de perder a Ucrânia»⁶⁰.

⁵⁶ Graziosi (2005: 463-464).

⁵⁷ Cinella (2004: 43-49); Rybalt (2004: 208).

⁵⁸ Montefiore (2006: 112-121).

⁵⁹ Figes (2010: 181).

⁶⁰ Citado por Werth 2 (2008).

De acordo com esta leitura dos factos, o incumprimento dos planos de colheita na Ucrânia e na região do Kuban⁶¹ revela a existência de uma vasta organização conspirativa, envolvendo *kulaks*, nacionalistas ucranianos («petliuristas»)⁶² e espiões do dirigente polaco Jozef Pilsudski, perante a suspeitosa atitude complacente dos três principais dirigentes da república: o chefe do governo, Vlas Chubar, o líder do Partido Comunista, Stanislav Kosior e o responsável da polícia política, Stanislav Redens⁶³. Na sua óptica, é inaceitável que a segunda mais importante república da União, cujo potencial industrial e agrícola é de importância estratégica, esteja numa situação de grande vulnerabilidade, à mercê da sabotagem contra-revolucionária e nacionalista, pondo, assim, em risco a própria continuidade do sistema político criado por Lenine em 1917.

Nesta conjuntura, Estaline tem bem presente o facto de a resistência à colectivização ter sido particularmente violenta na Ucrânia (só em Março de 1930, tinham ocorrido mais de 6500 motins e distúrbios) e do poder soviético ter deixado de vigorar, durante vários meses, em quase uma centena de distritos contíguos à Polónia, sendo uma das palavras de ordem dos camponeses revoltosos «*Vse ne vmerla Ukraina!*» («A Ucrânia ainda não morreu!»)⁶⁴.

Com base na “interpretação nacional”⁶⁵ da crise ucraniana, a decisão de instrumentalizar a fome adquire, a partir de então, as características de genocídio. Assiste-se, com efeito, a um processo de “radicalização cumulativa”⁶⁶ que torna a fome ucraniana qualitativamente diferente das fomes ocorridas noutras regiões da União Soviética. Importa lembrar que, para Estaline, existia uma profunda – e potencialmente perigosa – relação entre o campesinato e a identidade nacional:

«A questão nacional [é] substancialmente uma questão camponesa. Não uma questão agrária, mas camponesa, dado que são duas coisas diferentes.

⁶¹ Região do Norte do Cáucaso pertencente à República Socialista Federativa Soviética da Rússia e cuja população era maioritariamente ucraniana. Com base no recenseamento de 1926, viviam, no Kuban, 1,4 milhões de ucranianos (75% da população) e 3,1 milhões em todo o território do Norte do Cáucaso. Cf. Vassylenko (2009: 27). Ver também Volodymyr Serhijchuk, «The 1932-33 *Holodomor* in Kuban: Evidence of Ukrainian Genocide», *Holodomor Studies* 1 (2), 2009, p. 29.

⁶² Esta designação tem como referência o nome de Symon Petliura (1870-1926) presidente da efémera República Popular Ucraniana, entre 1919 e 1920.

⁶³ Simon (2005: 2-3); Naimark (2010: 72).

⁶⁴ Graziosi (1994: 440); Werth2 (2008); Naimark (2010: 71-72).

⁶⁵ Martin (2001: 273-308). Ver também, David Marples, «Ethnic Issues in the Famine of 1932-1933 in Ukraine», *Europe-Asia Studies* 61 (3), 2009, pp. 505-518.

⁶⁶ Conceito originalmente aplicado pelo historiador britânico Ian Kershaw no estudo da *Shoah*. Cf. Ian Kershaw, *Hitler, the Germans, and the Final Solution*. New Haven, CT: Yale University Press, 2008.

É bem verdade que a questão nacional não deve ser confundida com a questão camponesa, porque além das questões camponesas, a questão nacional inclui aspectos como a cultura nacional, a soberania nacional, etc. Mas não restam dúvidas de que, acima de tudo, a questão camponesa é a base, a quinta-essência da questão nacional. É isso que explica o facto de o campesinato constituir o principal exército do movimento nacional, de que não há, nem pode haver, um poderoso movimento nacional sem o exército camponês. É isso que se pretende dizer, quando se afirma que a questão nacional é substancialmente uma questão camponesa»⁶⁷.

Este processo desenvolve-se através de uma escalada de medidas de repressão preventiva e colectiva, em cuja cronologia importa destacar os seguintes acontecimentos:

- 22 de Outubro de 1932: são enviadas para a Ucrânia e para o Cáucaso do Norte duas comissões extraordinárias dirigidas, respectivamente, por duas figuras de proa do poder soviético – Vyacheslav Molotov e Lazar Kaganovych –, com o propósito de «acelerar as colectas», através da requisição das últimas reservas alimentares e das próprias reservas de sementeira para a futura colheita⁶⁸.

Após avaliar a situação no terreno, Kaganovych informa Estaline, em tom alarmista:

«[...] Os contra-revolucionários encontram-se fortemente entrincheirados. A acção perniciosa das organizações locais do Partido, o liberalismo, o oportunismo e a incúria abriram o caminho para a contra-revolução [...] Actualmente, a nossa tarefa principal é esmagar a sabotagem, que é organizada e dirigida por um único centro. Hoje vou sair de Krasnodar em direcção às *stanitsy* [povoações cossacas]. Vou começar pela mais rebelde, Poltavskaia, que abriga pelo menos 400 professores, médicos, técnicos, oficiais cossacos, etc»⁶⁹.

Num registo igualmente dramático, Molotov declara:

«A questão é a seguinte: se temos pão, temos poder soviético. Se não temos pão, o poder soviético acabará por desaparecer. Actualmente, quem

⁶⁷ Citado por Graziosi (2009: 2-3). Ver também Snyder (2011: 76).

⁶⁸ Sokoloff (2000: 39); Marples (2006: 2).

⁶⁹ Citado por Werth 2 (2008).

tem o pão? São os camponeses ucranianos reaccionários e os cossacos reacconários do Kuban. Não nos irão dar o pão de livre vontade. Terá de lhes ser retirado»⁷⁰;

- 18 e 20 de Novembro de 1932: o Comité Central do Partido Comunista da Ucrânia impõe aos camponeses particulares e aos *kolkhozes* multas em géneros alimentícios, para punição do incumprimento ou sabotagem do plano de colecta⁷¹;
- Novembro de 1932: no contexto do agravamento da penúria alimentar, a actividade da rede de lojas Torgsin⁷² atinge o seu apogeu na Ucrânia, sendo os camponeses forçados a vender, a baixo preço, os derradeiros bens pessoais valiosos⁷³; por exemplo, 1 quilo de pão equivalia a 2 gramas de ouro ou a 130 gramas de prata;
- 25 de Novembro de 1932: nomeação de Vsevolod Balytsky como plenipotenciário da O.G.P.U. para a Ucrânia. Entre Novembro e Dezembro, são detidas mais de 27000 pessoas (30% são dirigentes de *kolkhozes* e pequenos funcionários rurais) por «sabotagem dos planos de colecta»⁷⁴, e procede-se à deportação colectiva para a Sibéria, Urais e Cazaquistão dos habitantes das aldeias acusadas de boicote às requisições⁷⁵. De acordo com Balytsky, estas medidas são essenciais para prevenir: «Um plano de sublevação armada na Ucrânia para a Primavera de 1933 com o objectivo de derrubar o poder soviético e de estabelecer um governo capitalista designado “República da Ucrânia Independente”»⁷⁶;
- 1 de Dezembro de 1932: proíbe-se a comercialização da batata nos distritos refractários. Em 3 de Dezembro, esta medida torna-se extensível à carne e aos animais⁷⁷;
- 6 de Dezembro de 1932: com base no princípio da responsabilidade colectiva, as aldeias sujeitas a esta punição passam a constar de «quadros ne-

⁷⁰ Citado por Ukrainian Institute of National Memory (2008: 31).

⁷¹ Shapoval (2004: 108-109).

⁷² Acrónimo de *torgouliá s inostrantsami* (comércio com estrangeiros). Com vista a financiar o plano de industrialização, existiu, entre 1931 e 1936, uma rede de lojas estatais que vendia a preços inflacionados alimentos e outros bens de primeira necessidade em troca de moeda estrangeira e de objectos em ouro, prata ou diamantes. Apesar da sua designação, estava aberta aos cidadãos soviéticos. Cf. Elena Osokina, *Our Daily Bread: Socialist Distribution and the Art of Survival in Stalin's Russia, 1927-1941*. Armonk, NY: M. E. Sharpe, 2001.

⁷³ Shapoval (2007: 95-96).

⁷⁴ Werth2 (2008).

⁷⁵ Davies & Wheatcroft (2004: 190-191); Werth2 (2008).

⁷⁶ Citado por Shapoval (2003: 387).

⁷⁷ Shapoval (2007: 88).

gros», implicando a retirada de todos os produtos dos armazéns estatais, a suspensão do comércio, o reembolso imediato de todos os créditos, o agravamento fiscal e a massificação das detenções de «sabotadores»⁷⁸;

- 14 de Dezembro de 1932: o Comité Central do Partido Comunista e o Conselho de Comissários do Povo da U.R.S.S. adoptam uma resolução comum, exortando: «[Ao] extermínio dos sabotadores da colecta, nomeadamente dos que, com o seu cartão do Partido no bolso, enganam o governo, criam obstáculos às instruções do Partido [...] Para esses inimigos, uma repressão implacável – dez anos de campo de concentração ou a pena de morte»⁷⁹;
- 15 de Dezembro de 1932: proíbe-se a importação de quaisquer artigos manufacturados aos distritos que não tenham cumprido o plano de requisição⁸⁰;
- 27 de Dezembro de 1932: institui-se o passaporte interno para todos os cidadãos soviéticos, com excepção dos camponeses que ficam vinculados às explorações agrícolas, pretendendo-se impedir o êxodo rural, bem como «liquidar o parasitismo social» e «combater a infiltração de elementos *kulaks* nas cidades»⁸¹;
- 22 de Janeiro de 1933: a polícia política recebe ordens específicas para impedir a fuga dos camponeses famintos da Ucrânia e da região de Kuban⁸².

De acordo com as autoridades:

«O C.C. do P.C.T.U. (b) [Comité Central do Partido Comunista de Toda a União (bolchevique)] e o Conselho de Comissários do Povo da U.R.S.S. receberam informações sobre a fuga em massa de camponeses “por pão” em direcção ao *Oblast* [província] Central das Terras Negras, Volga, *Oblast* de Moscovo, *Oblast* Ocidental e Bielorrússia. O C.C. do P.C.T.U. (b) e o Sovnarkom [Conselho de Comissários do Povo] da U.R.S.S. não têm dúvidas de que este êxodo maciço dos camponeses, à semelhança do êxodo

⁷⁸ Shapoval (2004: 109). Ver também Heorhii Papakin, «“Blacklists” as a Tool of the Soviet Genocide in Ukraine», *Holodomor Studies* 1 (1), 2009, pp. 55-76.

⁷⁹ Citado por Werth (1995: 81).

⁸⁰ Shapoval (2007: 89).

⁸¹ Shapoval (2004: 109-112). Sobre a instituição do passaporte interno, ver Gijs Kessler, «The passport system and state control over population flows in the Soviet Union, 1932-1940», *Cahiers du monde russe et soviétique* 42 (2-3-4), Abril-Dezembro, 2001, pp. 477-504; Nathalie Moine, «Le système des passeports à l'époque stalinienne. De la purge des grandes villes au morcellement du territoire, 1932-1953», *Revue D'Histoire Moderne et Contemporaine* 50 (1), Janeiro-Março, 2003, pp. 145-169.

⁸² Martin (2001: 306-307); Naimark (2010: 73).

ocorrido na Ucrânia no ano transacto, é organizado pelos inimigos do governo soviético, os S[ocialistas] R[evolucionários] [antigo partido rival dos bolcheviques] e os agentes da Polónia, com o objectivo de difundir propaganda, “por intermédio dos camponeses”, contra as herdades colectivas e o governo soviético, nas regiões setentrionais da U.R.S.S.»⁸³.

A venda de bilhetes de comboio é suspensa e são montadas barreiras policiais nas estações ferroviárias e nas estradas de acesso às cidades. Só no decurso de Fevereiro de 1933, são detidas 220000 pessoas (na sua grande maioria camponeses) que, movidas pelo desespero, procuravam obter alimentos noutros territórios. Destas, 190000 são sujeitas ao retorno forçado às aldeias de origem, para aí morrerem de fome⁸⁴;

- 16 de Fevereiro de 1933: Ao abrigo de um decreto do Politburo, a polícia política passa a ser a única entidade autorizada a recolher informações sobre a mortalidade causada pela fome⁸⁵.

Consequentemente, Balytsky ordena aos seus subordinados:

«Transmitam as informações sobre os problemas alimentares unicamente aos Primeiros-Secretários dos comités regionais do Partido e só oralmente, depois de terem confirmado cuidadosamente os relatórios. Trata-se de garantir que as informações escritas não circulem pelo *apparatus*, onde poderiam suscitar rumores [...] Não escrever relatórios específicos para a [O.]G.P.U. ucraniana. Basta-me ser pessoalmente informado através de cartas pessoais, enviadas pelos comandantes e que me sejam dirigidas»⁸⁶.

No espaço de alguns meses, entre o Outono de 1932 e o Verão de 1933, cerca de 3,5 a 5 milhões de ucranianos – na Ucrânia e no Kuban – sucumbem aos efeitos da fome e das epidemias associadas, como o tifo e a disenteria, sendo a taxa de mortalidade particularmente elevada nas crianças⁸⁷. Durante a fase mais crítica,

⁸³ Citado por Pyrih (2008: 85).

⁸⁴ Martin (2001: 467); Ivnitsky (2004: 91); Werth1 (2007: 23-24); Snyder (2011: 78).

⁸⁵ Ivnitsky (2004: 90); Shapoval (2007: 93).

⁸⁶ Citado por Werth2 (2008).

⁸⁷ Pirozkhov (1996: 1032-1036); Vallin *et al.* (2002: 249-264); Graziosi (2005: 461); Wolowyna (2008: 11). Ver também Elena A. Osokina, «The Victims of the Famine of 1933: How Many? An Analysis of Demographic Statistics of the Central State Archive of the National Economy of the USSR», *Russian Studies in History* 31 (2), Outono, 1992, pp. 5-18; Jacques Vallin *et al.*, «The Great Famine: Population Losses in Ukraine», *Demografiya ta social'na ekonomika (Demografia e Economia Social)* 2 (12), 2009, pp. 3-11.

de Março a Abril de 1933, 15000 a 20000 pessoas morreram diariamente, perante a indiferença e o silêncio generalizados⁸⁸.

Sobre a mortandade que assola os campos, em especial os da província de Kiev, pode ler-se no relatório de M. Yehorov, de 14 de Junho de 1933, elaborado a partir das informações colhidas junto de diversos M.T.S.:

«A situação das reservas alimentares nas herdades colectivas agravou-se significativamente em muitos *raions* [distritos] do *oblast*, especialmente durante os meses de Maio e Junho. Em alguns *raions*, o número dos que incharam e morreram de fome aumentou para proporções alarmantes, tendo um impacto significativo na execução das campanhas agrícola e política [...].

Os directores dos POs [departamentos políticos (*politicheskiiy otdel*) das estações de máquinas e tractores] escreveram à Secção Política sobre a fome em massa e a morte de aldeias inteiras. Por exemplo [...]:

O PO [*politicheskiiy* de Piatihorsk, *raion* de Tetiyev, informa:

“[...] A mortalidade atingiu proporções catastróficas. Só na pequena aldeia de Nenadyka, 113 pessoas morreram em 20 dias, durante o mês de Maio. As clínicas médicas foram encerradas. Muitas pessoas, especialmente crianças, incharam com a fome. Não conseguem trabalhar. Há muitos casos de mulheres trabalhadoras que desfalecem nos campos e morrem em casa ou nos campos. Nas enfermarias, perto de 70 a 80 por cento das crianças estão magras e inchadas. Muitas crianças em idade escolar encontram-se tão inchadas que demoram bastante tempo a chegar à escola. Pede-se auxílio urgente, especialmente para as crianças [...]”

“[...] Ultimamente, a mortalidade cresceu significativamente. Mais de 2.000 pessoas faleceram nos primeiros 10 dias de Junho. É substancialmente mais do que durante todo o mês de Maio. As mortes durante o trabalho tornaram-se mais frequentes do que nunca [...]”

(14 de Junho de 1933, *carta do director do PO-MTS de Tetiyev*)

“O número de aldeias que pede ajuda aumentou: 15 das 17 aldeias estão em dificuldades: 1000 pessoas morreram no *raion* durante o mês de Abril; morreram 450 pessoas nos primeiros cinco dias de Maio. Têm havido acidentes mortais durante o trabalho nos campos [...]. É necessária ajuda alimentar urgente.”

(*carta do director do PO-MTS de Tarashcha*)

“Em três aldeias, Zelena Dubrava, Maidanivka e Hnyzets, a fome e a mortalidade não foram eliminadas. Na verdade, a sua intensidade está a au-

⁸⁸ Blum (1994: 102-103); Graziosi (2009: 53); Snyder (2011: 79).

mentar. Por exemplo, em Maidanivka, 19 pessoas morreram em Março e outras 28 em Abril; 62 pessoas, incluindo 24 robustos agricultores coletivos, morreram durante 26 dias de Maio. Nestas aldeias, têm-se registado mortes nos campos durante o trabalho ou depois no regresso a casa.”

(*relatório do director do PO-MTS de Olshanka, raion de Petrowsky*)

Foram relatados casos similares pelos M.T.S. de outros distritos. Segundo as estatísticas provenientes de 15 departamentos políticos dos M.T.S., mais de 6000 pessoas «morreram de exaustão»⁸⁹.

Nas cidades, o panorama é também catastrófico: em Kharkiv (na época, a capital da Ucrânia) morreram mais de 12000 habitantes num ano, enquanto cidades de média dimensão como Krasnodar e Stavropol perderam, respectivamente, 40000 e 20000 residentes⁹⁰.

O cônsul italiano em Kharkiv, Sergio Gradenigo, escreve no seu relatório de 31 de Maio de 1933:

«Desde há uma semana, foi organizado um serviço para recolher crianças abandonadas. Com efeito, além dos camponeses que afluem à cidade porque não têm qualquer esperança de vida no campo, há as crianças que trazem para aqui e que são em seguida abandonadas pelos pais, os quais regressam à aldeia para lá morrerem, esperando que na cidade alguém cuide da sua prole. [...] Há uma semana, mobilizaram-se *dvorniki* [porteiros] de bata branca que patrulham a cidade e conduzem as crianças ao posto de polícia mais próximo [...] Cerca da meia-noite, começa-se a transportá-los de camião para a estação de mercadorias de Severo Donetz. É lá que se agrupam também as crianças encontradas nas estações de caminhos-de-ferro, nos comboios, as famílias de camponeses, as pessoas sós mais idosas, arrebanhadas na cidade durante o dia. Há pessoal médico [...] que faz a “selecção”. Os que ainda não estão inchados e apresentam uma possibilidade de sobrevivência são encaminhados para os abarracamentos de *Holodnaia Gora*, onde em alpendres, sobre a palha, agoniza uma população de perto de 8.000 almas, composta essencialmente de crianças [...].

As pessoas inchadas são transportadas em comboios de mercadorias e abandonadas a cinquenta – sessenta quilómetros da cidade, para morrerem sem que ninguém as veja. Acontece muitas vezes que o comboio só fica com a lotação esgotada dois ou três dias depois do encerramento das portas dos vagões. Há uns dias atrás, um empregado dos caminhos-de-ferro, que passava próximo de um desses vagões, ouviu gritos; aproximou-se e ouviu

⁸⁹ Citado por Pyrih (2008: 112-113).

⁹⁰ Werth2 (2008).

um infeliz, no seu interior, que lhe suplicava que o deixasse sair, porque o cheiro dos cadáveres se tornara insuportável. Uma vez o vagão aberto, verificou-se que ele era o único sobrevivente; então, foi levado dali e deixado a morrer num outro vagão, onde as pessoas enclausuradas ainda estavam vivas. À chegada aos locais de descarga, abrem-se grandes valas e retiram-se todos os mortos dos vagões. Garantem-me que, se olhar com atenção, com frequência vejo uma pessoa deitada na vala reanimar e mexer-se num último ímpeto de vitalidade. Porém, o trabalho dos Coveiros não é inter-rápido e a descarga prossegue»⁹¹.

Pelo seu número de vítimas, a fome representa um caso excepcional em toda a história demográfica europeia, tendo a esperança média de vida caído para níveis só comparáveis aos do período pré-histórico do Neolítico⁹².

À semelhança dos outros territórios atingidos pela fome, a mortalidade na Ucrânia incide fundamentalmente sobre a população rural, seja qual for a sua origem étnica⁹³. No entanto, o regime soviético tem a perfeita consciência de que a população rural continua a representar a “espinha dorsal” da nacionalidade ucraniana (75% a 85% dos ucranianos residem nas aldeias), em contraste com as cidades etnicamente mais cosmopolitas, cuja população é constituída por um número significativo de cidadãos de origem russa, judaica ou polaca⁹⁴.

⁹¹ Citado por Pyrih (2008: 107-108).

⁹² Blum (1994: 94).

⁹³ Sobre as minorias étnicas da Ucrânia atingidas pela fome, designadamente Alemães, Polacos, Gregos e Moldavos, ver Samuel D. Sinner, *Open Wound: The Genocide of German Ethnic Minorities in Russia and the Soviet Union: 1915-1949 and Beyond*. Fargo, ND: North Dakota State University Libraries, 2000; Leonard Leshuk & Raimund Ruenger, *Days of Famine, Nights of Terror: Firsthand Accounts of Soviet Collectivization, 1928-1934*. Washington, DC: Europa University Press, 2001; Ronald J. Vossler (ed.), *We'll Meet Again in Heaven: Germans in the Soviet Union Write Their American Relatives, 1925-1937*. Fargo, ND: North Dakota State University Libraries, 2001; Ílios Yannakakis, «Vítimas gregas do comunismo», in Stéphane Courtois (ed.), *Cortar o Mal Pela Raiz! História e Memória do Comunismo na Europa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 518; Ana Gutu, «Appendix 2: Comments from the parliamentary delegation of Moldova. The famine in Moldova - a historical perspective», in Mevlüt Çavuşoglu, «Doc. 12173: Commemorating the victims of the Great Famine (*Holodomor*) in the former USSR», Comissão de Assuntos Políticos, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, 1 de Março, 2010. Disponível online em: <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=/Documents/WorkingDocs/Doc10/EDOC12173.htm> [8 de Maio de 2010]; Igor Caşu, «Stalinist Terror in Soviet Moldavia, 1940-1953», in Kevin McDermott & Matthew Stibbe (eds.), *Stalinist Terror in Eastern Europe: Elite purges and Mass Repression*. Manchester and New York, NY: Manchester University Press, 2010, p. 40.

⁹⁴ Graziosi (2005: 464-465). De acordo com o recenseamento de 1926, a população rural da Ucrânia totalizava 23,3 milhões – dos quais 20,6 milhões eram ucranianos (87,6%) – representando 81% da população desta república (31,2 milhões). No início de 1932, a população da Ucrânia atingia os 32,5 milhões, com 25,5 milhões de habitantes nas áreas rurais. Cf. Vassylenko (2009: 21).

A circunstância da etnia ucraniana ter sido a mais atingida pela fome é objecto, por parte do já citado diplomata italiano em Kharkiv, de uma análise aprofundada, ainda que distorcida pelo preconceito anti-semita (em parte, resultante de uma ideia corrente na Ucrânia daquele tempo), segundo o qual, os judeus gozariam de um estatuto sócio-económico privilegiado decorrente da sua alegada preponderância nas estruturas do Estado soviético e, por conseguinte, não estariam entre as vítimas da tragédia⁹⁵, mas, pelo contrário, entre os co-responsáveis da mesma. No seu relatório de 31 de Maio, afirma:

«A fome continua a provocar uma devastação tão grande na população que se torna impossível compreender a indiferença do mundo e o facto de a imprensa internacional, tão rápida a invocar a reprovação universal contra a Alemanha, culpada das alegadas “terríveis perseguições aos judeus”, se calar pudicamente perante esta carnificina, organizada pelo governo soviético, na qual os judeus desempenham um papel muito importante, apesar de não ser de primeiro plano.

Com efeito, não há dúvidas,

1. de que a fome resulta fundamentalmente de uma fome organizada e deliberada “para dar uma lição aos camponeses”,
2. de que nenhum judeu se encontra entre as vítimas e que, pelo contrário, estes estão gordos e bem alimentados no regaço fraternal da [O.]G.P.U. O “material etnográfico” tem de ser mudado, declarou cinicamente um judeu, figurão da [O.]G.P.U. local. Actualmente já se pode vislumbrar o destino final deste “material etnográfico” condenado a ser substituído.

Por muito monstruoso e inconcebível que possa parecer tal objectivo, deve, no entanto, ser considerado uma realidade e em concretização.

Com efeito, o governo de Moscovo organizou através de requisições implacáveis (que eu referi por diversas vezes) não uma fome, o que seria dizer pouco, mas o total desaparecimento de qualquer meio de subsistência nos campos ucranianos, no Kuban e no Médio Volga.

É possível que essa política tenha sido determinada por três considerações:

1. A resistência passiva oferecida pelo camponês à economia colectiva;

⁹⁵ Sobre as vítimas judaicas do *Holodomor*, ver Conquest (1986: 252, 256); Graziosi (1989: 10-11); Snyder (2011: 89). Durante a última fase do reinado de Estaline, os judeus soviéticos e da Europa de Leste serão perseguidos no âmbito da campanha contra o «cosmopolitismo» e o «sionismo». Ver por exemplo: Arkady Vaksberg, *Stalin Against the Jews*. New York, NY: Knopf, 1994; Gennadi Kostyrchenko, *Out of the Red Shadows: Anti-Semitism in Stalin's Russia*. Amherst, NY: Prometheus Books, 1995; Joshua Rubenstein & Vladimir P. Naumov (eds.), *Stalin's Secret Pogrom: The Postwar Inquisition of the Jewish Anti-Fascist Committee*. New Haven, CT: Yale University Press, 2001; Jonathan Brent & Vladimir P. Naumov, *Stalin's Last Crime: The Plot Against the Jewish Doctors, 1948-1953*. New York, NY: HarperCollins, 2003.

2. A convicção de que nunca conseguiriam eliminar esse “material etno-gráfico”;
3. A necessidade, ou a oportunidade mais favorável para desnacionalizar as regiões onde a consciência ucraniana e alemã [alemães do Volga] estavam em vias de se manifestar, deixando adivinhar futuras dificuldades políticas, e onde, para solidez do Império, é preferível que habitem populações de origem russa.

Que a primeira consideração tenha provocado a “lição” inicial e que, de acordo com informações coincidentes de numerosos membros do partido, foi decidida pelo governo – actualmente não restam dúvidas.

A segunda, no mínimo, contribuiu para o desinteresse quase absoluto do próprio governo em relação às trágicas consequências de uma “lição” em degenerescência.

A terceira destina-se seguramente a liquidar o problema ucraniano em alguns meses, sacrificando 10 a 15 milhões de almas. Não se deve encarar este número como exagerado. Alguns são de opinião que será ultrapassado e que provavelmente já foi atingido.

Este flagelo que se abate sobre milhões de pessoas e extermina as crianças de um povo inteiro só atinge efectivamente a Ucrânia, o Kuban e o Médio Volga. Em outras regiões é bastante menos intenso ou não acontece.

Pessoas dignas de confiança, exercendo uma profissão liberal, e que sentem pelo regime czarista tanto desprezo que se inclinam a olhar de forma benévola para o actual regime, tiveram oportunidade de viajar por outras regiões da União e afirmam categoricamente que a catástrofe se limita unicamente à Ucrânia, ao Kuban e ao Médio Volga»⁹⁶.

Em sentido idêntico, o côsul-geral da Polónia em Kharkiv, Jan Karszo-Siedlewskim, escreve, na mesma época:

«A ruína e a pobreza extremas em todo o território ucraniano são difíceis de descrever, sendo uma situação específica que não acontece sequer no sul da Rússia, mas só na Ucrânia; ao atravessar-se a fronteira norte da R.S.S. da Ucrânia, o cenário muda de forma dramática. Na Província Central das Terras Negras [Rússia Central], que não difere muito da Ucrânia, se olharmos numa perspectiva climatérica e económica, a situação agrícola é significativamente muito melhor. Isso prova que a política económica do governo federal em relação à Ucrânia foi mais brutal e predatória do que noutras províncias vizinhas, com a única excepção do Norte do Cáucaso»⁹⁷.

⁹⁶ Citado por Graziosi (1989: 57-58).

⁹⁷ Citado por Wysocki (2008 2-3).

Com o seu cortejo de actos de barbárie, de desumanização do quotidiano e de massificação da morte, o *Holodomor* constitui uma enorme regressão civilizacional⁹⁸. Nesses tempos sombrios, proliferam os déspotas locais, dispostos a tudo para extorquirem dos camponeses as últimas reservas alimentares; assiste-se ao agravamento paroxístico das tensões entre a população rural e a população urbana; banaliza-se a violência social, expressa no aumento dos casos de banditismo e de abandono de crianças, na disseminação das «barracas da morte», na propagação do canibalismo, dos linchamentos e suicídios colectivos⁹⁹. Sobrevivente dessa “descida ao inferno”, Lyuba Tchervatyuk recorda:

«Eu tinha o meu pai, a minha mãe e a minha avó. Ao fim de duas semanas estavam os três mortos. Fiquei sozinha em casa. Tinha 12 anos, que podia fazer? Não havia nada para comer em lado nenhum. Saía de casa de manhã e vagueava pelos pomares até ao cair da noite à procura de algo que pudesse mastigar, nem que fosse erva ou relva; não era fácil encontrá-las, já que eu não era a única que vasculhava por todos os cantos. Mastigava folhas de tília, que são amargas, mas dava-me por satisfeita; encontrava armole e comia-a também. Em suma, comia o mesmo que uma cabra-montesa. Depois, fiquei doente. Estávamos no mês de Julho. As cerejas já estavam maduras, mas eu não tinha forças para me arrastar até à cerejeira e colhê-las. Uma vizinha trouxe-me algumas. Por pouco não as devorei com os olhos, mas deixaram-me um gosto amargo na boca, parecido com artemísia. Não conseguia comer nada. A mesma vizinha trouxe-me mel e dessa vez senti um sabor açucarado. A mulher disse: “Muito bem, reconheceste o sabor do mel, vais ficar bem”. Ela salvou-me a vida. Enquanto foi viva, nunca deixei de lhe manifestar o meu reconhecimento; não consigo esquecer uma tal generosidade.

Há outra coisa que não consigo esquecer. Quem provocou a fome? Quem deu ordens para levarem as cascas da fruta? Apoderavam-se do mais pequeno caroço. Vinham em grupos de cinco, seis, por vezes dez. Entravam nas casas, reviravam tudo, enfiavam o nariz nos cantos mais recônditos e levavam tudo, até à última migalha; depois de saírem, não restava nada. Após a sua passagem, as pessoas ficavam privadas de tudo. Como esquecer estes “controleiros” que entravam de rompante nas nossas casas e nos perguntavam: “Então, ainda não esticaste?” Um dia, eu e a minha mãe encontramos no celeiro o equivalente a dois copos de feijão. Pela janela, a mãezinha viu os “comissários” caminharem na direcção da nossa casa. Com gestos rápidos, deitou os feijões numa panela, cobriu-os de água e enfiou-

⁹⁸ Werth (1995: 84).

⁹⁹ Snyder (2011: 83). Ver também Valentyna Borysenko, «La famine en Ukraine (1932-1933)», *Ethnologie française* 2 (37), 2004, pp. 281-289.

os no forno, como se estivesse a cozinhar qualquer coisa. Acham que conseguimos salvar os nossos feijões? Nem pensar! Ele tirou a panela de dentro do forno, escorreu a água e levou os feijões. Estou viva e ainda penso nisso. Passaram muitos anos desde então, mas é impossível esquecer»¹⁰⁰.

Conforme atrás referido, os casos de canibalismo tornam-se correntes¹⁰¹. Disso dá conta o relatório de um oficial da O.G.P.U., Kudriavtsev, de 19 de Abril de 1933, dedicado à região de Donetsk:

«Iryna Khrypunova estrangulou a sua neta de nove anos de idade e cozeu os órgãos internos. Anton Khrypunov removeu os órgãos internos da sua irmã de oito anos de idade e comeu-os. Poderiam, ainda, ser mencionados outros casos»¹⁰².

Numa carta interceptada em Fevereiro de 1933, pelo departamento da O.G.P.U. da região do Norte do Cáucaso, a irmã do recruta L.I. Kostenko, escreve:

«É possível que em breve fiquemos inchados de fome. Por cá ouve-se dizer que já se comem pessoas. Na manhã do dia 18, quando ia ao armazém, vi pessoas a correr em direcção à rua Nikolaevskaia [na cidade de Rostov do Don], onde se descobriram mãos e pés queimados. Levaram cães polícias e apanharam pessoas, mas não sei o que aconteceu depois. Mas sei que no dia seguinte, no mercado, prenderam uma mulher que vendia salsichas de carne humana; vi as salsichas, eram apetitosas e muito amarelas; quanto ao sabor, obviamente que não faço ideia»¹⁰³.

Os casos de necrofagia são igualmente referidos pelo cônsul italiano em Kharkiv, que escreve a 15 de Agosto desse ano:

«Todas as noites, em Kharkiv, são amontoados cerca de 250 cadáveres de pessoas mortas de fome ou de tifo. Verificou-se que uma grande quantidade deles já não tinha o fígado: este parecia ter sido retirado através de uma grande incisão. A polícia acabou por deter alguns dos misteriosos “amputadores”, os quais confessaram que com aquela carne confeccionavam o recheio dos *pirojki* (pastéis com recheio de legumes, de carne, de arroz, etc.) que seguidamente vendiam, de manhã, no mercado».¹⁰⁴

¹⁰⁰ Citado por Bruneteau (2008: 302).

¹⁰¹ Conquest (1986: 253-259); Snyder (2011: 84-85).

¹⁰² Citado por Pyrih (2008: 104).

¹⁰³ Citado por Werth & Berelovitch (2011: 499).

¹⁰⁴ Citado por Graziosi (1989: 79).

Convém salientar que Mussolini não utiliza a informação diplomática recebida da Ucrânia para a sua propaganda anticomunista, tendo sido assinado, em Setembro de 1933, um acordo de comércio, seguido de um pacto de amizade e de não-agressão entre a Itália fascista e a U.R.S.S.¹⁰⁵.

A situação também não passa despercebida a algumas individualidades caras ao regime. O aclamado escritor soviético Mikhail Sholokhov, depois de assistir, horrorizado, à forma como eram espoliados os camponeses do Kuban, escreve a Estaline, em Abril do mesmo ano:

«Camarada Estaline!

Se o distrito Vechensky, como muitos outros distritos do Cáucaso-Norte, não cumpriu o plano de entrega de cereais, não foi devido a qualquer “sabotagem kulak”, mas por causa da má direcção local do Partido...

Em Dezembro último, o Comité Regional do Partido enviou, para “acelerar” a campanha de colecta, um “plenipotenciário”, o camarada Ovtchinikov. Este tomou as seguintes medidas: 1) requisitar todos os cereais disponíveis, incluindo o “adiantamento” dado pela direcção dos *kolkhozes* aos *kolkhozianos* para a sementeira da próxima colheita, 2) repartir por lar as entregas devidas por cada *kolkhoze* ao Estado. Quais foram os resultados destas medidas? Quando as requisições se iniciaram, os camponeses começaram a esconder e a enterrar o trigo. Agora, algumas palavras acerca dos resultados quantificados de todas estas requisições. Cereais “encontrados”: 5.930 quintais... E eis alguns dos métodos utilizados para obter estas 593 toneladas, das quais uma parte estava enterrada... desde 1918!

O método do frio... Despe-se o *kolkhoziano* e coloca-se o indivíduo “ao frio”, todo nu, num telheiro. Frequentemente, colocava-se ao “frio” os *kolkhozianos* de brigadas inteiras.

O método do quente. Rega-se os pés e os bordos das saias das *kolkhozianas* com petróleo e pega-se-lhes fogo. Depois apagam-se as chamas e recomeça-se...

No *kolkhoze* Napolovsky, um certo Plotkine, “plenipotenciário” do Comité do distrito, forçava os *kolkhozianos* interrogados a estenderem-se

¹⁰⁵ Graziosi (1989: 7); Werth (1995: 79). Ver também Giorgio Petracchi, «L'URSS sans mythe. La vision de la diplomatie italienne dans les années vingt et trente», *Politix* 5 (18), deuxième trimestre, 1992, pp. 97-98; Francesca Lomastro, «Nel silenzio italiano. Riccardo Bondioli, la “carestia”, il fascismo», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande “carestia” in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*. Roma: Viella, 2004, pp. 311-330; Giorgio Petracchi, «Il Fascismo, la diplomazia italiana e la “questione ucraina”. La politica orientale dell' Italia e il problema dell' Ucraina (1933-1941)», in *Ibidem*, pp. 276-279.

sobre um fogão aquecido ao rubro. Seguidamente “esfriava-os” fechando-os nus num telheiro...

No *kolkhoze* Lebiajensky, alinhavam-se os *kolkhozianos* ao longo duma parede, e simulava-se uma execução...

Podia multiplicar até ao infinito este género de exemplos. Não são “abusos”, não, é o método corrente de colecta de trigo...

Se lhe parecer que a minha carta é digna de merecer a atenção do Comité Central, envie para aqui verdadeiros comunistas que tenham a coragem de desmascarar todos os que neste distrito deram um golpe mortal à construção *kolkhoziana*... O camarada é a nossa única esperança. Seu Mikhail Sholokhov»¹⁰⁶.

Na resposta, em Maio, o dirigente soviético faz uma “acusação ao espelho”¹⁰⁷, denunciando os camponeses como responsáveis pela fome:

«Recebi as suas duas cartas. A ajuda que pediu foi concedida. Enviei o camarada Shkiriátov a fim de esclarecer as questões de que me fala. Peço-lhe que o ajude. É isso. Mas, camarada Sholokhov, isto não é tudo o que queria dizer-lhe. Com efeito, as suas cartas transmitem um quadro que eu qualificaria de não objectivo, e, a esse respeito, gostaria de lhe escrever algumas palavras.

Agradei-lhe as suas cartas que revelam uma pequena doença de nosso aparelho, que mostram que, ao desejarem fazer bem, isto é, desarmar os nossos inimigos, alguns dos nossos funcionários do Partido atacam os nossos amigos e podem tornar-se verdadeiramente sádicos. Mas estas observações não significam que eu esteja de acordo consigo EM TUDO. Você vê UM aspecto das coisas. Para não nos enganarmos em política – e as suas cartas não são literatura, são política pura –, é necessário saber ver O OUTRO aspecto da realidade. E o outro aspecto é que os respeitadores trabalhadores do seu distrito – e não somente do seu – faziam greve, faziam sabotagem e estavam prontos a deixar os operários e o Exército Vermelho sem pão! O facto de esta sabotagem ser silenciosa e aparentemente pacífica (sem derramamento de sangue) não muda absolutamente nada ao fundo da questão, ou seja, que os respeitáveis trabalhadores faziam uma guerra de sapa contra o poder soviético. Uma guerra de morte, caro camarada Sholokhov!

É certo que estas precisões não podem justificar os abusos que, segundo afirma, foram cometidos pelos nossos funcionários. E os culpados deverão responder pelo seu comportamento. Mas é claro como o dia que os nossos

¹⁰⁶ Citado por Werth (1998: 195).

¹⁰⁷ Ellman (2005: 824-825).

respeitáveis trabalhadores não são cordeiros inocentes, como se poderia pensar ao ler as suas cartas.
Vá, fique bem. Aperto-lhe a mão. Seu J. Estaline»¹⁰⁸.

Durante a catástrofe, o Estado soviético continua a exportar cereais para o estrangeiro (em 1932, 1730000 toneladas; em 1933, 1680000 toneladas) com vista ao financiamento da industrialização, apesar de, em termos comparativos, o valor dessas exportações ser claramente inferior ao de outros produtos (em 1932-1933, os cereais renderam 369 milhões de rublos, enquanto a madeira e o petróleo representaram 1570 milhões de rublos)¹⁰⁹. Por outro lado, são acumuladas enormes reservas estratégicas (em 1933, 1800000 toneladas) para a eventualidade de um conflito militar¹¹⁰.

Para garantir as condições necessárias às futuras colheitas, em risco devido à mortandade que dizima grande parte da mão-de-obra rural, e para prevenir o alastramento de epidemias resultantes da acumulação de cadáveres insepultos, as autoridades centrais promulgam, em 8 de Maio de 1933 uma directiva secreta que suspende formalmente as requisições¹¹¹.

São adoptadas, de forma tardia, selectiva e insuficiente¹¹², medidas de auxílio a algumas das regiões atingidas pelas «dificuldades alimentares», no sentido de «estimular a saída para o trabalho dos *kolkhozianos* famintos»¹¹³. Assim, entre Janeiro e Junho de 1933, disponibilizam 320000 toneladas de cereais – ou seja 10 quilos de cereais por pessoa, representando somente 3% do consumo médio anual de um camponês – para cerca de 30 milhões de pessoas atingidas pela fome¹¹⁴. No entanto, esta ajuda, além de privilegiar o abastecimento às cidades, destina-se apenas aos que a “merecem”, como os camponeses com melhor rendimento, os brigadistas e os tractoristas dos *kolkhozes*¹¹⁵.

Nesse contexto, merece ser destacada a circular da O.G.P.U. ucraniana, de 19 de Março de 1933, assinada por Vsevolod Balytsky:

«Em consequência da sabotagem da agricultura da Ucrânia por elementos *kulaks* e contra-revolucionários infiltrados nos *kolkhozes*, um certo número de aldeias e de *kolkhozes* enfrentam dificuldades alimentares.

¹⁰⁸ Citado por Werth (1998: 196).

¹⁰⁹ Vassylenko (2009: 13).

¹¹⁰ Lewin (1987: 180); Davies *et al.* (1994: 285).

¹¹¹ Sokoloff (2000: 47-48); Snyder (2011: 73).

¹¹² Werth (1995: 79); Kondrashin (2004: 67); Naimark (2010: 75).

¹¹³ Davies *et al.* (1995: 642-657).

¹¹⁴ Werth (2003).

¹¹⁵ Davies & Wheatcroft (2004: 214).

O CC do Partido tomou um conjunto de medidas para prestar auxílio alimentar de emergência. O auxílio destina-se principalmente a garantir o sucesso da campanha de sementeiras nas aldeias e nos *kolkhozes* que enfrentam dificuldades alimentares, devendo ser prioritariamente destinada aos *kolkhozes* que cumpriram as suas obrigações para com o Estado, às melhores brigadas, aos brigadistas e aos *kolkhozianos* que tenham cumprido um número significativo de dias de trabalho.

A organização do auxílio de emergência, a definição dos contingentes com direito a auxílio, e a sua distribuição é da responsabilidade de *troikas* distritais, formadas pelo secretário do Comité do Partido no distrito, pelo presidente do Comité Executivo no distrito e pelo comandante da O.G.P.U. no distrito. Em cada aldeia deverão ser criadas *troikas* compostas pelo presidente do soviete rural, pelo secretário da célula do Partido e pelo presidente do melhor *kolkhoze*. Para que esse auxílio alimentar, desviado em prejuízo das cidades, das unidades do Exército Vermelho e dos operários, seja adequadamente utilizado, seja de facto “produtivo” – garantindo uma excelente campanha de sementeiras – ordeno o seguinte:

1. Que os alimentos sejam única e exclusivamente destinados aos que os merecem, não devendo ser desperdiçados noutras finalidades;
2. Que os alimentos sejam efectivamente destinados aos necessitados e, por ordem prioritária, aos *kolkhozianos* que tenham cumprido um número significativo de dias de trabalho, aos brigadistas, aos tractoristas, às famílias que têm um membro no Exército Vermelho, aos *kolkhozianos* e aos camponeses individuais;
3. Que todo o auxílio, incluindo o que se destina aos camponeses individuais, seja exclusivamente concedido através dos *kolkhozes* e dos *sovkhoses*;
4. Que sejam auxiliados unicamente os camponeses individuais que se tenham comprometido a aderir aos *kolkhozes* ou tenham estabelecido contrato com os *sovkhoses*;
5. Que todos os elementos parasitários – especuladores, *kulaks*, indivíduos sem emprego fixo, vadios – sejam deportados para a Região do Norte, após apreciação do respectivo processo individual pela *Conferência Especial*¹¹⁶;
6. Que o Centro seja regularmente informado sobre os diversos tipos de auxílio e a sua distribuição (cantinas, alimentação de crianças, etc);
7. Que se efectue uma fiscalização para impedir a infiltração de elementos

¹¹⁶ A Conferência Especial é um órgão judicial de excepção da O.G.P.U., criado em 28 de Março de 1924, constituído por três oficiais da polícia política. Tinha a competência de julgar os crimes de “contra-revolução”, “falsificação de moeda”, “grande delinquência”, “especulação” e “parasitismo”.

- contra-revolucionários, anti-soviéticos, *kulaks* e criminosos nos órgãos técnicos e administrativos responsáveis pela distribuição do auxílio alimentar. Todos os elementos suspeitos deverão ser imediatamente detidos e os indivíduos culpados de desvio do auxílio apresentados perante as *troikas* da O.G.P.U. da Ucrânia;
8. Que se trave uma luta sem tréguas contra o hábito dos *kolkhozes* e dos soviets rurais de se encostarem uns aos outros; de não procurarem, no terreno, as soluções para os seus próprios problemas; de exagerarem as dificuldades; de esperarem tudo do Estado;
 9. Que se combatam impiedosamente os elementos contra-revolucionários, *kulaks* e todo o tipo de inimigos que tentam utilizar as dificuldades alimentares para fins contra-revolucionários, que espalham boatos sobre a fome e diversos “horrores”, que se recusam a sepultar os mortos, que actuam como agitadores, organizando manifestações e revoltas, que provocam a sabotagem do património *kolkhoziano*, que instigam à greve, etc. Todos esses elementos deverão ser imediatamente detidos, o seu processo rapidamente concluído e julgado perante uma *troika* da O.G.P.U. da Ucrânia¹¹⁷. Os comandantes dos órgãos locais da O.G.P.U. deverão impor a ordem revolucionária nas regiões afectadas pelas dificuldades alimentares, reprimindo implacavelmente todos os que tentarem utilizar as dificuldades alimentares para fins contra-revolucionários»¹¹⁸.

Típico produto burocrático da mundividência estalinista, a circular reflecte alguns dos seus traços essenciais: a diabolização das vítimas, acusadas de serem responsáveis pela sua própria tragédia; a aposta obsessiva na repressão policial e judicial, enquanto instrumento de acção política e a hierarquização da vida humana em função do seu potencial utilitário e valor ideológico.

Em consequência da escassez de mão-de-obra, a população urbana é coercivamente mobilizada para os trabalhos agrícolas, como descreve, a 20 de Julho de 1933, o cônsul italiano em Kharkiv:

«A mobilização das forças citadinas para o trabalho dos campos tomou proporções enormes. [...] Esta semana, pelo menos 20.000 pessoas foram enviadas todos os dias para o campo, por um período de duas a três semanas. [...] A requisição dos homens assemelha-se ao tráfico negreiro. Antontem, cercaram o bazar, apanharam todas as pessoas válidas, homens,

¹¹⁷ A *troika* é um órgão extrajudicial, constituído por um comandante da polícia política, um Procurador e um Secretário regional do Partido, que podia condenar com a pena capital os crimes contra-revolucionários.

¹¹⁸ Citado por Werth & Berelowitch (2011: 513-514).

mulheres, rapazes e raparigas, levaram-nas para a gare, sob escolta da O.G.P.U., e enviaram-nas para os campos. [...] Onde quer que haja uma fila, a O.G.P.U. está à espreita e intervém quando considera que as pessoas “exportáveis” são em número suficiente»¹¹⁹.

Esta situação é igualmente abordada pelo adido militar polaco em Moscovo, que no seu relatório de balanço de 1933, informa:

«Em resultado da acção brutal das autoridades, houve uma grave fome que causou, como consequência lógica, um enorme despovoamento (cerca de 5 milhões de mortos). A acção do governo traduziu-se principalmente na mobilização compulsiva da população para as colheitas. Também com esse objectivo, foram enviadas tropas para o país. Importa acrescentar que o fenómeno da fome e do despovoamento pode ser observado no Norte do Cáucaso, mas em menor escala»¹²⁰.

Milhares de colonos provenientes de outras repúblicas da U.R.S.S. são transferidos para repovoamento dos territórios ucranianos afectados pela fome¹²¹. Entre o final de 1933 e o início de 1934, cerca de 20000 famílias de origem predominantemente russa e bielorrussa são transportadas para a Ucrânia, não obstante a existência de comunidades ucranianas em diversos territórios fora da república¹²².

Reconhecendo o progressivo restabelecimento da “normalidade” pelo poder soviético, o governo polaco descreve, contudo, um cenário trágico na Ucrânia:

«Uma outra coisa é o preço elevado que se pagou por esta vitória – tendo em conta a morte de pelo menos 5.000.000 de pessoas e a deserção das aldeias ucranianas, das quais muita gente fugiu para as cidades ou para outras repúblicas da [U]nião [Soviética]. Actualmente, a Ucrânia assemelha-se a um organismo em convalescença, que depois de uma longa e grave doença, necessita de recuperar e de regressar lentamente à vida normal»¹²³.

¹¹⁹ Citado por Graziosi (1989: 77).

¹²⁰ Citado por Wysocki (2008: 3).

¹²¹ Werth2 (2008).

¹²² Vassylenko (2009: 29); Snyder (2011: 86).

¹²³ Citado por Wysocki (2008: 3).

O terror contra as elites ucranianas

Convicto de que na Ucrânia e no Kuban a resistência camponesa estava intimamente associada a um movimento mais vasto de subversão, o regime soviético decide punir as elites ucranianas¹²⁴, considerando-as, a par do campesinato, igualmente responsáveis pela “deriva nacionalista”.

Desde 1923, vigorava na U.R.S.S. uma política da “indigenização” (*korenizatsiya*), destinada a promover o desenvolvimento económico e cultural das nações titulares e das minorias nacionais e, desse modo, garantir a sua lealdade ao regime federal soviético. No caso da Ucrânia, estimulava-se a utilização da língua nacional e os quadros autóctones eram nomeados para os principais cargos políticos, administrativos e culturais da república¹²⁵.

De acordo com o Kremlin, essa política fora pervertida na Ucrânia e no Kuban, abrindo as portas à subversão nacionalista que contaminara as próprias organizações partidárias e governamentais. No dia 14 de Dezembro de 1932, é aprovado um decreto em que se denuncia:

«A *ucranianização* irresponsável, anti-bolchevique, da maior parte dos distritos do Norte do Cáucaso, à revelia dos interesses culturais da população, e aplicada sem qualquer controlo dos órgãos regionais responsáveis pela “*ucranianização*” das escolas e da imprensa, deu aos inimigos do poder soviético cobertura legal para organizar a oposição dos *kulaks*, dos oficiais [czaristas], dos antigos cossacos emigrantes e dos membros da Rada do Kuban [antiga organização independentista]»¹²⁶.

Em consequência, decide-se:

«Mudar imediatamente da língua ucraniana para a língua russa a documentação administrativa dos órgãos soviéticos e cooperativos, bem como todos os jornais e revistas dos distritos *ucranianizados* do Norte do Cáucaso, por ser mais compreensível para a população do Kuban, e preparar a mudança, para a língua russa, do ensino nas escolas»¹²⁷.

¹²⁴Mace (2004: 411). Ver também Hennadii Yefimenko, «The Soviet Nationalities Policy Change of 1933, or Why “Ukrainian Nationalism” Became the Main Threat to Stalin in Ukraine», *Holodomor Studies* 1 (1), 2009, pp. 27-40.

¹²⁵Mace (1984: 41); Martin (2001: 125-181); Bruneteau (2008: 119-121). Ver também James E. Mace, *Communism and the Dilemmas of National Liberation: National Communism in Soviet Ukraine, 1918-1933*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983; George O. Liber, *Soviet Nationality Policy, Urban Growth, and Identity Change in the Ukrainian SSR, 1923-1934*. New York: Cambridge University Press, 1992.

¹²⁶Citado por Serbyn (2006: 203).

¹²⁷Citado por Serbyn (2006: 203).

Por outro lado, as comunidades ucranianas implantadas na República Socialista Federativa Soviética da Rússia são também privadas dos seus direitos de autonomia cultural e política, ao contrário das outras minorias nacionais residentes¹²⁸.

Entretanto, com a chegada, em Janeiro de 1933, de Pavel Postyshev – que embora seja formalmente o vice-secretário do Partido na Ucrânia, na prática actua como o novo plenipotenciário de Moscovo – acompanhado de centenas de quadros russos. Inicia-se uma vaga de terror policial contra alegadas «organizações contra-revolucionárias nacionalistas burguesas», causando milhares de vítimas¹²⁹. Nessa oportunidade, Postyshev reitera a percepção da existência de uma frente comum entre o campesinato e as elites:

«Os erros e falhas cometidos pelo Partido Comunista da Ucrânia, na implementação da política das nacionalidades, foram uma das principais causas para o declínio da agricultura ucraniana em 1931-1932. Não restam dúvidas de que sem os erros na implementação da política das nacionalidades, sem a derrota esmagadora dos elementos nacionalistas, que se tinham instalado em diversas áreas da construção social na Ucrânia, teria sido impossível superar o atraso na agricultura»¹³⁰.

No âmbito destas purgas, são alvo de repressão 70% dos secretários distritais e dos soviets, 40000 pequenos funcionários dos soviets, a quase totalidade dos quadros do Commissariado do Povo para a Educação, 4000 professores e 200 funcionários de institutos pedagógicos¹³¹. O número de detenções na Ucrânia aumenta de forma exponencial – 75000 em 1932 e 125000 em 1933 – em claro contraste com os anos de 1929-1930 (30000), 1931 (52000) e 1934 (30000)¹³².

As autoridades anunciam a descoberta de uma «organização contra-revolucionária na agricultura da República Socialista Soviética da Ucrânia», com ligações a organizações subversivas de Moscovo, Rostov e Minsk, e na qual estariam envolvidos dezenas de agrónomos e de outros quadros técnicos e científicos. Em Moscovo, os quadros ucranianos detidos são também acusados de fazer parte de uma organização contra-revolucionária à escala nacional, tendo como objectivo «sabotar a agricultura e provocar a fome no país». A 11 de Março de 1933, dezenas de membros desta suposta organização, liderada pelo antigo vice-comissário

¹²⁸ Graziosi (2005: 465-466).

¹²⁹ Conquest (1986: 270-271); Shapoval (2004: 112-115); Serbyn (2008: 4-5).

¹³⁰ Citado por Shapoval (2004: 133).

¹³¹ Simon (2005: 6).

¹³² Ver por exemplo Anna Alekseyenko *et al.*, «*Holodomor*: Ukrainian genocide in the early 1930s». Kyiv: Ukrainian Institute of National Memory, 2007, p. 14.

da Agricultura da U.R.S.S., o ucraniano Fedir Konar, são condenados pela O.G.P.U. à pena de morte¹³³.

A escalada persecutória que põe fim à experiência nacional-comunista ucraniana atinge figuras da elite cultural e política, como o director teatral Les Kurbas, o escritor Mykola Khvylovy e o dirigente partidário Mykola Skrypnyk, acusado de ser um «instrumento ao serviço de elementos nacionalistas burgueses»¹³⁴. É, assim, dada continuidade, embora noutro contexto, à repressão da *intelligentsia*, iniciada na segunda metade dos anos 20, e que tivera como epílogo o julgamento-espectáculo, em Março e Abril de 1930, de dezenas de personalidades da vida cultural, acusadas de pertencerem à imaginária organização separatista «União para a libertação da Ucrânia»¹³⁵.

Entre os membros da *intelligentsia* perseguidos, merece ser igualmente destacada a figura de Borys Antonenko-Davydovych. Suposto militante da «Organização Militar Ucraniana» (U.V.O.), é acusado de pretender «derrubar o governo soviético através de uma sublevação armada» e de querer «implantar uma ditadura fascista na Ucrânia», tendo, por isso, sido condenado a dez anos no *Gulag*. No decurso do julgamento, a O.G.P.U. apresenta registos de afirmações feitas por este escritor, reveladoras de um olhar particularmente lúcido sobre o drama da Ucrânia. Antonenko-Davydovych declara em Julho de 1933:

«Devido ao facto de todos os jornais no estrangeiro estarem repletos de informações sobre a terrível fome na Ucrânia, bem como sobre os suicídios de Skrypnyk e Khvylovy, Moscovo decidiu atirar poeira para os olhos das pessoas, tendo despejado em cima dos camponeses da Ucrânia e dos trabalhadores pouco mais de um milhão de puds [1 pud = 16,38 quilos] do mesmo cereal que lhes confiscara, e fornecendo rações aos escritores ucranianos [...] A insaciabilidade e a ganância de Estaline, que não conhecem limites, resultaram na circunstância de na Primavera quase 800.000 pessoas terem morrido de fome na Ucrânia. Agora o Partido está a tentar atribuir as culpas por esse “erro de Estaline” a alguns académicos e escritores. A estupidéz e a ineficácia destas medidas são uma evidência para todos»¹³⁶.

E em Fevereiro de 1934:

«Não existe uma cultura ucraniana nos dias de hoje e, se porventura houver, é o cadáver da cultura ucraniana, tendo em conta que toda a *intelli-*

¹³³ Shapoval (2008: 6-7).

¹³⁴ Conquest (1986: 267-268); Pachlovska (2004: 347); Shapoval (2004: 132).

¹³⁵ Shapoval (2003: 383-384).

¹³⁶ Citado por Shapoval (2008: 9-10).

gentsia ucraniana e a sua cultura estão no exílio. Para se reabilitar aos olhos do Ocidente devido às incontáveis atrocidades na Ucrânia e, em especial, por causa da morte à fome de quatro milhões e meio de ucranianos, o poder soviético acusa a política nacional do camarada Skrypynyk de tudo isso»¹³⁷.

A missão repressiva de Pavel Postyshev merece também a atenção do corpo diplomático residente na Ucrânia. Por exemplo, em 26 de Janeiro de 1934, o cônsul da Alemanha em Kharkiv, Karl Walther, observa:

«Em menos de um ano, Postyshev reforçou o poder do sistema soviético na Ucrânia, sacrificando imensas vítimas e milhões de mortos pela fome [...], e destruindo o perigoso movimento nacional durante um período de tempo indeterminado. Foi assim que a questão nacional, como aqui é entendida, ficou resolvida na Ucrânia»¹³⁸.

A fome no Cazaquistão e na Rússia

No Cazaquistão, o processo de transição de uma sociedade tradicionalmente nómada e pastoril para o sistema colectivista resulta também numa hecatombe, qualificada por alguns investigadores de genocidária¹³⁹. A própria documentação oficial descreve um cenário de horror, ilustrado neste relatório do Inverno de 1932-1933:

«Migrações em massa, mortalidade, sobretudo junto da população cazaque, abate e venda a baixo preço do gado, falta de pão para a alimentação e de forragens para os animais de tiro [...]. Os trabalhadores dos *kolkhozes* que ficaram encontram-se incapazes de trabalhar devido ao seu esgotamento extremo e à doença»¹⁴⁰.

Mais tarde, em Março de 1933, o dirigente cazaque Turar Ryskulov escreve numa carta a Estaline:

¹³⁷ Citado por Shapoval (2008: 10).

¹³⁸ Citado por Verstiuk *et al.* (2008: 5).

¹³⁹ Naimark (2010: 75-76). Ver também Kurt Jonahsson & e Karin Solveig Bjornson, *Genocide and Gross Human Rights Violations in Comparative Perspective*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1998, p. 256.

¹⁴⁰ Citado por Marie (2004: 317).

«No distrito de Semipalatinsk, uma comissão que foi verificar o estado de um orfanato descobriu, na cave, vinte cadáveres decompostos de crianças que não foram retiradas a tempo devido à falta de transporte»¹⁴¹.

Entre 1931 e 1933, a população autóctone perde entre 1,7 a 2 milhões de pessoas, das quais 1,1 a 1,4 milhões são vítimas da fome e das epidemias; cerca de 600000 cazaques procuram refúgio noutras repúblicas da URSS e em países limítrofes como a China e a Mongólia¹⁴².

Por sua vez, na Rússia, as regiões cerealíferas do Baixo e do Médio Volga registaram, em 1933, cerca de 400000 mortos, enquanto no Grande Norte, Carélia, Urais e Sibéria Ocidental, sucumbiram de «distrofia alimentar» 150000 camponeses deportados nos «povoamentos especiais»¹⁴³.

Ironicamente, o último episódio da tragédia da fome terá lugar em Moscovo, em 1937, com a condenação por «sabotagem» dos responsáveis pelo processo de recenseamento da população. Em consequência dos efeitos devastadores da colectivização e da fome, os resultados obtidos – menos 8 milhões do que o número esperado por Estaline (170 milhões) – foram anulados, procedendo-se, dois anos depois, a um novo recenseamento com números convenientemente “ajustados”¹⁴⁴.

Um genocídio ucraniano

É inegável que a fome na Ucrânia e no Kuban não se distingue, inicialmente, da tragédia que se abate sobre outros territórios, sendo entendida pelo poder como o corolário da “guerra civil” travada contra os *kulaks*, e condição necessária à definitiva consolidação do sistema estalinista¹⁴⁵.

É essa a interpretação que fazem os dignitários do regime – imbuídos da cultura de violência que caracteriza o bolchevismo – reconhecendo a sua utiliza-

¹⁴¹ Citado por Marie (2004: 318).

¹⁴² Pianciola (2004: 167-175).

¹⁴³ Kessler (2008: 117-129); Werth 1 (2008).

¹⁴⁴ Blum (1994: 48-49); Marie (2004: 412). Sobre as atribulações do recenseamento de 1937, ver também Catherine Merridale, «The 1937 Census and the Limits of Stalinist Rule», *The Historical Journal* 39 (1), Março, 1996, pp. 225-240; Mark Tolts, «The Failure of Demographic Statistics: A Soviet Response to Population Troubles», Comunicação apresentada na «IUSSP XXIVth General Population Conference», Salvador-Bahia, 18-24 de Agosto, 2001; Stephen G. Wheatcroft, «The first 35 years of Soviet living standards: Secular and conjunctural crises in a time of famines», *Explorations in Economic History* 46, 2009, p. 36.

¹⁴⁵ Ellman (2007: 676-677).

ção como instrumento de afirmação política no confronto com o campesinato:

«Nós ganhámos definitivamente a guerra, a vitória é nossa, uma vitória fantástica, total, a vitória do estalinismo.» (Lazar Kaganovych)¹⁴⁶;

«Os nossos quadros que enfrentaram a situação de 1932-1933 e que aguentaram [...] ficaram temperados como o aço. Acredito que com eles se construirá um Estado como a História nunca viu.» (Sergo Ordzhonikidze)¹⁴⁷;

«Está a decorrer uma luta feroz entre os camponeses e o poder. É um combate até à última gota de sangue. É uma prova de força entre o nosso poder e a sua resistência. A fome demonstrou quem é o mais forte. Custou milhões de vidas, mas o sistema dos *kolkhozes* viverá para sempre. Vencemos a guerra!» (Mendel Khataievych)¹⁴⁸;

«A progressão insatisfatória das sementeiras em numerosas regiões demonstra que a fome ainda não levou à razão muitos *kolkhozianos*.»¹⁴⁹; «O camponês tem uma nova tática [...] Quer destruir os cereais e subjugar o governo soviético através da mão esquelética da fome. Mas o inimigo cometeu um erro. Havemos de lhe mostrar o que é a fome. Deve-se levar tudo até ao último grão.» (Stanislav Kosior)¹⁵⁰;

«Sabemos que milhões de pessoas estão a morrer. É lamentável, mas o futuro glorioso da União Soviética acabará por justificar» (Grigory Petrovsky)¹⁵¹.

A instrumentalização da fome é também evocada, em tom de denúncia, pelo antigo diplomata soviético Fedor Raskolnikov, numa «Carta Aberta a Estaline», de 17 de Agosto de 1939:

«Mais tarde ou mais cedo o povo soviético irá mandar-vos para o banco dos réus como traidor do socialismo e da revolução, principal sabotador, verdadeiro inimigo do povo, organizador da fome»¹⁵².

¹⁴⁶ Citado por Werth (2003).

¹⁴⁷ Citado por Werth (1995: 84).

¹⁴⁸ Citado por Pachlovska (2004: 352).

¹⁴⁹ Citado por Graziosi (2005: 467).

¹⁵⁰ Citado por Conquest (1986: 221).

¹⁵¹ Citado por Peretz (1999: 49).

¹⁵² Citado por Graziosi (2009: 65).

É igualmente verdade que a fome abre o caminho para a vaga repressiva de 1937-1938, através de uma “selecção natural” do pessoal político e policial responsável pela execução do «Grande Terror»¹⁵³, que transforma o estado federal num império despótico, através da submissão da segunda república mais importante¹⁵⁴, e que deixa um legado de dor em numerosas famílias que nunca tiveram direito a expressar o luto, porque a fome se converteu em segredo de Estado. Todavia, na Ucrânia e no Cáucaso do Norte, as suas marcas são mais profundas, traumatizantes e duradouras¹⁵⁵, sendo possível inventariar um conjunto de elementos distintivos resultantes da acção efectuada pelo regime para punir, através da fome e do terror, a população ucraniana enquanto grupo sócio-nacional¹⁵⁶, que legitimam o conceito histórico do *Holodomor*:

- A taxa de mortalidade superior às das outras repúblicas (a taxa de mortalidade por 1000 habitantes, em 1933, foi de 138,2 na Rússia e de 367,7 na Ucrânia), tendo a esperança de vida diminuído de 42,9 anos (sexo masculino) e 46,3 anos (sexo feminino), em 1926, para respectivamente 7,3 anos e 10,9 anos, em 1933. Em comparação, no ano de 1941, durante a brutal invasão alemã da União Soviética, a esperança de vida na Ucrânia foi de 13,6 anos e 36,3 anos, respectivamente para homens e mulheres;
- Os milhões de vítimas ucranianas – incluindo as da região do Kuban – e os outros milhões de ucranianos submetidos a uma política de russificação, após Dezembro de 1932;
- O decréscimo de 20% a 25% da população de etnia ucraniana, tendo a natalidade decaído de uma média de 1153000 nascimentos (1926-1929) para 782000, em 1932 e 470000, em 1933;
- A decisão de Estaline em utilizar a fome numa perspectiva anti-ucraniana, em resultado da “interpretação nacional” da crise das colectas no Verão de 1932, provocando, de forma deliberada, o seu agravamento e multiplicando o número de vítimas;
- A eliminação de uma grande parte da elite política, cultural e religiosa da república, sob a acusação de «nacionalismo burguês».

Por conseguinte, inserido no seu contexto histórico, o *Holodomor* representa o momento culminante da ofensiva estatal contra o que considera ser a mais grave

¹⁵³ Werth 2 (2007: xvi).

¹⁵⁴ Graziosi (2005: 468); Serbyn (2006: 203-204); Ellman (2007: 684-685).

¹⁵⁵ Graziosi (2005: 467-468). Sobre a questão da memória traumática, ver Ludmila Klozcak, «Transferência: Lugar de Impermanência», *Jornal de Psicanálise* 41 (75), Dezembro, 2008, pp. 97-106; Valérie Kozłowski, «Victimes ou bourreaux: Les Ukrainiens gréco-catholiques et l'«Holodomor»», *Terrain* 2 (51), 2008, pp. 62-77.

¹⁵⁶ Graziosi (2005: 469); Werth3 (2007: 97); Naimark (2010: 79).

ameaça à construção de um sistema político centralizado e ditatorial: o nacionalismo ucraniano¹⁵⁷. A propósito, um dos grandes historiadores do período soviético qualifica-o de «paroxismo criminal do Estalinismo»¹⁵⁸ e de «único acontecimento europeu do século XX que pode ser comparado a outros dois genocídios, o da Arménia e o Holocausto»¹⁵⁹. Contudo, distingue-se de outros crimes genocidários, por não visar o extermínio total da nação ucraniana, tendo sido motivado e executado com base numa racionalidade política e não em fundamentos étnicos ou raciais¹⁶⁰.

Do longo silêncio ao difícil reconhecimento

Desde o princípio, as autoridades desenvolvem uma política de negação e silenciamento¹⁶¹, ilustrada na resposta dada por Estaline, em Dezembro de 1932, ao dirigente ucraniano Roman Terekhov, quando este o informa sobre a situação em Kharkiv:

«Disseram-nos, camarada Terekhov, que o senhor era um bom orador; manifestamente, é também um bom contador de histórias, deu-nos uma ideia tão precisa da fome, pensando que nos metia medo, mas não me engana! Seria melhor que o senhor deixasse o seu cargo de secretário do Comité Regional e do Comité Central e que fosse trabalhar para a União dos Escritores; escreveria contos que os imbecis poderiam ler»¹⁶².

¹⁵⁷ Mace (1984: 49).

¹⁵⁸ Werth (1999: 111). As mortes causadas pelo *Holodomor* e pela fome na Rússia e Cazaquistão em 1931-1933, bem como durante a fome de 1946-1947, na Rússia, Ucrânia e Moldávia, totalizam aproximadamente 7 milhões, representando a principal categoria de vítimas do regime estalinista.

¹⁵⁹ Werth 2 (2008).

¹⁶⁰ Ternon (1995: 244); Graziosi (2005: 470-471); Kulchystky (2008); Werth2 (2008); Naimark (2010: 78-79). Sobre o enquadramento jurídico do *Holodomor* como genocídio, ver Helen Fein, *Genocide: a sociological perspective*. London, Newbury Park, CA: Sage Publications, 1993, pp. 75-79; Barbara B. Green, «Stalinist Terror and the Question of Genocide: The Great Famine», in Alan S. Rosenbaum (ed.), *Is the Holocaust Unique?: Perspectives on Comparative Genocide*. Boulder, CO: Westview Press, 1996, pp. 137-162; Yaroslav Bilinsky, «Was the Ukrainian Famine of 1932-1933 genocide?», *Journal of Genocide Research* 1 (2), 1999, pp. 147-156; David Marcus, «Famine Crimes in International Law», *The American Journal of International Law* 97 (2), Abril, 2002, pp. 245-281; Yevhen Zakharov, «Legal classification of *Holodomor* 1932-1933 in Ukraine and in Kuban as a crime against humanity and genocide», *Human Rights in Ukraine*, 2008. Disponível online em <http://www.khpg.org/en/index.php?id=1221299499> [6 de Dezembro de 2009].

¹⁶¹ Ver por exemplo Jean-Louis Panné, «La négation de la famine en Ukraine», in Catherine Coquio (ed.), *L'Histoire trouée. Négation et témoignage*. Nantes: Éditions L'Atalante, 2004, pp. 491-507.

¹⁶² Citado por Ivnitky (2004: 92).

Na frente externa, adopta-se idêntica atitude: a 14 de Janeiro de 1933, é divulgado um comunicado oficial, em nome do chefe da diplomacia soviética, Maxim Litvinov, desmentindo a existência de qualquer problema e classificando as notícias sobre a fome como uma «invenção»¹⁶³.

A 19 de Fevereiro, Estaline interroga Molotov e Kaganovych:

«Sabem quem é que autorizou os jornalistas americanos em Moscovo a deslocarem-se até à região de Kuban? Escreveram coisas desagradáveis sobre a situação na região de Kuban. Temos de arrancar o mal pela raiz, proibindo-os de viajar pelo território da U.R.S.S.»¹⁶⁴.

O incómodo de Estaline é agravado pela circunstância de já ter havido precedentes, como prova a deliberação tomada, em 17 de Setembro de 1932, pelo Politburo:

«Expulsar da U.R.S.S. a correspondente do “Daily Express” [Rhea] Clyman, no prazo de dois dias, por ter forjado de forma clara e totalmente caluniosa e provocatória, informação sobre a U.R.S.S. (artigo sobre a “nacionalização das mulheres” numa revista canadiana, artigo sobre “distúrbios e motins da fome” na U.R.S.S. no “Daily Express”), cujo objectivo foi desacreditar maliciosamente a U.R.S.S. aos olhos da opinião pública»¹⁶⁵.

Nessa lógica de «institucionalização do silêncio»¹⁶⁶, a 23 de Fevereiro de 1933, o mesmo órgão aprova uma nova resolução que condiciona drasticamente a actividade da imprensa estrangeira no país¹⁶⁷. Não obstante esse bloqueio noticioso, a comunidade internacional recebe informação proveniente de diversas fontes, como os governos e as representações diplomáticas (na U.R.S.S. ou nos países vizinhos), designadamente da Itália, Reino Unido, Alemanha, Polónia, Roménia, Turquia, Japão, Estados Unidos da América e Vaticano¹⁶⁸, as organizações oposi-

¹⁶³ Graziosi (2005: 464); Shapoval (2007: 95)

¹⁶⁴ Citado por Davies *et al.* (2003: 220).

¹⁶⁵ Citado por Pyrih (2008: 52).

¹⁶⁶ Perez (1999: 34).

¹⁶⁷ Shapoval (2007: 95).

¹⁶⁸ Ver por exemplo Marco Carynnyk *et al.* (eds.), *The Foreign Office and the Famine: British Documents on Ukraine and the Great Famine of 1932-1933*. Kingston: Limestone Press, 1988; Orest Subtelny, «Observing the Famine of 1933: The Reports of German Diplomats», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande “carestia” in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*. Roma: Viella, 2004, pp. 217-230; Yuri Shapoval, «Foreign Diplomats on the Holodomor in Ukraine», *Holodomor Studies* 1 (1), 2009, pp. 41-54; Robert Kusnierz, «The Question of the Holodomor in Ukraine of 1932-1933 in the Polish Diplomatic and Intelligence Reports», *Holodomor Studies* 1 (1), 2009, pp. 77-90; Athanasius McVay & Lubomyr Luciuk, *The Holy See and the Holodomor: Documents from the Vatican Secret Archives on the Great Famine of 1932-1933 in Soviet Ukraine*. Kingston: Kashtan Press, 2011.

cionistas ao regime estalinista¹⁶⁹, ou a imprensa europeia e norte-americana, destacando-se o testemunho dos correspondentes britânicos Gareth Jones (*Daily Express*) e Malcolm Muggeridge (*Manchester Guardian*)¹⁷⁰ e dos norte-americanos William H. Chamberlin (*Christian Science Monitor*) e Eugene Lyons (*United Press International*)¹⁷¹.

No continente norte-americano, as organizações da diáspora ucraniana (incluindo as de etnia alemã¹⁷²) reclamam o apoio do presidente Franklin Roosevelt e, em 18 de Novembro de 1933, realizam em Nova Iorque uma manifestação que termina em confrontos com militantes comunistas. A 28 de Maio de 1934, o congressista Hamilton Fish apresenta na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América uma proposta de condenação do regime soviético¹⁷³, não tendo obtido os apoios necessários à sua aprovação.

No Continente Europeu, a Federação Europeia dos Ucranianos no Estrangeiro publica na Bélgica, em Outubro de 1933, a primeira obra documentada sobre a fome¹⁷⁴. Na Grã-Bretanha, o arcebispo de Cantuária, William Lang, faz uma intervenção na Câmara dos Lordes, a 25 de Julho de 1934.

Em alguns países limítrofes da Europa Oriental, a opinião pública dedica-lhe maior atenção, atendendo às afinidades étnicas e culturais que ligam as populações dos dois lados da fronteira. Assim, na Roménia, a situação vivida pela Ucrânia – e em especial na região autónoma da Transístria – é debatida nas duas câmaras do Parlamento e, a 13 de Março de 1932, é feito um apelo ao governo de Nicolae Iorga e ao rei Carol II, em apoio dos refugiados que arriscam a vida

¹⁶⁹ Ver André Liebich, «Russian Mensheviks and the Famine of 1933», in Roman Serbyn & Bohdan Krawchenko (eds.), *Famine in Ukraine 1932-1933*. Edmonton: University of Alberta Press, 1986, pp. 97-108.

¹⁷⁰ Malcolm Muggeridge, *Winter in Moscow*. Boston, MA: Little, Brown and Company, 1934; *Ibid.*, *Chronicles of Wasted Time*. New York: William Morrow, 1973. Ver também Ian Hunter, *Malcolm Muggeridge: A Life*. Vancouver: Regent College Publishing, 2003; Margaret Siriol Colley, *More Than a Grain of Truth: The Biography of Gareth Richard Vaughan Jones*. Newark, Nottinghamshire: Nigel Linsan Colley, 2005.

¹⁷¹ William H. Chamberlin, *Russia's Iron Age*. Boston, MA: Little, Brown and Company, 1934; *Ibid.*, *The Ukraine, a submerged nation*. New York: Macmillan Company, 1944; Eugene Lyons, *Assignment in Utopia*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1937.

¹⁷² Estes ucranianos de origem alemã descendiam de colonos que tinham povoado a Ucrânia no tempo da imperatriz Catarina a Grande (1762-1796), tendo depois emigrado parcialmente para os E.U.A.

¹⁷³ Ver por exemplo James E. Mace, «The Politics of Famine: American Government and Press Response to the Ukrainian Famine, 1932-1933», *Holocaust and Genocide Studies* 3 (1), 1988, pp. 75-94; Wayne Morris, *Stalin's Famine and Roosevelt's Recognition of Russia*. Lanham, MD: University Press of America, 1994.

¹⁷⁴ Fédération européenne des ukrainiens à l'etranger, *La famine en Ukraine: ses horreurs, ses causes et ses effets*. Bruxelles: Heyvaert, 1933. Cf. Thevenin (2005: 4).

na travessia do Rio Dniestre¹⁷⁵. Por iniciativa romena, o assunto é analisado, a 2 de Abril de 1932, na reunião da União Interparlamentar, em Genebra, e o Comité Internacional Nansen para os Refugiados mobiliza recursos para socorrer os fugitivos¹⁷⁶.

A fronteira da Polónia é também atravessada por alguns ucranianos, conforme noticia o principal diário da época, o *Ilustrowany Kurier Codzienny*:

«De Skalat, pelo rio Zbruch, tem chegado correio com informações sobre a travessia da fronteira polaca por refugiados da União Soviética. Recentemente, algumas pessoas, extremamente exaustas, passaram a fronteira do rio Zbruch; assemelhavam-se a esqueletos. Disseram que em muitas regiões da Rússia a fome se converteu numa praga. Na Ucrânia, famílias inteiras morrem e todos os dias desaparecem mais pessoas; corre o boato de que são vítimas de canibalismo [...] Por diversas vezes, multidões famintas têm assaltado as herdades colectivas, roubando os campos de milho. Há frequentes confrontos com a polícia»¹⁷⁷.

Os representantes ucranianos da Câmara Baixa do Parlamento (*Sejm*) organizam, em 25 de Julho de 1933, o «Comité Central de Salvamento da Ucrânia» e, a 29 de Outubro, assinala-se um dia de luto e de protesto em toda a Ucrânia Ocidental (na época incorporada na Polónia). O deputado Dmytro Levytskyi declara no *Sejm*, a 3 de Novembro, que se vive o momento mais importante da história da nação ucraniana e protesta contra o silêncio de Varsóvia, comparando a fome com a chacina do povo arménio pela Turquia durante a Primeira Guerra Mundial¹⁷⁸.

Em 21 de Outubro, um jovem estudante de etnia ucraniana entra armado com um revólver no consulado da U.R.S.S., na cidade de Lviv; impedido de aceder ao gabinete do cônsul, acaba por atingir mortalmente o secretário Aleksander Mailov e ferir um outro funcionário, Ivan Duhai. Entregando-se às autoridades, justifica o seu acto, afirmando ser «necessária esta forma de protesto contra os representantes do bárbaro regime soviético, que ao longo deste ano exterminaram milhões de trabalhadores e de agricultores na Grande Ucrânia [Ucrânia Oriental]». O autor do crime, Mykola Lemyk, de 18 anos de idade, é membro do movimento independentista designado Organização dos Nacionalistas Ucranianos;

¹⁷⁵ Basciani (2009: 105).

¹⁷⁶ Basciani (2009: 108-109).

¹⁷⁷ Citado por Wysocki (2008: 6).

¹⁷⁸ Wysocki (2008: 11); Snyder (2011: 91).

condenado a prisão perpétua, foge durante a invasão alemã da Polónia (Setembro de 1939), acabando por morrer às mãos dos nazis, em Outubro de 1941¹⁷⁹.

No âmbito da Sociedade das Nações, o representante do governo no exílio da República Popular Ucraniana, Oleksandr Shulhyn, solicita, em Setembro de 1933, a intervenção de Johan Mowinkel, chefe do governo norueguês e presidente do Conselho da S.D.N., e de Charles Te Water, presidente da 14.ª Assembleia desta organização, sem obter resultados significativos¹⁸⁰.

Outras entidades, como o metropolitano greco-católico de Lviv, Andrii Szepetycki, e a Cruz Vermelha Internacional, disponibilizaram-se para prestar apoio humanitário. O cardeal de Viena, Theodor Innitzer, e o presidente do Congresso Europeu das Nacionalidades, Ewald Ammende (que posteriormente será autor de dois livros sobre o tema¹⁸¹), organizam uma comissão interconfessional de auxílio às vítimas¹⁸².

A reacção da U.R.S.S. não se fez esperar: na edição do *Pravda* de 19 de Dezembro de 1933, pode ler-se que o dirigente soviético Mikhail Kalinin qualifica de «políticos desonestos» aqueles que «pretendem ajudar a Ucrânia faminta» e que «só as classes mais decadentes podem produzir elementos tão cínicos»¹⁸³.

Como era previsível, a intransigência negacionista dos Soviéticos, apoiados pela máquina de propaganda da Internacional Comunista (Komintern), impede que as iniciativas humanitárias obtenham quaisquer efeitos práticos. Para este desenlace contribuíram, igualmente, outros factores:

- A intervenção pública de individualidades filo-soviéticas como Beatrice e Sidney Webb, George Bernard Shaw e Walter Duranty (correspondente

¹⁷⁹ Cf. «Oct. 21, 1933: Turning the pages back...», *The Ukrainian Weekly* LXI (42), 1993, p. 6; Rybalt (2004: 210). Ver também Orest Popovych, «Scholars from U.S., Canada and Ukraine examine Ukrainian Famine-Genocide of 1932-1933», *The Ukrainian Weekly* LXI (18), 2003, p. 5.

¹⁸⁰ Sobre o apelo feito à Sociedade das Nações, ver Jacob Sundberg, «Retour sur les travaux de la Commission d'Enquête Internationale», Comunicação apresentada na conferência «Parlement des Mémoires», Université Catholique de Lyon, 15 de Maio, 2004. Disponível *online* em http://ukraine33.free.fr/web/article.php3?id_article=119 [3 de Junho de 2009]. Roman Serbyn, «The Great Famine of 1933 and the Ukrainian Lobby at the League of Nations and the International Red-Cross», *Holodomor Studies* 1 (1), 2009, pp. 91-134.

¹⁸¹ Ewald Ammende, *Muss Russland hungern? Menschen und Völkerschicksale in der Sowietunion*. Wien: W. Braumüller, 1935; *Ibid.*, *Human life in Russia*. London: George Allen and Unwin, 1936. Para mais informações sobre Ammende, ver Martyn Housden, «Ewald Ammende and the Organization of National Minorities in Inter-war Europe», *German History* 18 (4), 2000, pp. 439-460. Para mais informações, ver Martyn Housden, «Ewald Ammende and the Organization of National Minorities in Inter-war Europe», *German History* 18 (4), 2000, pp. 439-460; Snyder (2011: 91).

¹⁸² Thevenin (2001: 4); Laszkiewicz (2004: 420).

¹⁸³ Citado por Thevenin (2005: 16).

do *New York Times* em Moscovo)¹⁸⁴, ou do líder do Partido Radical e antigo primeiro-ministro de França, Édouard Herriot, que visita a Ucrânia em plena fome, no Verão de 1933¹⁸⁵. Manipulado pela propaganda e encenação do regime, declara peremptoriamente «[só ter visto] hortas de *kolkhozes* admiravelmente irrigadas e cultivadas [...] Colheitas decididamente admiráveis [...] Atravessei a Ucrânia. Pois bem, afirmo-lhes que a vi como um jardim em pleno rendimento»¹⁸⁶;

- A desconfiança suscitada pelo discurso fortemente nacionalista e anticomunista de algumas organizações ucranianas, salientando-se, pelo seu radicalismo de direita, o antigo diplomata da República Popular Ucraniana, Jan Tokarzewski-Karaszewic, mais conhecido por “Príncipe de Tokary”¹⁸⁷. Para essa falta de credibilidade contribuiu, igualmente, a instrumentalização do tema da fome pela Alemanha nazi no âmbito da campanha contra o «judeo-bolchevismo», assim como a cobertura da imprensa sensacionalista dos E.U.A., controlada pelo magnata conservador William Randolph Hearst¹⁸⁸;
- A situação internacional dominada pelos problemas decorrentes da crise económica iniciada em 1929 e da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e, por conseguinte, desfavorável à mobilização da opinião pública para a causa ucraniana¹⁸⁹. É nesta conjuntura que o governo de Washington estabelece, em Novembro de 1933, relações diplomáticas com Moscovo, visando objectivos geopolíticos – a contenção do expansionismo japonês na Ásia – e comerciais – a abertura de um novo e vasto mercado de exportações para a sua economia a braços com uma recessão profunda – e, em Setembro de 1934, a U.R.S.S. é aceite como membro de pleno direito da Sociedade das Nações.

¹⁸⁴ Ver por exemplo James William Crowl, *Angel's in Stalin's Paradise: Western Reporters in Soviet Russia, 1917-1937; A Case Study of Louis Fischer and Walter Duranty*. Washington, DC: University of America Press, 1981; Sally J. Taylor, *Stalin's Apologist: Walter Duranty: The New York Times's Man in Moscow*. New York, NY: Oxford University Press, 1990; Sophie Coeuré, *La Grande Lueur à L'Est: Les Français et L'Union Soviétique 1917-1939*. Paris: Seuil, 1999; Lubomyr Luciuk, *Not Worthy: Walter Duranty's Pulitzer Prize and the New York Times*. Kingston: Kashtan Press, 2004; José Luis Ramos Gorostiza, «El Socialismo Fabiano ante la Planificación Centralizada: El Viaje de Beatrice Webb a la Rusia Estalinista», *Información Comercial Española. Revista de Economía* 852, Janeiro-Fevereiro, 2010, pp. 39-57.

¹⁸⁵ Werth (1995: 78-79); Snyder (2011: 92-93).

¹⁸⁶ Citado por Werth (1998: 187).

¹⁸⁷ Blum (1994: 96-100); Peretz (1999: 37-38).

¹⁸⁸ Kulchysky (2004: 434-435); Thevenin (2005: 12); Snyder (2011: 97).

¹⁸⁹ Thevenin (2001: 4).

Durante o período da Guerra Fria, as organizações ucranianas desenvolvem uma campanha de denúncia anti-soviética, tendo, por ocasião do 50.º aniversário da fome (1983), o governo no exílio apresentado uma queixa contra Moscovo no Tribunal Internacional de Justiça de Haia; esta acção foi considerada improcedente devido à inexistência na época de um Estado ucraniano independente¹⁹⁰.

Nos Estados Unidos da América, a diáspora ucraniana promove a realização de audições no Congresso (27-28 de Setembro de 1983), das quais resultará a proclamação pelo presidente Ronald Reagan do «Dia de Comemoração [leia-se Evocação] da *Grande Fome* de 1933 na Ucrânia» (4 de Novembro de 1983) e a constituição, a 13 de Dezembro de 1985, da «Comissão sobre a Fome da Ucrânia do Congresso dos E.U.A.». Dirigida pelo historiador da Universidade de Harvard, James Mace, a Comissão apresenta ao Congresso, em 22 de Abril de 1988, o relatório final, concluindo que «Estaline e os seus colaboradores próximos cometeram genocídio contra os ucranianos em 1932-1933»¹⁹¹.

Por decisão do Congresso Mundial dos Ucranianos Livres, é criada, a 14 de Fevereiro de 1988, a «Comissão Internacional de Inquérito da Fome de 1932-1933 na Ucrânia», presidida pelo professor de Direito da Universidade de Estocolmo, Jacob Sundberg¹⁹². Se bem que os membros da Comissão não sejam unânimes em reconhecer o carácter genocidário¹⁹³, concluem que «as políticas aplicadas ao povo ucraniano, e que levaram à fome de 1932-33, desrespeitam os princípios elementares da moral a que estão vinculadas as autoridades soviéticas, assim como quaisquer outras, devendo, por isso, condenar-se energeticamente as autoridades soviéticas»¹⁹⁴. Em Maio de 1990, as conclusões são entregues ao subsecretário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Jan Martenson, e ao presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Anders Bjorck¹⁹⁵.

A denúncia dos custos humanos da colectivização e da fome é protagonizada – sem impacto significativo – por exilados ucranianos¹⁹⁶ e de outras nacionali-

¹⁹⁰ Ver por exemplo Myroslava Antonovych, «Legal Accountability for the Crime of 1932-1933 Great Famine (the *Holodomor*) in Ukraine», Comunicação apresentada na «Fourth Annual Danyliw Research Seminar in Contemporary Ukrainian Studies», Chair of Ukrainian Studies, University of Ottawa, 23 de Outubro, 2008 (documento não publicado), p. 5.

¹⁹¹ Cf. «US Commission on the Ukraine Famine», *Investigation of the Ukrainian Famine 1932-1933: Report to Congress*. Washington DC: United States Government Printing Office, 1988, pp. vi-vii. Ver também Kulchystky (2004: 436-440).

¹⁹² Hobbins & Boyer (2002: 147).

¹⁹³ Hobbins & Boyer (2002: 178).

¹⁹⁴ «International Commission of Inquiry Into the 1932-33 Famine in Ukraine», *The Final Report*. Toronto: World Congress of Free Ukrainians, 1990, p. 9.

¹⁹⁵ Hobbins & Boyer (2002: 185); Scherbak (2004: 37-38).

¹⁹⁶ Por exemplo: S.O. Pidhainy *et al.* (eds.), *Black Deeds of the Kremlin: A White Book. Vol. 2. The Great Famine in Ukraine in 1932-1933*. Toronto: Ukrainian Association of Victims of Russian

dades da U.R.S.S. (por exemplo, Victor Kravchenko e Lev Kopelev), juntamente com algumas individualidades dos meios políticos e culturais do Ocidente, como Arthur Koestler. No plano literário, destacam-se duas figuras: Vasyl Barka, autor do romance *Zhovtyi Kniaz' (O Príncipe Amarelo)*, publicado nos E.U.A.¹⁹⁷ e o dissidente soviético Vasily Grossman, cujo livro *Vse techet (Tudo Passa)*, proibido pelo sucessor de Estaline, Nikita Khrushchov, será postumamente editado na Alemanha Ocidental¹⁹⁸. No Canadá, um Comité de Investigação da Fome Ucraina efectua entrevistas a exilados ucranianos e a testemunhas estrangeiras, produzindo, em 1984, sob a realização de Slavko Nowytsky, o filme documentário intitulado *Colheita do Desespero*.

Apesar de só recentemente ter sido publicado, salienta-se também o texto escrito (provavelmente em 1953) por Raphael Lemkin, o inspirador da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, adoptada pelas Nações Unidas em 1948¹⁹⁹. No seu ensaio intitulado «Genocídio Soviético na Ucrânia», qualifica a fome (e a repressão das elites políticas, culturais e espirituais, assim como a política de russificação) de um genocídio constituído por quatro etapas: a eliminação das elites nacionais; a destruição da Igreja nacional; o extermínio de uma fracção considerável do campesinato ucraniano, e o cruzamento do povo ucraniano com outras nacionalidades através de transferências populacionais²⁰⁰.

Durante o consulado reformista de Mikhail Gorbachev, a política da *Glasnost* permite que a realidade da fome seja finalmente reconhecida, através da declaração radiofónica feita pelo dirigente comunista Volodymyr Shcherbytsky, no 70.º aniversário da República Socialista Soviética da Ucrânia, em 25 de Dezembro

Communist Terror, 1953; Borys Martchenko & Olexa Woropay, *La famine-génocide en Ukraine 1932-1933*. Paris: Publications de l'Est Européen, 1983; Miron Dolot, *Execution by Hunger: The Hidden Holocaust, a survivor's account of the Famine of 1932-1933 in Ukraine*. New York: W.W. Norton & Company Inc, 1985.

¹⁹⁷ Vasyl Barka, *Zhovtyi Kniaz'*, Nyu-York, Zakhodamy 86 Viddilu Soiuzu ukrainok v Amerytsi, 1968. Cf. Pachlovska (2004: 367-368). Ver também Jean-Pierre Cap, «Holodomor in historical and literary context: "The Yellow Prince" by Vasyl Barka», *The Ukrainian Quarterly* LXIV (1-2), 2008, pp. 119-132. Em 1991, o romance foi adaptado ao cinema pelo realizador Oles Yanchuk com o nome de *Holod-33 (Fome-33)*.

¹⁹⁸ Vasily Grossman, *Vse Techet*. Frankfurt am Main: Possev-Verlag, 1970. Cf. Conquest (1986: 9); Bruneteau (2008: 107-109).

¹⁹⁹ Bruneteau (2008: 121). Ver também Roman Serbyn, (ed.), *Raphael Lemkin: Soviet Genocide in Ukraine*. Kyiv: Maisternia Knyhy, 2009, p. 12.

²⁰⁰ Ver por exemplo Steven Jacobs, «Raphael Lemkin and the Holodomor: Was It Genocide?», in Lubomyr Y. Luciuk (ed.), *Holodomor: Reflections on the Great Famine of 1932-1933 in Soviet Ukraine*. Kingston: Kashtan Press, 2008, pp. 159-170; Jean-Louis Panné, «Rafaël Lemkin ou le pouvoir d'un sans-pouvoir», in Raphael Lemkin, *Qu'est-ce qu'un génocide?*. Monaco: Editions du Rocher, 2008, pp. 23-25.

de 1987²⁰¹. Mas é só após a recuperação da independência, em 1991, que a “re-descoberta” do *Holodomor* passa a ocupar um lugar central no debate cultural e político. No contexto de uma Ucrânia com diferentes expressões identitárias, as forças políticas opostas à influência do «grande irmão russo» promovem a reinterpretção de um dos episódios mais traumáticos da sua história, pretendendo, assim, construir uma memória nacional aglutinadora²⁰².

No período das presidências de Leonid Kravchuk (1991-1994) e de Leonid Kuchma (1994-2005), há a salientar dois momentos importantes: em 19 de Fevereiro de 1993, é promulgado um decreto para as primeiras comemorações oficiais do *Holodomor*, assinalando o seu 60.º aniversário e, em 26 de Novembro de 1998, institui-se a celebração anual, no quarto sábado do mês de Novembro, do «Dia Nacional da Memória das Vítimas da Fome».

Esta política memorial ganha acrescida relevância no período subsequente ao triunfo da «Revolução Laranja», sob a presidência de Viktor Yushchenko (2005-2010), que acalenta o propósito de elevar o *Holodomor* à categoria de elemento-chave da memória nacional pós-soviética²⁰³. Nesse contexto, destacam-se quatro acontecimentos de forte significado:

- No plano político, o parlamento ucraniano (*Verkhovna Rada*), aprova, em 28 de Novembro de 2006, uma resolução de condenação da fome enquanto genocídio²⁰⁴. Reflectindo profundas diferenças de percepção ideológica

²⁰¹ Kulchystky (2004: 431-448).

²⁰² Ver por exemplo Olha Zazulia-Ostriitchouk, «L'*Holodomor*: Pierre d'Achoppement de la Nouvelle Identité Ukrainienne», in Vincent Auzas & Bogumil Jewskiewicki (eds.), *Traumatisme collectif pour patrimoine. Regards sur un mouvement transnational*. Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval, 2008, pp. 199-236. Georgiy Kasianov, «The Great Famine of 1932-1933 (Holodomor) and the Politics of History in Contemporary Ukraine», in Stefan Troebst (ed.), *Postdiktatorische Geschichtskulturen im Süden und Osten Europas. Bestandsaufnahme und Forschungsperspektiven*. Göttingen: Wallstein Verlag, 2010, pp. 619-641.

²⁰³ Ver por exemplo Allain Guillemoles, «Ukraine. Bataille pour la reconnaissance d'un génocide», *Le Courrier des pays de l'Est* 3 (1067), 2008, pp. 67-70; Tadeusz Olszanski, «Yushchenko's historical policy: a tentative assessment», *East Week. Analytical Newsletter For Eastern Europe, Russia, Caucasus, Central Asia* 4 (197), 24 de Janeiro, 2010, pp. 2-3. Barbara Martin, «The *Holodomor* Issue in Russo-Ukrainian Relations from 1991 to 2010», Dissertation submitted in fulfillment of the requirement for the Master in International History and Politics. Geneva: Graduate Institute of International and Development Studies, 2011, 70 pp. Disponível online em: http://graduateinstitute.academia.edu/BarbaraMartin/Papers/874916/The_Holodomor_Issue_in_Russo-Ukrainian_Relations_from_1991_to_2010 [22 de Julho de 2012]; Jennifer Boryk, «Memory Politics: The Use of the *Holodomor* as a Political and Nationalistic Tool in Ukraine, Thesis submitted to the Central European University, Nationalism Studies Program, in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts. Budapest: CEU, Budapest College, 2011, 77 pp. Disponível online em: http://www.erd.ceu.hu/2011/boryk_jennifer.pdf [3 de Julho de 2012].

²⁰⁴ Ver por exemplo Helen Fawkes, «Ukrainian famine was “genocide”», *BBC News*, 28 de Novembro, 2006. Disponível online em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6193266.stm> [29

(em que o elemento étnico está igualmente presente)²⁰⁵, o documento não obtém a concordância de todos os grupos parlamentares, tendo recolhido 233 votos dos 450 existentes, essencialmente da parte das forças políticas pró-ocidentais – a coligação «Nossa Ucrânia» do presidente Viktor Yushchenko e a coligação liderada por Yulia Tymoshenko, bem como do Partido Socialista (do presidente do Parlamento, Oleksander Moroz). Por sua vez, a maioria dos deputados do Partido das Regiões (do então primeiro-ministro Viktor Yanukoych) de orientação pró-russa – autores de um projecto alternativo de resolução que qualificava o *Holodomor* como «crime do regime estalinista contra a humanidade» e «tragédia nacional do povo ucraniano» – optou pela abstenção; o Partido Comunista (dirigido por Petro Symonenko), votou contra a resolução;

- No plano simbólico, é inaugurado durante as comemorações do 75.º aniversário, em 22 de Novembro de 2008, o monumento da «Vela da Memória», integrado no Museu Nacional «Memorial em Homenagem às Vítimas das Fomes na Ucrânia»²⁰⁶;
- No plano historiográfico, a Fundação «Ucrânia 3000» (dirigida pela primeira-dama, Kateryna Yushchenko) e o Instituto Ucraniano da Memória Nacional publicam numerosa bibliografia, com destaque para o *Livro Nacional da Memória das Vítimas do Holodomor dos Anos de 1932-1933 na Ucrânia*, reunindo, em vários volumes, informação sobre milhares de vítimas de todo o país²⁰⁷;

de Novembro de 2006]; «Stalin`s Legacy: Ukraine Parliament Votes to Call 1930s Famine Genocide», *Der Spiegel*, 29 de Novembro, 2006. Disponível *online* em <http://www.spiegel.de/international/0,1518,451350,00.html> [2 de Dezembro de 2006].

²⁰⁵ Sobre as diferenças de percepção do *Holodomor* entre as duas principais comunidades étnicas da Ucrânia (a ucraniana e a russa), ver Etienne Thevenin, *L'enjeu ukrainien, ce que révèle la Révolution Orange*. Chambray-les-Tours: CLD Éditions, 2005, pp. 137-138; Ivan Katchanovski, «The Politics of Soviet and Nazi Genocides in Orange Ukraine», *Europe-Asia Studies* 62 (6), 2010, pp. 973-997; Jaroslaw Martyniuk, «Public Opinion in Ukraine: Attitudes toward the 1932-1933 *Holodomor*. The Level of Support for the Genocide Thesis among Ukrainians», *Holodomor Studies* 2 (1), 2010, pp. 53-61.

²⁰⁶ Sobre o Museu Nacional «Memorial em Homenagem às Vítimas das Fomes na Ucrânia» ver a página oficial: <http://www.memorialGolodomors.org/> [23 de Novembro de 2010]. Numa iniciativa semelhante, a 31 de Maio de 2012 foi inaugurado, pelo presidente do Cazaquistão, um memorial às vítimas da Fome de 1932-1933 nesta antiga república soviética. Cf. «President Nursultan Nazarbayev Opens Monument to Repression Victims in Astana», Official site of the President of the Republic of Kazakhstan, 31 de Maio, 2012. Disponível *online* em: http://www.akorda.kz/en/news/2012/05/segodnya_glava_gosudarstva_nursultan_nazarbaev_otkr [31 de Maio de 2012].

²⁰⁷ *Natsionalna Knyha Pamiati Zbertv Holodomoru 1932-1933 Rokiv v Ukraini* (2008) (*Livro Nacional da Memória das Vítimas do Holodomor dos Anos de 1932-1933 na Ucrânia*). Kyiv: Ukrainskyi Instytut Natsionalnoi Pamiati (Instituto Ucraniano da Memória Nacional).

- No plano judicial, o Tribunal de Apelação de Kiev condena, a 13 de Janeiro de 2010, vários dirigentes do regime estalinista como responsáveis pelo genocídio (Estaline, Molotov, Kaganovych, Postyshev; Kosior, Chubar e Khataievych), na sequência de uma investigação efectuada pelos serviços secretos ucranianos (o S.B.U.)²⁰⁸.

No âmbito externo, as autoridades de Kiev e as comunidades da diáspora ucraniana, particularmente as sediadas nos continentes americano e europeu, desenvolvem iniciativas conducentes à obtenção do reconhecimento deste crime²⁰⁹. Em resultado desta campanha, vários países e organizações internacionais (além de outros órgãos políticos de âmbito regional e municipal) condenaram o *Holodomor* como acto de genocídio ou crime contra a humanidade²¹⁰.

Em Portugal, a comunidade imigrante também se mobiliza numa campanha de sensibilização da opinião pública, organizando um conjunto de iniciativas culturais e cívicas²¹¹. No plano político, são obtidos alguns resultados, designadamente a aprovação de moções nas assembleias municipais de Grândola (14 de Junho de 2008), Alcanena (27 de Junho de 2008), Lagos (29 de Setembro de 2008), Águeda (29 de Dezembro de 2008) e Abrantes (20 de Fevereiro de 2009).

A campanha para o reconhecimento internacional (em especial, na Europa) enfrenta, todavia, importantes obstáculos²¹², dos quais se salientam a oposição

²⁰⁸ Sobre o processo judicial, ver Volodymyr Viatrovyh, «Conviction of Communist regime crimes in Ukraine», Relatório apresentado na conferência internacional «Crimes of the Communist Regimes», Institute for the Study of Totalitarian Regimes, Praga, 24-26 de Fevereiro, 2010. Disponível *online* em <https://www.ustrcr.cz/data/pdf/konference/zlociny-komunismu/COUNTRY%20REPORT%20UKRAINE%20II.pdf> [6 de Outubro de 2010].

²⁰⁹ Riabchuk (2008: 3-9). Ver também Maja Catic, «Moral Claims and Political Demands: The Politics of Genocide Recognition in Bosnia and Ukraine», Comunicação apresentada na «Fourth Annual Danyliw Research Seminar in Contemporary Ukrainian Studies», Chair of Ukrainian Studies, University of Ottawa, 23 de Outubro, 2008 (documento não publicado), pp. 15-21; Felix Wemheuer, «Regime Changes of Memory: Creating the Official History of the Ukrainian and Chinese Famines under State Socialism and after the Cold War», *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History* 10 (1), 2009, pp. 31-59.

²¹⁰ Cf. capítulo «Declarações» deste livro.

²¹¹ Por exemplo: «Exposição mostra “o desconhecido genocídio dos ucranianos”», *Rádio Renascença*, 17 de Novembro, 2009. Disponível *online* em: http://www.rr.pt/informacao_detalle.aspx?fid=92&did=79757 [22 de Dezembro de 2009]; «Centenas homenagearam vítimas de fome na Ucrânia e pediram justiça histórica», *Destak*, 29 de Novembro, 2009. Disponível *online* em: <http://www.destak.pt/artigo/46968> [10 de Dezembro de 2009].

²¹² Sobre a dificuldade do reconhecimento internacional como genocídio, ver Laurence Woisard, «La notion de génocide à partir de la famine de 1932-1933 subie par les Ukrainiens», in Catherine Coquio (ed.), *Parler des camps, penser les génocides*. Paris: Albin-Michel, 1999, pp. 237-244. Donald Rayfield, «The Ukrainian Famine of 1933: Man-Made Catastrophe, Mass Murder, or Genocide?», in Lubomyr Y. Luciuk (ed.), *Holodomor: Reflections on the Great Famine of 1932-1933 in Soviet Ukraine*. Kingston: Kashtan Press, 2008, pp. 91-92.

da Federação Russa à interpretação do *Holodomor* como «genocídio da nação ucraniana», defendendo, pelo contrário, a tese de uma «tragédia comum» que atingiu indiferenciadamente a população camponesa de toda a U.R.S.S. Esta posição ficou expressa na resolução da Duma Estatal de 2 de Abril de 2008, na qual se condena o «desprezo pelas vidas humanas na concretização dos objectivos económicos e políticos» do regime estalinista e «quaisquer tentativas de ressurgimento de regimes totalitários que desrespeitem os direitos e as vidas dos cidadãos nos Estados da antiga União Soviética». No documento é igualmente referido que «não existem provas históricas de que a fome foi organizada com uma base étnica»²¹³.

Esta linha de orientação político-diplomática, que caracteriza as presidências de Vladimir Putin (2000-2008) e de Dmitry Medvedev (desde 2008), resulta, por um lado, do receio das eventuais implicações jurídicas decorrentes da condição de Estado sucessor da União Soviética e, por outro, da avaliação ambígua da era comunista²¹⁴, num marcado contraste com o período de Boris Yeltsin. De facto, durante o processo de desagregação da U.R.S.S., no contexto da luta política contra Gorbachev e o P.C.U.S., Yeltsin promovera a evocação de alguns “fantasmas” do passado soviético. A título de exemplo, em 26 de Abril de 1991, o Soviete Supremo da Rússia reconheceu como «genocídio» a repressão exercida contra vários povos deportados por Estaline (Tártaros da Crimeia, Alemães do Volga, Chechenos e outros)²¹⁵.

Os países europeus e, particularmente, os ocidentais, quando solicitados a apoiar a causa de uma nação periférica e vulnerável, optam por evitar participar numa “guerra de memórias” com o poderoso vizinho russo, cioso em manter a sua esfera de influência no “estrangeiro próximo”, principal exportador de gás para a Europa.

²²³ Ver por exemplo «Russian lawmakers reject Ukraine’s view on Stalin-era famine», *RIA Novosti*, 2 de Abril, 2008. Disponível *online* em: <http://en.rian.ru/world/20080402/102830217.html> [6 de Abril de 2008].

²¹⁴ Riabchuk (2008: 8). Ver também Maria Ferreti, «Le stalinisme entre histoire et mémoire: le malaise de la mémoire russe», *Matériaux pour l’histoire de notre temps. Historiens et usages publics du passé - Allemagne, Italie, Russie* 68, 2002, pp. 65-81; Frank Sysin, «The Famine of 1932-33 in the Discussion of Russian-Ukrainian Relations», *The Harriman Review* 15 (2-3), 1 de Maio, 2005, pp. 77-82.

²¹⁵ Ver por exemplo Otto J. Pohl, «The Deportation and Fate of the Crimean Tatars», Comunicação apresentada na «5th Annual World Convention of the Association for the Study of Nationalities: “Identity and the State: Nationalism and Sovereignty in a Changing World”», 13-15 de Abril, Columbia University, 2000. Disponível *online* em: http://www.iccrimea.org/scholarly/jopohl.html#_ftnref98 [28 de Junho de 2009].

O triunfo de Viktor Yanukoych nas eleições presidenciais de Janeiro de 2010 assinala, em vários domínios, uma clara reaproximação da Ucrânia a Moscovo; o *Holodomor* é um deles, como se pode verificar na declaração feita em 27 de Abril de 2010, durante a visita de Yanukoych à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa:

«O *Holodomor* aconteceu na Ucrânia, Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão. Foi o resultado do regime totalitário estalinista. Mas seria incorrecto e injusto reconhecer o *Holodomor* como um acto de genocídio contra uma só nação. Foi uma tragédia comum a toda a população que vivia na antiga União Soviética.»²¹⁶.

Noutro sinal de convergência de avaliação histórica, o presidente russo, durante a visita oficial à Ucrânia, em 17 de Maio de 2010, prestou homenagem às vítimas da fome, deslocando-se ao monumento da «Vela da Memória», juntamente com o seu anfitrião²¹⁷. Dois anos antes, o mesmo chefe de Estado declinara o convite para participar na cerimónia de inauguração do monumento, criticando severamente a campanha «nacionalista» e «anti-russa» do presidente Yushchenko²¹⁸.

A ausência do *Holodomor* (ou a sua percepção enquanto “não-acontecimento”) do espaço público e da consciência histórica da Europa constitui outro importante obstáculo ao reconhecimento. Não tendo feito parte do processo de construção da avaliação histórica e da memória colectiva do século XX, em resultado da ocultação efectuada pelo regime soviético durante décadas, a sua in-

²¹⁶ Ver por exemplo «Yanukovych: Famine of 1930s was not genocide against Ukrainians», *Kyiv Post*, 27 de Abril, 2010. Disponível *online* em: <http://www.kyivpost.com/news/nation/detail/65137/> [3 de Maio de 2010]. Em intervenções posteriores, Yanukovych demonstrou uma atitude de maior ambiguidade, qualificando o *Holodomor* de «Armagedão» e de «genocídio». Cf. «President’s address to Ukrainian nation on Holodomor Victims’ Memory Day», Official web-site of **President of Ukraine**, 26 de Novembro, 2010. Disponível *online* em: <http://www.president.gov.ua/en/news/18809.html> [25 de Julho de 2012]; «Ucrânia: Presidente Ianukovitch não vai rever posição sobre “genocídio” estalinista», SIC Notícias, 25 de Fevereiro, 2011. Disponível *online* em: <http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011/02/25/ucrania-presidente-ianukovitch-nao-vai-rever-posicao-sobre-genocidio-estalinista?tabPane=Comments> [20 de Julho de 2012].

²¹⁷ Ver por exemplo Tom Halpin, «Medvedev pays tribute to Ukrainians who died in Stalin’s famine», *The Times*, 18 de Maio, 2010. Disponível *online* em: <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/europe/article7129195.ece> [19 de Maio de 2010].

²¹⁸ Ver, por exemplo, Vladimir Solovyov, «Bipolar *Holodomor*: Moscow and Kiev wrangling over the interpretation of the *Holodomor*», *Kommersant*, 17 de Novembro, 2008. Disponível *online* em: <http://www.kommersant.com/page.asp?id=1067923> [30 de Janeiro de 2010].

tegração *a posteriori* na nossa representação do passado europeu revela-se, por isso, particularmente difícil²¹⁹.

Apesar do contributo cívico e intelectual de personalidades como Hannah Arendt, Alexander Soljenitsine e Raymond Aron, do desgaste simbólico da utopia comunista, iniciado com a desestalinização do período khrushchoviano, e do colapso do bloco comunista e da U.R.S.S. em 1989-1991, parte significativa das elites (políticas e académicas) e da opinião pública persiste em avaliar assimetricamente os crimes do totalitarismo soviético – em comparação com os do nazismo e do fascismo –, reflectindo uma ambivalência que Charles Maier qualificou de «memória quente e memória fria»²²⁰ e Alain Besançon de «hipernésia do Nazismo» e «amnésia do Comunismo»²²¹.

A dualidade de critérios resulta, em larga medida, da imagem mítica projectada pelo regime soviético (que François Furet apelidou de «encanto universal de Outubro»²²²), reforçada pelo seu contributo decisivo na derrota do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. São exemplo paradigmático dessa divergência de memórias as controvérsias em torno do *Livro Negro do Comunismo*²²³, da resolução da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre «os crimes dos regimes comunistas»²²⁴ e do filme documentário *História Soviética*, da autoria do letão Edvins Snore²²⁵.

No campo específico da historiografia, o *Holodomor* suscita a eclosão de diferentes perspectivas, podendo-se, em termos esquemáticos, identificar duas grandes “escolas” interpretativas: uma que reconhece a sua dimensão criminal, mas analisa a fome ucraniana e soviética como um «fenómeno complexo» em que intervêm factores de diversa natureza; outra que a interpreta como um instrumento genocidário de aniquilamento do campesinato ucraniano enquanto base

²¹⁹ Graziosi (2005: 456).

²²⁰ Charles S. Maier, «Mémoire chaude, mémoire froide: Mémoire du fascisme, mémoire du communisme», *Le Débat*, n.º 122, 2002, pp. 109-117.

²²¹ Alain Besançon, *A Dor do Século: Sobre o Comunismo, o Nazismo e a Unicidade da Shoah*, trad. port. Lisboa: Quetzal, 1999.

²²² François Furet, *O Passado de uma Ilusão: Ensaio Sobre a Ideia Comunista no Século XX*, (trad. port.) Lisboa: Presença, 1996.

²²³ Sobre a polémica, ver Pierre Rigoulot & Ílios Yannakakis, *Un pavé dans l'histoire: Le débat français sur «Le Livre noir du communisme»*. Paris: Robert Laffont, 1988.

²²⁴ Por exemplo: Rosa Moussaoui, «La droite européenne en croisade anticommuniste», *L'Humanité*, 25 de Janeiro, 2006. Disponível online em http://www.humanite.fr/2006-01-25_Tribune-libre_La-droite-europeenne-en-croisade-anticommuniste [6 de Outubro de 2009].

²²⁵ Cf. «The Soviet Story: News», *The Soviet Story*. Disponível online em: <http://www.soviets-tory.com/about-the-film/news/> [4 de Dezembro de 2010]. Ver também Aleksandr Dyukov, “*The Soviet Story*”: *Forgery Tissue*. Moscow: Fond “Istoricheskaja pamjat”, 2008.

social da nacionalidade ucraniana²²⁶. Residualmente, existem alguns historiadores e publicistas que alegam tratar-se de um mito propagandístico criado pelos meios anticomunistas da Polónia, da Alemanha nazi e do Vaticano nos anos 30, e desenvolvido, no contexto da Guerra Fria, pelos exilados ucranianos e por instituições académicas (em particular, a Universidade de Harvard) ao serviço do imperialismo norte-americano²²⁷.

Contudo, importa assinalar a existência de uma leitura consensual relativamente a alguns aspectos fundamentais para a narrativa histórica do *Holodomor*, como sejam a historicidade da fome, o seu carácter trágico e a responsabilidade política do poder estalinista na respectiva ocorrência.

Conclusão

A fome de 1932-1933 e, em particular, o *Holodomor* da Ucrânia, representam um momento fulcral no processo de consolidação do regime soviético, garantindo a sua viabilidade sistémica por mais meio século. Através do sacrifício de milhões de vidas, impôs-se ao campesinato o sistema colectivista e reforçou-se o controlo imperial sobre a segunda mais importante república da União.

Apagado durante décadas da história de um país, entretanto convertido em superpotência e em utopia mobilizadora de milhões de fiéis, o *Holodomor* – crime maior do comunismo – continua a ser ignorado ou, na pior das circunstâncias, desvalorizado por um ambiente cultural e politicamente desfavorável, marcado pela permanência de velhos paradigmas e pelo calculismo da *realpolitik*.

A este propósito, o historiador Andrea Graziosi declarou a um semanário ucraniano:

«Porém, mesmo tendo em consideração todos esses obstáculos ao reconhecimento do *Holodomor* como um genocídio, continuo firmemente convencido de que, mais tarde ou mais cedo, ele terá lugar. Digo isto não só devido aos enormes progressos que obtivemos nos últimos vinte anos, mas também baseado em considerações morais e intelectuais: sem um profundo conhecimento da *Grande Fome* é simplesmente impossível com-

²²⁶ Sokoloff (2000: 12-13); Graziosi (2005: 456-457); Serbyn (2006: 182-183); Ó Gráda (2007: 25-26).

²²⁷ Por exemplo: Douglas Tottle, *Fraud, Famine, and Fascism: The Ukrainian Genocide Myth from Hitler to Harvard*. Toronto: Progress Books, 1987; Annie Lacroix-Riz, «*Holodomor*: o novo avatar do anticomunismo europeu», *Para a História do Socialismo*, 30 de Setembro, 2009 Disponível *online* em: http://www.hist-socialismo.com/docs/Holodomor_LacroixRiz.pdf [16 de Fevereiro de 2010].

preender o século XX europeu. É para mim uma fortíssima evidência intelectual e moral de que tal será um dia realidade, mesmo que provavelmente tenha de passar muito tempo antes dos historiadores europeus e, consequentemente, a opinião pública europeia, compreenderem plenamente a fome e o seu significado.»²²⁸.

Avaliando a importância de alguns factos dos últimos anos²²⁹, é legítimo concluir-se que o seu optimismo não é, apesar de tudo, desprovido de fundamento. Em resultado do processo de reunificação europeia, tem-se assistido, efectivamente, ao progressivo desmantelamento da «cortina de ferro da memória» (Emmanuel Droit)²³⁰ que divide as duas metades do nosso continente e à crescente consciencialização para a necessidade de ser feita justiça, ainda que simbólica, às vítimas do comunismo.²³¹

A presente conjuntura internacional de profunda crise veio dar uma nova actualidade e sentido à concretização deste reconhecimento. Com efeito, nestes tempos de desencanto e incerteza, favoráveis ao crescimento de extremismos e radicalismos de vária espécie, torna-se, mais do que nunca, imperioso recordar o lado trágico das utopias.

²²⁸ Cf. «James Mace's concept of a post-genocidal society sets the agenda for the future» - Professor Andrea Graziosi», *The Day Weekly Digest*, n.º 35, 8 de Novembro, 2005. Disponível *online* em: <http://www.day.kiev.ua/152118/> [23 de Março de 2009].

²²⁹ Por exemplo: «Prague Declaration on European Conscience and Communism», International Conference «European Conscience and Communism», Senate of the Parliament of the Czech Republic, Praga, 2-3 de Junho, 2008. Disponível *online* em <http://www.pragedeclaration.org/> [5 de Outubro de 2008]; «Um Dia Europeu da Memória das Vítimas do Estalinismo e do Nazismo», Parlamento Europeu, 22 de Setembro, 2008. Disponível *online* em: http://www.europarl.europa.eu/news/expert/infopress_page/017-37663-266-09-39-902-20080919IPR37662-22-09-2008-2008-false/default_pt.htm [25 de Setembro de 2008].

²³⁰ Emmanuel Droit, «Le Goulag contre la Shoah: Mémoires officielles et cultures mémorielles dans l'Europe élargie», *Vingtième Siècle. Revue d'histoire* 94, Abril-Junho, 2007, pp. 101-120.

²³¹ Sob o impulso dos países do antigo bloco soviético, várias instâncias europeias – Conselho da Europa, União Europeia e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – condenaram os crimes dos “regimes totalitários comunistas”. Por outro lado, emergiram algumas organizações dedicadas ao seu estudo e divulgação, como a Rede Europeia Memória e Solidariedade, a Plataforma da Memória e Consciência Europeias e o Grupo do Parlamento Europeu “Reconciliação das Histórias Europeias”. Cf. Stefan Troebst, «23 August: The Genesis of a Euro-Atlantic Day of Remembrance»: *Remembrance and Solidarity. Studies in 20th Century European History* 1, Dezembro, 2011, pp. 1-39. Disponível *online* em: http://enrs.eu/studies/StefanTroebst_EN.pdf [25 de Julho de 2012].

BIBLIOGRAFIA

- BASCIANI, Alberto, «La Romania e la grande carestia ucraina del 1932-1933», *Mondo Contemporaneo* 2, 2009, pp. 83-111. Disponível *online* em: http://www.francoangeli.it/riviste/Scheda_Rivista.aspx?idArticolo=37149&lingua=it [25 de Outubro de 2008].
- BLUM, Alain, *Naitre, vivre et mourir en URSS, 1917-1991*, Paris: Plon, 1994.
- BRUNETEAU, Bernard, *O Século dos Genocídios: Violências, massacres e processos genocidários da Arménia ao Ruanda*, Lisboa: Piaget, 2008.
- CINNELLA, Ettore, «Il granaio d'Europa tra Mosca e Varsavia. Sullo sfondo del Holodomor anche le paure di Stalin nei confronti del suo nemico Pilsudski», in *Liberal* 24, Junho-Julho, 2004 pp. 43-49. Disponível *online* em: <http://www.liberalfondazione.it/archivio/fl/numero24/cinnella.htm> [25 de Outubro de 2008].
- CONQUEST, Robert, *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror-Famine*. New York, NY: Oxford University Press, 1986.
- DAVIES, R.W. & WHEATCROFT, S. G., *The Years of Hunger: Soviet Agriculture, 1931-1933*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- DAVIES, R. W. *et al.* (eds.), *The Economic Transformation of the Soviet Union, 1913-1945*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- DAVIES, R. W. *et al.*, «Stalin, Grain Stocks, and the Famine of 1932-1933», in *Slavic Review* 54 (3), 1995 pp. 642-657. Disponível *online* em: <http://www.as.wvu.edu/history/Faculty/Tauger/Davies,%20Tauger,%20and%20Wheatcroft,%20Stalin,%20Grain%20Stocks...;%20SR%2095.pdf> [25 de Maio de 2008].
- DAVIES, R. W. *et al.* (eds.), *The Stalin-Kaganovich Correspondence 1931-1936*, New Haven, CT: Yale University Press, 2003.
- ELLMAN, Michael, «Soviet Repression Statistics: Some Comments», in *Europe-Asia Studies* 54 (7), 2002, pp. 1159-1172. Disponível *online* em: <http://www.artukraine.com/famineart/SovietCrimes.pdf> [7 de Fevereiro de 2008].
- ELLMAN, Michael, «The Role of Leadership Perceptions and of Intent in the Soviet Famine of 1931-1934», in *Europe-Asia Studies* 57 (6), 2005, pp. 823-841. Disponível *online* em: <http://www.paulbogdanor.com/left/soviet/famine/ellman.pdf> [19 Novembro de 2008].
- ELLMAN, Michael, «Stalin and the Soviet Famine 1932-33 Revisited», in *Europe-Asia Studies* 59 (4), 2007, pp. 663-693. Disponível *online* em: [http://www.paulbogdanor.com/left/soviet/famine/ellman 1933. pdf](http://www.paulbogdanor.com/left/soviet/famine/ellman%201933.pdf) [11 de Fevereiro de 2009].
- FIGES, Orlando, *Sussurros: A Vida Privada na Rússia de Estaline*, Lisboa: Alêtheia, 2010.
- FITZPATRICK, Sheila, *Stalin's Peasants: Resistance and Survival in the Russian Village after Collectivization*, New York: Oxford University Press, 1999.
- GRAZIOSI, Andrea, «“Lettres de Kharkov”: La famine en Ukraine et dans le Caucase du Nord», in *Cahiers du monde russe et soviétique* 30 (1), Janeiro-Junho, 1989, pp. 5-106. Disponível *online* em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cmr_000-0160_1989_num_30_1_2176 [3 de Fevereiro de 2010].
- GRAZIOSI, Andrea, «Collectivisation, révoltes paysannes et politiques gouvernementales à travers les rapports du GPU d'Ukraine de février-mars 1930», in *Cahiers du monde russe: Russie, Empire russe, Union soviétique, États indépendants* 35 (3), Julho-Setembro, 1994, pp. 437-472. Disponível *online* em: http://www.persee.fr/article/AsPDF/cmr_1252-6576_1994_num_35_3_2661/article_cmr_1252-6576_1994_num_35_3_2661.pdf [25 de Janeiro de 2009].
- GRAZIOSI, Andrea, «Les Famines Soviétiques de 1931-1933 et le *Holodomor* Ukrainien. Une nouvelle interprétation est-elle possible et quelles en seraient les conséquences?», in *Ca-*

- hiers du monde russe et soviétique* 46 (3), Julho-Setembro, 2005, pp. 453-472. Disponível *online* em: <http://monderusse.revues.org/document2818.html> [30 de Outubro de 2008].
- GRAZIOSI, Andrea, *Stalinism, Collectivization and the Great Famine*, Cambridge, MA: Ukrainian Studies Fund, 2009.
- HOBBS, A. J. & BOYER, Daniel, «Seeking historical truth: the International Commission of Inquiry into the 1932-1933 famine in Ukraine», in *Dalhousie Law Journal* 24, 2002, pp. 139-191. Disponível *online* em: http://digitool.library.mcgill.ca/R/?func=dbin-jump-full&object_id=19043&local_base=GEN01-MCG02 [25 de Janeiro de 2010].
- IVNISTKY, Nikolai, «Il ruolo di Stalin nella carestia degli anni 1932-33 in Ucraina (dai documenti dell'archivio del Cremlino del Comitato centrale del Partito comunista dell'Unione Sovietica e dell'OGPU)», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*, Roma: Viella, 2004, pp. 73-92.
- KESSLER, Gijis, «The 1932-1933 Crisis and Its Aftermath Beyond the Epicenters of Famine: The Urals Region», in Halyna HRYN (ed.), *Hunger by Design: The Great Ukrainian Famine and Its Soviet Context*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008, pp. 117-129.
- KONDRASHIN, Viktor, «La Carestia del 1932-33 in Russia e in Ucraina: Analisi Comparativa», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*, Roma: Viella, 2004, pp. 45-72.
- KULCHYSTKY, Stanislav, «Il tema della carestia nell' Ucraina alla fine degli anni Ottanta», in Gabriele DE ROSA & Francesca LOMASTRO (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*, Roma: Viella, 2004, pp. 431-448.
- KULCHYSTKY, Stanislav, «The *Holodomor* of 1932-1933: The Scholarly Verdict», in *The Day Weekly Digest* 25, 2 de Setembro de 2008. Disponível *online* em: http://ncua.inform-decisions.com/eng/files/kulchysky_9-08.pdf [18 de Fevereiro de 2009].
- LEFEBVRE (eds.), *Comprendre les génocides du XXe siècle. Comparer-enseigner*, Paris: Bréal, 2007, pp. 87-107.
- LASZKIEWICZ, Hubert, «La famine en Ukraine des années 1932-33 et l'historiographie polonaise», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*, Roma: Viella, 2004, pp. 417-430.
- LEWIN, Moshe, *La Formation du Système Soviétique*, Paris: Gallimard, 1987.
- MACE, James, «Famine and Nationalism in Soviet Ukraine», in *Problems of Communism* 23, Maio-Junho, 1984, pp. 37-50.
- MACE, James, «Is the Ukrainian Genocide a Myth?», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*, Roma: Viella, 2004, pp. 407-416.
- MARIE, Jean-Jacques, *Estaline*, Lisboa: Editorial Verbo, 2004.
- MARPLES, David R., «The Ukraine Famine: Its Genesis and Effects», Comunicação apresentada nas comemorações do *Holodomor* em Calgary, Canadá, 25 de Novembro de 2006. Disponível *online* em: <http://www.calgaryucc.org/Docs/UKRAINE%20FAMINE%20LECTURE.doc> [20 de Março de 2009].
- MARPLES, David R., *Heroes and Villains: Creating National History in Contemporary Ukraine*, Budapest-New York: Central European University Press, 2007.

- MARTIN, Terry, *The Affirmative Action Empire: Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923-1939*, Ithaca, NY: Cornell University Press, 2001.
- MONTEFIORE, Simon Sebag, *Estaline. A Corte do Czar Vermelho*, Lisboa: Alêtheia, 2006.
- NAIMARK, Norman, *Stalin's Genocides*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010.
- Ó GRÁDA, Cormac, «Making Famine History», in *Journal of Economic Literature* 45 (1), Março, 2007, pp. 5-38.
- OLSZANSKI, Tadeusz A., «“Ukraine Remembers the World acknowledges”: The *Holodomor* in Ukraine's historical policy», in *CES-Commentary* 16, 8 de Dezembro, 2008, pp. 1-6. Disponível *online* em: http://osw.waw.pl/files/commentary_16.pdf [29 de Janeiro de 2009].
- PACHLOVSKA, Oxana, «La Madre e l'Anticristo: Echi della Grande Fame in Letteratura», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*, Roma: Viella, 2004, pp. 345-374.
- PERETZ, Pauline, «La Grande Famine ukrainienne de 1932-1933: essai d'interprétation», in *Revue d'études comparatives Est-Ouest* 30 (1), 1999, pp. 31-52.
- PIANCIOLO, Niccolò, «Famine in the Steppe. The Collectivization of agriculture and the Kazak herdsmen, 1928-34», in *Cahiers du monde russe et soviétique* 45 (1-2), Janeiro-Junho, 2004 pp. 137-192. Disponível *online* em: http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=CMR&ID_NUMPUBLIE=CMR_451&ID_ARTICLE=CMR_451_0137 [6 de Outubro de 2009].
- PIROZKHOV, S.I., «Les pertes démographiques en Ukraine dans les années 1930 et 1940», in *Population* 51 (4-5), 1996, pp. 1032-1040. Disponível *online* em: http://persee.cines.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1996_num_51_4_6194 [6 de Outubro de 2009].
- PYRIH, Ruslan (ed.), *Holodomor of 1932- Ukraine: Documents and Materials*, Kiev: Publishing House Kiev - Mohyla Academy, 2008.
- RAYFIELD, Donald, *Stalin y Los Verdugos*, Madrid: Taurus, 2003.
- RIABCHUK, Mykola, «*Holodomor*: Politics of Memory and Political Infighting in Contemporary Ukraine», in *The Harriman Review* 16 (2), 1 de Novembro, 2008, pp. 3-9. Disponível *online* em: <http://www.harrimaninstitute.org/MEDIA/01290.pdf> [11 de Abril de 2009].
- RYBALT, Ewa, «La carestia in Ucraina nel contesto della politica polacca di normalizzazione», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*. Roma: Viella, 2004, pp. 205-215.
- SCHERBAK, Yurii, «The Political, Legal and Moral Lessons of Ukrainian Genocide, the “Great Famine” of 1932-33», in Gabriele de Rosa & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*, Roma: Viella, 2004, pp. 33-44.
- SERBYN, Roman, «The Ukrainian Famine of 1932-1933 as Genocide in the Light of the UN Convention of 1948», in *The Ukrainian Quarterly* 62 (2), 2006, pp. 181-204. Disponível *online* em: <http://www.archives.gov.ua/Sections/Famine/Serbyn-2006.php#sn-20> [14 de Janeiro de 2008].
- SERBYN, Roman, «The *Holodomor*: Reflections on the Ukrainian Genocide», Comunicação apresentada em «16th Annual J.B. Rudnyckyj Distinguished Lecture», University of Manitoba, 7 de Novembro de 2008. Disponível *online* em: http://www.umanitoba.ca/libraries/units/archives/media/Lecture_XVI-Serbyn.pdf [8 de Dezembro de 2009].

- SHAPOVAL, Yurii, «Vsevolod Balickij bourreau et victime», in *Cahiers du monde russe et soviétique* 44 (2-3), Abril-Setembro de 2003, pp. 369-402. Disponível *online* em: http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=CMR&ID_NUMPUBLIE=CMR_442&ID_ARTICLE=CMR_442_0369 [8 de Fevereiro de 2010].
- SHAPOVAL, Yurii, «La Leadership política ucraina e il Cremlino nel 1932-33: i coautori della carestia», in Gabriele DE ROSA & Francesca Lomastro (eds.), *La morte della terra. La grande "carestia" in Ucraina nel 1932-33. Atti del Convegno Vicenza, 16-18 ottobre 2003*, Roma: Viella, 2004, pp. 93-134.
- SHAPOVAL, Yurii, «The Significance of Newly Discovered Archival Documents for Understanding the Causes and Consequences of the Famine-Genocide of 1932- Ukraine», in Taras Hunczak & Roman Serbyn (eds.), *Famine in Ukraine 1932-1933: Genocide by Other Means*. New York: Shevchenko Scientific Society, 2007, pp. 84-97. Disponível *online* em: <http://www.faminegenocide.com/resources/page01.htm> [15 de Outubro de 2008].
- SHAPOVAL, Yurii, «The Great Famine (*Holodomor*) and Its Link with the Repressions in Ukraine in 1932-1934», Comunicação apresentada na Conferência Internacional *The Great Famine in Ukraine: The Holodomor and Its Consequences, 1933 to the Present*, Ukrainian Research Institute, Harvard University, 17 de Novembro de 2008. Documento não publicado.
- SIMON, Gerhard, «Was the *Holodomor* Directed At the Ukrainians?», Comunicação apresentada em «VII World Congress for Central and East European Studies: "Europe-Our Common Home?"», International Council for Central and East European Studies, Berlim, 26 de Julho de 2005. Documento não publicado.
- SNYDER, Timothy, *Terra Sangrenta: A Europa entre Hitler e Estaline*, Lisboa: Bertrand, 2011.
- SOKOLOFF, Georges, 1933, *l'année noire: Témoignages sur la famine en Ukraine*, Paris: Albin Michel, 2000.
- SYSIN, Frank, «The Famine of 1932-33 in the Discussion of Russian-Ukrainian Relations», in *The Harriman Review* 15 (2-3), 1 de Maio de 2005, pp. 77-82. Disponível *online* em: <http://www.Harrimaninstitute.org/MEDIA/01321.pdf> [2 de Março de 2009].
- TERNON, Yves, *L'Etat criminel. Les génocides au XXe siècle*, Paris: Seuil, 1995.
- THEVENIN, Etienne, «L'arme de la faim en Ukraine en 1932-1933: crime et silence», in *Revue Élan*, Janeiro-Março, 2001. Disponível *online* em: <http://pagesperso-orange.fr/fec.net/elan-ligne/articles/2001/ConfTh%E9venin101.pdf> [13 de Março de 2009].
- THEVENIN, Etienne, «France, Allemagne et Autriche face à la famine de 1932-1933 en Ukraine», Comunicação apresentada em *James Mace Memorial Panel, International Association of Ukrainian Studies Congress*, Donetsk, 29 de Junho de 2005. Disponível *online* em: <http://www.garethjones.org/ukraine2005/Etienne%20Thevenin.pdf> [18 de Maio de 2008].
- VALLIN, Jacques *et al.*, «A New Estimate of Ukrainian Population Losses during the Crises of the 1930s and 1940s», in *Population Studies* 56 (3), Novembro, 2002, pp. 249-264. Disponível *online* em: <http://ncua.inform-decisions.com/eng/files/VallinNewEstimate.pdf> [7 de Dezembro de 2008].
- VASSYLENKO, Volodymyr, *The Ukrainian Holodomor of 1932-33 as a crime of genocide: A Legal Assessment*. Kiev: Olena Teliha Publishing House, 2009.
- VERSTIUK, Vladyslav *et al.*, *The Holodomor: An act of genocide against the Ukrainian people, 1932 of 1933* [Brochura]. Kiev: Olena Teliha Publishing House, 2008. Disponível *online* em: http://www.phase1.de/content/cms/Holodomor-memorial-museum/downloads/KHM_Booklet_Holodomor_UINP_en.pdf [11 de Março de 2010].

- VIOLA, Lynne, *Peasant Rebels under Stalin: Collectivization and the Culture of Peasant Resistance*, New York: Oxford University Press, 1996.
- VON HAGEN, Mark, «The Ukrainian Famine-Genocide and Confronting Stalinism in Ukraine and Russia», Comunicação apresentada na conferência *The Ukrainian Famine-Genocide: Reflections After 75 Years*, University of North Carolina, 12 de Setembro de 2008. Disponível *online* em: <http://www.unc.edu/depts/slavic/resources/von%20Hagen%20Keynote.doc> [7 de Outubro de 2008].
- WERTH, Nicolas, «Comment Staline a affamé l' Ukraine», in *L' Histoire* 188, Maio de 1995, pp. 78-84.
- WERTH, Nicolas, «Um Estado contra o seu povo. Violências, repressões e terrores na União Soviética», in Stéphane Courtois et al. (eds.), *O Livro Negro do Comunismo. Crimes, Terror e Repressão*, 1.ª edição, Lisboa: Quetzal, 1998, pp. 49-306.
- WERTH, Nicolas, «Logiques de Violence dans l' URSS Stalinienne», in Henry Rousso (dir.), *Stalinisme et Nazisme. Histoire et Mémoires Comparés*, Bruxelles: Complexe, 1999, pp. 99-128.
- WERTH, Nicolas, «Le pouvoir soviétique et la paysannerie dans les rapports de la police politique (1930-1934)», in *Bulletin de l'Institut d' Histoire du Temps Présent* 81-82, Dezembro de 2003. Disponível *online* em: <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle338&lang=fr.html> [30 de Março de 2010].
- WERTH, Nicolas, «Archives du Communisme: Les paysans contre Staline», in *L' Histoire* 296, Março de 2005, pp. 77-85.
- WERTH 1, Nicolas, *A Ilha dos Canibais: 1933, Deportados ao Abandono na Sibéria*, Colares: Pedra da Lua, 2007.
- WERTH 2, Nicolas, *La terreur et le désarroi: Staline et son système*, Paris: Perrin, 2007.
- WERTH 3, Nicolas, «Crimes de masse et politiques génocidaires soviétiques», in S. Ferhadjian, & B. Lefebvre (eds.), *Comprendre les Génocides du XXe Siècle. Comparer – Enseigner*, Paris: Bréal, 2007, pp. 87-107.
- WERTH, Nicolas & BERELOWITCH, Alexis, *L'Etat soviétique contre les paysans: Rapports secrets de la police politique* (Tcheka, GPU, NKVD) 1918-1939, Paris: Tallandier, 2011.
- WERTH 1, Nicolas, «Mass Crimes under Stalin (1930-1953)», in *Online Encyclopedia of Mass Violence*, 14 de Março de 2008. Disponível *online* em: <http://www.massviolence.org/Mass-crimes-under-Stalin-1930-1953> [17 de Outubro de 2009].
- WERTH 2, Nicolas, «The Great Ukrainian Famine of 1932-33», *Online Encyclopedia of Mass Violence*, 18 de Abril, 2008. Disponível *online* em: <http://www.massviolence.org/The-1932-1933-Great-Famine-in-Ukraine?artpage=1-5> [20 de Abril de 2009].
- WERTH, Nicolas & BERELOWITCH, Alexis, *L'Etat soviétique contre les paysans: Rapports secrets de la police politique* (Tcheka, GPU, NKVD) 1918-1939, Paris: Tallandier, 2011.
- WOLOWYNA, Oleh, *The Famine-Genocide of 1932-33: Estimation of Losses and Demographic Impact*, 2008. Disponível *online* em: http://ncua.inform-decisions.com/eng/files/Wolowyna_9-08.pdf [25 de Maio de 2008].
- WYSOCKI, Roman, «Reactions to the Famine in Poland and Its West Ukrainian Regions», Comunicação apresentada na Conferência Internacional *The Great Famine in Ukraine: The Holodomor and Its Consequences, 1933 to the Present*, Ukrainian Research Institute, Harvard University, 17 de Novembro, 2008. Documento não publicado.

HOLODOMOR, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERESSE NACIONAL

Rui Miguel Ribeiro
(Universidade Fernando Pessoa)

A História e as Relações Internacionais seguem percursos por vezes curiosos. Não se trata do velho cliché de que *a História se repete*. Longe disso. Porém, na altura em que, no ano passado, se assinalavam 75 anos sobre o *Holodomor*, um dos principais implicados, Josef Estaline, tornava a ver o seu nome referido nos noticiários da actualidade.

Mais uma vez, o flanco meridional da Rússia se encontrou em convulsão e a cidade natal de Estaline, Gori esteve no epicentro da guerra entre a Rússia e a Geórgia, como se o sempre conturbado e por vezes violento relacionamento da Rússia com os seus vizinhos, de alguma forma tivesse de passar pela figura implacável e perturbadora do defunto ditador.

Na realidade, o tempo passa, o mundo avança, as práticas evoluem, mas algumas das características das Relações Internacionais, mesmo que suavizadas, parecem ser perenes. O recente exemplo do Cáucaso, bem perto da Ucrânia, é apenas um entre muitos que vão ocorrendo no Médio Oriente, na Ásia Central e do Sul e mesmo na Europa, nos Balcãs, na década passada.

Trata-se de *Power Politics*, ou seja, da política do poder, uma concepção multi-secular, de acordo com a qual é legítimo e mesmo expectável que os estados usem o seu poder na prossecução dos seus interesses. Nesta tese, o poder é algo de instrumental ao serviço do interesse nacional, na medida em que ele é definido em cada momento. Em última instância, o uso do poder implica o recurso à violência. A montante disto, temos a pressão política e diplomática e a coacção económica. Todos estes instrumentos têm diversas modulações que podem ir da pressão amigável, inclusive com recurso a contrapartidas, a actos hostis que podem constituir o prelúdio para uma situação de guerra, tais como um embargo económico ou um bloqueio naval.

Quanto ao interesse nacional, não é possível produzir uma definição abrangente, porque as concepções de interesse nacional são as mais variadas possíveis. Desde logo, dependem da situação geoestratégica do país em causa, da sua História, da sua tradição diplomática e de alianças, da sua rede de intercâmbios co-

merciais, da sua estrutura económica e energética, enfim, de uma vasta gama de variáveis.

Em segundo lugar, a definição do interesse nacional também está condicionada pelo ambiente externo, isto é, pelo enquadramento internacional (geográfico, económico, político, militar) em que o país se situa. A determinação do interesse nacional tem, portanto, de obedecer a critérios realistas. De pouco serviria se um país como Portugal definisse que o seu interesse prioritário era controlar as rotas marítimas no Atlântico Norte, se não tivesse, como não tem, quaisquer possibilidades de mobilizar os recursos necessários a tal desiderato.

Finalmente, existe a conjuntura interna, nomeadamente, a política. Se é verdade que há interesses que poderíamos qualificar de permanentes (integridade territorial, segurança dos cidadãos e empresas, autonomia de acção, etc.), outros há que dependem, em larga medida, do partido político ou do chefe de estado ou de governo que ocupa o poder em determinado momento. Veja-se os casos da Itália e da Espanha, que tinham uma postura de forte apoio aos Estados Unidos e ao Reino Unido nas Guerras do Afeganistão e do Iraque, quando tinham governos de direita, mas assumiram um grande distanciamento em relação aos anglo-americanos quando passaram a ter governos de esquerda. Ainda mais marcante é o exemplo da França, onde os partidos do poder são os mesmos e apenas mudou o Presidente da República. Pois apesar de serem do mesmo partido, o posicionamento de Paris mudou drasticamente: a oposição ao esforço de guerra de Washington e de Londres deu lugar a um forte apoio, particularmente no conflito afegão e na inserção na NATO, a cujo comando militar se prepara para regressar 44 anos depois da sua retirada.

Josef Estaline era um mestre do *Power Politics*. Astuto, determinado e totalmente destituído de escrúpulos. Assim, aliou-se à Alemanha de Hitler em 1940 para fazerem a partilha do Báltico (Polónia, Finlândia, Estónia, Letónia e Lituânia). Entre 1941 e 1945, mobilizou todas as reservas humanas e materiais da URSS para sobreviver (primeiro) ao ataque da Alemanha Nazi e para contribuir para a derrota total do III Reich (de seguida). Entre 1944 e 1948, preparou e executou o regresso da Rússia imperial à Europa, anexando despudoradamente territórios a inimigos e a vítimas da Guerra indiscriminadamente: Finlândia, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Checoslováquia, Hungria e Roménia. Conseguiu ainda impor o controlo político, ideológico e militar sobre uma cintura de Estados da Europa Central que constituiriam, durante 45 anos, uma barreira protectora de Estados satélites entre o Ocidente e a URSS.

Meros 25 anos após a hecatombe russa às mãos da Alemanha no final da I Guerra Mundial, Estaline reconstituía o Império Russo/Soviético com uma grandeza que ele nunca tivera: de Berlim a Vladivostok. Mais, a URSS entra na II

Guerra Mundial como um quase Estado pária nas Relações Internacionais e emerge dela como a 2.^a maior potência mundial, a seguir aos EUA, e com eles vai ombrear pela hegemonia política, militar, nuclear, ideológica e espacial a nível mundial durante perto de meio século.

Infelizmente para os cidadãos Soviéticos, estas características de Estaline não estavam apenas focadas no plano externo. Bem pelo contrário. Internamente, Estaline exibiu sempre a mesma ausência de escrúpulos conjugada por uma crueldade extrema, motivada em grande medida por uma paranóia obsessiva acerca de eventuais ameaças à sua pessoa e ao seu poder por parte de indivíduos ou de grupos. É paradigmático deste comportamento a forma como, quer na década de 20, quer mais tarde nos anos 30, procedeu à eliminação física de muitos dos seus mais fiéis e antigos apoiantes e aliados no PCUS – Partido Comunista da União Soviética, por temer que conspirassem contra si.

O carácter totalitário do regime comunista soviético, a personalidade do seu líder e o facto de ambos (Partido e Secretário-Geral) terem sido forjados a ferro e fogo nas violentas convulsões das Revoluções de 1917, das Guerras Cívicas que se seguiram, das intervenções externas e das lutas intestinas pelo poder entre os Bolcheviques, especialmente após a morte de Lenine, terão contribuído para a rudeza implacável com que o poder foi exercido durante os 30 anos de estalinismo.

A Ucrânia foi particular vítima da política repressiva estalinista. Na verdade, desde a implementação do Primeiro Plano Quinquenal em 1928 até 1934, o PCUS desenvolveu um conjunto de políticas e tomou uma série de decisões que conduziram, directa ou indirectamente, ao extermínio de milhões de ucranianos.

Em nome da colectivização, pela industrialização, contra os pequenos burgueses capitalistas, os pretextos e as políticas foram muitos, mas o resultado foi o mesmo: repressão, punição e morte.

Falamos aqui do *Holodomor*, mas a tragédia que se abateu sobre o campesinato ucraniano começou alguns anos antes. Estaline havia rompido com a NEP (Nova Política Económica) e tinha decidido proceder à colectivização forçada da agricultura e à industrialização acelerada da União Soviética com o objectivo de a lançar na modernidade.

A resistência dos agricultores ucranianos, indiscriminadamente rotulados de *kulaks* (agricultores ricos), à colectivização valeu-lhes a ira do regime. Cientes da sua individualidade independência, os *kulaks* foram deportados em massa para o Ártico. Um milhão foi preso entre 1929 e 1930, dos quais 850000 foram deportados. Muitos morreram.

Igualmente no período 1928-1933, o PCUS desencadeou uma tenaz perseguição da *intelligentsia* ucraniana. Tal passou pela eliminação física ou detenção de parte substancial da elite cultural e académica da Ucrânia, pela repressão da

Igreja Ortodoxa Ucraniana, que foi ilegalizada em 1930, e pela aniquilação de actividade cultural, artística e folclórica que de alguma forma representasse a identidade distinta da Ucrânia. Este era, na realidade, o principal objectivo desta campanha que, nas palavras do líder do Partido Comunista da Ucrânia, Pavel Potyshev, visava “...a derrota da contra-revolução nacionalista ucraniana”.

Em face destes antecedentes persecutórios próximos, é natural que se encare com cepticismo os protestos daqueles que defendem que o *Holodomor* (assassinato pela fome) tenha sido apenas um funesto desastre natural.

O aumento das requisições de cereais por parte de Moscovo (44% em 1932) desempenhou um papel fundamental para que em 1932/1933 houvesse um gravíssimo défice de alimentos na Ucrânia e no Cáucaso Norte, dado que a quota do governo central tinha prioridade sobre o auto-sustento e a distribuição para o consumo. Para agravar a situação, o Kremlin selou as fronteiras internas, impedindo que os agricultores esfaimados pudessem procurar sustento noutros lugares. As directivas de 22 e 23 de Janeiro de 1933, assinadas por Estaline e Molotov, argumentam que estas deslocações eram organizadas pelos inimigos da URSS com o intuito de provocar tumultos no Norte do país contra a instituição dos *kolkhozes*.

Perguntar-se-á: não houve forte condenação internacional? Não, não houve. Apesar de relatos transcritos em jornais britânicos e norte-americanos e de uma resolução aprovada pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos em 1934 (seguida de mais duas em 1983 e em 2003), a realidade internacional da época era pouco propícia a grandes reacções e pressões. Afinal, grande parte dos regimes europeus eram ditaduras mais ou menos férreas: Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Polónia, Roménia e Jugoslávia. Por outro lado, os meios de comunicação eram muito menos omnipresentes do que hoje e o seu alcance era limitado. Fundamentalmente, o que se passava dentro da fronteira dos Estados dizia-lhes especificamente respeito.

Ainda se estava muito longe do discurso de Tony Blair proferido em Chicago, em Abril de 1999, onde o primeiro-ministro britânico afirmava que “O princípio da não-ingerência tem de ser qualificado em aspectos importantes. Actos de genocídio nunca poderão ser um assunto puramente interno”. Igualmente distante estava a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio e o conceito de intervenção humanitária não passava de uma utopia.

No entanto, é relevante assinalar um importante reconhecimento da tragédia (que não do genocídio) feito numa declaração conjunta das Nações Unidas, em 10 de Novembro de 2003. Nela se reconhecia que:

«Na antiga União Soviética, milhões de homens, mulheres e crianças, foram vitimadas pelas acções e políticas cruéis de um regime totalitário. A *Grande Fome*

de 1932-1933 na Ucrânia (*Holodomor*), que ceifou de 10 milhões de vidas, tornou-se uma tragédia nacional para o povo ucraniano.»

Acrescente-se que, em 1990, o relatório final de uma Comissão Internacional de Inquérito à *Grande Fome* de 1932/33 na Ucrânia, entregue na ONU, considerou, por uma maioria de 5-1, que a fome constituiu, de facto, um genocídio, embora não conseguisse provar a existência de um plano preconcebido por parte do Kremlin para provocar o *Holodomor*.

O *Holodomor* foi uma crueldade bárbara que custou a vida de incontáveis camponeses da Ucrânia. 7 milhões? 3 milhões? 5 milhões? 10 milhões? Foram muitos. Foram demais. Morreram em nome de uma política que, independentemente dos seus méritos ou deméritos, foi prosseguida de forma brutal e implacável, numa visão distorcida daquilo que se supunha ser o interesse nacional, mas era, na verdade, um projecto unipessoal.

Não surpreende, portanto, que em 1934 o Partido Comunista da Ucrânia se gabasse da “eliminação dos contra-revolucionários, dos nacionalistas, dos espíões e dos inimigos de classe”. A realidade, porém, ia muito além disso. O que se tentou fazer foi eliminar grupos sociais inteiros por receios paranóicos ou por preconceito. Mais do que isso, tratou-se de eliminar a identidade cultural, linguística e política própria da Ucrânia, que era vista como sendo a principal ameaça interna à integridade da União Soviética e ao monopólio de poder de Estaline e do Partido Comunista da União Soviética. Pelo menos nestes objectivos, Estaline não foi bem-sucedido. A URSS implodiu há 17 anos, o PCUS desintegrou-se e a Ucrânia é novamente independente.

*HOLODOMOR – A MORTE SEM VOZ*¹

Henrique Vaz Duarte

O Novo Sistema

Os ideais políticos avançados pela Comuna de Paris e mais tarde pela Comuna de Berlim, que apontavam para um sistema de organização social e económico, contrário ao regime vigente da economia livre de mercado, renasceram em 1917 na imensa terra de Pedro o Grande. A Mãe Rússia foi palco da maior transformação da sociedade contemporânea, ao extinguir definitivamente o regime czarista, de prática feudalista, advogando uma sociedade nova, de onde a exploração do homem pelo homem seria banida. Novas regras de conduta, novas maneiras de pensar e viver o mundo e as coisas, a construção do homem novo e duma sociedade livre, moderna, igualitária e justa, emergiram do sonho utópico, para acordarem e verem a luz do dia. “O rei morreu. Viva o rei”, que celebrava a sucessão perpétua, passou ao domínio arqueológico. Nasce a palavra de ordem: “Todo o poder aos soviets”. Autonomia plena para os conselhos de operários e camponeses, intelectuais e militares, a funcionar como cidades-estado, organizados na base da democracia directa sem interferência de poder central. O equilíbrio mundial estremece e o “establishment” da classe dominante passa a conhecer nova palavra: revolução. Desta vez, com sentido, como prática habitual e como objectivo a atingir. Figuras clandestinas convertem-se em heróis e o palácio de Inverno em Petrogrado recebe novos inquilinos, isentos de renda: o partido menchevique, substituído mais tarde e à força pelo partido bolchevique, que toma o poder em definitivo e converte-se no órgão máximo do poder revolucionário.

Lenine, Zinoviev, Kamenev, Estaline, Trosky, Bukarine e Rikov passam a conduzir o novo sistema, implementando as medidas adequadas e radicais no objec-

¹ Na secção «Visões Artísticas» deste livro, apresentamos uma ilustração deste mesmo autor, que, apesar de licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, envereda pelo mundo das artes. Frequentou a Escola de Belas Artes de Lisboa e o IADE, em Lisboa. Em 1974 integra a Associação de Artes Plásticas de Aveiro-Arte e conta já com várias exposições nacionais e internacionais.

tivo final da última organização da sociedade humana: a sociedade igual, o comunismo. A par da instituição da nova ordem, nasce também um novo aparelho de Estado. E forma-se uma pirâmide de governação, estruturada no partido bolchevique, que se converte no único órgão dirigente do governo. Urgia ganhar a guerra civil, vencer os guardas brancos e todos os inimigos do povo, internos ou externos, adversos ao socialismo. A luta dos marinheiros do couraçado Potempkine e de todos os revolucionários tombados pela causa revolucionária não seria esquecida. Interessava dar espaço à emancipação, a uma nova vida, vencer em definitivo a luta de classes, esmagar o capitalismo. Para tanto e para tanta alternativa, a solução única passava pela autoridade dum partido único e absoluto, que dirigisse tudo e apontasse o caminho certo da via revolucionária. E o reverso da medalha é significativo: democracia e liberdade são constringidas e, em sua substituição, passa a vigorar o controlo, a burocracia, a vigilância, a censura, a coacção e a repressão. A democracia directa, base decisória do sistema dos soviets, é excluída. E os soviets, alicerce histórico do sistema revolucionário, são extintos.

Em 1918, Rosa Luxemburgo avisava:

«A liberdade reservada apenas para os partidários do governo, para os membros do partido, não é liberdade. A liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de outra maneira. [...] Se a vida política em todo o país é abafada, é fatal que a própria actividade dos soviets seja cada vez mais paralisada. Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem livre luta entre as opiniões, a actividade morre em todas as instituições políticas, torna-se uma actividade aparente, onde a burocracia fica a ser o único elemento activo (*in* A Revolução Russa, ed. Spartacus).

A Makhnovtchina

Mau grado o exposto, o sistema dos soviets ainda vigorou por largo tempo, em zonas específicas. Já em 1917, na Ucrânia, a experiência auto-gestionária de Nestor Makhno fez conduzir o campesinato a um movimento imparável de reivindicações e conquistas sucessivas, suportadas por exército próprio, de acordo com as suas próprias capacidades e regras, completamente desvinculado da hegemonia do poder central bolchevique. Era uma nova organização económica, inspirada no modelo soviète: expropriação dos latifúndios, divisão de produtos pelos camponeses em comunas agrárias auto-geridas por localidades, distrito e região na base dos princípios da igualdade, eleições directas, cargos de direcção mutáveis e cada trabalhador (homem, mulher e criança) a participar e a trabalhar

de acordo com as suas próprias forças. Um pequeno universo produtivo organizado e gerido pelos próprios produtores, perfeitamente autónomo e criado também para manter a cooperação comercial e política com outros soviets no regime federativo – em qualquer interferência exterior e completamente desvinculado do poder central.

Este movimento revolucionário inédito, de forte pendor anarquista, nascido nas áreas rurais e a alastrar-se para as cidades da Ucrânia, nomeadamente Ekaterinoslav e Aleksandrovsk, foi combatido pelas forças do Exército Branco de Anton Denikin e Pyotr Wrangel, numa guerra revolucionária que apenas terminaria nos finais de 1920 com a vitória makhnovista.

Todavia, se este soviete marcou, por suas próprias forças, a sua própria emancipação política, económica e militar, e podia servir de exemplo à possível construção dum país novo, não obteve por parte de Moscovo a mínima solidariedade nem reconhecimento. Se bem que tivesse havido alianças pontuais entre o Exército Vermelho de Trotsky e o exército de Makhno, a total independência manifestada pelo soviete, fora do controlo do partido comunista, era facto assente e inadmissível para o Kremlin. O movimento foi declarado ilegal e considerado hostil. Makhno, ao recusar-se integrar o seu exército no exército vermelho, sob o comando de Trotsky, foi considerado traidor.

Por fim, a 25 de Novembro de 1920, os líderes do exército rebelde são aprisionados e executados pela Cheka. Ao mesmo tempo todos os camponeses são desarmados e, passados meses de resistência, o movimento ucraniano é esmagado. Makhno exila-se em França.

Kronstadt

Pouco tempo depois da odisséia makhnovitchina, estala, a norte do país, a insurreição do soviete de Kronstadt: fortaleza situada na ilha de Kotline, a norte de São Petersburgo, no mar Báltico, construída por Pedro o Grande, para a defesa naval da cidade. Este soviete viveu momentos dramáticos, quando os marinheiros se sublevaram contra o poder bolchevique no ano de 1921. Os mesmos marinheiros, considerados heróis pelas provas dadas já em 1905/6 contra o governo czarista e posteriormente contra Kerensky, insurgiram-se desta vez contra o próprio poder central bolchevique, reivindicando o retorno aos princípios e direitos democráticos, adquiridos pela primeira Constituição da República Soviética, votada em 1918 pelo V Congresso Panrusso dos Sovietes – nomeadamente, as garantias de liberdade de consciência, de reunião, de união e de imprensa e a inexistência de privilégios para nenhum grupo e partido. Em suma, o regresso à

gênese, aos ideais puros que informaram e fizeram avançar a revolução de Outubro. A título de exemplo, citam-se algumas decisões tomadas pela tripulação do navio de guerra Petropavlovsk, ancorado em Kronstadt: exigir a liberdade de reunião e a liberdade das organizações sindicais e das organizações camponesas; libertar todos os prisioneiros políticos dos partidos socialistas, assim como todos os operários e camponeses, soldados vermelhos e marinheiros, presos dos diferentes movimentos operários e camponeses; suprimir todos os *Politotdiel* (Secções políticas), pois nenhum partido deve ter privilégios para a propaganda das suas ideias nem receber do estado recursos com essa finalidade; dar aos camponeses liberdade de acção completa sobre a terra, bem como o direito de possuir gado, de que eles próprios deverão cuidar, sem utilizar o trabalho de assalariados (...).

A rebelião não demorou a ser reprimida. Nos começos de Março de 1921, o Exército Vermelho é lançado de assalto à fortaleza, cercada pelo gelo. A resistência dura alguns dias. Kronstadt sucumbe num banho de sangue.

Holodomor

Os exemplos históricos citados, que foram tratados oficialmente por vitórias da revolução e do partido comunista contra os “inimigos e traidores do povo”, representam o reverso contra-revolucionário, a institucionalização definitiva da pirâmide governativa, cada vez mais elevada, cada vez mais afastada da vida e do povo russo. Estabilizada a burocracia sob os auspícios do partido único, nasce a “nomenklatura” – a elite governativa. E, com ela, floresce o designado “capitalismo de Estado”. Após a morte de Lenine em 1924, a hierarquia bolchevista cimenta-se nas “troikas” – triunviratos governativos formados por antigos heróis da revolução, que Estaline tratou de afastar com julgamentos/espectáculos seguidos de fuzilamento – caso de Zinoviev, de Kamenev, de Bukarine, de Rikov, ou de assassinato encomendado, caso de Trostky. No cume da pirâmide, auto-isolou-se Estaline, figura ímpar do puro arbítrio, que depressa se transforma em ícone endeusado, “paizinho” da alienação mediática e paranóica, que conseguiu, com um estatuto incólume, aplicar medidas legislativas, unicamente suportadas por propaganda, repressão e terror, à revelia da vontade e do sentimento do povo russo.

Os factos que se passaram na Ucrânia em 1932/33 nascem a partir de projectos legislativos da industrialização acelerada do país – o 1º Plano Quinquenal – entre os quais, a colectivação forçada da agricultura iniciada em 1929 teve consequências trágicas no campesinato ucraniano. A entrega obrigatória ao Estado duma quota significativa da colheita, oficialmente exigida e contrária às capacidades físicas do camponês produtor, degenerou na recusa generalizada de

participação no plano. E, naturalmente, a única via encontrada pelo governo foi exactamente forçar a confiscação, reprimindo e violentando toda a oposição. A campanha da colecta mereceu na Ucrânia medidas administrativas drásticas, entre as quais a deportação e o desterro de cerca de 2,8 milhões de pessoas e a sua inclusão em campos de trabalho forçados. Posteriormente, a falta de bens, a penúria e a subalimentação foram-se agravando de tal forma que a paisagem ucraniana era miséria. Miséria e fome. Porém, a política estalinista não só se mantinha imperturbável como favorecia a calamidade. A servidão e o trabalho forçado nas cooperativas agrícolas estatais (*Kholkhozes*) eram medidas necessárias. As taxas produtivas assim o exigiam e o índice da receita estadual não devia baixar. O prioritário era o Estado, que ia colhendo os frutos de trabalho violento e assalariado, mesmo que para tanto se pudesse cair de exaustão ou pura e simplesmente, morrer à fome. Se o Estado russo exportava na altura 1,7 milhões de toneladas de cereais para o Ocidente, sucumbiam à fome por dia, 25000 ucranianos. Não deixa de ser paradigmático o que o secretário-geral do P.C. da Ucrânia refere na carta dirigida a Moscovo, em Março de 1933, no auge da mortandade: “a insatisfatória evolução das sementeiras em numerosas regiões, [SIC] prova que a fome ainda não levou à razão muitos kolkhozianos”. E a fome ucraniana alastrou. Fome como arma política, dizimando dia a dia nos campos e cidades, para unicamente fazer valer e vingar decisões da administração central e do partido comunista. As palavras “pão, paz, terra”, que em 1917 eram legítimas reivindicações e serviram de bandeira política, foram devidamente arrumadas e esquecidas, por inúteis ou mesmo perigosas.

O Holodomor (a morte pela fome), que custou a vida a milhões de pessoas, não representará nenhuma anomalia ou erro administrativo. É o resultado trágico da degeneração completa dum projecto político, baseado na esperança de vida melhor para uma comunidade carente, pobre e corajosa – a Rússia de 1917 – e que encontrou caminho progressiva e sistematicamente errado, contrário à liberdade, ao direito, à vida. *Holodomor* foi mais um exemplo, um episódio histórico, silenciado na parte politicamente incorrecta e enfatizado como “program” vitorioso da revolução russa e de Estaline. Outros tantos episódios iriam nascer.

HOLODOMOR – HISTÓRIA E JUSTIÇA

António Rosa Mendes

(Universidade do Algarve)

Reivindicando a minha condição de historiador – que implica, antes de mais, uma vinculação ética com a verdade e, logo, com a independência de espírito – não posso deixar de assumir também como minha a responsabilidade de quantos congéneres, quer ucranianos quer de outros e bem diversos países, que têm desenvolvido um labor ímprobo para resgatar do olvido da vala comum da História, em que ignominiosamente ainda jazem os milhões de vítimas do *Holodomor*.

Este termo (aliás cunhado *ad rem* por um historiador, pois era preciso nomear o inominável), cuja sinistra equivalência no idioma português exige um desdobramento maiúsculo – *Grande Fome* – remete para coordenadas de espaço e tempo tão indissociáveis como bem definidas. As primeiras: a Ucrânia, na charneira de ocidente e oriente europeus; e as segundas: os anos 1932-1933, quando, sob a ominosa dominação soviética, a população rural ucraniana foi intencionalmente submetida a condições materiais de existência que por necessidade a aniquilassem – um tipo de crime doloso que, ele sim, se basta num só e conhecido *nomen juris*: genocídio.

O assassinato massivo e programado é um fenómeno característico do século XX, em que a combinatória entre ditaduras totalitárias e capacidade letal atingiu proporções antes insuspeitadas. Contudo, nem todos os genocídios perpetrados durante a passada centúria foram reconhecidos e incorporados na consciência histórica da humanidade.

Aqueles historiadores que se propuseram investigar, com a utensilagem própria do seu ofício, o que realmente ocorreu na Ucrânia avassalada pelo regime soviético nesse devastador biénio 1932-33, depararam-se com obstáculos quase invencíveis. E os maiores embargos nem foram a sonegação – quando não a destruição de documentos, a ocultação – quando não a interdição de acesso aos arquivos. Pior: tiveram de arrostar com o silêncio e a indiferença cúmplices – quando não, também, a surda ou declarada hostilidade – de certos confrades que optaram por trair o seu múnus e o seu compromisso com a verdade histórica, que não com o poder. Um poder, tal o da Rússia nos nossos dias, que se obstina contra todas as evidências em negar o *Holodomor*, de passo que se arvora émulo da “gran-

deza” da União Soviética e intenta reabilitar Estaline enquanto “grande” estadista artífice dessa pretensa “grandeza”. Parece que a crítica à ex-URSS se interpreta, na Rússia de Putin e Medvedev, como um ataque à Rússia de hoje e não aos crimes estalinistas e soviéticos – cuja grandeza, com efeito, foi superlativa.

Importa todavia apontar, tanto aos dirigentes russos do presente como aos aludidos intelectuais que outrora (senão agora...) têm complacientemente ignorado os milhões de vítimas do *Holodomor*, as contundentes e clarividentes palavras dirigidas no meado do século XVI por Sébastien Castellion ao sanguinário Calvino, ditador de Genebra: “Matar um homem por uma ideia não é afirmar uma ideia, não é defender uma doutrina – é simplesmente matar um homem”. Ressalvando as devidas distâncias, exterminar milhões de pessoas, defendendo ou afirmando seja aquilo que for é, “simplesmente”, exterminar milhões de pessoas, ou seja; cometer um genocídio.

Por isso, e apesar dos fundamentais subsídios que acerca do *Holodomor* já dispomos, a operação historiográfica – que é mister seja laboriosa e paciente, exaustiva e sistemática – tendente a revelar ao mundo as veras dimensões da catástrofe – reveste-se de tanta importância para a Ucrânia como para a própria Rússia, pelo que demanda a cooperação activa de ambas as partes. Para a nova Ucrânia independente, a memória do *Holodomor* é seguramente muito excruciante, mas rasurá-la, apagá-la, extirpá-la ainda o seria mais, porquanto violentaria atrocemente um inauferível dever moral que as gerações presentes contraíram: o de recordar e homenagear o sacrifício de tantas vítimas inocentes, única justiça que, postumamente embora, se lhes pode render. Para a nova Ucrânia independente, pois, a liberdade e a democracia exigem esse princípio de justiça, que se não confunde com ressentimento nem com vitimismo, antes implica não exonerar de culpa os responsáveis de tamanhos crimes. As vítimas, insista-se, reclamam justiça; não lha prestar significaria amplificar o genocídio, acrescer àquele que já foi, aqueles outros que, fomentados pelo repugnante voluntário ostracismo, com toda a probabilidade poderão vir a ser.

Também para a Rússia que se pretende moderna, a democracia e a liberdade não serão viáveis e eficazes sem a assumpção cabal e veraz das iniquidades e dos tremendos crimes que o Estado Soviético, seu próximo antecessor, praticou. Também aqui o futuro não se constrói ocultando e denegando o passado. E quem recusa assumir o passado está condenado a repeti-lo.

II PARTE
APRECIACES JURICAS

O *HOLODOMOR* COMO GENOCÍDIO. UMA AVALIAÇÃO JURÍDICA

Volodymyr Vassylenko

(Instituto Ucrainiano da Memória Nacional)

Resumo

Este ensaio consiste numa avaliação jurídica do *Holodomor* à luz da Convenção de 1948 da ONU para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. Como tal, procura responder às principais objecções que a qualificação deste acto como um genocídio coloca. Deste modo, procura-se sobretudo provar a intenção do regime soviético de aniquilar o campesinato da Ucrânia, que constituía a maioria da população do país, através de uma fome artificial. Como tal, este ensaio procura analisar o planeamento e a execução do *Holodomor* e aferir o grau de responsabilidade dos seus ideólogos, organizadores, autores e cúmplices. O autor salienta ainda a necessidade absoluta de uma avaliação jurídica oficial do *Holodomor* por parte das autoridades judiciais ucranianas competentes, de modo a esclarecer todas as circunstâncias e as consequências negativas deste crime.

Introdução

À medida que o tempo passa, a verdade sobre o *Holodomor* ucraniano de 1932-33 tem sido conhecida de forma cada vez mais clara não só na Ucrânia como em toda a comunidade internacional. Já não restam dúvidas de que o regime totalitário de Estaline cometeu um crime brutal contra a nação ucraniana ao matar pela fome milhões de camponeses. A investigação sobre o *Holodomor* tem vindo a esclarecer muitas questões relacionadas com as suas causas e motivos subjacentes, as suas circunstâncias, o seu aparelho e as suas consequências.

Porém, se as controvérsias e as lacunas são cada vez menos significativas, o debate sobre se o *Holodomor* constitui ou não um genocídio continua vivo, e porventura mais intenso do que nunca. Apesar de a assembleia nacional ucraniana (a *Verkhovna Rada*) ter adoptado a Lei “Sobre o *Holodomor* de 1932-33 na Ucrâ-

nia”, ainda há investigadores, cientistas políticos e políticos ucranianos e estrangeiros que, embora reconhecendo o carácter criminoso do *Holodomor*, não o entendem como um genocídio. No essencial, estes autores alegam que os camponeses ucranianos não foram as únicas vítimas de extermínio em massa no vasto país dos Soviéticos e como tal não faz sentido considerar o *Holodomor* como um acto genocida. Este raciocínio acaba por ignorar a dimensão nacional do *Holodomor*, firmemente comprovada nas obras de investigadores tão influentes como Robert Conquest, James Mace e Andrea Graziosi.

Genocídio e crimes contra a humanidade

Mesmo analisando os atentados aos camponeses ucranianos num contexto supra-nacional, um homicídio em massa com as características do *Holodomor* seria sempre considerado como um crime internacional grave ou como um crime contra a humanidade. Como tal, é escusado inventar neologismos como “democídio”, “sociocídio” ou “classeocídio” para julgar e condenar este caso de homicídio massivo de camponeses pela fome; basta aplicar o direito internacional que, além do genocídio, comporta a categoria de “crimes contra a humanidade”, entre os quais se prevê o de “extermínio”. De acordo com o direito internacional, um extermínio implica o assassinato massivo ou sistemático de qualquer população civil e comporta a privação do acesso a comida e/ou medicamentos.

De acordo com as normas globalmente reconhecidas pelo direito internacional comum e pelos tratados internacionais, em particular pela Convenção de 1948 da ONU para a Prevenção e Repressão dos Crimes de Genocídio e o Estatuto de Roma de 1998 do Tribunal Criminal Internacional, o genocídio e o extermínio são considerados os mais graves de todos os crimes internacionais. Aliás, o artigo VI do Estatuto de Roma adota para o genocídio o mesmo *corpus delicti* que a Convenção da ONU de 1948 definiu, enquanto o artigo VII, que define os “Crimes contra a Humanidade”, inclui o extermínio (1.º parágrafo [b]). Todavia, se o genocídio não é o único dos crimes internacionais ou dos crimes contra a humanidade, a sua natureza, as suas implicações jurídicas e as suas consequências distinguem-no dos demais e conferem-lhe o estatuto de “crime dos crimes” na doutrina do direito internacional.

A característica social e jurídica definidora do genocídio baseia-se na intenção de destruir grupos nacionais, étnicos, raciais ou religiosos, ou seja, populações definidas por elementos civilizacionais básicos. Como tal, o genocídio atenta ao princípio universal da diversidade, visto que a destruição dos elementos definidores de um povo ameaça não só indivíduos e comunidades concretas como a

própria humanidade, intrinsecamente diversa. O que aproxima o genocídio dos outros crimes contra a humanidade é a violação generalizada ou sistemática dos direitos humanos naturais e das liberdades fundamentais. Estados, governantes ou cidadãos podem, de acordo com as normas do direito nacional e internacional, ser acusados deste crime.

Nenhuma pessoa com um mínimo de consciência e compaixão humana ou-saria questionar que o homicídio premeditado de milhões de camponeses ucranianos em 1932-33 foi um crime contra a humanidade digno, no mínimo, da designação de “extermínio”. Independentemente de ser qualificado como genocídio ou extermínio, este massacre de vidas ucranianas foi um crime grave no direito internacional. De uma forma ou de outra, um sentido elementar de justiça e solidariedade humana obriga-nos a honrar a memória das vítimas do *Holodomor* e a proceder à correcta avaliação jurídica desta tragédia nacional ao abrigo das disposições da Convenção de 1948 da ONU para a Prevenção e Repressão dos Crimes de Genocídio.

Características Definidoras do Crime de Genocídio

Alguns investigadores do *Holodomor* criticaram a imperfeição da definição jurídica de genocídio e apontaram algumas incoerências na Convenção de 1948 (V. Marochko, Y. Zakharov). Alguns chegaram mesmo a afirmar que só o Holocausto corresponde plenamente aos critérios jurídicos da Convenção e que esses critérios “não oferecem uma garantia total que todos os casos de eliminação generalizada de populações civis sejam reconhecidos como genocídio” (S. Kulchytsky). Estas considerações sobre a Convenção de 1948 são erróneas a partir de, pelo menos, duas perspectivas:

Primeiramente, os critérios jurídicos designados pela Convenção não classificam de genocídio *todos* os casos de destruição massiva de pessoas. De acordo com o artigo II da Convenção, o termo genocídio é constituído por determinados actos criminosos cometidos contra um grupo, nacional, étnico, racial ou religioso *em particular*, e não simplesmente os casos de eliminação massiva da população. Como já foi mencionado, no direito internacional, uma eliminação massiva de indivíduos configura o crime de extermínio.

Secundo, ainda que estabelecidos sob a influência dos eventos trágicos da Segunda Guerra Mundial, os critérios da Convenção de 1948 continuam a integrar a legislação internacional global. Por conseguinte, só este documento é que pode ser usado para estabelecer se determinados actos criminosos se enquadram ou não na definição jurídica de genocídio. É certo que a Convenção de 1948 da

ONU para a Prevenção e Repressão dos Crimes de Genocídio reflecte o contexto histórico em que foi criada, mas mesmo que a versão final da Convenção assinada em Dezembro de 1948 não agrade a toda a gente, é um instrumento autêntico e legítimo do direito internacional. A transcrição integral do teor do artigo II da Convenção de 1948 (o que define o *corpus delicti* do genocídio) para o artigo 6 do Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Criminal Internacional, prova que nem a comunidade internacional como um todo, nem nenhum estado em particular, contestaram a Convenção de 1948.

Deste modo, qualquer tentativa de “melhorar” ou adaptar as disposições da Convenção de 1948 às especificidades do “genocídio soviético” está condenada ao fracasso. Os investigadores que adoptam estas abordagens acabam por desenvolver teses que, contrariando as suas boas intenções, rejeitam de um ponto de vista jurídico a natureza genocida do *Holodomor*. Por outro lado, é inadmissível que haja investigadores, políticos e cientistas políticos de determinados países a distorcer em plena consciência as disposições da Convenção de 1948 para negar ao *Holodomor* o carácter de genocídio.

De acordo com os princípios jurídicos expressos nos tratados internacionais, a Convenção de 1948 tem que ser aplicada tal como se encontra e deve ser utilizada para avaliar se os crimes em causa constituem ou não um genocídio segundo o *corpus delicti* estabelecido, e não através de critérios arbitrários ou convenientes.

A essência do genocídio encontra-se definida na nota introdutória do artigo II da Convenção de 1948 por “crime cometido com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso em particular”. De acordo com a teoria do direito internacional, confirmada na jurisprudência, para que um crime seja qualificado como genocídio é necessário provar o dolo especial (*dolus specialis*) do autor em destruir um dos grupos especificados na Convenção e também que o crime foi cometido contra esse mesmo grupo.

Um acto que não reúna os elementos básicos acima mencionados não constitui genocídio, mesmo que envolva o extermínio de um grupo. A natureza do genocídio difere dos demais crimes contra a humanidade, antes de mais, pela sua intenção (e não pelo número de vítimas). Em segundo lugar, não é cometido contra a população em geral mas sim contra um grupo específico. Em terceiro lugar, o genocídio não se direcciona apenas a alguns membros concretos do grupo mas fundamentalmente contra o grupo em si. Por outras palavras, a característica incontornável do genocídio é o facto de que os membros dos grupos designados na Convenção de 1948 (nacional, étnico, racial ou religioso) são, parcial ou totalmente, exterminados por fazerem parte desse mesmo grupo.

O factor decisivo na qualificação de um crime como um crime de genocídio é a prova da intenção específica de destruir um determinado grupo nacional,

étnico, racial ou religioso e da intenção deliberada de atingir especificamente esse mesmo grupo. As questões da motivação, do método escolhido, do momento, ou do número de vítimas não são determinantes para a qualificação de um determinado crime como genocídio. Contudo, importa notar que as respostas a estas perguntas são certamente muito importantes para se provar a intenção e outros elementos essenciais do crime e, em particular, qual dos grupos específicos referidos na Convenção de 1948 foi visado. Neste contexto, devemos considerar a contribuição de historiadores ucranianos, como S. Kulchytsky, V. Marochko, Yu. Mytsyk, R. Pyrih, V. Serhiychuk, Yu. Shapoval, Ye. Shatalina, V. Vasilyev e os muitos outros, cujas numerosas descobertas estabeleceram já uma base factual segura para qualificar o *Holodomor* ucraniano de 1932-33 como um crime de genocídio. Devem ser mencionados também os abnegados trabalhos de J. Mace e de V. Manyak.

Prova da Intencionalidade do *Holodomor*

Para provar que o *Holodomor* é um genocídio, é necessário, antes de mais, provar que o regime comunista totalitário de Estaline teve a intenção de organizar uma fome na Ucrânia. Os que negam a natureza genocida do *Holodomor* alegam a inexistência de documentos que provem essa intenção de forma iniludível, ou de um plano premeditado que servisse como prova dessa intenção. O historiador russo V. Kondrashin responde a esta questão da seguinte forma: “Os investigadores não conseguiram encontrar um único documento do governo soviético ou do Comité Central do partido com instruções para matar à fome um número específico de camponeses, ucranianos ou de qualquer outra nacionalidade”. A este respeito, importa salientar que para a Convenção de 1948 a prova da intenção não depende da existência de um documento em que o autor exprime a intenção em cometer o crime. Além disso, é altamente improvável que venha a ser encontrado qualquer documento oficial contendo um plano para matar à fome os camponeses ucranianos. Tendo em conta a propensão para o sigilo característica dos líderes bolcheviques e o seu desejo de encobrir este acontecimento escandalosamente criminoso e desumano. É difícil acreditar que tal documento ainda exista ou que possa ter existido. Mesmo na Alemanha nazi, onde a política racista necessitava de ratificação oficial, o genocídio dos judeus foi disfarçado como a “solução final do problema judeu”.

Os que continuam a negar que o *Holodomor* ucraniano foi um genocídio concordam que a fome na Ucrânia e em outras áreas da URSS resultou da confiscação arbitrária de cereais e de outros produtos agrícolas dos camponeses, de

acordo com os planos de colectivização da produção cerealífera determinada pelos órgãos superiores do partido. A simples implementação destes planos condenou automaticamente os habitantes das zonas rurais a morrerem à fome. Afinal, planejar a confiscação em grande escala de produtos agrícolas equivale a planejar o *Holodomor*. Como tal, é possível afirmar que o planeamento da colectivização forçada dos cereais é uma forma de disfarçar o extermínio de camponeses ucranianos pelo Estado. Todos os planos de colectivização abusiva de cereais serviram motivos mais ou menos criminosos, mas só os planos de colectivização de cereais de 1932 e 1933 podem ser considerados como integrando a planificação de um genocídio. Em 1926, no último ano de venda livre de produtos agrícolas, o Estado apropriou-se de 3,3 milhões de toneladas de cereais da Ucrânia. A primeira quota de cereais atribuída à Ucrânia na colectivização de cereais planeada e organizada por Moscovo no ano seguinte foi de 4,4 milhões de toneladas, sendo que toda a União Soviética deveria contribuir com 10,5 milhões de toneladas. Até 1930, as quotas de colectivização de cereais quase duplicaram, chegando a 7,7 milhões de toneladas na Ucrânia e a 21,4 milhões de toneladas na União. Este período assistiu à destruição completa do sistema tradicional de cultivo pela colectivização forçada e à expropriação dos *Kulaks*. Mesmo antes de ter aparecido um novo sistema agrário, as quotas exigidas à Ucrânia aumentaram exponencialmente. As explorações colectivas ucranianas começaram a operar em 1930. Graças a condições meteorológicas favoráveis, a Ucrânia produziu nesse ano 23 milhões de toneladas de cereais, ultrapassando largamente o proposto no plano de colectivização. No entanto, o desperdício de cereais gerado pela ineficiência da gestão das explorações colectivas não permitiu que os camponeses ucranianos guardassem parte desta grande colheita para as suas tradicionais reservas.

Os líderes do Kremlin ludibriaram os camponeses, fazendo-os ignorar as suas necessidades e acreditar que o sucesso da produção de cereais de 1930 se devia à superioridade do sistema de produção colectiva. Deste modo, em 1931, a Ucrânia foi obrigada a fornecer 7,7 milhões de toneladas de cereais e as restantes repúblicas 21,4 milhões. Porém, a produção cerealífera de 1931 foi de apenas 18,3 milhões de toneladas. A colectivização de 1931 foi extraordinariamente repressiva e resultou na expropriação da maior quantidade possível de cereais tanto nas explorações colectivas como nos privados e, mesmo assim, a Ucrânia só conseguiu contribuir com 7 (e não 7,7 milhões de toneladas). O ano de 1931 assistiu também ao confisco de grandes quantidades de cereais nas zonas rurais, o que provocou faltas de alimento em várias regiões da Ucrânia e as primeiras mortes pela fome.

Veja-se a avaliação presente no relatório do departamento político secreto do Directório Político do Estado da União (DPCE) relativo ao final de 1931 e

ao início de 1932: “Já há registos de falta de alimento e de subnutrição entre as famílias de agricultores colectivos em várias regiões da RSSU[cr.], como Carcóvia, Kiev, Odessa, Dnipropetrovsk e Vinnytsia.” Contudo, nos documentos oficiais não há uma só menção directa à fome que então grassava, referida apenas através de eufemismos como “escassez de alimentos” e “sofreguidão”.

Provavelmente, o governo bolchevique ainda não tinha a intenção de organizar uma matança pela fome quando desenhou e implementou os planos para a colectivização de cereais em 1930-31. O objectivo bolchevique seria ainda o de acumular grandes reservas de cereais e outros produtos agrícolas para poder ganhar moeda estrangeira, e não tanto de eliminar camponeses da Ucrânia ou de qualquer outra região da URSS. O produto das confiscações destinava-se a ser utilizado para industrializar a URSS, para criar um complexo poderoso militar-industrial que permitiria a modernização e equipamento do Exército Vermelho, destinado a grandiosas campanhas de “libertação” que reforçariam o comunismo à escala planetária.

A fome apareceu no final de 1931 e começou a espalhar-se pela Ucrânia e por outras regiões da URSS nos inícios de 1932 como uma consequência inevitável da negligência criminosa do governo comunista, que ignorou os riscos dos planos de colectivização dos cereais. É evidente que os líderes bolcheviques tinham o perfeito conhecimento de que manter em vigor os planos de colectivização equivalia a potenciar uma fome em grande escala e a condenar milhões de camponeses a morrer à míngua.

As quotas ucranianas para a colectivização de cereais para 1932-33 foram reduzidas, rondando agora os 5,8 milhões de toneladas. No entanto, apesar de reduzida, esta quantidade era manifestamente excessiva e não tinha em conta que a capacidade produtiva da Ucrânia ficara seriamente comprometida pelas dificuldades de 1930 e 1931. Portanto, a imposição de tais quotas equivale por si só à autorização do extermínio dos agricultores ucranianos.

A implementação do plano para a colectivização de cereais de 1932 marca o início do *Holodomor* planeado pelo regime de Estaline. A afirmação de que o início do Genocídio-*Holodomor* na Ucrânia se deu em 1933 é errónea, porque se baseia no pressuposto de que há um número mínimo de vítimas - um requisito para que um crime possa ser qualificado como genocídio. No entanto, como já foi exposto, de acordo com a Convenção de 1948, o número de vítimas não caracteriza por si só um genocídio. Por exemplo, certos genocídios cometidos contra tribos de indígenas ou contra minorias étnicas envolvem normalmente números de vítimas reduzidos, muitas vezes sem chegar aos milhares.

As mortes pela fome na Ucrânia e na região do Kuban ocorreram sobretudo durante o ano de 1933, mas a diferença entre estes dois anos é apenas de escala:

em 1932 morreram à fome alguns milhares, enquanto em 1933, a taxa de mortalidade é da ordem dos milhões. Como já referido, a existência de vítimas da fome em outras regiões da URSS não obsta à caracterização do *Holodomor* como um genocídio, porque o planeamento da colectivização de cereais se dirigiu à nação ucraniana em particular.

A crise alimentar na Ucrânia era tão grave que só poderia ser resolvida mediante a redução drástica das quotas de colectivização, o combate às pilhagens massivas que deflagraram nos campos, a declaração de estado de catástrofe humanitária nas zonas rurais, e por conseguinte, a sua assistência imediata. Ao invés, o regime de Estaline continuou a colectivizar os cereais e implementou novas medidas repressivas, incluindo a confiscação de todos os produtos alimentares existentes para garantir a realização incondicional do seu plano.

Em condescendência com as ordens dos líderes do Kremlin, as resoluções do Comité Central do Partido Comunista (bolchevique) da Ucrânia (Comité Central do PC(b)U) de 18 de Novembro de 1932 e do Concelho dos Comissários do Povo da RSS Ucraniana (CCP da RSSU) de 20 de Novembro de 1932, estabeleceram que todo o *stock* de cereais das explorações colectivas seria colectivizado. Além disto, o cereal transferido para mãos particulares a título de pagamentos estatais e salários pagos foi confiscado. Estabeleceram-se ainda multas com um valor equivalente a 15 prestações mensais de carne para as explorações ganadeiras (colectivas e particulares) que não cumprissem os prazos da colectivização de cereais ou que empregassem os cereais de outra forma. As autoridades executaram estas ordens de forma abusiva, confiscando outros produtos alimentares, como batatas, feijões, cebolas, couves, etc. sob o pretexto do plano de colectivização de cereais.

A resolução do CCP da RSSU e do Comité Central do PC(b)U de 6 de Dezembro aprovou a aplicação de “listas negras” às aldeias que se furtaram à colectivização de cereais. A estas aldeias foram infligidas as seguintes medidas punitivas: suspensão da entrega de bens; remoção dos bens de todas as lojas públicas e cooperativas; proibição dos agricultores particulares e colectivos se dedicarem ao comércio com as cooperações, com o Estado, e mesmo no interior das explorações colectivas; exclusão do crédito e exigência de reembolso antecipado de dívidas e de outras obrigações financeiras; repressão de todos os “elementos estrangeiros, hostis e contra-revolucionários”.

Considerando estas e outras decisões similares, centenas de aldeias ucranianas e inclusive distritos inteiros foram incluídos nas “listas negras”. Os seus habitantes passaram a viver em tendas, privados de necessidades básicas, sujeitos a multas extraordinárias e a repressão política discricionária. Os campos da Ucrânia rural foram alvo de numerosas rusgas e varejos que resultaram na confiscação de enor-

mes quantidades de cereais. Como tal, as reservas de cereais praticamente desapareceram com a execução dos planos de colectivização de cereais de 1930-31. Mesmo assim, Estaline enviou ao governo ucraniano um telegrama a 1 de Janeiro de 1933, apresentado ao Comité Central do PCU(b), ordenando a intensificação dos planos de colectivização e a confiscação de todos os géneros alimentares na posse de fazendas e fazendeiros colectivos e de agricultores particulares.

A aplicação rigorosa e generalizada destas medidas cruéis e repressivas, como a expropriação arbitrária das reservas de alimento, enquanto decorriam os planos de colectivização de cereais é uma prova evidente da intenção do regime totalitário em destruir, através da fome, o campesinato ucraniano *como parte fundamental da nação ucraniana*. O conjunto de evidências, tanto circunstanciais como indirectas, oferecido por uma análise da atitude dos líderes comunistas prova que estes têm uma intenção especial de cometer o crime de genocídio. *Primo*, os camponeses ucranianos foram proibidos de abandonar a Ucrânia durante o *Holodomor*. As estações de comboio e as fronteiras da RSSU estavam guardadas por tropas do exército e unidades da DPE. A Resolução do Politburo do Comité Central do PCU(b) e CCP da RSSU de 22 de Janeiro de 1933 ordenou que fosse impedida a “saída em massa de camponeses do Norte do Cáucaso para outras áreas, “a entrada de outros camponeses da Ucrânia nesse território”. Esta proibição acabaria por condenar à morte os camponeses famélicos, afastando-os dos recursos alimentares que se encontravam do outro lado das fronteiras da Ucrânia. *Secundo*, todos os dirigentes da União e do partido que discordavam com os planos de colectivização de cereais e queriam socorrer os camponeses famintos com as reservas de produção colectiva foram reprimidos de forma sistemática e impiedosa.

Tertio, as consideráveis quantidades de cereais acumuladas nas reservas estatais não foram mobilizadas para ajudar a Ucrânia. Os dois fundos (o “Inviolável” e o “Mobilizável”) continham um total combinado de 2,033 milhões de toneladas de cereais a 1 de Janeiro de 1932 e 3,034 milhões de toneladas a 1 de Janeiro de 1933. Estas quantidades eram suficientes para proporcionar a ração diária de pão necessária (1 quilo) a 10 milhões de pessoas em 1932 e a 15 milhões em 1933.

Quarto, enquanto milhões de camponeses ucranianos morriam à fome, cereais e outros produtos alimentares eram exportados para o estrangeiro e para outras regiões da URSS em grande escala. A União Soviética exportou cerca de 5.8 milhões de toneladas de cereais em 1930, 4.8 milhões em 1931, 1.6 milhões em 1932 e ainda 1.8 milhões em 1933. Alguma contenção nas exportações de cereais em 1931, quando se registou uma primeira escassez de alimentos na Ucrânia e quando começaram os primeiros sinais da fome por todo o território, e a proibição total das exportações de cereais em 1932/33 teriam sido o suficiente para impedir o *Holodomor*. Acrescente-se que estas medidas não teriam sido de-

masiado graves para os planos de industrialização da União Soviética, uma vez que os preços internacionais do trigo desceram, o que acarretou um decréscimo das receitas em moeda estrangeira das exportações de cereais. De facto, o valor das exportações de cereais em 1932-33 chegou apenas aos 369 milhões de rublos, enquanto a exportação de madeira e produtos petrolíferos obteve uma receita de aproximadamente 1.570 milhões de rublos.

Quinto, o regime de Estaline negava a existência da fome na Ucrânia e recusava a ajuda de várias organizações não-governamentais estrangeiras e, especialmente, das comunidades ucranianas no estrangeiro. Estas ajudas podiam ter atenuado, ou mesmo impedido, a escala da tragédia. Esta política de negação e a recusa de ajuda humanitária externa são provas evidentes da intenção do regime em utilizar a fome para exterminar o campesinato ucraniano, *como parte da nação ucraniana*.

Por conseguinte, é possível afirmar que o regime comunista tinha recursos suficientes para impedir não só o *Holodomor*, mas também a fome em outras regiões da URSS e que, ao invés de empregar esses recursos, o regime seguiu à risca as directivas do Kremlin, implementando um sistema de medidas repressivas a fim de privar os camponeses de qualquer tipo de alimento, fazendo da fome um instrumento letal deste extermínio de natureza genocida.

A evidente capacidade do regime de “gerir” a fome de 1932-33 confirma a natureza artificial e deliberada do *Holodomor* para assassinar os camponeses ucranianos. A taxa de mortalidade causada pela fome começou a decrescer a meio de 1933. Em 1934, a fome já tinha acabado na Ucrânia, não obstante uma colheita anual de apenas 12,3 milhões de toneladas de cereais, muito mais pequena do que as colheitas de 1932 e 1933, que tiveram um total combinado de 36.9 milhões de toneladas.

A primeira medida para terminar a confiscação repressiva de produtos aos camponeses foi a directiva secreta de Estaline e Molotov assinada a 8 de Março de 1933 e apresentada a todos os trabalhadores e partidos soviéticos, aos departamentos da DPCE, ao poder judicial e ao ministério da justiça. Nela podia-se ler “chegou a altura e já não precisamos de repressões maciças dos Kulaks mas também dos agricultores particulares e colectivos.” Esta directiva visava o fim das expulsões em massa, a “regulação” das detenções e o “escoamento” dos locais de detenção, uma vez que os camponeses isolados nas suas aldeias e enfraquecidos pela fome tinham deixado de constituir uma ameaça para o regime.

Entre os finais de 1933 e os inícios de 1934, o Comité Central do PCU(b) e o CCP da URSS adoptaram várias resoluções que tinham o objectivo de melhorar as condições de vida e de trabalho nas explorações colectivas. Estas medidas incluíam, em particular, a revogação das quotas surrealistas de colectivização

de cereais e das expropriações arbitrárias de cereais, bem como a introdução de um sistema de pagamentos adiantados com a participação nas colheitas (10 de Junho de 1933); o direito dos camponeses a ter gado, crias e aves domésticas (20 de Junho de 1933); a proibição de ordens de trabalho adicional às explorações colectivas que já tivessem cumprido os objectivos planeados (2 de Agosto de 1933); e comparticipação na compra de bovinos para os agricultores colectivos que não tivessem nenhuma cabeça (10 de Agosto de 1933).

O factor decisivo para acabar com a fome foi o cancelamento do antigo sistema de colectivização de cereais. A resolução do Comité Central do PC(b)U e o CCP da URSS de 19 de Janeiro de 1934 estabeleceu quotas fixas de cereais para entrega obrigatória, sendo que as quotas não podiam exceder um terço do rendimento bruto da colheita habitual de cada exploração. Em consequência desta medida e da abolição das expropriações arbitrárias, as exportações de cereais ucranianos diminuíram mais de 50% em relação ao período de 1932-33. Em 1934, foram exportadas apenas 770 mil toneladas de cereais.

A “eficácia” do regime na implementação e no levantamento do *Holodomor* atesta o objectivo de exterminar os camponeses ucranianos dentro das metas temporais que estabelecera. Algumas das teses que negam a natureza genocida do *Holodomor* fazem referência a documentos de arquivos que comprovam o apoio recebido pela Ucrânia e por outras regiões. R. Davies, do Reino Unido e S. Wheatcroft, da Austrália, por exemplo, analisam cerca de 35 resoluções do Comité Central do PC(b)U e do CCP da URSS adoptadas entre 7 de Fevereiro e 20 de Julho de 1933. O americano M. Tauger tem uma posição semelhante. As autoridades centrais, e não só, tiveram várias iniciativas deste tipo, e não apenas em 1933. Contudo, a análise destes documentos revela que a ajuda chegou demasiado tarde e que era demasiado limitada e selectiva. Aliás, a maior parte não consistia sequer em produtos alimentares para os esfomeados, mas antes em *stocks* de sementes para a próxima colheita, e mesmo assim restritos às explorações colectivas. E quando, por fim, a ajuda alimentar chegou às zonas rurais, foi distribuída em forma de sopa dos pobres e destinava-se apenas aos agricultores colectivos que ainda estavam capazes de trabalhar e que viviam junto dos campos de cultivo. Havia mesmo ordens para limitar o tratamento hospitalar e a alimentação aos pacientes que tinham maiores hipóteses de sobreviver. Por último, a ajuda alimentar foi distribuída entre os dirigentes e activistas do Komsomol e das várias facções locais, nunca chegando aos agricultores particulares. Tal como V. Marochko salientou oportunamente, as decisões das autoridades centrais para “melhorar a situação e dar apoio à Ucrânia” em 1932-33 não tinham como objectivo principal superar as causas da fome e salvar os agricultores ucranianos, mas assegurar a sementeira e, como tal, a colheita do ano seguinte. O apoio foi

dato também como forma de propaganda e para dissimular a conduta criminosa das autoridades. Sabendo isto, só se pode concordar com o juízo sensato de S. Kulchytsky, quando afirma que ajudar os agricultores depois de os privar de todas as suas reservas de alimento constitui mais um elemento do crime.

De facto, não obstante as ajudas, a taxa de mortalidade entre os agricultores ucranianos continuou a subir. Foi no apogeu do *Holodomor*, entre Fevereiro e Junho de 1933, quando as perdas totais já se contavam aos milhões, que as 35 resoluções foram adoptadas. Em termos simples, o problema não se devia tanto a falhas do aprovisionamento como à ausência de aprovisionamento. A distribuição selectiva e restrita de apoios a um segmento limitado do campesinato teve como resultado o abandono dos restantes, ou seja de milhões de camponeses. Tendo em conta as enormes quantidades de cereais centralizadas nas reservas estatais e o grande volume de exportações de produtos alimentares, este tipo de ajuda não é suficiente para refutar a intencionalidade do extermínio; é antes uma prova evidente da intenção de os exterminar, pelo menos em parte. Esta intenção em exterminar apenas parcialmente, repercutida na “ajuda” concedida a alguns agricultores ucranianos, explica-se pelas necessidades pragmáticas do regime em termos de mão-de-obra para a exploração das fazendas colectivas, para a produção industrial e para as forças armadas.

O grupo alvo: A nação ucraniana

Os camponeses ucranianos não foram as únicas vítimas da fome de 1932/33. No entanto, só o *Holodomor* ucraniano, que afectou a Ucrânia e o Kuban, pode ser considerado genocídio. A fome noutras zonas da URSS merece a designação de crime de extermínio à luz do direito internacional. Pela mesma razão que, juridicamente, os indicadores quantitativos não constituem um critério para a qualificação de um crime como genocídio, a diferença entre o genocídio e o extermínio não é o número de vítimas. Há uma diferença qualitativa entre a fome em outras regiões da URSS e o *Holodomor* ucraniano: os camponeses que viviam fora da Ucrânia e do Kuban passavam fome devido à sua condição social, enquanto os camponeses ucranianos estavam a passar fome por causa da sua identidade ucraniana. Tendo em conta a teoria e a prática dos bolcheviques em relação à questão nacional e à política implementada na Ucrânia, esta avaliação é perfeitamente legítima e justa. A inclusão da Ucrânia na esfera de domínio de Moscovo sempre foi considerada pelo Governo Leninista-Estalinista um pré-requisito fundamental para a viabilidade do regime comunista e para o novo império conhecido por URSS. Nas palavras de Lenine, “perder a Ucrânia é perder a cabeça”. Por isso, os

bolcheviques recusaram-se a reconhecer o direito da nação ucraniana a um Estado independente. Não obstante o *slogan* de Lenine sobre o direito das nações à auto-determinação, os líderes bolcheviques da Ucrânia, Gorovitz e Pyatakov, declararam em Junho de 1917, na reunião da Comissão de Kiev do Partido Social Democrata dos Trabalhadores Russos, que não iam apoiar a independência da Ucrânia porque a Rússia não podia subsistir sem os seus cereais, carvão, açúcar, etc.

Depois da proclamação da República do Povo Ucraniano (RPU), a Rússia soviética ocupou a Ucrânia três vezes, entre 1917 e 1920, sob o falso pretexto de querer dar apoio militar à República soviética ucraniana pro-bolchevique, que foi estabelecida para contrabalançar a RPU. Após a segunda ocupação da Ucrânia em 1919, Lenine comentou “Agora que temos a Ucrânia, temos cereais”. Na terceira ocupação em 1920, a Rússia bolchevique enviou seis exércitos com 1,2 milhões de soldados com o objectivo de manter a Ucrânia dentro do seu poder.

Após considerar a dimensão do movimento de libertação ucraniano e perante a impossibilidade de assegurar sozinho uma ocupação duradoura da Ucrânia, Lenine assinou, a Dezembro de 1922, um tratado de união com o Governo Soviético subordinado da Ucrânia. Este tratado reconhecia a independência da República Soviética Socialista Ucraniana, como passou a ser chamada. Foram realizadas mais concessões tácticas, principalmente no contexto nacional/cultural, nomeadamente, na política de *ucranianização*, que viria a contribuir para a desrussificação e para a valorização da identidade ucraniana.

Embora forçado a determinadas concessões, o poder do Kremlin sobre a Ucrânia não tinha diminuído de forma alguma; aliás, preparava-se já a vingança. O primeiro passo nesse sentido foi a criação da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas em Dezembro de 1922, o que na prática marcou o início da reconstrução do antigo império dos czares, embora num espaço geopolítico mais pequeno e com um novo ideal comunista.

A reintegração da Ucrânia foi claramente um sucesso para o Kremlin, que reforçou a sua influência sobre a república sem lhe diminuir a liberdade para trilhar um caminho nacional e cultural próprio. Além disso, com base nas resoluções da 7ª Conferência do Partido Comunista (Bolchevique) da Ucrânia (o PC(b)U) de 4 a 10 de Abril de 1923 e do 12º Congresso do PCU(b) de 17 a 25 de Abril de 1923, a *ucranianização* passou a ser considerada a política oficial de desenvolvimento nacional e cultural. Apesar de terem ocorrido algumas incoerências na sua implementação, esta política foi um instrumento determinante para tornar a Ucrânia “ucraniana”.

Além da vulgarização do emprego da língua ucraniana, a *ucranianização* teve impacto em outras esferas essenciais da vida pública. Sob a égide do PC(b)U e com a participação activa de O. Shumskiy e M. Skrypnyk, o país assistiu a uma

verdadeira espécie de ressurgimento nacional ao estilo europeu. Sob o lema “Longe de Moscovo” (M. Khvylioviy), emergiram então tradições culturais diferenciadas das russas e mais orientadas para a cultura europeia. Paralelamente, foi criado um sistema nacional de educação (H. Hrynko) e definido um modelo de desenvolvimento económico autónomo de Moscovo (M. Volobuyev).

A questão da transferência das regiões de maioria ucraniana em Kursk e em Voronezh da Rússia para a RSSU chegou mesmo a ser levantada pelo Comité Central Ucraniano em 1928. Do mesmo modo, pôs-se em causa o problema da *ucranianização* no Kuban, cujos habitantes começavam a perder a identidade ucraniana, apesar de serem de língua, tradição e cultura ucraniana. No final dos anos vinte, das dezassete divisões fixadas na Ucrânia, oito eram constituídas por soldados ucranianos e a língua ucraniana passou a ser empregada nas academias militares. Por fim, a influência da igreja ortodoxa autocéfala ucraniana, a igreja nacional, começou a crescer.

A *ucranianização* foi objectivamente a continuação do ressurgimento nacional inspirado no movimento de libertação ucraniano e na fundação do RPU. Diante do ressurgimento nacional ucraniano, o governo comunista do Kremlin enfrentava agora o mesmo problema que o império russo, ou seja, a necessidade de erradicar o separatismo ucraniano, desta vez muito mais forte. De facto, de acordo com os relatórios do DPE (Directório Político do Estado) ucraniano ou dos serviços secretos locais controlados por Moscovo, o separatismo ucraniano representava uma grande ameaça. O DPE ucraniano encarregou-se de vigiar o estado de espírito da população, de estudar a atitude das diferentes camadas sociais em relação ao regime comunista, de avaliar as “manifestações separatistas” e de aplicar as contra-medidas necessárias. As actividades dos “separatistas” que visavam envolver o campesinato ucraniano na implementação dos seus planos receberam uma atenção especial. A circular secreta “Sobre o separatismo ucraniano”, emitida pelo DPE ucraniano a 4 de Setembro de 1926, observava que “os nacionalistas têm um interesse especial pelas zonas rurais” e que a sua tentativa “de inculcar aos agricultores o ódio por Moscovo teve um grande resultado, especialmente entre a juventude”. Face ao exposto, a circular secreta conclui que é necessário “articular o trabalho junto da *intelligentsia* ucraniana, com o trabalho junto das comunidades agrícolas”. A fase mais activa deste “trabalho” começou em 1929-30 com o julgamento contra a linha dirigente da elite ucraniana, que envolveu a eliminação da União para a Libertação da Ucrânia (ULU) e que culminou no extermínio de milhões de ucranianos durante o *Holodomor* de 1932-33. Tal como V. Prystaiko e Yu. Shapoval observaram, os membros arguidos da ULU foram acusados de tentar desmantelar a URSS e de separar a Ucrânia das outras repúblicas da União Soviética. As autoridades comunistas acreditavam

que, ao julgarem a ULU, poriam fim às tentativas de certas forças se juntarem sob a bandeira do “nacionalismo” ou do “separatismo” ucraniano. Quarenta e cinco pessoas foram a julgamento neste processo e pouco tempo depois foram detidas mais setecentas por ligações com a ULU. Mais de 30000 ucranianos, a maior parte dos quais pertencente à elite intelectual, foram reprimidos durante e depois do julgamento da ULU. A teia soviética continuou a estender-se ao ponto de suprimir a Igreja ortodoxa autocéfala ucraniana. Assim teve início uma purga das camadas mais influentes da elite ucraniana que, em caso de resistência popular contra a política agrária de Estaline, não deixaria de conduzir os agricultores a derrubar o regime e a estabelecer um Estado independente.

Se em toda a União Soviética houve resistência ao regime bolchevique, em lado nenhum ela foi mais intensa do que na Ucrânia. Em 1930, o DPE registou um total de 13754 rebeliões, revoltas e motins do campesinato com 2,5 milhões de pessoas envolvidas em toda a União. Destas insurreições 4098 tiveram lugar na Ucrânia e envolveram mais de um milhão de pessoas; 1061 ocorreram no Cáucaso do Norte com o envolvimento de mais de 250000 pessoas. No seu relatório sobre a situação política do campesinato ucraniano e sobre a eliminação dos *Kulaks*, o vice-presidente do DPE, V. Balytsky, escreveu que, em certas aldeias, os respectivos habitantes cantavam “A glória e a liberdade da Ucrânia não morreram” e gritavam *slogans* como “Abaixo o poder soviético” e “Viva a Ucrânia independente”.

Não obstante a repressão dirigida à elite ucraniana e as punições infligidas ao campesinato por parte das tropas do DPE, a resistência continuou ainda que de forma espontânea e desorganizada. Desenhava-se um conjunto de circunstâncias que poderiam evoluir para uma revolução nacional. O regime de Estaline recebeu estas notícias com inquietação e planeou uma campanha anti-ucraniana sob o pretexto de combater o “movimento contra-revolucionário” ucraniano, tal como pode ser confirmado pela ordem operacional confidencial do DPE da Ucrânia de 13 de Fevereiro de 1933. A ordem alegava a “descoberto um movimento contra-revolucionário na Ucrânia que abrangia cerca de 200 distritos, 30 estações e depósitos ferroviários, vários estabelecimentos próximos das zonas fronteiriças” e a existência de um plano pormenorizado para uma revolta armada organizada que deveria eclodir ainda antes da Primavera de 1933, com o objectivo de derrotar o poder soviético e de estabelecer um Estado liberal: a “República Ucraniana Independente”. Importa sublinhar que a data prevista para a revolta coincide, curiosamente, com o começo do *Holodomor* e com o auge da repressão na Ucrânia.

Tendo em conta o que se sabe hoje, esta avaliação da situação e as respectivas conclusões constituem um claro exagero. Real apenas o medo do regime de Estaline em perder a Ucrânia. As ideias presentes na ordem confidencial de 13 de Fevereiro de 1933 ecoavam de certa forma o que Estaline salientara na, agora fa-

mosa, carta escrita a 11 de Agosto de 1932 a Kaganovich: “Por agora, a Ucrânia é o mais importante”, mesmo que “as linhas do partido”, “as linhas soviéticas”, e “as linhas do DPE” fossem problemas também graves. A conclusão de Estaline era simples: “se não resolvermos já a situação na Ucrânia, podemos perdê-la”. Neste contexto, o *Holodomor* não é mais do que uma fase de uma operação preventiva contra a afirmação nacional ucraniana cujo ressurgimento ameaçava a unidade e a própria existência do império soviético. A fome, que fazia parte desta operação, teve um efeito esmagador sobre o campesinato ucraniano, representando o extermínio de grande parte da nação e a quebra das suas possibilidades de libertação. Com efeito, os censos soviéticos de 1926 indicavam que a população rural da Ucrânia era de 23,3 milhões, 81% dos 31,2 milhões de habitantes desta república. Desta população rural, 20,6 milhões, ou 87,6%, eram ucranianos. No início de 1932, a população da Ucrânia perfazia um total de 35,2 milhões, dos quais 25,5 milhões viviam em zonas rurais. Tal como em 1926, a população rural era composta na sua maioria por ucranianos e em certas regiões os números ultrapassavam os 90%.

Várias das tentativas em negar o carácter de genocídio do *Holodomor* ucraniano reivindicam que a sua dimensão não foi exclusivamente nacional, ou seja, que as vítimas da fome foram não só os ucranianos mas também as minorias nacionais que viviam naquela altura na Ucrânia. Esta opinião é seguida por S. Kulchytsky, que formulou o seguinte paradoxo: “a tragédia causada pela fome que Estaline implementou na Ucrânia e no Kuban não foi um genocídio de ucranianos mas de cidadãos ucranianos.” Kulchytsky defende que (a) Estaline tinha boas razões para temer os cidadãos da RSSU e que (b) nem os descendentes dos cidadãos ucranianos que morreram à fome, nem a comunidade internacional, podem provar que o extermínio dos ucranianos foi semelhante ao extermínio dos arménios pelo Império Otomano em 1915 ou ao dos judeus da Europa pelos nazis. Este raciocínio é falacioso e ignora os critérios da Convenção de 1948 sobre o Genocídio. Vejamos as razões.

Primeiro, 3/4 da população do Kuban, que integrava a República Socialista Federal Soviética Russa, era constituída por ucranianos cidadãos da Federação Russa e não da Ucrânia.

Segundo, de acordo com a Convenção de 1948, o genocídio é um acto cometido com a intenção de destruir um grupo nacional, étnico, racial ou religioso em particular, e não os cidadãos de um determinado estado *per se*. Por outras palavras, num genocídio assassinam-se pessoas precisamente por fazerem parte de um determinado grupo nacional, étnico, racial ou religioso.

Terceiro, Estaline não temia os cidadãos da Ucrânia como tal, mas sim o movimento de renascimento nacional ucraniano; foi por isso que organizou um ataque

preventivo contra a própria nação ucraniana. Os ucranianos foram vítimas dos crimes estalinistas por causa da sua etnia e não por serem cidadãos da Ucrânia.

Quarto, não faz sentido comparar e diferenciar o *Holodomor* ucraniano com o genocídio dos armênios ou dos judeus. Cada episódio tem as suas características e circunstâncias particulares, mas do ponto de vista jurídico, o que interessa é a conformidade de cada um destes crimes com os critérios definidos pela convenção de 1948, e não as suas possíveis e contingentes semelhanças. É inútil procurar paralelismos entre o extermínio dos ucranianos, dos armênios e dos judeus porque não existem nem podem objectivamente existir. O que é necessário comprovar é a congruência entre as características específicas do *Holodomor* ucraniano e os critérios da Convenção de 1948.

A falta de semelhanças entre o *Holodomor* ucraniano e o Holocausto judeu não constitui argumento para negar a natureza genocida da tragédia nacional ucraniana. Os nazis transportaram Judeus de toda a Europa para os campos de concentração para serem gaseados; enquanto os ucranianos pereceram na sua própria terra, vitimados por uma fome criada pela mão humana. Como é evidente, as circunstâncias de cada um destes crimes não são as mesmas, mas a categoria jurídica é idêntica à luz da Convenção de 1948.

Esta particularidade do *Holodomor* – a vitimização de minorias em simultâneo com a etnia que era alvo do crime genocida – explica-se pela simples presença de minorias em várias regiões do país. Os não-ucranianos foram também vítimas dos crimes cometidos pelo governo do Kremlin, apesar de o genocídio ter apenas como alvo a nação ucraniana. No direito internacional e no dia-a-dia está devidamente estabelecido que é a nação e não as minorias étnicas que presidem à criação de um Estado autónomo. O *Holodomor* integrou uma estratégia de ataque à nação ucraniana – a única que estava em condições de aplicar o seu direito à autodeterminação, separando-se da URSS e estabelecendo um Estado independente. Era o campesinato ucraniano, e não as minorias étnicas, que formava a base da nação ucraniana. Eram os camponeses ucranianos que representavam a coluna vertebral e a força motriz das revoltas populares e dos movimentos de libertação nacional. Por isso é compreensível que o alvo do *Holodomor* tenha sido a população rural ucraniana.

É erróneo alegar que os membros das minorias étnicas também sofreram com o *Holodomor* para negar a sua natureza especificamente anti-ucraniana. Durante o Holocausto judeu, os nazis exterminaram também ciganos, polacos, bielorrussos, ucranianos e membros de outras nações, considerados de raça inferior e potenciais inimigas do Reich. O massacre em Babi Yar e outros casos de extermínios em massa de judeus servem de testemunha. No entanto, ninguém nega que o Holocausto foi um genocídio dirigido contra o povo judeu.

Os membros das várias minorias étnicas da Ucrânia foram vítimas do *Holodomor* porque viviam entre os ucranianos que eram os visados pelo criminoso, e não por serem russos, judeus, polacos, alemães ou búlgaros. Estavam simplesmente na linha de fogo, tal como um transeunte derrubado por uma bala perdida. Ora, não faz sentido negar o cometimento de um homicídio intencional com base na existência de vítimas colaterais. Tal como determinados investigadores demonstraram nas suas teses sobre o *Holodomor* ucraniano, especialmente O. Ivanov, I. Ivankov, e V. Marochko, destacar a dimensão ucraniana do *Holodomor* não significa negar ou ignorar o extermínio pela fome das minorias nacionais da Ucrânia. Futuras investigações oficiais sobre o conjunto inteiro de circunstâncias causadas pelo *Holodomor* no território ucraniano deverão incluir um estudo sobre o destino das minorias nacionais. À luz da lei internacional, o assassinio massivo destas através da fome deve ser considerado um crime de extermínio e deve constituir também uma circunstância agravante – a ser considerada na avaliação do grau de culpabilidade e do nível de responsabilidade dos autores do *Holodomor*.

Face ao que está acima descrito, é incorrecto do ponto de vista jurídico entender o conceito de “grupo nacional” de uma forma tão abrangente que o alvo do genocídio seja “parte da população ucraniana - todas as vítimas do *Holodomor* [...] independentemente da sua etnia, religião e outras características” (Ye. Zakharov). Se esta avaliação se adequa às disposições da lei “Sobre o *Holodomor* de 1932-33 na Ucrânia” adoptada em 2006, contraria as disposições dos artigos II da Convenção de 1948 e 442 do Código Criminal da Ucrânia que define o *corpus delicti* do crime de genocídio. É importante notar que, de acordo com a lei “Sobre o *Holodomor*”, a fome foi apenas o instrumento para o genocídio contra a nação ucraniana. O. Moroz, então Presidente do Parlamento da Ucrânia, sugeriu, no decorrer do debate acerca da minuta da Lei, a substituição da palavra “nação” por “povo”. A Assembleia concordou com esta emenda infundada e provocativa, o que deu lugar a uma incongruência jurídica que pode mesmo implicar a negação da natureza genocida do *Holodomor*. No entanto, este conflito deverá desaparecer através de uma alteração à Lei “Sobre o *Holodomor* de 1932-33 na Ucrânia” no sentido de ficar em conformidade com as disposições do artigo 442 do Código Criminal da Ucrânia e do artigo II da Convenção de 1948.

Muitas das tentativas de negar a natureza genocida do *Holodomor* baseiam-se também no facto de a fome ter dizimado também russos, cazaques, tártaros, bashkires e muitos outros em várias regiões da URSS. Os historiadores e políticos russos, bem como certos investigadores estrangeiros, tais como S. Merl, da Alemanha, colocaram esta interpretação no centro da sua avaliação conceptual da fome de 1932-33. Resumidamente, a posição da Rússia pode ser definida desta forma: uma vez que a fome no território da Federação russa em 1932-33 não é

passível de ser qualificada como genocídio, não faz sentido fazer o mesmo com a Ucrânia. Este raciocínio carece da mais elementar consistência lógica. É difícil ver neste raciocínio mais do que uma tentativa de impor aos ucranianos e ao resto do mundo uma visão russa da história da Ucrânia. Aliás, os que propõem esta interpretação nem sequer apresentam argumentos convincentes nem documentos que relacionem a fome na Rússia com o *Holodomor* na Ucrânia, e isto por um motivo de força maior: tais documentos não existem.

O regime de Estaline exterminou parcialmente (a) o campesinato através da fome, com o objectivo de derrotar uma classe social considerada hostil, e de reprimir a sua resistência; e (b) o grupo nacional ucraniano, uma vez que o seu desenvolvimento constituía uma potencial ameaça à integridade e à própria existência do império comunista – também porque os camponeses constituíam a maior parte da nação ucraniana, e a que oferecia maior resistência ao regime. Qualificar o *Holodomor* como crime de genocídio, com base em provas iniludíveis não implica certamente ignorar o crime de extermínio dos camponeses de diferentes nacionalidades cometidos no território da RSFSR pelo regime comunista. É possível que os crimes cometidos contra os cazaques, tártaros e bashkires naquela altura também possam ter sido actos de genocídio; porém, esta acusação só pode ser provada ou negada por monografias e inquéritos oficiais sobre Cazaquistão, o Tartaristão e a Basquília.

Deste modo, poderíamos ser levados a perguntar se o regime totalitário cometeu um crime de genocídio contra os camponeses russos? Para esta pergunta só há uma resposta válida: Não. Tal como os camponeses ucranianos eram ucranianos étnicos, os camponeses russos também eram russos étnicos. Tanto os primeiros como os segundos pertenciam a grupos nacionais, mas a posição e o papel de cada um destes grupos era bastante diferente nos impérios russo e soviético. A nação russa é o “elemento sistematizador” sobre o qual assentou a construção dos impérios czarista e soviético. O nacionalismo russo nunca foi associado ao separatismo mas sim ao messianismo e à convicção na unidade imperial “das Rússias” e da sua grandeza. Foi a ideologia oficial do “império branco” e, disfarçado de internacionalismo, foi um instrumento político ao serviço do império vermelho. A nação russa e o respectivo campesinato não puderam de forma alguma ter sido alvo de um genocídio porque o regime comunista não tinha *interesse* em exterminar a nação russa em si. A resistência do campesinato russo ao regime bolchevique não se manifestava através de ameaças de separatismo nem foi interpretada pelo regime como um risco de a Rússia se separar da URSS. Por seu turno, a nação ucraniana sempre foi vista como uma ameaça pelos dois impérios. Por trás do nacionalismo ucraniano estava a o projecto de secessão e o estabelecimento do Estado Unido Ucraniano Independente. O sentido de identidade na-

cional do camponês ucraniano e a sua oposição ao bolchevismo originou o separatismo ucraniano e transformou-se numa ameaça à unidade e à própria existência da URSS. É por esta razão que o *Holodomor* tinha como alvo a nação ucraniana em particular. Este extermínio genocidário tinha o objectivo de enfraquecer o campesinato, o principal esteio da nação e a força material e espiritual. A natureza especificamente anti-ucraniana do *Holodomor* é evidente, *inter alia*, nos seguintes factos:

As medidas repressivas mais severas que causaram a fome foram aplicadas na Ucrânia e no Kuban. O Kuban fazia parte da RSFSR nessa altura, mas era uma região de tradição, língua e cultura ucraniana. Os censos de 1926 registaram cerca de 1,412 milhões de ucranianos a viver no Kuban, ou seja 75% da população. Em todo o Cáucaso do Norte, a população ucraniana totalizava cerca de 3,107 milhões de ucranianos no total. Kaganovich, o oficial de maior confiança de Estaline, que ficou com a responsabilidade de garantir a colectivização de cereais na Ucrânia e no Cáucaso do Norte, foi ao ponto de introduzir as “listas negras” como uma medida punitiva adicional aos camponeses da Ucrânia e do Kuban, numa altura em que estes já se encontravam privados de todos os cereais e de outros alimentos. Nos discursos, correspondência e resoluções da União Soviética pelos líderes do Kremlin, podia notar-se que o Kuban passara a ser considerado, tal como a Ucrânia, uma região que requeria atenção especial. Os discursos que Kaganovich fez nas suas visitas ao Cáucaso do Norte, a sua correspondência com Estaline e as resoluções do Politburo do Comité Central do PCU(b) de 1 de Novembro de 1932, e o Comité Regional do Partido do Cáucaso do Norte de 4 de Novembro de 1932 são bons exemplos disso. O investigador russo sobre a fome de 1932-33, I. Zelenin, sustenta que as medidas do Comité Central do PCU(b) na comissão para a colectivização de cereais na região do Volga liderada por Postyshev “são de certa forma diferentes das adoptadas por Kaganovich e Molotov no Cáucaso do Norte e na Ucrânia”. Zelenin acredita, com base em provas, que os camponeses do Baixo Volga sofreram menos com a fome do que a população rural da Ucrânia e do Cáucaso do Norte. V. Kondrashin observou que a situação no Cáucaso do Norte em 1932 foi destabilizada pelo “factor ucraniano”. O anúncio dos planos de colectivização de cereais causou o pânico entre os camponeses das regiões do Kuban e Don, que já sabiam da fome na Ucrânia e por isso temiam sofrer o mesmo destino. Embora V. Kondrashin não mencione este facto, é bastante evidente que o pânico se terá espalhado pela região, já que esta era habitada predominantemente por ucranianos, que por sua vez estavam ao corrente dos acontecimentos no seu país.

Juntamente com as medidas oficiais através das quais foi implantada uma fome em todo o território da URSS, havia uma série de normas jurídicas, resolu-

ções, instruções e directivas especificamente “ucranianas”, ou melhor, anti-ucranianas. Por exemplo, de acordo com os estatutos adoptados em toda a União Soviética em Janeiro de 1933, só os camponeses da Ucrânia e do Kuban é que estavam proibidos de partirem para as regiões vizinhas da Rússia e Bielorrússia à procura de alimento. Foram colocados bloqueios nas fronteiras e reforçaram-nas com unidades de milícia e do DPE. As tropas do exército bloquearam também as fronteiras adjacentes à Roménia e Polónia para impedir a fuga dos camponeses esfomeados.

Tal como a resolução “Sobre a colectivização de cereais na Ucrânia, Cáucaso do Norte e Região Ocidental” de 14 de Dezembro de 1932 do Comité Central do PCU(b) e do CCP da URSS demonstra, o regime de Estaline relacionava os planos de colectivização de cereais na Ucrânia e no Cáucaso do Norte directamente com a *ucranianização*. A resolução menciona especificamente a Ucrânia e o Cáucaso do Norte nos compridos parágrafos 4, 6 e 7. Os líderes ucranianos foram severamente criticados por aplicarem a sua política nacional de forma desapropriada, enquanto os líderes do Cáucaso do Norte foram criticados pela sua *ucranianização* “não-bolchevique”, o que facilitou aos burgueses nacionalistas e, em particular, aos seguidores de Simon Petliura e aos membros do Kuban Rada (semelhante ao Central Rada da Ucrânia) “a criação da sua fachada legal e dos seus centros e organizações contra-revolucionários”. A resolução tinha instruções para o Comité Central do PC(b)U e o CCP da Ucrânia “expulsar os seguidores de Petliura e outros burgueses nacionalistas das organizações partidárias e soviéticas”, e ordenou o Comité Executivo do território do Cáucaso do Norte a fazer o seguinte:

1. transferir o mais rapidamente possível para as regiões do norte da URSS todos os habitantes da *stanitsa* Poltavska no Cáucaso do Norte, a mais contra-revolucionária das terras cossacas, com excepção dos fazendeiros colectivos e dos camponeses privados leais às autoridades soviéticas, e assim povoar esta *stanitsa* com fazendeiros colectivos que tenham servido no exército vermelho;
2. substituir imediatamente a língua ucraniana pela língua russa nas empresas cooperativas e soviéticas dos distritos não *ucranianizados* no Cáucaso do Norte, bem como passar todos os jornais e revistas para a língua russa (o que era mais fácil para os habitantes do Kuban), e preparar o sistema de ensino para instruir no mesmo idioma.

Esta resolução prova de forma convincente que a fome criada propositadamente na Ucrânia e no Cáucaso do Norte não foi só usada como instrumento para cometer um genocídio, mas principalmente como pretexto para destruir a

identidade nacional ucraniana e também os seus representantes, pela sua ligação a esta nação.

As leis e regulamentos da União foram implementadas em toda a URSS quase sempre através dos mesmos métodos, mas o seu alcance, área de aplicação e respectivos efeitos variaram de região para região. Na Ucrânia e no Kuban, a aplicação das medidas foi mais meticulosa e impiedosa. As maiores fases de expropriação de cereais aos camponeses ucranianos coincidiram com as exuberantes campanhas anti-ucranianas da imprensa da União. Em comparação com outras regiões, a taxa de mortalidade na Ucrânia e no Kuban foi muito mais alta e chegou a decuplicar várias vezes a taxa de mortalidade natural. O facto de as maiores taxas de mortalidade (S. Kulchytsky) se terem registado nas zonas rurais povoadas maioritariamente por ucranianos constitui mais uma prova de que o confisco cruel e generalizado de produtos alimentares se direccionava especificamente contra os ucranianos.

Com o fim do *Holodomor*, na segunda metade de 1933, foi criada uma Comissão de restabelecimento da União Soviética, de acordo com as resoluções do Politburo, do Comité Central do PCU(b) e do CCP da URSS. Para substituírem os ucranianos mortos pela fome, populações russas e bielorrussas foram transferidas para quarenta e dois distritos nas regiões de Odessa, Dnipropetrovsk, Donetsk e Carcóvia. Na primeira fase de colonização, entre o final de 1933 e o início de 1934, mudaram-se para a Ucrânia cerca de 20000 famílias. Despovoadas até então, as aldeias ucranianas foram ocupadas principalmente por russos e bielorrussos, e também por judeus e alemães, não obstante existirem ainda vários milhões de ucranianos a viver fora da Ucrânia (mas dentro da União Soviética).

O foco principal das notícias dos correspondentes estrangeiros e os relatórios oficiais das embaixadas era a fome na Ucrânia e no Cáucaso do Norte. Ambas as fontes de informação apresentavam estimativas das perdas humanas e declaravam que a fome na Ucrânia foi um meio para suprimir e exterminar a nação ucraniana. Por conseguinte, o cônsul italiano em Carcóvia, S. Gradenigo, afirmava no seu relatório analítico “Fome e a questão ucraniana”, em Maio de 1933 que: “[o objectivo do governo de Moscovo era o de] eliminar o problema ucraniano sacrificando entre 10 a 15 milhões de vidas ao longo de um período de vários meses. Na minha opinião, este valor não é um exagero e não só foi já alcançado como será ultrapassado... nestas condições, a presente catástrofe dará lugar a uma colonização da Ucrânia com uma população maioritariamente russa, transformando assim a natureza etnográfica da Ucrânia. Poderá acontecer que num futuro muito próximo deixaremos de falar da Ucrânia ou do povo ucraniano. O problema ucraniano deixará de existir porque a Ucrânia passará a ser apenas mais uma parte da Rússia.”

A 15 de Janeiro de 1934, o consulado alemão em Kiev afirmou num relatório político o seguinte: “Este ano, a questão ucraniana só pode ser avaliada dentro do contexto da grande fome. Esta catástrofe, cuja responsabilidade é exclusivamente atribuída pelo povo ucraniano à política praticada pelo comando de Moscovo, agudizou ainda mais a antiga rivalidade entre os defensores da independência ucraniana e os proponentes do centralismo de Moscovo. Os ucranianos em geral partilham a ideia de que o governo soviético agrava intencionalmente a fome com o intuito de os condenar à miséria.”

Também vale a pena citar um artigo intitulado “Será a Ucrânia ucraniana?”, conservado no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. O autor anónimo, após uma viagem de várias semanas pelo país, afirmou em Maio de 1936: “A Ucrânia ucraniana foi destruída. De acordo com várias estimativas, morreram à fome seis milhões de pessoas, cerca de 1/5 de uma população que já chegou a ultrapassar os 30 milhões. O povo está tão fraco que não irá conseguir resistir contra este último ataque do centralismo de Moscovo... No futuro, uma análise histórica detalhada facilmente concluirá que a força de vontade do povo ucraniano foi quebrada, senão para sempre pelo menos por várias décadas, durante o horrível período de 1932-33”. Se, felizmente, estas previsões pessimistas não se chegaram a materializar na íntegra, o seu conteúdo demonstra de forma convincente que o alvo dos crimes de genocídio cometidos pelo governo do Kremlin era a nação ucraniana em si.

Hoje, a Ucrânia reconquistou o seu estatuto de independência apesar de grandes dificuldades históricas. No entanto, a sua nação ainda hoje sente as enormes perdas sofridas no passado. O *Holodomor* teve um efeito catastrófico juntamente com a repressão política e as deportações ocorridas antes, durante e depois do período 1932-33. O potencial genético da nação ucraniana sofreu um golpe esmagador. A estrutura tradicional da sociedade ucraniana foi arruinada e o país ficou devastado. A nação ficou traumatizada com as imagens horríveis da morte em massa de compatriotas, da morte pela fome de familiares e amigos e com a profunda degradação moral que morrer à fome implica. O movimento de libertação ucraniano e a capacidade de resistência da nação foi comprometido e as tradições nacionais aviltadas. O ressurgimento nacional, o desenvolvimento cultural e o engrandecimento da unidade, dignidade e vida espiritual da nação estagnaram por completo e, para cúmulo, reinava um ambiente de medo, violência, falsidade, hipocrisia e imoralidade. Ainda hoje o progresso da Ucrânia, a sua reabilitação social, a sua consolidação como nação independente e a construção da prosperidade se deparam com dificuldades que têm origem nos efeitos dramáticos do *Holodomor*.

As Perdas Demográficas da Ucrânia

É praticamente impossível determinar o número exacto de vítimas do *Holodomor*. Para dissimular a dimensão do crime e das respectivas consequências fatais, o governo do Kremlin proibiu as instituições médicas e as agências estatais responsáveis pelos registos civis, pelas estatísticas vitais e pelas migrações de registarem as verdadeiras causas de morte. Quando a fome atingiu o auge em 1933, os falecidos eram enterrados em valas comuns sem qualquer registo. Tal como S. Kulchytsky observou, na altura o trabalho das instituições estatais nas zonas rurais fora interrompido, e em algumas áreas chegou mesmo a ser completamente paralisado. Em 1934, os centros de registo civil e os arquivos relativos a estatísticas vitais passaram a estar subordinados ao NKVD, que ab-rogou o acesso livre às estatísticas demográficas.

Apesar de as autoridades comunistas negarem a própria ocorrência da fome, a dimensão da catástrofe demográfica na Ucrânia não podia deixar de chamar a atenção aos jornalistas, diplomatas e variados especialistas estrangeiros que se encontravam nessa altura a trabalhar na URSS. As primeiras estimativas empíricas do número de vítimas do *Holodomor* apareceram na imprensa ocidental quando a fome atingiu o seu auge. Ao contrário das notícias da comunicação social, os relatórios diplomáticos eram confidenciais e por isso só se tornaram públicos muito mais tarde. As análises dos relatórios diplomáticos e da comunicação social da altura revelam uma discrepância enorme no número de vítimas registado, com os valores a oscilar entre um e quinze milhões. A partir destas estimativas, só é possível concluir que foram vitimizadas pelo *Holodomor* milhões de pessoas dentro e fora da Ucrânia e que foi a Ucrânia a sofrer o maior número de perdas humanas.

Além destas estimativas empíricas, nos anos 40 e 50 foram feitas várias estimativas oficiais a partir dos censos de 1926 e 1939 (o governo soviético declarou que o de 1937 estava incorrecto e proibiu a sua publicação) da União Soviética, recorrendo a diferentes métodos de cálculo. De acordo com as estimativas feitas antes da publicação das estatísticas demográficas soviéticas, o número máximo de vítimas foi reduzido de 15 para 7,5 milhões enquanto o número mínimo foi aumentado de 1 milhão para 2,5 milhões. Com a reabertura dos arquivos soviéticos no final da década de oitenta, o número de vítimas do *Holodomor* foi reduzido ainda mais para se fixar entre os 5,2 e os 2,6 milhões. O número total continua até hoje a ser uma questão controversa. Tal como no passado, os investigadores obtêm resultados contraditórios mesmo através de dados idênticos. É o que demonstra o relatório da investigação sobre “Catástrofe demográfica na Ucrânia como resultado do *Holodomor* de 1932/33: Factores, magnitude e consequências”, realizada em 2008 pelo Instituto de Demografia e Estudos Sociais da Academia Nacional de

Ciências da Ucrânia. Este relatório apresenta várias estimativas contraditórias do número de vítimas na Ucrânia: na página 76 afirma que as perdas demográficas cumulativas totalizaram os 5/5,5/6 milhões, e que o número de vidas perdidas devido à taxa de mortalidade extraordinária é de 3,4/3,5 milhões no máximo; porém, duas páginas à frente, afirma-se que as perdas totais são da ordem dos 5,4 milhões, das quais 5,1 milhões verificadas em zonas rurais; na página 82, as perdas totais da Ucrânia são estimadas em 795000 em 1932 e 3,5 milhões em 1933, perfazendo um total de 4,295 milhões, enquanto o resumo do relatório apresentado na página 84 estima as perdas demográficas resultantes do *Holodomor* em 4,5 milhões, dos quais 3,4 se devem ao aumento da mortalidade, e os restantes 1,1 à descida da taxa de natalidade. Aqui também se encontra afirmado que as perdas demográficas cumulativas perfizeram um total de aproximadamente 6 milhões.

A explicação das discrepâncias existentes nos números de vítimas do *Holodomor* não se encontra nos diferentes métodos estatísticos usados, mas sim na falta de fiabilidade dos registos relacionados com esta questão. Mesmo que efectuado dentro dos padrões científicos mais exigentes, resultados baseados nos censos de 1937 e 1939 dificilmente podem ser considerados fiáveis. É sabido que a validade destes censos, principalmente o de 1937, é duvidosa. Na Ucrânia, como observado por S. Kulchytsky, apenas entre um terço e metade das mortes foram registadas, e a fome nem sequer se contava entre as causas de morte atribuídas. Além disso, a taxa de mortalidade, incluindo a mortalidade natural, entre Março e Agosto de 1933 foi duas a três vezes maior do que a expressa em valores apresentados nos registos. Os registos dos censos também não contabilizavam devidamente a migração. A absurdidade dos seguintes resultados é um bom exemplo; de acordo com os respectivos censos, entre 1926 e 1937 a população da Ucrânia não só perdeu apenas 538639 habitantes, como aumentou em mais de 3 milhões entre 1926 e 1939! Dadas estas circunstâncias, as estimativas profissionais actuais não podem ser consideradas alternativas necessariamente superiores às estimativas profissionais do passado ou a estimativas empíricas feitas em primeira mão por determinadas testemunhas, especialmente as de antigos residentes na Ucrânia que visitavam as regiões rurais e que tinham um acesso privilegiado a informação relevante. Tendo em conta as particularidades desta situação, é necessário desenvolver novas técnicas para corrigir as estatísticas demográficas e aferir as antigas estimativas profissionais e empíricas. A harmonização destas duas fontes só aumentará a margem de confiança das estimativas.

As dificuldades encontradas em calcular o número total de vítimas do *Holodomor* são usadas regularmente para pôr em causa a tragédia nacional ucraniana e negar a sua natureza genocida. Como já foi observado, o factor fundamental para se poder qualificar de genocídio um determinado crime não é o número de

vítimas mas sim a intenção de destruir um grupo em particular exterminando parcial ou totalmente os respectivos membros. O número de vítimas é apenas um dos elementos de prova do crime e não um requisito jurídico do genocídio. Determinar este elemento serve apenas para provar a intenção em destruir parcial ou completamente um grupo em particular e determinar a gravidade do crime e o castigo apropriado. Se o crime é cometido contra um grupo em particular, o assassinato de qualquer número dos seus membros constitui genocídio.

As estimativas com os valores mais baixos confirmam que morreram milhões de pessoas, mas mesmo que o número de ucranianos caídos durante o *Holodomor* não atingisse a casa dos milhões, a natureza genocida deste crime não se alternaria. Deve ser sublinhado, de novo, que do ponto vista jurídico é inútil e irrelevante determinar o número exacto de milhões, seja três, cinco, sete ou dez. Ao mesmo tempo, manipular os valores do número de vítimas do *Holodomor*, para mais ou para menos, é moralmente inadmissível e demonstra um desrespeito flagrante à sua memória.

O Aparelho do *Holodomor*

O *Holodomor* ucraniano foi organizado a partir dos órgãos do sistema partidário e soviético que formavam um aparelho a que se pode chamar “estado-partido” (Gray e Dorsey) ou “estado-comuna” (S. Kulchystky) totalitário. Este tipo de estado tinha como característica principal a subordinação total de praticamente todos os seus órgãos e instituições (públicas, centrais e locais) ao partido comunista. Este tornou-se praticamente no único partido do país logo a seguir ao golpe de Outubro de 1917, uma situação que se tornaria definitiva a partir do início dos anos 20. Com a constituição da URSS, o partido adquiriu o nome de Partido Comunista (dos bolcheviques) da União Soviética (PCU(b)).

Era o Politburo que detinha as rédeas do poder na URSS. Este órgão, composto por um número fixo de líderes do partido, dirigia o PCU(b). Depois de Estaline ter vencido a luta intra-partidária e de se ter afirmado como o seu único líder, dotado de amplos poderes ditatoriais, Kaganovich, Molotov, Mikoyan e Kalinin, entre outros fiéis seguidores, tornaram-se nos membros mais influentes do Politburo. As decisões adoptadas nessa sede foram transformadas ora em leis – ora em resoluções dos órgãos constitucionais do poder – ora quando se tratava de questões mais importantes – ora em decisões conjuntas do Comité Central do PCU(b) e CCP da URSS.

De acordo com a Constituição de 1924, a URSS era uma federação cujas repúblicas conservavam amplos poderes. No entanto, a partir dos Anos 30, a fede-

ração soviética transformou-se num estado totalitário de partido único ultra-centralizado em Estaline e nos seus associados mais próximos. Os líderes comunistas, que alimentavam a sua ideologia com *slogans* demagógicos, viram a sua ditadura ser legitimada através de decretos da União e dos órgãos de poder do governo das repúblicas. Estes decretos eram normalmente protegidos pela sigla “altamente confidencial” e não eram públicos. Em assuntos particularmente importantes, as resoluções tomadas pelos vários órgãos do Estado emanavam apenas de Estaline e do seu círculo interno sem mais debate, nem mesmo no Politburo. Muitas vezes, estas resoluções nem chegavam a ser registadas em documentos oficiais, mas serviam de orientação a toda a cadeia de comando da ditadura do partido e a todo o território de Moscovo até às mais distantes periferias.

Como parte do PCU(b), o PC(b)U (Partido Comunista (Bolchevique) da Ucrânia) não tinha independência e era manipulado pelos líderes políticos da União a fim de manter a Ucrânia firmemente sob controlo. Como tal, na Ucrânia, as decisões dos partidos e as leis e resoluções adoptadas no centro eram simplesmente copiadas a papel-químico das leis e resoluções do Comité Central do PC(b)U, do Politburo do Comité Central do PC(b)U, do Conselho dos Comissários do Povo da RSSU, e do Comité Executivo Central Ucrâniano. O DPE ucraniano, até 1922 conhecido por “Comissão Extraordinária Ucrâniana”, teve um papel muito importante na repressão. O bloco formado pelo PC(b)U e pelo DPE na década de trinta nada tinha de ucraniano, nem na etnia dos seus líderes, nem na orientação das suas actividades. Era antes uma ferramenta dúctil na política anti-ucraniana do centro, teleguiada pelo Kremlin.

O principal ideólogo e organizador do *Holodomor* foi o Kremlin, sendo os chefias soviéticos e partidários na Ucrânia participantes activos e cúmplices do crime. Estiveram envolvidos na perpetração do crime o Ministério da Justiça, os Serviços Especiais, o Exército Vermelho e as tropas do Ministério do Interior, do DPE e a guarda fronteiriça. Num nível hierárquico inferior, tiveram também peso os líderes locais do PC(b)U e dos órgãos soviético que recrutavam activistas para a expropriação da produção agrícola entre as comissões de agricultores pobres, as células rurais do partido e da Komsomol.

O principal ideólogo e organizador do *Holodomor* foi Estaline, que planeou o crime, concebeu o mecanismo para a sua implementação e dirigiu a sua execução. Enquanto secretário geral do Comité Central do PCU(b), Estaline presidia ao Politburo, que mantinha sob o seu jugo ditatorial, e aí tomou as decisões capitais do *Holodomor*. No vasto aparelho do *Holodomor*, as Comissões Extraordinárias de Colectivização de Cereais, criadas por decisão do Politburo do Comité Central do PCU(b), eram as ferramentas especializadas que actuavam na Ucrânia e no Cáucaso do Norte. Ora, estas comissões eram presididas pelos associados

mais próximos de Estaline. A comissão para a colectivização na Ucrânia foi chefiada por V. Molotov, membro do Politburo do Comité Central do PCU(b) e Presidente do CCP da URSS. A comissão para o Cáucaso do Norte foi chefiada por L. Kaganovich, membro do Politburo, secretário do Comité Central do PCU(b) e chefe do respectivo departamento de agricultura. Apesar de a composição da comissão de Molotov na Ucrânia ser muito indefinida, é certo que Kaganovich participou nos seus trabalhos. Este homem de confiança de Estaline era ucraniano, chegara a ser secretário Geral do Comité Central do PC(b)U entre 1925 e 1928 e conhecia bem o país. Postyshev também desempenhou um papel especial na Ucrânia. Ele e Kaganovich tomaram, juntamente com os líderes da república, todas as medidas necessárias para garantir a execução dos planos de colectivização de cereais de acordo com as instruções da resolução do Comité Central do PCU(b) e CCP da URSS “Sobre a Colectivização de Cereais na Ucrânia” de 19 de Dezembro de 1932. Foi neste contexto que decorreu a visita de ambos à Ucrânia entre 20 e 29 de Dezembro de 1932. Postyshev foi nomeado segundo secretário do Comité Central do PC(b)U e em Janeiro de 1933 e ascendeu a primeiro secretário da delegação regional do PC(b)U de Carcóvia ao mesmo tempo que ocupava as funções de secretário do Comité Central do PCU(b), cargo que deixou em Fevereiro de 1934. Próximo de Estaline, Postyshev manteve uma vigilância cerrada sobre Kosior, que fora primeiro secretário do PC(b)U, mas que perdera a confiança de Estaline. Postyshev ajudou a organizar o *Holodomor*, salvaguardando as aparências do cumprimento do plano de colectivização dos cereais e desempenhando um papel fundamental na supressão das tendências nacionalistas dentro do PC(b)U.

O endurecimento de determinadas leis e a actuação das agências punitivas do Kremlin são também factores relevantes na planificação e execução do *Holodomor*. O vice-director da DPCE, V. Balytskyi, foi nomeado representante extraordinário da DPCE na Ucrânia, por decisão do Comité Central do PCU(b) no Politburo. Chegou a Carcóvia no início de Dezembro de 1932, e assumiu de imediato a sua posição de chefe do DPCE da RSSU, que já havia sido ocupada por S. Redens, um parente de Estaline.

Os activistas da república ucraniana que participaram na implementação do *Holodomor* foram o primeiro secretário do CC do PC(b)U, S. Kosior; o presidente do CCP da RSSU, V. Chubar; o chefe da Comissão Executiva Central Ucraniana, H. Petrovskiy; e os primeiros secretários dos Comités Regionais do PC(b)U, em particular M. Khatayevych, Ye. Veher, R. Terekhov, V. Strohanov, M. Mayorov, S. Sarkisov e N. Alekseyev. Estes funcionários asseguraram-se da execução do *Holodomor* pelos dirigentes das instâncias subalternas. Além disso, os funcionários mais importantes do governo da República foram nomeados para

os cargos mais altos do Partido. Assim, S. Kosior era membro do Politburo do Comité Central do PCU(b) desde 1930 e V. Chubar foi membro associado do Politburo do mesmo comité entre 1926 e 1935. Por seu turno, H. Petrovskiy foi membro do Comité Central do Partido entre 1921 e 1939 e membro associado do Politburo. A estrutura superior do aparelho do *Holodomor* possibilitava um controlo total sobre a actividade dos dirigentes da república e garantia que os mesmos executavam de forma incondicional as ordens do Kremlin.

O *Holodomor* foi concebido por um grupo de pessoas que pertenciam aos escalões mais altos do Partido do Estado. Foi uma empreitada criminoso organizada em conjunto por uma estrutura de comando, servida por uma cadeia de comando fortemente hierarquizada que instrumentalizou o Partido e o Estado para as suas actividades criminosas. Uma das características distintas deste grupo criminoso era a sua diversidade de origens étnicas. O grupo (quase integralmente não-ucraniano) composto por Estaline, Kaganovich, Molotov, Postyshev, Mikoyan, Kosior, Balytskyi, Khatayevych, Veher, Terekhov e Redens, entre outros, desempenhou o papel principal na concepção, planeamento, organização e implementação do crime. Do mesmo modo, o DPE, presidido por V. Balytskyi, era constituído na sua maioria por não-ucranianos, sobretudo nas suas chefias. Entre os dirigentes à escala da República, houve alguns participantes de naturalidade ucraniana. Estes, porém, não desempenharam nenhum papel fundamental na adopção e implementação das decisões. Entre vários cúmplices locais podem incluir-se, entre outros, V. Chubar, H. Petrovskiy e V. Zatonkiye.

Em geral, as camadas mais baixas incluíam os membros mais desfavorecidos da população rural que partilhavam os ideais do bolchevismo, e que apoiavam conscientemente as autoridades locais na implementação de planos para a construção de um “próspero futuro comunista”. De qualquer maneira, muitos elementos do *Lumpenproletariat* rural foram manipulados pelo regime comunista para servirem de instrumentos para o crime. Esta camada inferior, motivada pela inveja dos abastados e pelo desejo de vingança, aproveitou esta oportunidade para afirmar a sua importância e acabou por sobreviver à custa dos seus vizinhos.

Estas questões devem ser abordadas não apenas porque relevam uma verdade histórica e porque é necessário estabelecer as características específicas e distintas do crime, mas também porque determinados investigadores, políticos e cientistas políticos mostram relutância, ou até se recusam a qualificar o *Holodomor* como genocídio, devido à composição multi-étnica dos seus autores, entre os quais se contavam ucranianos. Ora, juridicamente, esta interpretação é infundada. De acordo com o direito criminal nacional e internacional, a naturalidade do arguido não é uma condição que preceda a avaliação de um crime. O crime de genocídio não é nem pode ser uma excepção a esta regra fundamental. A Convenção de

1948 não oferece qualquer base para relacionar o crime de genocídio com naturalidade dos indivíduos que o perpetraram. Nos termos do artigo IV da Convenção: “As pessoas que tiverem cometido o genocídio ou qualquer dos outros actos enumerados no Artigo III serão punidas, sejam governantes, funcionários ou indivíduos particulares.”. Ou seja, a composição étnica dos perpetradores de um genocídio é juridicamente irrelevante e, como tal, não pode ter qualquer influência na configuração de actos criminosos específicos, incluindo os que configuram uma situação de genocídio. Empregar semelhantes argumentos para negar o carácter genocida do *Holodomor* ucraniano é imoral, uma vez que implica uma distorção deliberada das disposições claras e inequívocas da Convenção de 1948. Por outras palavras, tais posições equivalem à justificação de um crime.

A Culpa e a Cura

Qualificar o *Holodomor* de 1932-33 como um genocídio levanta também a questão da responsabilidade. Do ponto de vista jurídico, a responsabilidade pertence ao estado mono-partidário da URSS e a todos os indivíduos que participaram na organização e implementação do crime, independentemente da sua posição, estatuto ou naturalidade.

Com o colapso da URSS, ruiu também o estado uni-partidário. Se todas as antigas repúblicas da União se tornaram os seus estados sucessores, a Federação Russa contrariou o direito internacional e declarou-se como o “estado continuador da URSS”. Em todo o caso, a Ucrânia já declarou várias vezes que o reconhecimento do *Holodomor* como genocídio não implica a responsabilização da Federação Russa e que não fará reivindicações a este respeito. É evidente que isto não proíbe indivíduos como, por exemplo, os descendentes das vítimas do *Holodomor*, de processar a Federação Russa, que se considera o “estado continuador da URSS”; porém, tais acusações dificilmente poderão ter sucesso.

As circunstâncias deste crime tornam impossível determinar o número de vítimas e, em muitos casos, as suas identidades. Uma vez que o crime foi cometido há várias décadas. É também muito difícil encontrar testemunhas de casos concretos. Finalmente, é preciso ter em conta as dificuldades jurisdicionais que estão associadas ao facto de que os autores do crime ao nível da república eram funcionários da RSSU, e actuavam várias vezes sob iniciativa própria, no cumprimento da legislação e dos regulamentos da República. Ainda assim, não pode ser esquecido o facto de que a RSSU era uma República constituinte da URSS, e por isso estava subordinada à ditadura do Partido do Estado. Seria com certeza mais simples determinar a responsabilidade dos principais organizadores e autores do

crime a nível da União. No entanto, qualquer punição seria impossível porque os autores, em particular Estaline, Kaganovich e Molotov, já faleceram, e muitos outros, tal como Kosior, Chubar, Postyshev, Balytskiy, Redens, Khatayevych, bem como os presidentes de todos os comités do PC(b)U, foram eliminados durante as purgas de Estaline. Não deixa de ser irónico que este grupo tenha sido castigado pela responsabilidade em outros crimes que não o *Holodomor*.

É evidente que não faz qualquer sentido identificar as diferentes origens étnicas dos ideólogos, organizadores, participantes, perpetradores e cúmplices do *Holodomor* e assim acusar os georgianos, russos, judeus, polacos, lituanos e outros de terem participado no crime. Em termos políticos, a responsabilidade pelo *Holodomor* na Ucrânia e o extermínio de camponeses através da fome em outras zonas da URSS é do regime comunista de Estaline. Esta responsabilidade explica porque é que os representantes e seguidores do Partido Comunista da Ucrânia, o sucessor ideológico do PCU(b) e do PCUS, negam a qualificação de genocídio ao *Holodomor* e afirmam repetidamente que não houve qualquer fome na antiga URSS.

Os ministros da Federação Russa sempre se opuseram de forma activa à qualificação do *Holodomor* como um genocídio. Esta posição não é muito surpreendente, uma vez que Estaline é visto hoje em dia pela elite governante russa como um “político enérgico” e um “estratega de sucesso”, não obstante ter sido o principal organizador do crime. O que é de facto surpreendente e incompreensível, é que o reconhecimento do *Holodomor* como sendo um genocídio seja visto por vários representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia como um insulto à memória das vítimas de outras regiões da antiga URSS. Qualificar o *Holodomor* ucraniano de genocídio não significa negar a natureza criminosa dos actos cometidos pelo regime de Estaline contra os camponeses da Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão, Basquília e de outros países. A Ucrânia não se opõe à vontade de honrar essas vítimas nem à condenação dos demais crimes do estalinismo. O que constitui de facto um verdadeiro insulto à memória dessas vítimas não é a posição da Ucrânia mas sim a glorificação da figura responsável por semelhantes crimes.

A reacção nervosa da classe política russa à verdade histórica é fácil de explicar. A revelação das causas e consequências do *Holodomor* debilita a posição das unidades anti-ucranianas na Ucrânia e no estrangeiro e reaviva o movimento de consolidação do estatuto nacional, o desenvolvimento das instituições democráticas e o avanço da Ucrânia em direcção à integração nas estruturas europeias e euro-atlânticas. A maior parte dos políticos russos continua a considerar a Ucrânia como parte da Rússia, com a qual partilha uma história e destino comuns. Por isso, o governo russo deseja impor à Ucrânia e ao mundo a sua própria versão

da história ucraniana. Entretanto, negar a um país o direito à sua própria História é uma forma encoberta de negar o seu direito à independência.

Esta recusa torna ainda mais evidente que entre as causas subjacentes ao *Holodomor* estão, afinal, a perda da independência da Ucrânia e o seu domínio por um regime subordinado ao Kremlin e francamente prejudicial para a sua identidade nacional. Só por si, este facto chega para alertar a Ucrânia quanto a esta ameaça mortal à sua soberania, representada pelos planos neo-imperialistas de restauração de uma “Grande Rússia Una” que incluiria a Ucrânia. Entre as estratégias para a construção do novo império russo está o famoso *slogan* “a Rússia precisa de uma Ucrânia russa e não de uma Ucrânia pro-russa”. Existem pelo menos três vias de realização deste desígnio estratégico: 1) através do genocídio da nação ucraniana; 2) através do linguicídio, ou seja, da destruição da língua nacional, característica básica e determinante de uma nação e, como tal, equivalente à destruição da própria nação; 3) pela aplicação cumulativa destas armas de destruição nacional. Dentro deste contexto, convém ser lembrado que, excepto por períodos muito breves, os impérios soviéticos e czaristas procuraram erradicar a língua ucraniana. No decurso do *Holodomor*, a *ucranianização* estagnou e voltaram os ataques ao ressurgimento da língua ucraniana. Esta ofensiva não terminou com a recuperação da independência pela Ucrânia; muito pelo contrário: pode-se dizer que ganhou maiores e mais perigosas dimensões. É o que prova a intensa expansão da língua e cultura dirigida pela Federação Russa contra a Ucrânia, patrocinando de forma encoberta de linguicídio. No entanto, mesmo que a restauração neo-imperial vise de facto a a inclusão Ucrânia, é improvável que se repita um homicídio em massa de ucranianos devido à grave e crescente crise demográfica crescente na Rússia. Se a falta de recursos humanos, que se irá prolongar durante os próximos tempos, impede esta via, não fecha as portas a linguicídio e à decorrente extinção da nação ucraniana em particular. Se assim for, a perseguição e eliminação da elite ucraniana será parte integrante deste cenário. A tragédia do *Holodomor* é razão suficiente para que qualquer indivíduo se oponha resolutamente aos planos neo-imperialistas do Kremlin. É o que fica provado *a contrario* pelas reacções negativas do governo russo aos avanços da verdade histórica sobre o *Holodomor* e à sua divulgação.

James Mace concluiu que o *Holodomor* traumatizou por completo a sociedade ucraniana. A sua conclusão permanece válida e por isso a condenação política dos crimes do regime comunista totalitário de Estaline é absolutamente crucial. Esta condenação deverá ser acompanhada de uma avaliação jurídica oficial do *Holodomor*, um estudo metódico das suas consequências devastadoras e a formulação de amplas medidas no sentido do renascimento da nação ucraniana, a reabilitação da sua sociedade e o desenvolvimento democrático do seu estado in-

dependente. Estas medidas não podem ser esporádicas nem limitadas às datas comemorativas. Devem, sim, ser implementadas de um modo contínuo e sistemático a nível regional e nacional. O Instituto da Memória Nacional Ucrâniana está a dar os primeiros passos nesta direcção, mas é evidente que os seus esforços isolados não são suficientes. Para se conseguir ultrapassar as consequências desta tragédia, resolvendo os graves e complexos problemas a ela associados, o gabinete do procurador-geral da Ucrânia deve, antes de mais, iniciar os procedimentos criminais do homicídio genocida de milhões de indivíduos, ao abrigo da Lei da Ucrânia “Sobre o *Holodomor* de 1932/33”; do artigo 442 do código criminal; e dos artigos 94, 97 e 112 (parte 3) do código de procedimento criminal. Se os factos relacionados com o *Holodomor* coincidirem com o *corpus delicti* do genocídio definido no artigo 442 do código criminal da Ucrânia, o gabinete do procurador-geral da Ucrânia deve então elaborar a acusação oficial e remetê-la ao Supremo Tribunal da Ucrânia para posterior desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a Assembleia Nacional da Ucrânia (*Verkhovna Rada*) deve estabelecer uma comissão de investigação provisória de acordo com o artigo 89 (parte 4) da Constituição, para conduzir um inquérito parlamentar a todas as circunstâncias que envolveram o *Holodomor* de 1932-33 – um dos mais graves crimes internacionais e um episódio traumático para a sociedade ucraniana. Estes passos não necessitariam de resoluções de organizações internacionais. A actual legislação da Ucrânia e a vontade política de concretizar esse objectivo deve ser o suficiente. Aliás, note-se que o artigo VI da Convenção de 1948 da ONU para a Prevenção e Repressão dos Crimes de Genocídio declara que a acusação deste crime deve ser conduzida pelo tribunal competente do Estado no território onde o crime foi cometido ou por um tribunal criminal internacional cuja jurisdição seja reconhecida pelas partes como sendo compatível com a Convenção. De acordo com as regras globalmente reconhecidas do direito internacional, corroboradas pelo estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional adoptado em 1998, os casos de crimes internacionais só podem ser submetidos a órgãos judiciais internacionais quando o estado do território onde o crime foi cometido não se encontra apto ou resoluto para conduzir a investigação, determinar a identidade dos alegados autores, condená-los e levá-los a julgamento. Uma investigação extensiva a todas as circunstâncias do *Holodomor* e a sua qualificação oficial na Ucrânia dará lugar a uma base jurídica e factual sólida e convincente para o reconhecimento e condenação internacional deste genocídio hediondo.

BIBLIOGRAFIA

Documentos de arquivo

- БОРИСЕНКО, В. (Упоряд.), *Розсекречена пам'ять. Голодомор 1932–1933 років в Україні в документах ГПУ–НКВД*, Київ: ВД «Стилос», 2008.
- ГАЙОВНИЧЕК, З. (Упоряд.), «Польща та Україна у тридцятих-сорокових роках ХХ століття, невідомі документи з архівів спеціальних служб.» — *Т.7. Голодомор в Україні 1932–1933*, Варшава–Київ: б/в 2008.
- ЗУБАНИЧ, Федор (Упоряд.), *Чорна книга України. Збірник документів, архівних матеріалів, листів тощо*, Київ: Видавничий Центр “Просвіт”, 1998.
- КОВАЛЕНКО, Л.Б. та В. А. Маняк, *33-й: Голод. Народна Книга — Меморіал*, Київ: Радянський письменник, 1991.
- ЛОЗИЦЬКИЙ, В. С. (Кер.), *Голодомор 1932-1933 років: злочин влади – трагедія народу. Документи і матеріали*, Київ: «Генеза», 2008.
- МИХАЙЛИЧЕНКО, Г. М., [та ін.], (Упоряд.), *Колективізація і голод на Україні 1929–1933. Збірник документів і матеріалів*, Київ: Інститут історії партії при ЦК Компартії України, 1992.
- РУРІН, Ruslan (ed.) *Holodomor of 1932-1933 in Ukraine- Documents and Materials*, Kiev: Kiev Mohyla Academy Publishing House, 2008.
- ПИРИГ, Р. Я. (Упоряд.), *Голодомор 1932–1933 років в Україні: Документи і матеріали*, Київ: Видавничий дім “Києво-Могилянська академія”, 2007.
- ХЛЕВНЮК, О. В., [та ін.], (Сост.), *Сталин и Каганович. Переписка. 1931–1936*, Москва: РОССПЭН, 2001.

Documentos de arquivo dos serviços de negócios estrangeiros de outros países

- SARYNNYK, Marko, Lubomyr I. Luciuk and Bohdan S. Kordan (eds), *The Foreign Office and the Famine. British Documents on Ukraine and the Great Famine of 1932-1933*, Ontario–Westal, New York: Limestone Press, 1988.
- ГРАЦІОЗНІ, А., Листи з Харкова. *Голод в Україні та на Північному Кавказі в повідомленнях італійських дипломатів 1932–1933 років*, Харків: Фоліо, 2007.
- КУДРЯЧЕНКО, А., *Голодомор в Україні 1932–1933 років: за документами політичного архіву МЗС ФРН*, Київ: НІСД, 2008.

Materiais de Investigação Criminal

- «Investigation of the Ukrainian Famine 1932–1933, Report to Congress [of the United States]». Commission on the Ukrainian Famine. Adopted by the Commission. April 19, 1988. — Submitted to Congress. April 22, 1988, Washington (переклад матеріалів Комісії див.: *Великий голод в Україні. Звіт конгресово-президентської Комісії США з дослідження Великого голоду в Україні. Виконавчий директор Комісії Джеймс Мейс, Том IV.- Київ, 2008*).
- «International Commission of Inquiry into the 1932–1933 Famine in Ukraine. The Final Report, 1990». (переклад Звіту Комісії див.: *Международная комиссия по расследованию голода на Украине 1932–1933 годов. Итоговый отчет, 1990 г., Київ, 1992*).

Material Científico

- CONQUEST, R., *The Harvest of Sorrow*, New York, Oxford: OUP, 1986. (переклад дослідження див.: Конквест Роберт, *Жнива скорботи. Радянська колективізація і Голодомор*, Київ, 1993).
- ВАСИЛЬЄВА, В. та Ю. Шаповала, *Командири Великого голоду. Поїздки В. Молотова і Л. Кагановича в Україну та на Північний Кавказ 1932–1933*, Київ: «Генеза» 2001.
- HUNCZAK, Taras and Roman Serbyn (eds.), *Famine in Ukraine 1932–1933: Genocide by other means*, New York: Shevchenko Scientific Society, 2007.
- ГРАЦИОЗИ, А., *Великая крестьянская война в СРСР. Большевики и крестьяне: 1917–1933*, Москва: РОССПЭН, 2001.
- МАРОЧКО, В. І. [та ін.], *Голод 1932–1933 років в Україні: причини і наслідки*, Київ: Наук. думка, 2003.
- МАРОЧКО, В., *Геноцид українців. Творці Голодомору 1932–1933*, Київ: [б. и.], 2008.
- МЕЙС, Джеймс *Ваші мертві вибрали мене*, Київ: «День», 2008.
- ПИРИГ, Я., *Голод 1932–1933 років на Україні: очима істориків, мовою документів*, Київ: Інститут історії партії при ЦК Компартії України, 1990.
- ЗАХАРОВ, Є., *Чи можна кваліфікувати Голодомор 1932–1933 років в Україні та на Кубані як геноцид?*, Харків: Права людини, 2008.
- КУЛЬЧИЦКИЙ, С., *Почему он нас уничтожил?*, Київ: Украинская пресс-группа, 2007.
- КУЛЬЧИЦКИЙ, С., *Голодомор 1932–1933 р.р. як геноцид: труднощі усвідомлення*, Київ: Наш Час, 2008.

Siglas

- PCU(b) – Partido Comunista da União (Bolcheviques)
СС – Comité Central
PC(b)U – Partido Comunista (Bolchevique) da Ucrânia
ССР – Conselho dos Comissários do Povo
DPE – Directório Político do Estado
DPCE – Directório Político Conjunto do Estado (1923)
RSFSR – República Socialista Federativa Soviética da Rússia
RSSU – República Socialista Soviética da Ucrânia
ULU – União para a Libertação da Ucrânia
RPU – República do Povo Ucraniano

III PARTE
IMPRESSÕES DA IMPRENSA

i. MEIOS DE COMUNICAÇÃO PORTUGUESES

*A GRANDE FOME*¹

Luciano Amaral

(Universidade Nova de Lisboa)

Saiu discretamente na edição de domingo passado do jornal *Público* um pequeno artigo assinado por Mariya Dets, a Presidente da Associação dos Ucrânios em Portugal.

O propósito do artigo era pedir que a grande fome da Ucrânia de 1932-33, sobre a qual passam agora 75 anos, fosse reconhecida pela comunidade internacional como um genocídio.

Não sei se os ucranianos virão alguma vez a ter sorte neste pedido, mas de uma coisa podemos estar certos: ele não é exagerado. Apesar de pouco conhecido, trata-se de um dos mais horríveis episódios da História da humanidade, e pode contar-se brevemente.

Em 1931, o governo comunista da União Soviética lançou a segunda grande vaga (e a maior) de colectivização da agricultura. Gerou-se então uma natural resistência dos camponeses. Entretanto, a colheita do ano seguinte foi baixa. O governo, já em conflito aberto com os camponeses, atribuiu o fraco volume de cereais disponibilizado a acções de sabotagem e mandou requisitar toda a colheita de certas regiões, sobretudo da Ucrânia. Quase nada sobrou para a alimentação local. A isto acresceu a queima sistemática de aldeias, a execução de camponeses, o seu encarceramento em massa e a proibição de trânsito para fora das regiões requisitadas. O processo prolongou-se ainda na colheita dos dois anos seguintes.

Terão morrido à fome e pelas armas, em estimativas evidentemente imprecisas, entre três e dez milhões de camponeses (homens, mulheres e crianças). A proporção do horror é clara se pensarmos que os campos de concentração alemães durante o período hitleriano foram responsáveis por um número de mortes idêntico (seis milhões). A grande fome ucraniana foi apenas o mais brutal episódio

¹ Publicado no jornal “Meia Hora” a 30 de Novembro de 2007.

do processo de colectivização da agricultura soviética. Uma das suas características adicionais foi o facto de ter estado na origem da expansão do *Gulag* (o sistema de campos de concentração soviéticos). Ainda há menos de um mês se comemorou o nonagésimo aniversário da Revolução de Outubro, tendo até a esse respeito sido feitas considerações simpáticas (embora um pouco melancólicas) sobre o passado, o presente e o futuro do comunismo. É nestas alturas que vale a pena lembrar bem o passado. Passa-nos logo a simpatia. A melancolia é que, infelizmente, permanece.

HOLODOMOR¹

Nuno Rogeiro

(Associação Portuguesa de Ciência Política – Instituto de Ciências Sociais)

Holodomor

Amanhã, as comunidades ucranianas de todo o Mundo lembram o “*Holodomor*”, ou “*Grande Fome*”, de 1932-33. Trata-se, segundo uma vasta corrente de opinião, do primeiro genocídio praticado por um regime totalitário, durante o século XX. Muito antes do Holocausto, e a décadas de distância dos campos da morte dos Khmer Vermelhos, no Camboja.

No início da URSS, a Ucrânia, segunda maior república, era considerada a chave para o sucesso da revolução bolchevique. Mas havia um problema grave para os “comunistas”, quer da persuasão leninista quer da subsequente facção “napoleónica”, ou estalinista.

É que a Ucrânia tinha alguma experiência de propriedade privada da terra. Oitenta e um por cento dos seus cidadãos eram camponeses e, destes, muitos gozavam de prosperidade relativa.

Para a nova ordem moscovita, os ucranianos estavam “contaminados”.

Contaminados por fidelidades à antiga ordem, por atitudes “burguesas” e “idealistas”, por doutrinas contra-revolucionárias, por ligações aos exércitos reacionários de “russos brancos”, por simpatias ou infiltrações alemãs e polacas e, claro, pela adesão ao “ópio das massas”, a religião.

O “problema ucraniano” precisava de ser resolvido. De forma definitiva e exemplar.

“Resolver o problema” significava, claro, coagir, ou eliminar, a grande maioria. Os camponeses, que viviam, sobretudo, da produção e comercialização de cereais (a Ucrânia era o celeiro da URSS).

A vitimização dos agricultores não foi nem accidental, nem produto de circunstâncias naturais catastróficas, nem comparável a outras tragédias no quadro soviético da altura.

Traduziu-se na colectivização dos antigos domínios dos “kulaks” (abastados) e “seredniaks” (remediados), os camponeses independentes que cresceram na an-

¹ Publicado no *Jornal de Notícias* a 27 de Novembro de 2009.

tiga Ucrânia dos czares, e por todo o Império, a partir das reformas liberais de Piotr Arkadyevich Stolypin, em 1906.

As novas leis do visionário primeiro-ministro de Nicolau II permitiam ao trabalhador rural, até aí uma espécie de servo da gleba medieval, adquirir propriedade, em troca de trabalho. Em apenas seis anos, mais de 16% de antigos camponeses sem direitos, por todo o território imperial, passaram à condição de pequenos, médios e até grandes proprietários.

Na Ucrânia, a percentagem era ainda superior. O novo estado “federativo socialista” de Kiev tornara-se assim num perigoso bastião de livre iniciativa, numa URSS impaciente por instaurar a “ditadura do proletariado”.

Onde Lenine hesitara, ou tentara adiar, ou minimizar, Estaline decidiu agir, sem rodeios. O extermínio dos “camponeses ricos” traduzia-se na colectivização de todas as explorações, na apropriação forçada de cereal, remetido para os planificadores (não panificadores) de Moscovo, e na deportação, para a Sibéria, de todos os resistentes.

Numa vaga de sofrimento sem par, as famílias agrárias foram desapossadas de tudo. Os seus numerosos membros (entre seis a 12 pessoas por proprietário), incluindo crianças de tenra idade, pairavam pelas cidades como mendigos cada-véricos, que morriam nas ruas, às centenas. Aldeias e vilas foram riscadas do mapa.

Há uma estimativa de sete milhões de mortos.

Este martírio não entrou nas primeiras páginas dos jornais, durante muito tempo. Por isso deve ser duplamente lembrado.

É um exemplo das experiências alucinadas de tiranias supostamente “racionais” ou defensoras da “humanidade”.

Em boa verdade, todos os carneiros se disfarçaram de cordeiros.

ii. COMUNIDADE UCRANIANA EM PORTUGAL

OS UCRANIANOS PEDEM O RECONHECIMENTO DA “GRANDE FOME” (*GOLODOMOR*)¹

Mariya Dets

(Ex-Presidente da Associação dos Ucrrianos em Portugal “Spilka”)

“Bem-aventurados os que têm fome e sede
de justiça, porque serão saciados”

Evangelho segundo S. Mateus

“Foi mais fácil acreditar que essas inúmeras
vítimas tinham sido sacrificadas em nome de uma causa superior”

Andrei Sakharov

(Andrei Sakharov, *Memoirs*, London, 1990, p.164)

Os setenta e quatro anos da dominação soviética foram verdadeiramente trágicos para o povo da Ucrânia – três *Golodomores* (dos anos 1921-1923, 1932-1933 e 1946-1947), múltiplas deportações, o terror físico e moral...

“A ditadura do proletariado” experimentou todas as modalidades de repressão no nosso país.

Há duas nuvens particularmente negras que obscurecem o mito das “conquistas do socialismo soviético”. Uma é representada pelas repressões sangrentas dos anos 30, a outra é constituída pelo principal *Golodomor*, que devastou a Ucrânia Soviética em 1932-1933, o qual, segundo os dados actuais, causou entre 3 a 7 milhões de vítimas.

A causa inicial desta fome reside na decisão de Estaline em aumentar a quota de fornecimento de cereais em 44%, para a Ucrânia, em 1932. Importa também

¹ Publicado em forma abreviada no jornal *Público*, a 25 de Novembro de 2007.

destacar a circunstância de o grupo social dos camponeses mais desafogados (os “*kulaks*”), que Estaline pretendia exterminar, estar, em grande medida, concentrado na Ucrânia.

A fome era terrível: desapareciam aldeias inteiras; as pessoas comiam animais de estimação e as próprias sementes destinadas à futura sementeira (o que foi interpretado pelas autoridades como “furto da propriedade socialista”, tendo sido reprimido de forma violenta, com recurso à pena capital); o canibalismo generalizou-se. Para travar a fuga em massa de camponeses, dos territórios atingidos pela fome, foram introduzidos os passaportes internos. Por outro lado, destacamentos de guardas armados foram colocados ao longo da fronteira ucraniana, impedindo o êxodo dos camponeses famintos.

No quadro “O Homem em Fuga” (1934) do pintor Kazimir Malevich, está representado um camponês que corre através de uma paisagem desolada. Esta obra, plena de simbolismo, é considerada um dos mais significativos testemunhos artísticos daqueles horríveis acontecimentos.

O *Golodomor* teve consequências traumatizantes, cujos efeitos ainda se fazem sentir, nomeadamente na sua quase ausência na nossa memória colectiva. Ficaram profundamente debilitadas as “reservas” sociais e culturais da identidade ucraniana, assentes no mundo rural. Aumentou o fluxo migratório dos campos para as cidades, onde os camponeses recém-chegados adoptaram os valores oficiais da cultura soviética; por sua vez, os intelectuais ucranianos, que eram mais sensíveis às raízes culturais do seu povo, foram silenciados, esquecidos ou eliminados.

Durante a década de 30, os meios intelectuais da U.R.S.S. foram vítimas de uma repressão particularmente feroz, que constitui mais um capítulo “esquecido” da era soviética. Na Ucrânia, essas perseguições foram especialmente dramáticas, destacando-se, em relação às outras repúblicas soviéticas, pelo seu número de vítimas e pela sua extensão temporal. Segundo várias estimativas, 80% dos intelectuais ucranianos foram fuzilados ou enviados para os campos de concentração, enquanto o Partido Comunista da Ucrânia foi sujeito a violentas purgas, em 1932-1934 e 1937-1938.

Em resultado de uma dupla eficácia – propagandística e repressiva – o regime soviético não ficou descredibilizado até ao momento em que se começaram a revelar as “páginas em branco” da História Soviética, nos finais dos anos 80.

Por fim, gostaria de fazer algumas considerações sobre a questão do reconhecimento do *Golodomor* como genocídio, tendo em consideração os princípios do Direito Internacional. Segundo a definição consagrada na Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio, aprovada pela O.N.U., em 1948: “[...] entende-se por genocídio qualquer dos seguintes actos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou re-

ligioso, como tal: matar membros do grupo; causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; adoptar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; efectuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.”

Actualmente, já não existem dúvidas de que o *Golodomor* foi uma fome artificial, tendo sido provocada e instrumentalizada por razões políticas e ideológicas.

Para a Ucrânia, este crime do regime comunista representa uma verdadeira tragédia nacional, um golpe violentíssimo contra o património vital da Nação. No entanto, há quem insista em perguntar: “O extermínio dos camponeses, enquanto ucranianos, foi o objectivo final do *Golodomor*, ou a sua morte é apenas uma consequência da política do regime comunista contra os camponeses, enquanto classe?” Tais interrogações são, no mínimo, pouco éticas.

Um dia saberemos, através da abertura de alguns arquivos ainda mantidos secretos, o que é que Estaline e os seus cúmplices planearam efectivamente. Mas, quanto às consequências da política desenvolvida pelo regime estalinista, essas já são amplamente conhecidas, sendo, assim, possível fazer a sua avaliação histórica e jurídica. E são precisamente essas consequências que conferem ao *Golodomor* o carácter de genocídio, de acordo com as normas do Direito Internacional.

Num momento em que os parlamentos de 15 países, incluindo alguns da Europa, já reconheceram o *Golodomor* como um acto de genocídio, deixa de fazer qualquer sentido discutir terminologias; trata-se simplesmente de um acto simbólico.

Infelizmente, a “racionalidade” política e económica vigente nas relações internacionais é muitas vezes contrária à voz da consciência e ao princípio da justiça. Se nalguns momentos da História do Século XX essa mesma “racionalidade”, sob a capa da “Realpolitik”, não tivesse pactuado com os crimes cometidos por impérios totalitários, o mundo de hoje poderia ser bem diferente.

Por tudo isto, os ucranianos esperam que os países democráticos e civilizados reconheçam o *Golodomor* como um acto de genocídio, bem como a importância desse acto de justiça histórica. Tal reconhecimento seria excepcionalmente importante para a Ucrânia, com vista à sua plena integração na comunidade das nações livres e democráticas.

No dia 24 de Novembro, no âmbito das comemorações do “*Dia Nacional em Memória das Vítimas da Fome*”, por toda a Ucrânia serão acesas velas. O mesmo gesto será feito aqui em Portugal, pela terceira maior comunidade imigrante, bem como por meio milhão de ucranianos e seus descendentes no estado brasileiro do Paraná e na cidade de São Paulo; pelos ucranianos que residem em Angola e em Moçambique, etc..

No dia 25 de Novembro, pelas 12h00, em Lisboa, à semelhança dos anos anteriores, terá lugar um desfile entre a Avenida Almirante Reis e a Igreja Ucraniana, em Arroios, por ocasião do 75.º Aniversário do *Golodomor*.

Acreditamos que não existem outros valores civilizacionais, além dos de natureza ética. A dor de cada povo deverá ser partilhada por toda a Humanidade, condição fundamental para a construção de um mundo mais tolerante.

Por isso, convidamos todos os que não são indiferentes a essa partilha para que se solidarizem, participando neste tipo de eventos!

A COMUNIDADE UCRANIANA EM PORTUGAL E O *HOLODOMOR*. UM DEVER DE MEMÓRIA

Pavlo Sadokha

(Presidente da Associação dos Ucrânianos em Portugal «Spilka»)

Desde o final do século passado, Portugal tem recebido um número significativo de imigrantes ucranianos à procura de melhores condições de vida, apesar de a Ucrânia ser um país rico em recursos humanos e naturais. Este aparente paradoxo explica-se pelas profundas marcas deixadas pelo regime totalitário soviético, que comprometeram, de forma duradoura, o pleno desenvolvimento das capacidades nacionais, dificultando o processo de transição da Ucrânia para um regime democrático e próspero.

De modo progressivo, a Comunidade Ucraniana foi-se adaptando a uma nova realidade política, económica, social e cultural, através de espaços próprios de socialização e de afirmação cívica, designadamente com a criação de organizações representativas, entre as quais a Associação dos Ucrânianos em Portugal «Spilka».

Originários de um país com duas décadas de independência (1991), mas herdeiros de uma rica e longa história milenar (o Principado de Kiev data do século IX), os cidadãos ucranianos que escolheram Portugal como segunda pátria fizeram-se acompanhar das suas crenças, valores e tradições.

Constituindo parte integrante do seu património identitário, a memória trágica do período soviético representou, desde sempre, um dos vectores principais de intervenção cívica da Comunidade Ucraniana em Portugal. Nesse contexto, salienta-se a evocação de um dos maiores genocídios do século XX: a «*Grande Fome da Ucrânia*», também designada por *Holodomor*. Entre 1932 e 1933, cerca de 10 milhões de ucranianos foram dizimados através da utilização da fome como instrumento para punir os camponeses reticentes à colectivização agrícola e para esmagar o «nacionalismo ucraniano», visto como um obstáculo ao projecto de construção de um Estado soviético centralizado e ditatorial. Simultaneamente, foi desencadeada uma feroz repressão policial, visando a eliminação das elites culturais e políticas (escritores, sacerdotes, dirigentes políticos e artistas), sob a acusação de «nacionalismo burguês» e de «espionagem ao serviço de potências estrangeiras».

Com o objectivo de dar a conhecer este crime hediondo, que durante déca-

das foi ocultado e negado pelo regime soviético, a Comunidade Ucraniana tem desenvolvido diversas acções de sensibilização, em articulação com organizações e individualidades da sociedade civil portuguesa e contando com o apoio de instituições representativas do Estado (em especial, a Embaixada da Ucrânia) e da Diáspora (em particular, o Congresso Mundial Ucraniano).

Em resultado de uma notável capacidade de mobilização cívica, têm sido promovidas, de Norte a Sul de Portugal, inúmeras iniciativas, tais como exposições, colóquios, ciclos de cinema e cerimónias de homenagem às vítimas do *Holodomor*.

No domínio cultural, e com especial relevo para o biénio 2007-2008, no âmbito das comemorações do 75.º aniversário, são de salientar os seguintes acontecimentos:

- De 17 de Setembro a 4 de Outubro de 2007 – Exposição fotográfica na Biblioteca-Museu República e Resistência, em Lisboa, promovida pela Embaixada da Ucrânia e pela Associação dos Ucranianos em Portugal «Spilka». Com base no espólio da exposição «Não Deve Ser Esquecido: Crónica da Inquisição Comunista», da autoria da Secção de Kiev da Associação Ucraniana Memorial «Vasyl Stus», a cerimónia de abertura contou com a participação de diversos representantes diplomáticos.

No âmbito deste evento, a 29 de Setembro foi exibido o filme documentário canadiano «Colheita do Desespero» de Slavko Nowystski (1984), e realizado o colóquio «A Grande Fome de 1932-1933», com a presença do Embaixador da Ucrânia, Rostyslav Tronenko, do Prof. Dr. Carlos Gaspar e do Dr. Luís de Matos Ribeiro.

Por fim, teve lugar, no espaço da Cidade Universitária, o Ciclo de Cinema «Cineclube da Ucrânia» (14-28 de Novembro) com a reexibição do filme de Slavko Nowystski e a projecção de «Fome 33» de Oles Yanchuk (1991) e «Tecnologia da Fome» de Viktor Deryugin (2006).

- De 21 de Outubro a 4 de Novembro de 2007 – Exposição documental «*Golodomor* (Fome)» na Galeria Municipal de Águeda, coordenada pela dirigente da Delegação de Águeda da Associação dos Ucranianos em Portugal «Spilka», Nadiya Umanska, com a participação da Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Águeda, Dra. Elsa Corga, e do Cônsul da Ucrânia no Porto, Volodymyr Krasilchuck.
- De 2 de Novembro a 20 de Novembro de 2007 – Exposição «*Golodomor* (Fome) de 1932-1933 na Ucrânia: Um Acto de Genocídio Contra o Povo Ucraniano» na Biblioteca Municipal António Botto, em Abrantes, acompanhada de uma conferência com a presença da Vereadora da Cultura da

Câmara Municipal de Abrantes, Dra. Isilda Jana, do Conselheiro da Embaixada da Ucrânia, Yuriy Demidenko, da Presidente da Associação dos Ucrânianos em Portugal «Spilka», Mariya Dets, e do Coordenador da Igreja Greco-Católica de Rito Bizantino, Padre Johan.

- De 15 de Março a 29 de Março de 2008 – Exposição «*Golodomor*: Um Acto de Genocídio Contra o Povo Ucrâniano» na Biblioteca Municipal António Ramos Rosa, em Faro, com a presença dos Conselheiros da Embaixada da Ucrânia, Yuriy Demidenko e Yuriy Dyudin, do Prof. Doutor António Rosa Mendes, da Vereadora da Acção Social da Câmara Municipal de Faro, Dra. Beatriz Cabrita, e da Presidente da Associação dos Ucrânianos no Algarve, Nataliya Dmytruk.
- De 10 de Abril a 9 de Maio de 2008 – Exposição «*Golodomor* (Fome) de 1932-1933 na Ucrânia» na Biblioteca Municipal Dr. Carlos Nunes Ferreira, em Alcanena, acompanhada da projecção do documentário «*Colheita do Desespero*». Esta iniciativa contou com a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, Eduardo Ramalho, do Presidente da Associação dos Ucrânianos em Portugal «Spilka», Vitaliy Mykhaliw, dos Conselheiros Yuriy Demidenko e Yuriy Dyudin, entre outras personalidades.
- De 18 a 28 de Maio de 2008 – Exposição «*Golodomor* (Fome) de 1932-1933» no Centro Cultural de Lagos, com a presença de representantes do Consulado da Ucrânia, da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Joaquina Quintans de Matos, e do Prof. Doutor António Rosa Mendes, que fez uma breve apresentação e enquadramento de um filme que foi exibido sobre o tema.
- 22 a 30 de Maio de 2008 – Exposição «Ucrânia Trágica: Repressão e Genocídio (1917-1933)», na Biblioteca Municipal de Grândola, tendo sido projectado o referido documentário de Slavko Nowystski na cerimónia de abertura. Esta iniciativa contou com a presença do Embaixador da Ucrânia, do Presidente da Associação dos Ucrânianos em Portugal «Spilka», bem como do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Beato e do Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º António Chainho. Nesta ocasião, foi apresentada uma comunicação pelo Dr. Luís de Matos Ribeiro sobre este acontecimento histórico.
- De 3 e 12 de Novembro de 2008 – Exposição «*Golodomor*: Genocídio Contra o Povo Ucrâniano» no Centro Cultural António Aleixo, em Vila Real de Santo António, com a participação do Prof. Doutor António Rosa Mendes, da Presidente da Associação dos Ucrânianos no Algarve, Nataliya Dmytruk, da Coordenadora do Centro Local de Apoio à Integração de

Imigrantes e Presidente do Núcleo da Cruz Vermelha, Dra. Rita Prieto e do Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Dr. José Carlos Barros.

- De 24 de Novembro a 2 de Dezembro de 2008 – Exposição «*Golodomor: Um Acto de Genocídio Contra o Povo Ucrainiano*», na Biblioteca Municipal de Silves, com a colaboração do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes.
- A 3 de Dezembro de 2008 – Comunicação sobre o *Holodomor* apresentada pela Dra. Olena Kovtun na «I Conferência do CECC sobre Cultura e Conflito» (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa – Lisboa).
- De 13 a 20 de Dezembro de 2008 – Exposição «*Golodomor: Um Acto de Genocídio Contra o Povo Ucrainiano*», na Galeria Municipal de São Brás de Alportel, efectuada no âmbito da «Semana Intercultural».
- Nos dias 17 e 18 de Janeiro de 2009 – Exposição sobre o *Holodomor* na Sociedade Recreativa Olhanense, promovida pela Associação do Movimento Juvenil em Olhão (MOJU), no âmbito do projecto «Olhares sem Preconceito».
- De 17 a 31 de Março de 2009 – Exposição «A Fome Artificial na Ucrânia Soviética nos Anos 1932-1933», na Reitoria da Universidade de Lisboa, com o apoio da Fundação «Ucrânia 3000», da Embaixada da Ucrânia, da Associação dos Ucrainianos em Portugal «Spilka» e da Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos – CompaRes. Ainda no âmbito da «Quinzena Histórica e Cultural da Ucrânia», realizou-se um colóquio de abertura, com intervenções do Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa, do Prof. Doutor António Nóvoa, e do Embaixador da Ucrânia, Rostyslav Tronenko. Como oradores participaram o Prof. Doutor António Rosa Mendes, o Prof. Doutor António Ramos dos Santos, o Prof. Doutor Rui Miguel Ribeiro, o Dr. Luís de Matos Ribeiro e, na qualidade de moderador, o Prof. Doutor José Eduardo Franco.
- De 17 de Novembro a 17 de Dezembro de 2009 – Exposição «O Desconhecido Genocídio dos Ucrainianos» no Centro Cultural da Embaixada da Ucrânia, em Lisboa, com o apoio da Fundação «Ucrânia 3000» e da Associação dos Ucrainianos em Portugal «Spilka». A cerimónia de abertura contou com a presença de vários representantes diplomáticos e de uma equipa de reportagem da Rádio Renascença.
- A 30 de Março de 2010 – Projectão do filme «Fome 33», de Oles Yanchuk, integrado no «Ciclo de Cinema Ucrainiano», numa iniciativa conjunta da Associação dos Ucrainianos em Portugal «Spilka» e da Câmara

Municipal de Lisboa (Cinema São Jorge, 29 a 31 de Março).

- De 22 a 28 de Agosto de 2011 – Exibição do filme de Oles Yanchuk, no âmbito da «Semana Ucrânia» do festival «O Mundo em Festa em Angra do Heroísmo», organizado pela *Culturangra* (empresa municipal responsável pela cultura e desporto do Município de Angra do Heroísmo).

Merece, igualmente, destaque a celebração do «Dia Nacional da Memória das Vítimas da Fome», instituído oficialmente na Ucrânia desde 1998, e comemorado no quarto sábado do mês de Novembro. Devido a condicionamentos de índole profissional, a Comunidade Ucrâniana em Portugal comemora a efeméride no domingo subsequente, realizando, desde 2006, uma concentração na Praça Martim Moniz, seguida de um desfile até à capela da Igreja Greco-Católica, na Rua Quirino da Fonseca, onde se celebra um ofício religioso. Sob a coordenação da Associação dos Ucrânianos em Portugal «Spilka» e da Associação dos Ucrânianos em Portugal «Sobor», e com o apoio da Embaixada da Ucrânia e da Câmara Municipal de Lisboa, esta cerimónia mobiliza, também, diversas individualidades e organizações portuguesas e estrangeiras.

No ano de 2011, a tradição foi cumprida: a Comunidade Ucrâniana em Lisboa prestou homenagem às vítimas do *Holodomor* com a realização, no dia 27 de Novembro, de uma cerimónia que teve início pelas 11h30 na Praça Martim Moniz, e que contou com uma celebração litúrgica ecuménica em memória das vítimas, a cargo de sacerdotes das Igrejas Católica e Ortodoxa Ucrânianas. Nesta cerimónia estiveram presentes o Senhor Embaixador da Ucrânia em Portugal, Oleksander Nykonenko, e as associações de ucrânianos em Portugal. No início da sessão, o Presidente da Associação dos Ucrânianos em Portugal leu em voz alta o «Apelo do Congresso Mundial dos Ucrânianos ao 78.º aniversário do *Holodomor* 1932-33 na Ucrânia». O Embaixador da Ucrânia dirigiu-se posteriormente aos presentes com palavras de sensibilização e de compaixão pelas vítimas inocentes desta tragédia, apelando a que esta memória faça parte do programa escolar como tema abordado nas aulas de História, para que, em conjunto, se construa o futuro da Ucrânia. Outros oradores tomaram palavra, nomeadamente, o Presidente do Movimento Cristão em Portugal e o Vice-Presidente da *Spilka*, tratando factos sobre o *Holodomor* de 1932-33 como genocídio contra o povo ucrâniano que, segundo eles, começou vários séculos antes do terror bolchevique, e mostraram o seu descontentamento perante o rumo que toma o actual governo ucrâniano face a esta efeméride.

Seguiu-se uma Marcha Cívica (*Мирною ходюю*) pela Av. Almirante Reis até à igreja de S. Jorge de Arroios, onde circularam cartazes de apelo à sociedade portuguesa para que se juntasse à evocação das vítimas de genocídio contra o povo ucrâniano e seu reconhecimento em Portugal, a nível parlamentar.

Além destes eventos, destaca-se ainda que, no dia anterior, portanto, dia 26 de Novembro, a Escola Ucrâniana de Sábado “Dyvosvit” em Lisboa, a cargo da Associação dos Ucrânianos em Portugal, realizou um minuto de silêncio em memória das vítimas e, no corredor da escola, foi igualmente apresentada uma exposição dedicada ao *Holodomor*. Mais tarde, pelas 16h (hora de Kiev), em conjunto com a Ucrânia foram acesas velas de homenagem. As evocações deste ano decorreram sob o lema “Se não tivermos respeito pelo Passado, não construiremos o Futuro!”.

Como anteriormente foi referido, o biénio 2007-2008 assinalou o 75.º aniversário do genocídio estalinista. Nesse âmbito, definiu-se um programa de comemorações, sob a égide do Congresso Mundial Ucrâniano, e em cooperação com o Estado ucraniano, na pessoa do Presidente Viktor Yushchenko. Com o lema «A Ucrânia Recorda e o Mundo Reconhece!», uma tocha comemorativa, designada «Chama da Memória», percorreu, entre 1 de Abril e 1 de Novembro de 2008, 33 países de vários continentes – Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Colômbia, Equador, Peru, Brasil, Paraguai, Argentina, Chile, Reino Unido, Suíça, Estónia, Letónia, Lituânia, Bielorrússia, Polónia, Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Portugal, Itália, Sérvia, Croácia, Hungria, Grécia, Roménia, Moldávia, Cazaquistão, Federação Russa, Arménia e Geórgia – terminando o trajecto na Ucrânia, no contexto da inauguração, a 22 de Novembro, do monumento da «Vela da Memória», integrado no Museu Nacional «Memorial em Homenagem às Vítimas das Fomes na Ucrânia», em Kiev.

Durante a permanência da «Chama da Memória» em Portugal, houve cerimónias, repletas de simbolismo e de emoção, nas seguintes localidades:

- Faro (28 de Agosto) – Com a participação, entre outras personalidades, do Arq.º Fernando Macedo, em representação da Câmara Municipal de Faro, do Bispo do Algarve, D. Manuel Quintas, do Embaixador da Ucrânia, Rostyslav Tronenko e da Presidente da Associação dos Ucrânianos no Algarve, Nataliya Dmytruk. A cerimónia em Faro, junto à igreja de Santo António do Alto, contou ainda com uma pequena exposição sobre o acontecimento, encerrando o evento com uma celebração religiosa presidida pelos padres Nikolai Kutsyuk, da Igreja Ortodoxa, e Oleg Trushko, da Igreja Greco-Católica.
- Porto (29 de Agosto) – Realizada na Avenida dos Aliados, contou com a presença, entre outras personalidades, do Cônsul da Ucrânia, Anatoly Koval, do Prof. Doutor Rui Miguel Ribeiro, da representante da Associação dos Ucrânianos em Portugal «Sobor», Dra. Aline Gallasch Hall, da representante da Associação dos Ucrânianos em Portugal «Spilka», Nadiya Umanska e de membros de várias confissões religiosas.

- Fátima (30 de Agosto) – No espaço do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, teve lugar uma cerimónia de cariz religioso, com a participação de sacerdotes da Igreja Greco-Católica, do Conselheiro Yuriy Demidenko, e de representantes das associações ucranianas.
- Lisboa (31 de Agosto) – Efectuada na Praça D. João I («Praça da Figueira»), contou com a presença do Embaixador da Ucrânia, de representantes das associações ucranianas, entre os quais o Presidente da Associação dos Ucranianos em Portugal «Spilka», Pavlo Sadokha, e o Presidente da Associação dos Ucranianos em Portugal «Sobor», Oleh Hutsko, assim como de várias individualidades portuguesas.

No domínio político, vários municípios portugueses manifestaram solidariedade com a Comunidade Ucrâniana, aprovando moções de reconhecimento do *Holodomor* como acto de genocídio, sendo os seguintes: Grândola (14 de Junho de 2008), Alcanena (27 de Junho de 2008), Lagos (29 de Setembro de 2008), Águeda (29 de Dezembro de 2008) e Abrantes (20 de Fevereiro de 2009).

Avaliando todo o trabalho desenvolvido, é possível concluir que foram feitos progressos assinaláveis na divulgação e reconhecimento do «único acontecimento europeu do século XX que pode ser comparado a outros dois genocídios, o da Arménia e o Holocausto» (Nicolas Werth), sendo a presente obra, também, eloquente testemunho.

Fiel aos seus princípios, a Comunidade Ucrâniana em Portugal continuará a lutar por esse desígnio. Não se trata de ajustar contas com o passado, que não pode ser mudado, ou de promover inúteis conflitos geopolíticos, mas unicamente de cumprir com um dever de memória.

O GOLODOMOR NO CONTEXTO DA QUINZENA HISTÓRICA E CULTURAL DA UCRÂNIA NA UNIVERSIDADE DE LISBOA EM 2009

Rostyslav Tronenko

(Ex-Embaixador da Ucrânia em Portugal)

Permitam-me começar o meu texto com o agradecimento. Este agradecimento é endereçado, em primeiro lugar, à Reitoria da Universidade de Lisboa pelo seu amável consentimento em realizar no seu prestigioso estabelecimento de ensino a *Quinzena Histórica e Cultural da Ucrânia* (decorrida entre 17 e 31 de Março de 2009¹). Agradeço também à Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos – Compares pela sua assistência activa na preparação do evento referido. Apresento, igualmente, um agradecimento especial aos historiadores portugueses presentes no referido colóquio. Na *Quinzena Histórica e Cultural da Ucrânia* destinámos ainda uma Noite de Poesia Ucraniana dedicada ao nosso grande poeta, pintor, escritor e dramaturgo, Taras Shevtshenko, para a qual foi preparada uma exposição de fotografias sobre a sua vida. Nesta noite foi possível ouvir a poesia de Taras Shevtchenko, declamada pelos alunos ucranianos da maior escola ucraniana de sábado em Portugal, “Dyvosvit”. Durante esta quinzena foi preparada ainda uma exposição, cujas obras pertenciam a dois pintores ucranianos a viver em Portugal: Valeriy e Marita Vaskovy.

Entre os dias 19, 20 e 21 de Março de 2009, na sede da Associação Compares, foi organizado um Ciclo de Cinema Ucraniano. Entre os realizadores escolhidos, destacamos Serguiy Paradzhanov, com “Sombras de Antepassados Esquecidos”, Oles Iantchuk com “O Inderrotável” e “O Patriarca Andrey”. Todos os filmes reflectem, na sua idiossincrasia, episódios da vida e história dos ucranianos. Para o encerramento desta Quinzena, contou-se com um recital da jovem pianista ucraniana, Olesya Kyba, que teve lugar no átrio da Reitoria da UL.

A Embaixada da Ucrânia fica muito grata à Associação dos Ucranianos em Portugal - *Spilka*, a maior associação ucraniana neste país, que está sempre onde se popularizam a cultura e as tradições ucranianas e onde há necessidade de levar ao conhecimento de cidadãos portugueses episódios da história da Ucrânia. Devo

¹ Programa disponível em <http://www.ul.pt/pls/portal/docs/1/243445.PDF>

acentuar que, desta vez, a Associação dos Ucrânicos assumiu todas as despesas financeiras relacionadas com a organização do evento mencionado. Penso que esta Associação é, como nenhuma outra, conhecida pelos dirigentes da Universidade de Lisboa, nomeadamente pela Reitoria desta Universidade, e pela Compares, graças ao apoio activo que os ucranianos prestam às suas iniciativas realizadas no âmbito académico de estudos ibero-eslavos e no âmbito da popularização do Curso de Estudos Eslavos da Faculdade de Letras da universidade de Lisboa.

O primeiro ciclo da história e cultura ucraniana, decidimos dedicá-lo a uma página desconhecida, que foi por muito tempo calada pela propaganda soviética, nomeadamente a Fome organizada deliberadamente pelo regime totalitário estalinista no território da Ucrânia soviética, que levou mais de 7 milhões de vidas de conterrâneos nossos, dos quais dois terços eram crianças. No ano passado, ucranianos de todo o mundo assinalaram o 75.º aniversário desta tragédia, que só pode ser comparada com o Holocausto judeu, organizado pelos nazis durante a Segunda Guerra Mundial. Tivesse o mundo reagido à indignação do Estado totalitário na Ucrânia e condenado as acções do regime de Estaline, talvez o Holocausto pudesse ter sido evitado.

A partir do ano de 2003, o *Golodomor* foi condenado como crime do regime totalitário e reconhecido, a nível nacional e local, em mais de 20 países do mundo. Esta condenação também teve lugar ao nível da ONU (Novembro de 2003), UNESCO (Outubro de 2007), OSCE (Julho de 2008) e Parlamento Europeu (Outubro de 2008).

Agrada-me o facto de que, entre os parlamentares europeus que apoiaram esta última Resolução, onze eram representantes de Portugal.

O terceiro ponto da supracitada Resolução da UNESCO contém o apelo aos países membros desta organização, que eu cito em inglês: “to consider promoting awareness of the Great Famine (*Holodomor*) remembrance by means of incorporating this knowledge into the educational and research programmes to inculcate forthcoming generations with the lessons of this tragic page”. Este apelo ganha uma especial actualidade neste ano, quando a Europa, pela primeira vez, honrará, no próximo dia 23 de Agosto, no âmbito do Dia Europeu de Memória das Vítimas do Nazismo e Estalinismo, a memória de todos os que sofreram em consequência destas políticas criminosas.

Em Portugal, a solidariedade com os ucranianos foi demonstrada pelas Assembleias Municipais de Grândola (Junho de 2008), Alcanena (Julho de 2008), Lagos (Setembro de 2008), Águeda (Dezembro de 2008) e Abrantes (Fevereiro de 2009).

Alguém pode perguntar: por que são os ucranianos tão insistentes na divulgação da informação sobre estas páginas horríveis da sua história? Figuram várias respostas:

- 1) para homenagear os milhões das vítimas inocentes, na maioria crianças;
- 2) para condenar os crimes do regime soviético;
- 3) para restabelecer a justiça histórica;
- 4) para obter o reconhecimento internacional, para que esta tragédia nunca se repita no futuro.

Como última razão, aponto o facto de o drama do povo ucraniano ainda estar vivo entre os descendentes de comunidades ucranianas espalhados por todo mundo, inclusive mais de 500 mil no Brasil (nos estados do Paraná e de São Paulo).

Porém, hoje também os historiadores portugueses podem dar a sua própria visão face a este episódio trágico na história ucraniana.

Dados sobre o *Golodomor* podem também ser obtidos na exposição da Fundação Internacional de Caridade “Ucrânia - 3000”², dirigida pela Primeira Dama da Ucrânia, Katerina Iushtchenko. Em 2009, pela primeira vez, esta exposição pôde ser vista em Portugal. Em Março de 2007, a mesma foi exposta no Parlamento Europeu em Bruxelas, em Outubro de 2007, no Museu do Muro de Berlim, em Junho de 2008, na sede de parlamento (Landstag) do Estado da Renânia do Norte-Westfalia em Dusseldorf (Alemanha).

Existe ainda um documentário dedicado a este tema, intitulado “Colheita de Desespero”, elaborado por documentaristas de cinema canadianos e ucranianos ainda nos anos 80³.

Sublinho o meu agradecimento a todos aqueles que mostraram gestos de solidariedade para com o povo ucraniano.

² Visualizável em http://Holodomor33.org.ua/img/articles/H323301u/Holodomor_ukr.zip

³ Visualizável em <http://video.google.com/videoplay?docid=3897393411603039499>

IV PARTE
VISÕES ARTÍSTICAS

“O CATIVEIRO CONSTRÓI” – A IDEIA DE REDENÇÃO NA LITERATURA DO *GULAG*

Rui Bebiano¹

(Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Sociais)

Uma simples folha de papel de escrever

Parecia um milagre

Caindo do céu sobre a floresta negra.

(V. Shalamov)

O escritor ucraniano Georgi Vladimov (1931-2003) redigiu *The Faithful Ruslan* (New York, 1979), *O Fiel Ruslam*, na época do Degelo, quando ao abrigo da política de «desestalinização» Krushev suavizou um pouco a habitual intervenção da censura literária. Mas apesar da iniciativa, duas décadas depois este pequeno romance-alegoria – que em 1992 serviria de argumento a um filme para televisão realizado por Vladimir Khmel'nitsky – ainda circulava apenas pelo interior do estreito e clandestino circuito *samizdat* de cópia e distribuição. O protagonista-narrador é um cão que cumprira com sinistra devoção o seu trabalho de auxiliar dos guardas num campo de trabalho. Fechado o campo, os seus donos humanos partiram para uma nova vida, mas Ruslan encontrou uma última missão: numa atitude de fidelidade para com o único mundo que conhecera e servira, passou a seguir por todo o lado um antigo prisioneiro entretanto libertado, vigiando-lhe os passos e as atitudes. No final juntar-se-á a uma matilha para despedá-lo e devorá-lo, tal como a um grupo de operários da fábrica que sucedera aos antigos pavilhões carcerários, num festim de morte e zelo iniciado quando lhe pareceu que estes violavam as regras rígidas e impiedosas que fora treinado para fazer cumprir. Boa parte da memória escrita dos sobreviventes dos campos de concentração recupera sempre esta dimensão simbólica da irreversibilidade do passado: aqueles que os habitaram na condição de prisioneiros, e sobreviveram para contar a experiência, jamais abandonaram de todo as rotinas e os condicio-

¹ Historiador. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais. Este artigo corresponde a uma versão revista e ampliada de um outro, publicado originalmente na revista *LER* de Novembro de 2009.

namentos impostos pelos longos anos de uma vida sem lugar para a transgressão ou para a esperança.

Quando penetramos nos relatos daqueles que conseguiram sobreviver aos espaços carcerários de extermínio ou de trabalho, desde os *Lager*n nazis à rede imensa e complexa do *Gulag* soviético, percebe-se, porém, que a caracterização do encarceramento concentracionário, «a experiência do século» como lhe chamou Heinrich Böll, diverge entre eles num aspecto crucial. Nos grandes campos alemães, o detido era-o num tempo que antecedia a mais do que previsível inevitabilidade do fim. E sabia-o de antemão, uma vez que pertencia, em regra, a um grupo destinado a ser erradicado de forma mecânica, absoluta e implacável. Uma inflexibilidade revelada até na impiedade nazi diante das crianças, atitude pouco comum nos campos soviéticos. A norma nos redutos do Holocausto era a luta mais extrema do prisioneiro, permanentemente imerso no medo, no horror, na disciplina, no tormento mais intolerável e na antevisão da morte, pela conquista de um estreitíssimo limiar de sobrevivência. Apenas mais uma noite, só mais uma hora, um minuto mais, um breve instante para olhar a luz do dia pela última vez. É esta crua realidade que evocam os conhecidos relatos memorialistas de Élie Wiesel ou de Primo Levi quando enfatizam dramaticamente a ausência de limites na mais brutal luta pela vida. Em *Se isto é um homem* (Lisboa, 1988), Levi recorda como, logo pelo segundo dia passado em Auschwitz, os homens do seu grupo se olhavam já como meros espectros: «não há espelhos para nos vermos mas o nosso aspecto está diante de nós, reflectido em cem rostos lívidos, em cem fantoches miseráveis e sórdidos.» Um pequeno mundo, o único mundo possível, onde em pouco tempo o combate total pela sobrevivência transformará cada um no chagal do seu próximo.

Já com as vítimas da Administração Geral dos Campos de Trabalho Correcutivo, projectada logo na época do Terror Vermelho pelo poder bolchevique – em *Gulag, em Uma história* (Porto, 2004), Anne Applebaum recorda-nos que o primeiro estabelecimento foi aberto em Semenovsky, perto de Moscovo, logo no mês de Outubro de 1918, não eram necessariamente a origem étnica e a condição social a determinar a pena e o encarceramento. Detidos e deslocados pelos mais diversos motivos, os internados eram genericamente classificados como representantes do «inimigo de classe», sobreviventes incómodos de um tempo a ultrapassar, obstáculos vivos, quase sempre tomados como irrecuperáveis, que apenas embaraçavam a caminhada triunfal do «homem novo» e deveriam ser banidos por uma vez da sociedade. Por isso, a desumanização e a demonização do prisioneiro, sendo reais, foram em regra circunscritas ao seu lugar de alvo a ferir no combate por uma necessidade histórica que a ditadura do proletariado e a construção do socialismo pretendiam forçar. Nestas condições, o essencial do

esforço carcerário era aplicado na erradicação dessas pessoas do convívio social normal, ou, num certo número de casos, na sua «reeducação» pela via da disciplina e do trabalho. Não na mecanização sistemática do extermínio.

Esta característica é capital para compreendermos um lado da vida no imenso território do *Gulag* que uma grande parte da sua memória escrita nos oferece. A evocação que fazem os autores que sobreviveram ao maior, mais duradouro e mais povoado dos sistemas de campos da História não se limita ao testemunho individual do sentimento de injustiça, da dor, da solidão, da exaustão e do silenciamento, ou, em alguns momentos, ao relato da punição arbitrária e da tortura, suficientes para deixarem, junto deles, dos seus familiares ou dos poucos amigos e próximos que lhes não fugiram, metástases de um passado que não foi possível apagar. Integra também uma outra dimensão, permitida por uma expectativa persistente de sobrevivência que moldou existências pessoais e sociabilidades, e foi traduzida, no quotidiano dos campos, na busca de um caminho redentor localizado em pequenos refúgios de conforto pessoal, de conservação da dignidade e de demanda do humano, associados por vezes a uma particular consciência de missão.

Entretanto, desde *Where one hears no laughter* (*Onde não se ouve o riso*), subtitulado «*fragmentos de uma memória*», impresso em Paris no ano de 1928 e da autoria da activista anti-bolchevique e antiga professora P. E. Melgunova-Stepanova, provavelmente o primeiro relato do internamento político na União Soviética publicado em livro por um ex-prisioneiro, que a literatura do *Gulag* combinou sempre os factos relatados como testemunho presencial com a assumida ficcionalização da experiência narrada pelos seus autores. Ainda que os textos publicados na emigração tenham sido predominantemente de natureza factográfica e aqueles que já na era pós-Estaline puderam ser publicados na ex-U.R.S.S. possuísem uma natureza predominantemente ficcional, esta hibridez dos registos e dos processos manteve-se sempre uma constante. Foi ela justamente que permitiu preservar na memória os vestígios tangíveis daqueles espaços de um bem-estar salvífico, localizado, num apenas aparente paradoxo, sobre uma paisagem pontuada pela dor, morte e desolação.

Assim aconteceu em *Um dia na vida de Ivan Denisovitch* (Mem Martins, 1972), de Alexander Soljenitsine (1918-2008), divulgado em Novembro de 1962 no jornal *Novyi Mir*, logo após o novo impulso na denúncia dos crimes da era de Estaline, lançado um ano antes, durante o XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Pela primeira vez, a voz de um *zek*, de um ex-encarcerado, de um pária social, era admitida como parte da literatura soviética, com direito a adoptar uma voz pública. O seu enorme e imediato impacto resultou todavia, em certa medida, de se tratar de um romance e não de um depoimento

e, em consequência, de seguir o padrão de narrativa que à época o leitor soviético comum estava em condições de reconhecer como familiar. Ali foram desvendados ao olhar do simples cidadão aspectos da brutalidade do sistema de repressão dos dissidentes e outros «elementos perniciosos» que viviam acantonados nos campos: prisioneiros subnutridos enfrentando o inferno branco do Cazaquistão com sapatos mais pequenos que os seus pés e luvas que se rasgavam ao menor movimento, dormindo em barracas a abarrotarem de catres acanhados, tapados com cobertores imundos e esfarrapados, aguardando a cada manhã pela chegada de um frio ainda mais intenso pois a única situação em que eram dispensados do trabalho braçal era quando o termómetro descia abaixo dos 41 graus negativos. Nessas ocasiões, sobrevinha então «um sentimento de quase-felicidade» e a sensação de que, apesar das condições infra-humanas com as quais era inevitável coabitar, «nada iria estragar o dia».

A predominância do padrão ficcional da narrativa defronta-se, entretanto, com a realidade que a percorre. O hoje consagrado escritor, jornalista e poeta russo Varlam Shalamov (1907-1982) comentará que «o homem de hoje testa-se a si próprio e às suas acções não diante das acções de Julien Sorel, Rastignac ou Andrei Bolkonski, mas perante os acontecimentos e as pessoas da vida real», uma vida «da qual o próprio leitor é ao mesmo tempo testemunha e participante». A existência sobre a qual escreveu Shalamov e todos os autores do *Gulag* nada tinha, de facto, de aventuroso, de essencialmente imaginado, nem eles eram heróis românticos – como aqueles retirados dos romances de Stendhal, Balzac e Tolstói – agindo sobre uma realidade que podiam controlar, vivendo antes mergulhados num cenário destinado a testar a resistência do humano. As suas memórias reportam-se sempre, como já em 1862 Dostoievski escrevera a propósito das prisões siberianas, nas quase autobiográficas *Recordações da Casa dos Mortos* (Lisboa, 1963), a «um mundo à parte, diferente de tudo o resto, com leis próprias, os seus próprios hábitos e comportamentos», pelo qual circulava um povo também «à parte», submetido a regulamentos que seriam intoleráveis em qualquer outro lugar.

Outro aparente paradoxo, incompreensível fora de um contexto humano muito particular, instala-se aquando os textos que registam a memória dos campos, como anota a professora e ensaísta Leona Toker em *Return from the Archipelago* (Bloomington, 2000) – já considerado um «estudo emotivo» sobre as narrativas literárias do *Gulag*, descrevendo-a também como uma experiência estética. Muitos deles juntam então, ao relato pormenorizado da prisão, do simulacro de julgamento, da deslocação forçada para o campo de destino, do ritmo do trabalho ou da prova da fome, um outro lado, muito pessoal, que configura, como avesso do real, um *locus* de refúgio e de sobrevivência acantonado naquele

recanto onde ainda é possível reservar um espaço, por estreito que ele possa parecer, para a dimensão estritamente privada e profundamente íntima da vida.

Reúnem-se aqui dois factores decisivos. O primeiro diz respeito à tensão entre o comportamento ético e o impulso estético, associado à dupla dimensão das narrativas do *Gulag* enquanto depoimentos pessoais e obras de arte. O segundo relaciona-se com a conexão entre as preocupações individuais e as necessidades colectivas que nestas sempre ocorre. Um bom exemplo é-nos oferecido em *My Recollections* (Frankfurt, 1971), *As minhas recordações*, de Ekaterina Ulitskaya, uma antiga activista socialista-revolucionária detida durante as enormes vagas repressivas da década de 1930. Ulitskaya menciona o seu isolamento emocional e político enquanto representante de um sector político que os seus companheiros de campo julgavam já extinto («mas tu és um ictiossauro!», disse-lhe certa vez alguém). Reconhece porém que esse lugar particular lhe conferiu um forte «espírito de missão», um dever e um impulso de militante, mesmo sob estado de detenção, que a ajudou a assegurar um sentido ético à sua vida. Em todo o livro transparece então uma altivez, um perceptível sentimento de orgulho, pela grandeza do combate solitário mas indispensável, que acreditava continuar a travar contra a institucionalização da traição, da injustiça e do mal.

Próprios da vida do detido em qualquer sistema prisional de total reclusão, os momentos de privatização da vida do condenado, aqueles que lhe conferem vestígios de dignidade num universo aplicado em lembrar-lhe que merece o seu enclausuramento, surgem nos mais inesperados momentos. Aqui, todavia, os relatos insistem em atribuir-lhe um papel nuclear na conservação do amor pela vida e na resistência à degradação do estado de humanidade. Passa-se logo com os primeiros contactos pessoais mantidos nas circunstâncias traumáticas da viagem e da chegada ao campo, quando se detecta em alguém, ainda que de maneira fugaz, uma palavra menos fria, um olhar aparentemente cúmplice, um débil sorriso. Acontece com a perspectiva de se poder alcançar uma vida nova – e um pouco melhor – sempre que ocorre uma transferência de campo. Ocorre com a concentração da inteligência e da iniciativa diária na preparação de uma hipotética fuga. Mas tem sobretudo lugar nos pequenos instantes, episódios que noutra tempo ou território seriam banais, e que se revelam capitais como factores de sobrevivência e da conservação do amor-próprio: conversas íntimas ocasionais, oportunidades para ler um pouco, uma fugaz troca de piadas, uma fotografia amarelecida que relembra o passado, a ocasional liberdade de movimentos motivada pelo desleixo casual de um guarda, o pequeno pedaço de pão esquecido pelos carcereiros, a mão-cheia de bagas silvestres que permitem melhorar a dieta, os instantes de solidão absoluta na companhia da natureza, uma canção que se entoa a sós no silêncio da tundra ou nas traseiras de um armazém de ferramentas, pequenos gestos

de gentileza de um companheiro, a amizade com pessoas incomuns que de outro modo jamais teria sido possível conhecer. Em *Journey into the Whirlwind* (New York, 1967), *Viagem ao centro do furacão*, Eugenia Ginzburg (1904-1977) evoca exemplarmente um breve instante da sua pena de 18 anos, no qual lhe foi possível olhar o céu e respirar o ar fresco: «Afinal, apesar de tudo, ainda há lugares assim no mundo.» Funcionando como momentos de reconfortante humanidade, os raros actos de indisciplina surgem também destacados em numerosos relatos de carácter memorialista ou assumidamente ficcionado de antigos prisioneiros.

Não menos importante, aparece igualmente nos textos, de maneira recorrente, uma tentativa de definição de um padrão de vida ascético que, para além de ser imposto pelas circunstâncias de uma existência obrigatoriamente sóbria e severa, funciona também como filosofia de vida, caracterizada por uma dimensão espiritual muito grande que pode igualmente pacificar um pouco o autor-prisioneiro com a ausência de liberdade que enfrenta e a percepção da injustiça da qual considera ter sido objecto. Naturalmente, a este aspecto encontra-se muitas vezes associada uma religiosidade íntima, forte e sempre consoladora na sua dimensão espiritual, na qual um grande número de autores da literatura do *Gulag* irá também insistir. O ente supremo aparece aí principalmente como um interlocutor, um companheiro, por vezes um cúmplice.

O cárcere como lugar de remissão pessoal surge manifesto em *O Arquipélago de Gulag* (Amadora, 1975-1977), a obra canónica de Soljenitsine que primeiramente esclareceu a configuração orgânica do sistema de campos soviético e divulgou ao mundo a sua existência. A importância da prisão como «escola da vida», como lugar de crescimento pessoal e intelectual, é aí particularmente vindcada, sobretudo nos capítulos autobiográficos. «É grande a bifurcação da vida, da qual partem duas estradas, uma à direita, outra à esquerda. A primeira eleva-se um pouco, a segunda sobe e desce. À direita perde-se a vida, à esquerda, a consciência», afirma a dada altura o escritor, para logo tentar resolver o impasse: «um impulso poderoso invade então a caixa torácica, cerca o coração de um halo eléctrico, para impedi-lo de parar.» A macrometáfora apresentada por Soljenitsine, desenhando o *Gulag* como um imenso arquipélago, uma sucessão complexa de ilhas-campo, funda-se na transformação de cada uma delas num território doloroso de educação para a sobrevivência, apresentando-se o trânsito dos prisioneiros entre elas, ocorrido aliás com o próprio autor, como uma peregrinação por lugares que servem não enquanto penitência mas como via-sacra redentora. Na verdade, «a prisão regenera profundamente o homem (...), sempre na direcção de um aprofundamento do ser», pois, como dizia uma pequena frase que corria nos campos, «o cativo constrói». Sentir-se-á até «um certo prazer em transportar carrinhos cheios de detritos» se ao mesmo tempo for possível achar um breve

momento para «conversar com os companheiros acerca da influência do cinema na literatura». Se é verdade que o sistema desejava aniquilar o detido, este tudo deveria então fazer para resistir e promover a sua reabilitação, definida pelas regras de moral que ele próprio escolheria, não por aquelas que o sistema lhe procurava todos os dias impor.

Os escritos de Shalamov, que o próprio descreverá como «ficção verídica», testemunham igualmente esta busca constante de uma autorremissão alcançada dentro dos espaços e no quotidiano dos campos. Sobretudo nos *Kolyma Tales* (London, 1994), *Os Contos de Kolyma*, escritos entre 1953 e 1963 mas reportando-se a uma experiência anterior, onde combinou a experiência pessoal e relatos que foi escutando durante os longos anos de cativo que cumpriu a partir da década de 1930, Shalamov tornou clara a importância desse grande território de procura. No conto «Rações Secas», por exemplo, o narrador afirma ter compreendido que a vida, mesmo a pior das vidas, «consiste numa alternância de alegrias e penas, de sucessos e falhanços, e de que não se devem temer os falhanços mais do que os sucessos», para um pouco à frente concluir que, sob as condições da vida nos campos, tanto quanto manter a saúde física, é preciso combater com coragem, sem desfalecimento, «a falta de esperança» e «a indignidade». É esse o seu programa para a sobrevivência enquanto ser humano nos campos da morte siberianos de Kolyma. Em «Um Epitáfio», uma evocação emocionada dos companheiros de prisão mais próximos de si que vira definhando e morrer, coloca na boca do prisioneiro Volodia Dobrovoltsev as seguintes palavras: «Eu podia ver os braços e as pernas cortados e ser um cepo humano, sem braços nem pernas. Mas ainda assim encontraria força suficiente para lhes cuspir na cara por tudo aquilo que nos têm feito...». A bravura enquanto última trincheira que assegura a resistência do detido à sua redução ao mais completo estado de infâmia e de anulação da humanidade.

Resta sublinhar aquilo que deverá parecer óbvio: este processo não é homogéneo, uma vez que a sua rememoração é transmitida através de relatos escritos sobre referências factuais que se prolongaram por mais de seis décadas e por diferentes estádios de vivência da actividade e do confinamento ao regime dos campos. As memórias que se reportam já ao período pós-estalinista irão acentuar a dimensão do privado e mencionarão experiências, fora do quadro processual, que se aproximam cada vez mais daquelas que são comuns à generalidade das instituições prisionais modernas. Nelas predomina claramente a componente ficcional. Bastante mais sombrios, já os relatos das décadas negras de 1930-1940, geralmente muito próximos do testemunho e do grito de revolta, enfatizam sobretudo as estratégias de resistência face aos ritmos de vida e de trabalho violentos e aviltantes. Nuns e noutros, sempre a busca de uma conciliação entre o tempo

da forçada clausura, imposta por uma ordem política e jurídica tomada como opressiva e arbitrária, e a demanda do humano materializada num combate pela dignidade que se pretendia libertador. Contra esse apagamento que, enquanto «inimigos objectivos» – nas palavras tomadas ao prisioneiro-poeta Alexander Tvardovsky (1910-1971), «marcados todos como traidores» – uma unívoca «ordem socialista» lhes havia fixado como destino.

BIBLIOGRAFIA

- APPLEBAUM, Anne, *Gulag. Uma História*, Porto: Livraria Civilização, 2004.
- COHEN, Stephen F., *The Victims Return: Survivors of the Gulag After Stalin*, Exeter, N.H.: PublishingWorks, 2010.
- FITZPATRICK, Sheila and Yuri Slezkine (eds.), *In the Shadow of Revolution*, Princeton: Princeton University Press, 2000.
- HOLLANDER, Paul (org.), *From the Gulag to the Killing Fields*, Wilmington: ISI Books, 2007.
- KRUPA, Michael, *Shallow Graves in Siberia*, Edinburgh: Birlinn, 2004.
- SHALAMOV, V, *Relatos de Kalimá*, Barcelona: Minuscula, 2007.
- TOKER, Leona, *Return from the Archipelago. Narratives of Gulag Survivors*, Bloomington: Indiana University Press, 2000.
- TODOROV, Tzvetan, *Facing the Extreme: Moral Life in the Concentration Camps*, New York: Holt Paperbacks, 1997.
- TZOULIADIS, Tim, *The Forsaken: From the Great Depression to the Gulags - Hope and Betrayal in Stalin's Russia*, London: Abacus, 2009.
- WERTH, Nicolas, *A Ilha dos Canibais - 1933, Deportados ao Abandono na Sibéria*, Colares: Pedra da Lua, 2007.

HOLODOMOR – PAISAGEM DESERTIFICADA EXPOSIÇÃO «*ET IN ARCADIA EGO*»

Manuel Valente Alves

(Revista Colóquio Artes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, n.º 108,
Janeiro/Março, 1995)

1.

“Estão a surgir depósitos de lixo ilegais, estimulados pelo encerramento de aterros sanitários e por um mini-boom na construção civil. A proposta de uma nova taxa deverá agravar ainda mais a situação. A recente descoberta de resíduos nucleares numa quinta de Northamptonshire poderá ser a ponta do Iceberg.”

“Defendidos pela livre circulação nas fronteiras da Europa comunitária, camiões carregando euro-resíduos podem entrar no país com relativa facilidade.”

Estes são dois dos títulos do guia londrino *Time-Out*, em fins de Janeiro de 1995 – na semana seguinte à inauguração da excelente retrospectiva de Nicolas Poussin, na Royal Academy of Arts, em Londres – que na altura me chamaram à atenção, deixando-me algo perplexo.

2.

Na exposição de Poussin, frente a dois famosos quadros do pintor sobre os pastores da Arcádia, veio-me de novo à memória a notícia da descoberta de resíduos nucleares, numa quinta Inglesa. A intrigante frase latina “*Et in Arcadia ego*”, inscrita no sarcófago representado nas duas pinturas de Poussin, fez-me lembrar os dois títulos que, naquela manhã, ao folhear jornais e revistas do dia, me chamaram a atenção.

Para Erwin Panofsky, “*Et in Arcadia ego*”, gramaticalmente falando, significa “A morte existe até na Arcádia”. A Arcádia é uma região pobre e seca do centro da Grécia que se tornou, pela pena de Virgílio, um modelo do paraíso. Ovídio descrevia os arcadianos como “selvagens primitivos”, uma espécie de bestas que

ignoravam a arte; Políbio, o mais famoso filho da Arcádia, descrevia-a como “pobre, nua, pedregosa, fria, desprovida de todas as amenidades da vida e podendo dificilmente sustentar umas tantas e magras cabras”. Por aqui se vê a discrepância entre a visão idealizada de Virgílio e a verdadeira Arcádia, rude e severa, descrita por Ovídio e Políbio, mais próxima da tragédia do que do idílio. Na verdade o que Virgílio fez foi criar um conceito, uma utopia que lhe permitisse pensar o mundo, baseado nas suas contradições.

3.

Foi, provavelmente, a partir de um quadro de Giovanni Guercino, de 1618, representando dois pastores que contemplam a descoberta de um túmulo, encimado por uma caveira, com a inscrição “Et in Arcadia ego”, que Poussin compôs as suas duas pinturas sobre a Arcádia. Uma foi realizada por volta de 1628- outra entre 1638-40. Em ambas, os três pastores e uma pastora descobrem um sarcófago na Arcádia, onde, à semelhança do túmulo do quadro de Guercino, se pode ler a inscrição “Et in Arcadia ego”. Na primeira versão, a estrutura do quadro apoia-se em quatro diagonais – a linha do horizonte, a das árvores, a do túmulo e a do grupo de pastores – que se intersectam num elemento central – o pastor, que aponta a inscrição. É nesta estrutura que Poussin enquadra o processo narrativo e simbólico característico do quadro: uma acção dividida em quatro tempos. O pastor que se debruça sobre a inscrição, procurando decifrá-la, é o pico da acção - a maturidade - a partir da qual se inicia o declínio; o declínio é representado pelo pastor que se queda, melancólico, à direita do quadro, vertendo a água contida num vaso; a jovem seminua, que se insinua à esquerda, representa a sensualidade e o amor, o mais primitivo (e iniciático) contacto do ser humano com a ideia da vida (e da morte); à direita da jovem, o pastor, surpreendido com a descoberta, estabelece a ligação entre o primeiro e o terceiro tempo; a caveira sobre o túmulo simboliza obviamente a morte. Poussin introduz, deste modo, a dimensão temporal nesta pintura, duplamente afirmada pela paradoxal presença da morte na Arcádia, e pela acção que no cenário decorre. A gama de cores restrita, entre o castanho e o laranja, evocando o crepúsculo e a pincelada enérgica e expressiva, sublinha convenientemente as características retóricas.

O segundo quadro é, pelo contrário, inexpressivo e intemporal. À acção característica do primeiro, Poussin contrapõe, no segundo, a estaticidade e o equilíbrio clássicos – a paisagem primordial, o túmulo no centro do quadro, a estaticidade reflexiva dos pastores e a paleta sóbria – criando uma atmosfera de intensa beleza e serenidade propícia à meditação. Este segundo quadro é, talvez, o mais conhecido de Poussin. Faz parte da colecção do Museu do Louvre, tendo

inspirado numerosos artistas no século XVIII e XIX. Cézanne, por exemplo, foi um dos seus mais entusiastas admiradores, tendo até uma reprodução sua pendurada no *atelier* de Aix-en-Provence.

4.

“Os Pastores da Arcádia” de Poussin são também paradigmas da moderna publicidade, nomeadamente, nas situações em que a palavra é utilizada (também) como elemento visual. Em Poussin a palavra é ela própria imagem, imagem da imagem, o que serve, não só para a conotar com outras imagens (como na publicidade), mas para lhe aumentar a densidade poética e comunicativa.

Uma mesma frase circula em diferentes contextos, definidos, não só pela ideia do cenário (que é sempre o mesmo, o da mitologia Arcádia), mas pela acção (ou não) que no cenário decorre. “*Et in Arcadia ego*” tanto pode significar, no primeiro quadro, que a morte se instalou definitivamente na Arcádia (transformando-a num paraíso irremediavelmente perdido), como, mais poética e realisticamente no segundo quadro, que quem ali está sepultado nasceu, viveu e morreu na Arcádia, passando, deste modo, a fazer parte da própria natureza arcadiana – uma natureza também ela humana.

Curiosamente, o contraste, no segundo quadro, entre os pastores *seminus* e a jovem “*ataviada à antiga*”, levaria Claude Lévi-Strauss a interpretá-la como representando a Morte (ou o Destino), sob a “aparência *lisonjeadora*” da mulher, uma “irrupção do sobrenatural” na paisagem.

5.

Esta conturbada natureza arcadiana de Poussin (e de Virgílio, Ovídio e Políbio) conduz-nos também a outras questões, como a separação entre o bem e o mal, o limpo e o sujo, a saúde e a doença, o masculino e o feminino, a civilização e o primitivismo. Questões de sempre, é certo (reflectem a trágica condição humana), mas que a celebração actual de não-acontecimentos, como Hiroxima, congela num eterno presente sem devir. Hiroxima é, de facto, um não-acontecimento; uma tragédia imensa, sem sangue e sem dor, feita de cinzas que recobrem indelevelmente toda a superfície do mundo. É sob esta superfície que acaba por jazer a única ideia com que podemos pensar o ser humano: a humanidade. Finda a humanidade, não há mais lugar para a lembrança; ou para o esquecimento. (“A história existe como discurso contra o esquecimento” lembrou Eduardo Lourenço, num comentário ao recomeço das experiências nucleares francesas no Sul do Pacífico).

6.

E, voltando aos títulos da revista londrina, que importância têm, afinal, num mundo destes, os tais resíduos radioactivos que, “impunemente”, a civilização abandonou num condado da vizinha e próspera Grã-Bretanha, talvez por causa... Das liberdades fronteiriças?

O lixo da nossa civilização tem depósitos precisos, estrategicamente localizados, não em Northamptonshire, mas nas “Arcádias” do terceiro-mundo, devastadas pela fome e pela guerra. As ideologias nacionalistas e fundamentalistas (que emergem um pouco por todo lado) se, por um lado, defendem desesperadamente o equilíbrio dos seus “jardins”, por outro semeiam, sem complexos, armas e lixo nas “Arcádias” perdidas deste planeta. Os Estados, reduzidos a meros instrumentos ao serviço de uma economia planetária (as empresas transnacionais aí estão para o confirmar), tornaram-se verdadeiramente as grandes barreiras a qualquer projecto de entendimento (solidariedade) que impeça o colapso da humanidade – repare-se, por exemplo, no vazio das conclusões da cimeira de chefes de Estado em Copenhaga (1985), numa altura em que, mesmo nos países ricos, a legião de desempregados cresce desenfreadamente; o tráfico e o consumo de droga se tornaram incontrolláveis; e epidemias como a Sida vão minando os aspectos mais íntimos da vida social. Os estranhos à comunidade são cada vez em maior número, com um peso social que constitui, já hoje, uma importante ameaça à ordem estabelecida. Tornou-se praticamente impossível a qualquer Estado garantir a segurança colectiva e individual dos seus cidadãos.

A incrível proliferação de castas e seitas em países como o Japão ou os Estados Unidos, que ameaça aterrorizantemente a ordem social estabelecida – recordem-se os atentados de Tóquio e Oklahoma – significa, tão-só, que a humanidade sofre, moribunda, num presente sem esperança. Nos últimos 30 anos, o fosso entre os países ricos e pobres aumentou cinco vezes; e os refugiados no mundo passaram de 1,4 milhões em 1960 para 23 milhões, em 1994 (*Le Monde Diplomatique*, Fevereiro 1995).

Interrogo-me sobre se tanta miséria acumulada, tantos crimes e tanto sofrimento, não estarão a conduzir a humanidade para um fim trágico, para o suicídio colectivo?

7.

Yves Ternon, médico francês, que conduz desde 1965 investigações históricas em torno dos genocídios, lembra, no seu livro *L'État Criminel* (Seuil, 1995) que tudo começa com a perda dos direitos cívicos: “Para se saber quem está protegido ou quem está ameaçado, basta colocar a questão: quem na sociedade conserva

uma voz? Todos aqueles em torno dos quais o Estado tem uma obrigação são preservados; os que são considerados estranhos à comunidade, fora de um universo de obrigações morais, são ameaçados de segregação, de exclusão, de aprisionamento, de expulsão ou genocídio. As técnicas de morte colectiva são as mesmas para todos os grupos, e é evidente que não se podem distinguir os grupos políticos dos grupos nacionais, étnicos, raciais ou religiosos.”

«O século XX terá tido o triste privilégio», como refere Ternon, «de conhecer a barbárie organizada, administrada, estatizada – em que o genocídio permanece como a sua variante mais terrível». Assim, em 1915-16 dá-se, no Império Otomano, o genocídio arménio, organizado pelos Jovens Turcos; em 1932-33 o genocídio pela fome na Ucrânia; em 1941-44, o genocídio judeu e cigano na Alemanha nazi; em 1975-79, o genocídio cambojano organizado pelos Khmers vermelhos; em 1994, o genocídio do Ruanda, perpetrado pelas tropas governamentais e milícias.

E termina com um apelo: “Seja qual for, no futuro, a organização da comunidade internacional, ela ordenar-se-á no quadro das estruturas estáticas e os estados não poderão permitir que um deles destrua um grupo dos seus cidadãos, não intervindo [...] Que o século XXI não seja, como este século que termina, o tempo dos Estados criminais! [...] A sobrevivência da humanidade depende da maneira pela qual o indivíduo for protegido na sociedade pelo poder e pelo direito, no respeito de princípios e valores universais.”

8.

A minha exposição «*Et in Arcadia ego*» (*Galeria Graça Fonseca*, Lisboa, 1995) compunha-se de dois grupos de fotografias: o primeiro era constituído por 5 paisagens desertificadas, mas conservando ainda vestígios da presença humana; o segundo, por 24 árvores isoladas na paisagem. Cada uma das cinco paisagens tem por título um dos cinco genocídios perpetrados neste século; a cada árvore corresponde um dos 24 massacres genocidários também praticados neste século. Os títulos baseiam-se numa listagem do já referido livro de Yves Ternon, *L'État Criminel*.

ET IN ARCADIA EGO

Manuel Valente Alves¹



Ilustração 1 – Vista da Expo. *Et in Arcadia Ego*, 1995, Gal. Graça Fonseca, Lisboa.

1932-1933: Genocídio pela fome na Ucrânia



Ilustração 2 – M. V. Alves, “1932-1933: Genocídio pela fome na Ucrânia” [da série *Et in Arcadia Ego*], fotografia a preto-e-branco, 114x170 cm.

¹ Manuel Valente Alves exerce Medicina, é co-regente da cadeira de História da Medicina da licenciatura e mestrado integrado em Medicina da FMUL, é director do Museu de Medicina e membro do Centro de Filosofia das Ciências da mesma Faculdade. A par da actividade clínica, de investigação e de docência, é autor na área das artes visuais, e conta já com vinte e sete exposições individuais (até 2009), e mais de quarenta colectivas.

HOLODOMOR - FAMINE WITH CHILDREN¹

Tiago Pimentel²



Ilustração 3 - Tiago Pimentel: *Holodomor (Famine with Children)* 80x70

¹ Hiperligações de referência: <http://deformedpuppies.blogspot.com/2010/02/81.html>. http://1.bp.blogspot.com/_AqmJDLp054I/S3sgPhH1hJI/AAAAAAAAAWc/VgnxmsdMqJo/s1600-h/Holodomor.JPG

² Artista contemporâneo, desenvolveu diversos projectos no âmbito da arte digital, incluindo montagens fotográficas e radiográficas, manipulação fotográfica e pintura digital. Detentor do primeiro prémio do concurso de arte digital da ESEV / IPV no ano de 2008 e de uma menção honrosa no ano anterior.

HOLODOMOR

Henrique Vaz Duarte¹



Ilustração 4 – Henrique Vaz Duarte: *Holodomor*

¹ Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, expõe pela primeira vez em 1972. Em 1974 integra a Associação de Artes Plásticas de Aveiro-Arte. Em 1992 recebe o prémio de pintura *ex-aequo* na mostra nacional “Saber Novas de D. Sebastião”.

ILUSTRAÇÃO DO TEXTO DE NUNO ROGEIRO¹

Francisco Providência²
(Universidade de Aveiro)



Ilustração 4 – Francisco Providência: Ilustração do texto de Nuno Rogeiro

¹ C.f. Texto de Nuno Rogeiro na III PARTE do presente livro.

² Em paralelo com a actividade docente, desenvolve projectos diversificados, (ex.: I.g. C.M. de Coimbra, S. J. da Madeira, Sta. M.^a da Feira e Univ. do Minho). É vencedor do Prémio Internacional de Design «Red Dot 2008».

V PARTE
DECLARAÇÕES

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO

Luís de Matos Ribeiro e Ana Prokopyshyn

(CompaRes – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos/CLEPUL -
Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FLUL)

Na Ucrânia, após a recuperação da independência nacional, foi instituído, em 26 de Novembro de 1998, o “Dia da Memória das Vítimas da Fome e das Repressões Políticas”, a celebrar no quarto sábado do mês de Novembro. O Parlamento, através da Declaração de 15 de Maio de 2003 e da Resolução de 28 de Novembro de 2006, condenou o *Holodomor* como um acto de genocídio.

No espaço da União Europeia, o *Holodomor* foi reconhecido como um acto de genocídio ou um crime estalinista pelos seguintes parlamentos nacionais: o Conselho Nacional da Eslováquia (12 de Dezembro de 2007); o Congresso dos Deputados de Espanha (30 de Maio de 2007); a Assembleia Estatal da Estónia (20 de Outubro de 1993); a Assembleia Nacional da Hungria (24 de Novembro de 2003); o Parlamento da Letónia (13 de Março de 2008); o Parlamento da Lituânia (24 de Novembro de 2005); o Senado (16 de Março de 2006) e o Sejm (Câmara Baixa do Parlamento) da Polónia (6 de Dezembro de 2006); e a Câmara dos Deputados da República Checa (30 de Novembro de 2007). Merece também destaque a cerimónia comemorativa do 70.º aniversário da *Grande Fome* na Ucrânia, promovida pelo Senado da Bélgica (3 de Abril de 2003), bem como a resolução da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunitários da Câmara dos Deputados de Itália (22 de Março de 2004).

A condenação deste crime foi igualmente expressa pelos seguintes parlamentos nacionais: o Senado (17 de Setembro de 2003 e 7 de Novembro de 2007) e a Câmara dos Deputados da Argentina (26 de Dezembro de 2007); o Senado (28 de Outubro de 1993 e 30 de Outubro de 2003) e a Câmara dos Representantes da Austrália (22 de Fevereiro de 2008); o Senado (19 de Junho de 2003) e a Câmara dos Comuns do Canadá (27 de Maio de 2008); a Câmara dos Deputados do Chile (13 de Novembro de 2007); a Câmara dos Representantes da Colômbia (10 de Dezembro de 2007); o Congresso Nacional do Equador (30 de Outubro de 2007); a Câmara dos Representantes e o Senado dos Estados Unidos da América (17 de Novembro de 1983; 20 de Outubro de 1990; 10 de Setembro de 1993; 12 de Outubro de 1993; 10 de Outubro de 1998; 21 de Outubro de 1998; 20 de Outubro de 2003; 29 de Setembro de 2006 e 23 de Setembro de 2008); o

Parlamento da Geórgia (20 de Dezembro de 2005); a Câmara dos Deputados (19 de Fevereiro de 2008) e o Senado do México (11 de Novembro de 2008); o Senado do Paraguai (25 de Outubro de 2007); o Congresso da República do Peru (20 de Junho de 2007). Devem igualmente ser referidas as moções da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil (19 de Setembro de 2007) e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados do Brasil (16 de Setembro de 2009); os relatórios da Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias Nacionais (2 de Dezembro de 2008) e da Comissão dos Veteranos de Guerra do Parlamento da Croácia (4 de Fevereiro de 2009); a resolução do Parlamento de Andorra (26 de Novembro de 2009); e a resolução da Duma Estatal da Federação Russa (Câmara Baixa), aprovada em 2 de Abril de 2008, na qual se condena o regime estalinista pelo “desprezo pelas vidas humanas na concretização dos objectivos económicos e políticos” bem como “quaisquer tentativas de ressurgimento de regimes totalitários que desrespeitem os direitos e as vidas dos cidadãos nos estados da antiga União Soviética”.

Diversas organizações internacionais e regionais – e respectivos representantes – expressaram o seu juízo, através das seguintes iniciativas:

- “Declaração conjunta sobre o septuagésimo aniversário da *Grande Fome* de 1932-1933 na Ucrânia (*Holodomor*)” de 7 de Novembro de 2003, subscrita, no âmbito da 58.^a Sessão Plenária da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, por 65 estados-membros;
- Resolução “Necessidade de uma condenação internacional dos crimes dos regimes totalitários comunistas” (incluindo o *Holodomor*), no âmbito da 5.^a Sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em 25 de Janeiro de 2006;
- Resolução “Homenagem às Vítimas da *Grande Fome (Holodomor)* na Ucrânia” de 1 de Novembro de 2007, subscrita, no âmbito da 34.^a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO);
- Declaração “Em Homenagem às Vítimas do Genocídio e das Repressões Políticas Cometidas na Ucrânia em 1932 e 1933” da Assembleia Báltica, em 24 de Novembro de 2007;
- Declaração Conjunta “No 75.^o Aniversário do *Holodomor* de 1932-1933 na Ucrânia” de 30 de Novembro de 2007, subscrita, no âmbito da 15.^a Reunião do Conselho de Ministros da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), por 33 estados-membros;
- “Resolução sobre o *Holodomor* de 1932-1933 na Ucrânia” no âmbito da 17.^a Sessão Anual da Assembleia Parlamentar da OSCE, em 3 de Julho de 2008;

- “Resolução do Parlamento Europeu sobre a evocação da *Holodomor*, a fome programada na Ucrânia (1932 -1933)”, no âmbito da Sessão Plenária do Parlamento Europeu, em 23 de Outubro de 2008;
- “Declaração por ocasião do septuagésimo quinto aniversário da *Grande Fome* de 1932-1933 na Ucrânia (*Holodomor*)” de 16 de Dezembro de 2008, no âmbito da 63.^a Sessão Plenária da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas;
- Resolução do Parlamento Europeu “Consciência Europeia e o Totalitarismo” de 2 de Abril de 2009, na qual se evoca o *Holodomor*.

Merece também ser referida a aprovação, pelo Parlamento Europeu, de uma declaração sobre o “Dia Europeu da Memória das Vítimas do Estalinismo e do Nazismo”, em 22 de Setembro de 2008.

No caso de Portugal, há que mencionar o apoio oficial à Declaração Conjunta da 58.^a Sessão Plenária da Assembleia-Geral da ONU (7 de Novembro de 2003) e à Resolução da 34.^a Conferência Geral da UNESCO (1 de Novembro de 2007), assim como a homenagem prestada pela Primeira-Secretária da Embaixada de Portugal na Ucrânia, Maria Rita do Amaral (22 de Novembro de 2008).

No plano autárquico, a Assembleia Municipal de Grândola (14 de Junho de 2008), a Assembleia Municipal de Alcanena (27 de Junho de 2008), a Assembleia Municipal de Lagos (29 de Setembro de 2008), a Assembleia Municipal de Águeda (29 de Dezembro de 2008) e a Assembleia Municipal de Abrantes (20 de Fevereiro de 2009) aprovaram moções relativas ao genocídio.

Listamos abaixo algumas declarações reunidas cujas hiperligações para os respectivos documentos, na sua maioria, traduzidos para português, poderão ser descarregados individualmente da página do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias: www.clepul.eu. Dividimos os textos de acordo com o seu enquadramento, em seis grupos que se nos afiguraram pertinentes e organizados cronologicamente: Organizações Internacionais; Parlamentos Nacionais; Dirigentes Políticos e Religiosos; Assembleias Regionais, Estaduais e Municipais; Comunidade Académica; e Cerimónias que assinalam o Aniversário do *Holodomor*. Note-se que, como se pode observar pelas referências citadas, esta lista não é exaustiva. Esperamos, contudo, sempre que possível, completá-la e actualizá-la na página supracitada.

Agradecemos ainda eventuais contributos, que nos poderão fazer chegar através de correio electrónico: clepul05@gmail.com.

LISTAGEM DE DOCUMENTOS

1. Organizações Internacionais

- Assembleia Geral da ONU (07 de Novembro de 2003);
- Conselho de Ministros da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – OSCE (07 de Novembro de 2003);
- UNESCO (07 de Novembro de 2007);
- Assembleia Báltica (24 de Novembro de 2007);
- União dos Estudantes Europeus (11 de Maio de 2008);
- Assembleia Parlamentar da OSCE (03 de Julho de 2008);
- Parlamento Europeu (23 de Outubro de 2008);
- Aegis Trust (22 de Novembro de 2008);
- Assembleia Geral da ONU (16 de Dezembro de 2008).

2. Parlamentos Nacionais

- Parlamento da Estónia (20 de Outubro de 1993);
- Parlamento da Hungria (04 de Novembro de 2003);
- Senado da Argentina (23 de Setembro de 2003);
- Senado da Austrália (30 de Outubro de 2003);
- Câmara de Deputados da Itália (22 de Março de 2004);
- Parlamento da Lituânia (24 de Novembro de 2005);
- Parlamento da Geórgia (20 de dezembro de 2005);
- Senado da Polónia (16 de Março de 2006);
- Parlamento da Ucrânia (28 de Novembro de 2006);
- Congresso de Deputados de Espanha (30 de Maio de 2007);
- Congresso do Peru (20 de Junho de 2007);
- Câmara de Deputados do Brasil (19 de Setembro de 2007);
- Senado do Paraguai (25 de Outubro de 2007);
- Congresso do Equador (30 de Outubro de 2007);
- Câmara de Deputados do Chile (13 de Novembro de 2007);
- Câmara de Deputados da República Checa (28 de Novembro de 2007);
- Câmara dos Representantes da Colômbia (10 de Dezembro de 2007);
- Parlamento da Eslováquia (12 de Dezembro de 2007);
- Parlamento da Letónia (14 de Fevereiro de 2008);
- Duma Estatal da Federação Russa (02 de Abril de 2008);
- Parlamento do Canadá (29 de Maio de 2008);
- Senado do México (11 de Novembro de 2008);
- Câmara dos Representantes dos EUA (23 de Setembro de 2008);

- Parlamento da Croácia (04 de Fevereiro de 2009);
- Parlamento de Andorra (26 de Novembro de 2009);
- Senado da Austrália (26 de Novembro de 2012).

3. Dirigentes Políticos e Religiosos

- Presidente do Senado da Bélgica (03 de Abril de 2003);
- Papa João Paulo II (23 de Novembro de 2003);
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha (28 de Fevereiro de 2006);
- Presidente do Parlamento Europeu (21 de Novembro de 2007);
- Ministro dos Negócios Estrangeiros de França (15 de Janeiro de 2008).

4. Assembleias Regionais, Estaduais e Municipais

- Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (05 de Junho de 2007);
- Parlamento da Comunidade Autónoma da Catalunha (13 de Junho de 2007);
- Assembleia Municipal da Cidade Autónoma de Buenos Aires (02 de Novembro de 2007);
- Assembleia Regional da Sicília (21 de Novembro de 2007);
- Assembleia Municipal de Pittsburgh (27 de Maio de 2008);
- Assembleia Municipal de Alcanena (12 de Maio de 2008);
- Assembleia Municipal de Grândola (14 de Junho de 2008);
- Assembleia Municipal de Lagos (29 de Setembro de 2008);
- Assembleia Municipal de Edimburgo (18 de Dezembro de 2008);
- Assembleia Municipal de Águeda (29 de Dezembro de 2008);
- Assembleia Municipal de Abrantes (20 de Fevereiro de 2009);
- Assembleia Legislativa de Ontário (23 de Abril de 2009).

5. Comunidade Académica

- Mensagem ao Parlamento Italiano e à Comissão Europeia (18 de Outubro de 2003);
- Apelo à Assembleia Nacional Francesa e ao Parlamento Europeu (21 de Novembro de 2003).

6. Cerimónias que assinalam o Aniversário do *Holodomor*

- Fórum Internacional «O meu povo viverá para sempre!»;
- Mensagem do Patriarca Bartolomeu I (20 de Novembro de 2008);
- Discurso do Primeiro-ministro do Canadá (21 de Novembro de 2012);
- Mensagem do Secretariado da Imprensa da Casa Branca (21 de Novembro de 2012).



O caso da *Grande Fome* na União Soviética, designada por *Holodomor* ou *Golodomor* (com o significado de “morte pela fome”) pertence aos mais extensivos e hediondos massacres que o século XX conheceu, e ainda por muitos desconhecido. Trata-se de uma tragédia artificialmente provocada nos anos 1932 e 1933 pelo regime estalinista aos povos da União Soviética em consequência do fracasso da forçada colectivização. A *Grande Fome* afectou sobretudo os países que possuíam grandes e férteis terrenos agrícolas, entre os quais se destaca o caso ucraniano, cujo país, em termos geográficos, é o segundo maior da Europa.

É, portanto, com esta obra - pioneira do género em língua e contexto português - que se traz ao público páginas da História que muitas vezes se quiseram apagadas, fazendo igualmente justiça à memória de milhões de vítimas desta tragédia. Pretende-se, assim, proporcionar ao leitor uma visão muito abrangente e interdisciplinar dos actos de reconhecimento, da análise histórica e sociológica do *Holodomor*, mas também do complexo processo da sua entrada na consciência comum, através da ampla difusão jornalística, artística e cultural. Espera-se, igualmente, que este livro, preparado no âmbito das duas instituições: Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos – ComPaRes e CLEPUL5 – Grupo de Investigação do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cujos horizontes científicos abrangem os universos culturais Ibero-Eslavos, contribua para um crescente debate científico sobre o *Holodomor*, levando a novas interpretações e aplicado a novas metodologias e disciplinas.

